



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

**O CONCELHO DA LAGOA NA GÉNESE REPUBLICANA
(1910-1933): POPULAÇÃO E SOCIEDADE**

SANDRA MARIA GONÇALVES MONTEIRO

Dissertação apresentada à Universidade dos
Açores para obtenção do Grau de Mestre em
Património, Museologia e Desenvolvimento

ORIENTADORA: Susana Goulart Costa

Ponta Delgada

2012

À memória do meu pai, por me ter ensinado a olhar o mundo

Ao meu marido, pelo apoio incondicional

Agradecimentos

De forma muito singela mas, com profundo sentimento, quero agradecer a todos quantos me ajudaram no projecto e na execução deste trabalho.

Em primeiro lugar, à Doutora Susana Goulart Costa, orientadora desde o primeiro dia que nos cruzamos ainda fora do meio académico, sempre com uma palavra amiga, com incentivos e elogios capazes de me fortalecer quando o desânimo imperava.

Aos ilustres lagoenses D^a Eleonor Mota Botelho, Sr. António Vieira, Sr. Rui Câmara e Silva, Sr. João Oliveira, Sr. Roberto Medeiros e Dr.^a Lucinda Sousa que me facultaram do seu tempo, das suas memórias e das suas recordações cedendo-me fotografias, livros e histórias que ilustram estas páginas.

Ao Dr. João Almeida, da Biblioteca Tomaz Borba Vieira e Arquivo Municipal da Lagoa pelo auxílio e disponibilidade constante prestados desde o primeiro dia.

Aos demais funcionários da BPARPD pela sua disponibilidade e atenção nas pesquisas efetuadas, destacando a Dr.^a Margarida Almeida pela orientação prestada facilitando a investigação.

Ao meu Luís pelo seu amor incondicional segurando o mundo para que eu pudesse dedicar a minha mente a este projecto.

A todos aqueles que compreenderam a minha ausência e esperaram pacientemente a conclusão deste trabalho, o meu muito obrigado.

Resumo

Neste presente trabalho, pretendemos explorar as estruturas populacionais e as questões sociais e urbanísticas, tendo como alvo o Concelho da Lagoa, no período Republicano.

Procurou-se conhecer a evolução da população a nível nacional e regional para se poder enquadrar a estrutura etária, o movimento natural e o saldo migratório da dimensão lagoense. A nível social debruçamo-nos sobre as questões da higiene e saúde pública, do abastecimento de água, da iluminação pública, das obras privadas cujas licenças eram solicitadas à edilidade local, das instituições sociais que prestavam auxílio aos mais carenciados e da educação, como sinais de progresso local que na época se pretendia evidenciar.

Em suma, o Concelho Lagoense reflecte os pensamentos e as acções da política republicana no seu período de instalação, que pretendia dar sinais de modernidade e desenvolvimento, revelando sinais de ambição capazes de vingar num país em mutação.

Abstract

In this present study, we plan to explore the population structures and urban and social issues, targeting the City Council of Lagoa, in the Republican period.

It had been sought to know the evolution of the population at national and regional levels in order to frame the age structure, the natural movement and the migratory balance of the lagoense dimension. At the social level, were analyzed the issues of hygiene and public health, water supply, street lighting, private works whose licenses were applied for to the local Council, social institutions that are providing aid to the most needy and education, as signs of local progress which at the time intended to highlight.

In short, the Lagoense Municipality reflects the thoughts and actions of a country that wanted to give signs of modernity, development and evolution, of a young Republic that wanted to show symptoms of force, revealing signs of ambition able to thrive in a country that was changing.

Palavras-Chave: Lagoa; República; População; Sociedade

Índice

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. O Tema	10
1.2. A Estrutura	11
1.3. As Fontes	12
2. A LAGOA COMO OBJECTO DE PESQUISA.....	13
2.1. A Localização	14
2.2. A Geomorfologia	14
2.3. A Perspectiva Histórica	16
3. A LAGOA REPUBLICANA: As Estruturas Populacionais.....	19
3.1. A Dimensão Nacional	19
3.2. A Dimensão Regional	23
3.3. A Dimensão Lagoense	30
3.3.1. Os Censos de 1911, 1920 e 1930.....	30
3.3.2. A População Lagoense nos Censos de 1911, 1920 e 1930.....	36
3.3.2.1. As Características dos Fogos.....	46
3.4. A População Lagoense nas Estatísticas Demográficas	47
4. A LAGOA REPUBLICANA: As Questões Sociais e Urbanísticas.....	56
4.1. A Higiene e a Saúde Pública.....	58
4.2. O Abastecimento de Água	84
4.3. A Iluminação Pública.....	101
4.4. As Obras Privadas.....	112
4.5. As Instituições Sociais	116
4.6. A Educação	126
5. CONCLUSÃO	151
6. FONTES	152
6.1. Fontes Iconográficas	152
6.2. Fontes Manuscritas	152

6.3. Fontes Impressas	155
6.4. Fontes Orais	158
7. BIBLIOGRAFIA.....	159
8. WEBGRAFIA.....	166

Índice de Gráficos e Tabelas

Fig. 1 - Divisão administrativa da Ilha de S. Miguel com destaque do Concelho da Lagoa	14
Fig. 2 - Evolução da População Portuguesa e da População residente nos Açores.....	23
Fig. 3 - Estrutura Etária da População Portuguesa e da População Residente nos Açores	24
Fig. 4 - Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade em Portugal e nos Açores	24
Fig. 5 - Taxa Bruta de Emigração.....	26
Fig. 6 - Emigração do Distrito de Ponta Delgada entre 1908-1933	29
Fig. 8 - População de Residência Habitual do Concelho da Lagoa.....	36
Fig. 9 - População Residente e População de Facto do Concelho da Lagoa.....	36
Fig. 10 - Variação da População Lagoense, segundo o sexo.....	37
Fig. 11 - Variação da População Lagoense, segundo a classificação por grupos etários	38
Fig. 12 - Variação da População Lagoense, segundo a idade.....	39
Fig. 13 - Longevidade da População Lagoense (> 80anos).....	39
Fig. 14 - Variação da População Lagoense, segundo o estado civil.....	41
Fig. 15 - Variação da População Lagoense, segundo a naturalidade e nacionalidade ...	42
Fig. 16 - Nacionalidades estrangeiras presentes no Concelho da Lagoa.....	42
Fig. 17 - Variação da População Lagoense, em percentagem, segundo a instrução	44
Fig. 18 - Variação da População Lagoense, segundo a instrução e segundo o sexo	44
Fig. 19 - Deficiências na População Lagoense.....	45
Fig. 20 - Número de Fogos ou Famílias, no Concelho da Lagoa	46
Fig. 21 - Os Fogos e a População de Facto, no Concelho da Lagoa, em 1911	47
Fig. 22 - Número de Casamentos, no Concelho da Lagoa, entre 1911-1933	48
Fig. 23 - Número de Nados-Vivos, no Concelho da Lagoa, entre 1911-1933	49
Fig. 24 - Número de Óbitos, no Concelho da Lagoa, entre 1911-1933	49
Fig. 25 - Crescimento Natural, no Concelho da Lagoa, entre 1911-1933.....	50
Fig. 26 - Causas da morte, no concelho da Lagoa, entre 1913-1930.....	52
Fig. 27 - Emigração Total, no Concelho da Lagoa, entre 1910-1921	52
Fig. 28 - Destinos da Emigração do Concelho da Lagoa, entre 1910-1921	53
Fig. 29 - Moinho dos Barrancos, Água de Pau, 1920 e Ribeira de Santiago, Lavadeiras de Água de Pau, 1939.....	86
Fig. 30 - Número de penas de água solicitadas, por particulares, à Câmara Municipal da Lagoa	98

Fig. 31 - Número de penas de água solicitadas, por localidade, à Câmara Municipal da Lagoa	99
Fig. 32 - Finalidade do consumo da água.....	100
Fig. 33 - Propriedade da família Fisher, na Lagoa, anos 30.....	101
Fig. 34 - Pedidos de licenças por particulares dirigidos à Câmara Municipal da Lagoa	115
Fig. 35 - Finalidade das licenças pedidas à Câmara Municipal da Lagoa.....	115
Fig. 36 - Subsídios de lactação atribuídos, anualmente, pela Câmara Municipal da Lagoa	125
Fig. 37 - Subsídios de lactação atribuídos, por freguesia, pela Câmara Municipal da Lagoa	125

Siglas e Abreviaturas

Arquivos e Fundos

AML: Arquivo Municipal da Lagoa

BPARPD: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

CML: Câmara Municipal da Lagoa

FGCDPD: Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada

FJGDPD: Fundo da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada

Nomenclatura

s/d: Sem a indicação do dia

s/e: Sem a indicação da editora

s/l: Sem indicação do local

s/m: Sem indicação do mês

s/pág.: Sem indicação do número de página

1. INTRODUÇÃO

Se considerarmos o Património como abrangendo os bens materiais e os traços imateriais que reflectem a História, a Memória e a Identidade de uma determinada sociedade, consegue-se compreender melhor a importância em analisar esta comunidade, na sua qualidade de produtora de Património.

No processo de patrimonialização, há elementos incontornáveis, sejam eles passivos (os bens alvo de valorização patrimonial) ou activos (os agentes que produzem e dinamizam esses mesmos bens). Neste sentido, estudar o Património de uma comunidade exige, antes de mais, a análise das características dessa mesma comunidade, de forma a construir uma ideia próxima do que constitui o seu Património Histórico. Neste sentido, consideramos que apreciar a Comunidade produtora de Património (seja esta produção consciente ou inconsciente) contribui de forma significativa para a descoberta da(s) identidade(s) dessa mesma Comunidade.

Esta foi a tarefa que pretendemos desenvolver, tendo como espaço de análise o Concelho da Lagoa, tentando identificar as principais características desta Comunidade num período específico da História Nacional (a Primeira República). Neste sentido, a Lagoa é tomada como um estudo de caso local e insular, que reflecte a dinâmica republicana nacional. O que se procura analisar é, pois, qual o processo republicano na realidade lagoense, nomeadamente nas questões relacionadas com a população e a sua vivência social nos inícios do século XX.

1.1. O Tema

O propósito deste estudo é analisar o concelho da Lagoa durante o período da Primeira República. No projecto de concepção original, a nossa dissertação visava reflectir sobre as questões populacionais, sociais, económicas, políticas e culturais. Contudo, à medida que fomos desbravando terreno no percurso de investigação, rapidamente nos apercebemos que as fontes eram riquíssimas e o resultado final seria megalómano. Decidimos, então, registar por agora a dinâmica populacional e as questões sociais e urbanísticas, esperando que, de futuro, possamos apresentar os dados referentes aos outros assuntos. Assim, nesta dissertação, o nosso olhar é lançado sobre

um espaço geográfico específico (o município de Lagoa, na ilha de S. Miguel, Açores), com vista a analisarmos as respectivas dinâmicas populacionais e sociais, contextualizando-as num tempo rico em transformações nacionais e internacionais e avaliando o seu impacto na realidade local.

Do ponto de vista cronológico, centramo-nos no período que compreende a Primeira República Portuguesa, entre o ano de 1910 e até 1933, quando é formalizado o Estado Novo. É bem evidente que as balizas temporais em que nos situamos não podem ser totalmente rígidas. É difícil conciliar factos significativos com as mudanças estruturais locais, numa região insular, cujas informações nem sempre chegavam no mesmo dia. Por outro lado, alguns dos recursos usados para fundamentar o texto produzido remontam a períodos posteriores à nossa baliza cronológica, mas consideramos que as mutações não terão sido significativas e seria uma perda lamentável não incluir a riqueza local retratada por gentes da terra.

1.2. A Estrutura

Organizamos a exposição em grandes unidades temáticas e dentro de cada uma, dividimos por assuntos.

Na primeira parte do nosso estudo, procuramos conhecer a população. Assim, começamos por conhecer a realidade nacional, partimos para o caso da região e particularizamos o distrito de Ponta Delgada e o concelho da Lagoa, por ser este o objecto do nosso estudo. Analisamos os Censos de 1911, 1920 e 1930 para obtermos informações sobre as características geográficas, demográficas e educativas da população local, conhecermos os casos de deficiências presentes, além de analisarmos as características económicas, os fogos e famílias existentes.

Na segunda parte, o nosso propósito é caracterizar o quotidiano dos lagoenses, numa perspectiva social e urbanística. Começamos pelas questões da higiene e saúde pública, depois abordamos os temas do abastecimento de água, da iluminação pública e das obras privadas, conhecemos os apoios prestados pelas instituições sociais à população mais carenciada e analisamos a educação no Concelho, à luz das ideias republicanas a nível nacional.

1.3. As Fontes

Na historiografia regional açoriana, o Concelho da Lagoa não tem merecido uma aturada investigação, observando-se uma clara escassez de estudos, principalmente para todo o longo período do século XX.

Por isso, para sustentar este trabalho, recorreremos essencialmente a fontes primárias, na sua grande maioria originais ou precariamente estudadas, e que são a base fundamental deste estudo. Entre estas, destacamos as actas de vereação da Câmara Municipal da Lagoa entre 1910 e 1933, conservadas no Arquivo Municipal da Lagoa; as actas de vereação do Fundo da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, disponíveis na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; e a correspondência do Governo Civil do Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada, também arquivadas na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Estas fontes primárias, de uma grande riqueza de dados, permitiram cruzar informações e confirmar relatos descritos pelas demais entidades concelhias e distritais.

Além das fontes manuscritas, colhemos informação de periódicos locais, regionais e nacionais respectivamente na Biblioteca Tomaz Borba Vieira, na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada e na Biblioteca Pública do Porto. Para conhecermos os aspectos demográficos, recorreremos aos dados dos Censos de 1911, 1920 e 1930 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

Em resultado de toda esta recolha, achámos útil a organização de um anexo documental, composto com documentação escrita e iconográfica coeva. Procurámos ainda conversar com alguns testemunhos das vivências lagoenses, de forma a podermos beber directamente das experiências daqueles cujas memórias guardam as marcas da passagem do tempo, tendo sido efectuada a anotação das entrevistas em suporte papel para deixar os entrevistados mais descontraídos.

2. A LAGOA COMO OBJECTO DE PESQUISA

O arquipélago dos Açores ocupa uma faixa que vai de 36°55' a 39°43'N e de 25° a 31°07'W, constituído por nove ilhas com apreciáveis diferenças físicas e humanas. São todas ilhas vulcânicas mas com diferentes aspectos morfológicos devido ao tipo de erupção e ao estado da erosão.

A Ilha de S. Miguel é formada por quatro maciços eruptivos: Sete Cidades, Fogo, Furnas e Povoação. A temperatura média anual desta ilha é de 17,5°¹. Esta é a ilha mais importante do arquipélago dos Açores, pela sua extensão, variedade de formas de relevo, pela intensidade do aproveitamento do solo sendo a mais rica e mais povoada. A sua origem é vulcânica formada à custa da sobreposição de materiais provenientes de sucessivas erupções. Em relação ao clima, os Açores ficam situados sob altas pressões que originam ventos gerais e chuvas constantes ao longo de todo o ano, embora com uma diminuição no Verão. Porém, nessa época do ano, a precipitação que ocorre deve-se à forte humidade do ar e ao relevo que obriga o ar húmido a elevar-se provocando precipitação. Quanto à vegetação predominam fetos, urzes desde a sua origem mas também plantas cultivadas como milho, batata-doce, inhame, beterraba, tabaco, espadana, vinha ou legumes. A produção é feita em cerrados, hortas ou quintas, para os animais existem as pastagens, as matas são espaços de florestação espontânea e os terrenos incultos são aproveitados para gado miúdo ou lenha. Das plantas usadas para fins comerciais ou industriais o maior lucro fica nas mãos dos proprietários e não naqueles que trabalham a terra. Por causa da diferenciação social, o micaelense emigra para outras ilhas ou para o estrangeiro à procura de trabalho. Segundo Raquel Brito, as bases da agricultura assentam no socalco, na rega, no estrume e na rotação mas, nos Açores a agricultura tem por base a sideração, já se usam adubos químicos, não se pratica a rotação de culturas e a rega só é utilizada numa pequena área².

¹ Cf. Brito, 2004: 62

² Idem: 121

2.1. A Localização

O Concelho de Lagoa situa-se na costa sul da ilha de São Miguel, a maior e mais populosa das nove ilhas dos Açores. Este Concelho é limitado pelos municípios de Ponta Delgada (a oeste), Ribeira Grande (a norte) e Vila Franca do Campo (a leste), ficando a sua sede a cerca de nove quilómetros de Ponta Delgada. “*Situa-se entre 37°,45’,10’’ de latitude norte e 16°,35’,15’’ de longitude oeste do meridiano de Lisboa*”³.



Fig. 1 - Divisão administrativa da Ilha de S. Miguel com destaque do Concelho da Lagoa
Forjaz, 2004: 91 (adaptado)

2.2. A Geomorfologia

O clima é, como em todo o arquipélago, ameno e temperado marítimo. A “*temperatura média anual situa-se nos 17°C, sendo Fevereiro o mês mais frio (13.4°C) e Agosto o mais quente (21.6°C). A humidade apresenta valores médios anuais que rondam os 83%*”⁴.

“*O vulcanismo e o mar são os dois elementos mais salientes da paisagem açoriana. O açoriano tem sempre diante dos olhos o mar e o horizonte marítimo sem fim, a contrastar com o acanhado horizonte terrestre.*”⁵ O açoriano deixa a sua ilha pois sente-se fascinado por outros continentes e terras distantes.

O Concelho da Lagoa apresenta uma grande riqueza da geodiversidade, pois encontra-se entre dois territórios bem diferentes, nomeadamente as encostas do Vulcão

³ Tavares, 1979: 4

⁴ <http://cm-lagoa.azoresdigital.pt> Último acesso em 11/06/2012. Ver em anexo – Fig.1.

⁵ Ribeiro, 1964: 54. Ver em anexo – Fig.2.

do Fogo (Maciço da Serra de Água de Pau) a nascente, e o Complexo Vulcânico dos Picos, a poente. O Maciço do Fogo localiza-se na zona central de S. Miguel e tem cerca de 11 km de largura e 13 km de comprimento. *“Compreende o importante estratovulcão de Água de Pau com caldeira, ocupada por uma lagoa, de pequenas dimensões e forma irregular”*⁶. Os materiais que cobrem o local são essencialmente materiais piroclásticos de fácies pomítica e composição traquítica apresentando, do ponto de vista geomorfológico a *“incisão de linhas de água e o esculpido do relevo do Maciço do Fogo”*⁷ muito mais acentuado do que no Maciço das Sete Cidades. As características climáticas deste maciço são determinadas pela altitude, sendo a precipitação de 2000mm na encosta sul acima dos 500m. A temperatura média anual não é inferior a 13°C e regista-se a frequência de neblinas e nevoeiros, fraca insolação e forte intensidade de ventos. Em relação aos solos, estes são derivados de materiais piroclásticos, podendo-se classificar, na sua maioria como *“regossolos cascalhentos, andossolos insaturados húmidos e andossolos ferruginosos”*⁸. O material litológico é facilmente alterável e desenvolveu-se mato com grande poder de intercepção e retenção para a água. Face à elevada humidade e ao facto das temperaturas não serem muito elevadas, o solo apresenta *“elevados teores de matéria orgânica que aliado à natureza alofânica das argilas e à fácies pomítica do material piroclástico, determina o elevadíssimo poder de retenção do solo para a água”*⁹. A elevada porosidade permite uma fácil infiltração da água para as camadas adjacentes e a movimentação das terras e a modificação do regime hídrico à superfície e em profundidade fazem diminuir o espaço útil das áreas em questão. *“O flanco ocidental é caracterizado por um declive intenso e o recuo das cabeceiras das grotas que resolve o flanco num rendilhado de espigões constituindo-se uma frente de ablação, o que marca a existência de erosão torrencial”*¹⁰.

O relevo acidentado do Maciço do Fogo leva a que os cursos de água possuam características torrenciais. *“A drenagem do maciço, bem como a maior parte da rede hidrográfica da ilha, é constituída por cursos de água não permanentes, cujos talvegues atingem, frequentemente, grande profundidade, e desniveis bruscos e*

⁶ Carvalho, 1999: 19.

⁷ Marques & Madeira, 1977: 139.

⁸ Idem: 140.

⁹ Marques & Madeira, 1977: 141

¹⁰ Idem: 143. Ver em anexo – Fig.3.

acentuadíssimos entre o fundo e a parte superior do terreno”¹¹. As características morfológicas da caldeira do Fogo permitem que a rede hidrográfica, no seu interior, com condições de endorreísmo, permitindo que o nível de base da rede endorreica defina o nível da lagoa.

Nas terras altas predomina a pastagem (agro-pecuária) sendo as mais baixas utilizadas para a agricultura. A criptoméria, a acácia e o eucalipto são as árvores que existem nas suas matas enquanto na vertente sul da Serra de Água de Pau, podem encontrar-se várias espécies nativas, tais como, “*a urze (Erica azorica), a queiró (Calluna vulgaris), o cedro-do-mato (Juniperus oxicedrus) e o pau branco (Picconia azorica)*”¹². Na fauna local existem pássaros de pequenas dimensões e, muitas vezes, aves de grande porte, como as de rapina. Existem aves como o “*pombo-torcaz dos Açores (Columba palumbus azorica), o milhafre ou queimado (Buteo buteo rothschildi), a alvéola-cinzenta (Motocilla Cinérea), o melro negro (Turdus merula azorensia), o tentilhão (Fringilla coelebs moreletti), a estrelinha (Regulus regulus azoricus) e o canário-da-terra (Serinus canaria)*”¹³.

2.3. A Perspectiva Histórica

O Concelho “*criado a 11 de Abril de 1522 por carta régia de D. João III*”¹⁴ faz da Lagoa uma das mais antigas povoações da Ilha de São Miguel e a sua designação tem origem no facto de ter havido uma espécie de lagoa em frente à actual igreja de Santa Cruz¹⁵. Foram sendo ocupadas regiões para oeste, em direcção a uma baía vizinha, onde se acolhiam os primeiros barcos de pesca, designada por Porto dos Carneiros (assim chamado por aí se terem lançado carneiros, a mando do Infante D. Henrique, de acordo com a Carta Régia de 2 Julho de 1439¹⁶, para servir de apoio aos que ali se viessem fixar). As boas condições geomorfológicas atraíram a fixação dos povoadores: “*boas terras para cultivo, água potável na antiga lagoa*”¹⁷, bem como nascentes e enseada abrigada dos ventos. As actividades económicas desenvolveram-se desde o século XVI

¹¹ Carvalho, 1999: 45

¹² <http://cm-lagoa.azoresdigital.pt> Último acesso em 11/06/2012

¹³ Idem.

¹⁴ Tavares, 1979: 6.

¹⁵ Cf. Tavares, 1979: 5 “*a villa d’Alagoa chamada assim por uma que tem de frente da porta da Egreja principal acima d’um recife e Porto que tem onde podiam entrar bateis*”.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Machado, 2001: 4.

e deu-se um natural aumento demográfico, registando-se em 1515, 100 fogos na Lagoa e 110 em Água de Pau enquanto Ponta Delgada, no mesmo período, tinha 250¹⁸.

Pedro, o Velho, companheiro de Gonçalo Velho ter-se-á fixado nesta região onde explorou grandes extensões de terra e fundou uma das mais antigas ermidas da ilha – a Ermida dos Remédios.

A Carta de D. João III que criou a vila diz “*elles farão casa de Câmara e cadeia a seu custo*”¹⁹, tendo sido escolhido o espaço mais central da vila, na época, ficando então na parte nascente da Praça de Santa Cruz, actual Praça Velha. Os primeiros pontos de referência do município eram: “*a sua praça com os Paços do Concelho e cadeia, chafariz e tanques, matadouro e açougue, associação entre o poder político e o poder económico*”²⁰. A cadeia estava em edifício independente mas, passou a alinhar com o lado nascente da rua que ia para o Canto do Garfo passando-se a chamar Rua da Cadeia e, mais tarde, da Cadeia Velha. Próximo, ficava o matadouro. “*No rés-do-chão do edifício passou a ser a Cadeia e no superior o açougue para fiscalização das carnes*”²¹. Vizinha era a Igreja Paroquial, por conveniência das participações obrigatórias dos vereadores nas funções religiosas. Com a criação da Vila, a Igreja passou a designar-se Matriz ou Principal por ser designada para funções religiosas nacionais. O orago de Santa Cruz possui invocação associada ao início do povoamento com a ligação à Ordem de Cristo.

Com o desenvolvimento económico da região, o Porto dos Carneiros era uma importante entrada e saída de mercadorias micaelenses, bem como o local de escoamento dos produtos agrícolas do norte da ilha. Por tal motivo, em 1593, nasceu a paróquia de Nossa Senhora do Rosário. O concelho começou então a alargar-se e a desenvolver-se para oriente mudando a centralidade de sítio.

Nos finais do séc. XVIII, os governantes começavam a verificar que, “*os Paços do Concelho atentavam à dignidade do Município e a falta de segurança da cadeia punha em causa a representatividade da jurisdição municipal*”²². Fizeram-se, então, concertos na Câmara e na cadeia. Na Correição de 13 de Outubro de 1787 dizia-se que, a cadeia deveria ser construída desde os seus alicerces. O Corregedor mandou então, que se fizesse uma nova Casa da Câmara. As obras foram sendo feitas mas, a 21 de

¹⁸ Idem: 6.

¹⁹ Tavares, 1979: 17.

²⁰ Machado, 1997: 27; Cf. Machado, 2001: 9.

²¹ Tavares, 1979: 17.

²² Machado, 1997: 29.

Março de 1800 foi proposto que se deixasse a reconstrução e se fizesse “*uma nova casa noutra local*”²³.

O centro geográfico da vila mudou com a alteração da configuração do povoado. Deliberou-se, então, que fosse edificada a nova Casa no Largo de S. Sebastião, ou seja, no actual local dos Paços do Concelho. Para tal, expropriou-se a “*Ermida de S. Sebastião e mais três casas de moradia*”²⁴. A Câmara pediu licença à autoridade eclesiástica, comprometendo-se a erguer outra ermida e a entregar, ao vigário de Santa Cruz, 200\$000 reis. Segundo o Pe. João José Tavares, a ermida só terá sido reedificada em 1824 no pequeno largo, a leste dos Paços do Concelho e, seis anos depois, foi demolida e as suas pedras foram usadas no cemitério. As casas referidas foram expropriadas e “*vendidas à Câmara em 1800 por 42\$000, 57\$500, 53\$000*”²⁵. A cadeia era no rés-do-chão e no andar superior a sala de sessões e outros quartos que serviam de secretaria e arquivo. O edifício ficou concluído em 1808 pelo “*preço total de 3.373\$843 reis*”²⁶.

Ao longo do século XIX, a Lagoa atravessou as vicissitudes nacionais conjecturadas pela Monarquia Constitucional²⁷. Com vista à materialização dos ideais liberais, a Lagoa beneficiou de um conjunto de medidas e projectos que visavam o progresso e o desenvolvimento civilizacional, que acabaram por ser a génese do republicanismo. Assim, os lagoenses tinham acesso a vários jornais impressos em tipografia própria, designadamente *O Lagoense*, *Eco Lagoense*, *Gazeta da Lagoa*, *O Vigilante*, *O Pimpão*, *A Quinzena*, *O Julgado Municipal*, entre outros, publicados entre os finais do século XIX, na sua maioria, e o início do século XX. Também as estruturas físicas espelhavam o desenvolvimento próprio do século XIX, como as escolas, as obras públicas e os institutos de carácter social. Todavia, apesar de todo este esforço liberal, o desânimo instalava-se dando azo a novas propostas políticas. Rapidamente, a Lagoa iria conhecer os ideais republicanos e algumas das respectivas concretizações.

²³ Idem: 30.

²⁴ Tavares, 1979: 18.

²⁵ Machado, 1997: 32.

²⁶ Idem: 35.

²⁷ Para este período também não existem estudos que nos elucidem sobre a realidade lagoense. Continuamos cingidos à obra do Padre João José Tavares *A Vila da Lagoa e o seu Concelho*, publicado em 1979, que continua a ser a principal referência historiográfica para a Lagoa.

3. A LAGOA REPUBLICANA: As Estruturas Populacionais

3.1. A Dimensão Nacional

No período em análise, a estrutura da população portuguesa apresentava características de uma população jovem, com uma base larga que, em formato piramidal, ia diminuindo devido à acção da emigração e da morte ao longo dos anos.

Nas primeiras décadas do século XX, os jovens representavam cerca de “1/3 da população portuguesa, cabendo ao grupo dos adultos aproximadamente 57% e aos grupos dos velhos à volta de 10%”²⁸. A razão dos sexos era desequilibrada, notando-se uma diminuição da população masculina, uma vez que era esta quem mais emigrava e, também, a mortalidade era mais acentuada entre os homens. Este *deficit* trazia reflexos na taxa de nupcialidade e na de natalidade. O casamento exercia “*uma função essencial quanto às dinâmicas demográficas*”²⁹, pois normalmente os protagonistas da procriação eram, em geral, casais formados através de um casamento. Neste período, a idade média de casamento para os homens era de 26 anos e para as mulheres um pouco abaixo dos 24 anos, sendo de cerca de dois anos a diferença entre os cônjuges. O celibato era acentuado neste período, quando considerada a população solteira entre os 40-44 anos de idade. Assim, cerca de 14,9% dos homens e 20% das mulheres³⁰ optavam voluntária ou involuntariamente pelo celibato.

O máximo da natalidade nas duas primeiras décadas do século XX correspondeu ao ano de 1911, não porque nasceram mais crianças mas, “*na sequência da obrigatoriedade mais premente dos registos de nascimentos, advinda da legislação em vigor, após a Implantação da República*”³¹. Bento Carqueja, em 1917, afirmou que “*uma das causas que contribui que o coeficiente de natalidade não seja ainda mais alto é, sem dúvida, a ilegitimidade dos nascimentos*”³².

Entre 1911-1920, em geral, a população nacional diminuiu pela “*forte emigração e pela mortalidade epidémica de 1918-1919*”³³. Neste período, vários surtos epidémicos ceifaram a população portuguesa em sucessivas vagas, “*consequência de*

²⁸ Miranda, 1991: 18.

²⁹ Bandeira, 2004: 239.

³⁰ Dados recolhidos em: Miranda, 1991: 25.

³¹ Morais, 2002: 41; BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro nº414, 1912, Maio, 16, fl.266 refere a solicitação de entrega dos livros, ao Governador Civil, para constar os assentos de Registo Civil de nascimentos.

³² Carqueja, 1917: 7.

³³ Miranda, 1991: 13.

factores anómalos advindos da Primeira Grande Guerra”³⁴. Mas também se destacaram outras razões, como “*um insatisfatório sistema de esgotos, a falta de água potável e as más condições de alojamentos*”³⁵, como sendo as principais causas da insalubridade. Bento Carqueja, nos primeiros anos do século XX, analisando o caso nacional, comentou que “*os cuidados de higiene pessoal são desprezados por tal forma, desde as primeiras às últimas idades, que só é para estranhar como não existem mais doenças endémicas e epidémicas*”³⁶. Em 1918, a taxa de mortalidade atingiu os 42,1% e, só em 1921, os valores regressaram aos anteriores a 1918. “*Consequência directa ou indirecta da guerra de 1914-1918, a extrema virulência das epidemias e os seus efeitos sobre as populações depauperadas pelas crises de escassez de géneros que assolaram o País durante a conflagração mundial tiveram resultados catastróficos.*”³⁷ A mais mortífera foi a gripe pneumónica que assolou o País, atingindo as Ilhas³⁸, tendo-se propagado com maior rapidez nas cidades e assolado sobretudo jovens adultos. Mas, outros surtos epidémicos espalharam a morte no país neste período, destacando-se o tifo e a varíola. Estagnando a mortalidade, iniciou-se um novo ciclo de expansão, pois os recursos eram então distribuídos por uma população mais reduzida. Aumentou a nupcialidade e, como consequência, a natalidade, permitindo assim um crescimento demográfico. O aumento da esperança média de vida à nascença foi uma constante da evolução demográfica na era contemporânea, sendo reflexo do triunfo do homem sobre as forças da morte. Ultrapassada a referida crise epidémica, a mortalidade desceu significativamente.

A década de 1921-1930 conheceu uma grande aceleração do crescimento dos centros urbanos do país, incluindo Ponta Delgada. Foi neste período que se verificou a maior aceleração registada do crescimento populacional, apesar de continuar a existir emigração, pois a “*combinação de uma elevada fertilidade com um declínio acentuado da mortalidade veio determinar uma taxa de crescimento anual de 1,3%*”³⁹, graças à progressiva melhoria das condições higiénico-sanitárias e das condições de vida em geral. Morria-se menos à nascença, a vida durava um pouco mais, havia mais gente a

³⁴ Evangelista, 1971: 16.

³⁵ Pereira, 1970: 98.

³⁶ Carqueja, 1917: 15.

³⁷ Miranda, 1991: 20.

³⁸ Cf. Monteiro, 2005: 510 refere que o foco desta gripe terá surgido nos EUA, tendo-se propagado pela Europa devido à movimentação dos militares.

³⁹ Miranda, 1991: 14.

casar mais cedo e era mais difícil emigrar. A densidade populacional era de cerca de 66,3 pessoas/km² em 1920 e em 1930 já era de 74,2 pessoas/ km²⁴⁰.

Assim, quanto ao crescimento natural, os valores dos excedentes dos nascimentos sobre os óbitos apresentou uma média anual nacional de 11‰ com excepção de 1911-1912, nos nascimentos, por causa do registo civil obrigatório, e de 1918-1919, nos óbitos, por causa da gripe pneumónica, como já referido.

Portugal, nas primeiras décadas do século XX, ainda possuía um elevado índice de ruralidade. Em 1910, “apenas 15,4% da população portuguesa vivia em núcleos de mais de 10.000 habitantes”⁴¹ e, em 1930, “cerca de 80% da população vivia fora dos centros urbanos”⁴². A população portuguesa era rural⁴³ e, mesmo nos centros urbanos, uma grande percentagem dedicava-se a actividades ligadas à agricultura. O ritmo da industrialização nacional era tão lento, que os excedentes de população iam para o estrangeiro. Homens e mulheres saídos do campo sobrepovoado dirigiam-se para as cidades em busca de trabalho e de melhores condições de vida, mas nem sempre ali os encontravam⁴⁴. Tornou-se, por isso, frequente embarcarem.

A emigração não era um detalhe demográfico mas um aspecto exterior da situação portuguesa, sendo um dos mais importantes factores da vida social, económica e cultural de Portugal. “Torna-se frequente nesses períodos, atribuir-se à emigração a responsabilidade do agravamento dos desajustamentos económicos e sociais, quando ela é já uma consequência destes desajustamentos.”⁴⁵ A emigração resultava de um afastamento entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento económico⁴⁶, daqui originando o excedente demográfico apresentando, depois, como consequência o desemprego total ou parcial de população activa. Mas a emigração nem sempre era feita de forma legal, pois “a obtenção da documentação falsa era uma das operações

⁴⁰ Cf. Rosas, 1994: 22-23.

⁴¹ Miranda, 1991: 13.

⁴² Rosas, 1994: 26.

⁴³ Cf. Marques, 1988: 12 refere que “Mais de 80% da população habitava o campo; só menos de 20% era de condição urbana” e que destes 20 % muito mais de metade vivia apenas em Lisboa e no Porto. Ver em anexo, figs.4-6.

⁴⁴ Cf. Correia, 1935-2003, “Emigração” In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: 583-585 refere que “em Portugal, os emigrantes têm saído principalmente da classe dos operários agrícolas, dos pequenos agricultores, dos artífices (em especial os carpinteiros e os pedreiros), dos empregados no comércio ou em ocupações domésticas”.

⁴⁵ Pereira, 1970: 105.

⁴⁶ Cf. Carqueja, 1916: 15, sobre este assunto afirma: “àquela que, como Portugal, não têm excesso de habitantes, cumpre-lhes atrair a população ao solo pátrio, repartindo a actividade dela entre a indústria e a agricultura”.

comerciais de que vivia o negócio do engajamento”⁴⁷, havendo, muitas vezes, anúncios nos jornais facultando passaportes e recebendo hipotecas com que as famílias pagavam as despesas de viagem⁴⁸.

O destino mais procurado era o transatlântico, nomeadamente o Brasil⁴⁹, os Estados Unidos da América do Norte e, com algum significado também, os destinos coloniais africanos. As principais causas eram as dificuldades do país de origem, que não oferecia trabalho nem condições de vida dignas, mas também a atracção pelo país de acolhimento na recepção de mão-de-obra. A título de exemplo, entre 1910-1919, o distrito de Ponta Delgada perdeu pela emigração cerca de “20% da sua população”⁵⁰ e, no distrito de Bragança, emigraram cerca de 18% dos seus habitantes. Quem emigrava eram essencialmente homens, na sua maioria casados, enquanto as mulheres, se casadas acompanhavam os maridos, se solteiras acompanhavam os pais, enquanto as viúvas iam reunir-se a filhos emigrados⁵¹.

Quanto às categorias profissionais, os emigrantes eram essencialmente jornaleiros, pequenos proprietários e enfiteutas. “*Os artífices (alfaiates, barbeiros, carpinteiros, caiadores, ferreiros, oleiros, pedreiros, sapateiros e outros) representavam apenas 8,2% do total*”⁵². No período em estudo, “*a população do sector primário (trabalhos agrícolas, pesca, caça e extracção de matérias minerais) diminui em números absolutos*”⁵³, embora mais de metade da população activa continuasse ocupada nestas actividades. Aumentou também a população a trabalhar na indústria, graças ao aumento do número de fábricas e ao acentuar do grau de mecanização, que permitia acompanhar a modernização dos novos tempos e a concorrência. O sector terciário, nomeadamente o comércio, ocupou uma posição importante na sociedade

⁴⁷ Pereira, 1981: 10.

⁴⁸ Cf. Ramos, 1994: 34.

⁴⁹ Cf. Carqueja, 1917: 6 afirma que “*a maior parte dessa emigração vai para o Brasil, esse prolongamento da Pátria Portuguesa*” e acrescenta ainda que “*se não fosse a emigração, pode bem afirmar-se que o crescimento da população de Portugal tinha aumentado*”; Revista *Ilustração Portuguesa*, 11 de Janeiro de 1915: 62-63 apresenta um artigo sobre a Emigração para o Estado de S. Paulo, no Brasil.

⁵⁰ Miranda, 1991: 31, Ramos, 1994: 34 e Guinote, 1990: 182 refere que em 1915, Ponta Delgada é o distrito com maior taxa de emigração a nível nacional.

⁵¹ Cf. Guinote, 1990: 183; Cf. Decreto n.º 16:782 do Ministério da Instrução Pública de 1 de Maio de 1929 e Decreto n.º 21:349 do Ministério do Interior de 13 de Junho de 1932 In <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012, verifica-se que existia um controlo da escolaridade para aqueles que pretendiam emigrar.

⁵² Miranda, 1991: 35.

⁵³ Pereira, 1970: 104.

portuguesa, resultando “*das características da própria agricultura em que um vasto sector se encontra comercializado*”⁵⁴ e do comércio externo existente no país.

3.2. A Dimensão Regional

Os Açores seguiram a tendência geral, quer nacional, quer internacional. Já nos movimentos migratórios, a componente fundamental era, neste período, a emigração.

Assim, em relação ao volume populacional, ao analisarmos a situação regional do período em estudo, consideramos que “*a evolução demográfica dos Açores se enquadra no modelo demográfico europeu*”⁵⁵.

ANOS	PORTUGAL (POP. RESIDENTE)	AÇORES (POP. RESIDENTE)
1900	5 446 760	256 673
1911	5 999 143	242 948
1920	6 080 135	231 543
1930	6 802 429	255 464

Fig. 2 - Evolução da População Portuguesa e da População residente nos Açores
Rocha, 1996: 136

Ao analisarmos os dados, verificamos que a população portuguesa teve sempre um aumento progressivo mas, no arquipélago açoriano, tal só se verifica ao longo da década de 1920. “*À diminuição populacional registada entre 1900 e 1920 corresponde um aumento do volume de emigrantes*”⁵⁶.

Em relação à estrutura da população por idades⁵⁷ e por sexo, verificou-se um maior desequilíbrio entre homens e mulheres, com um número de elementos do sexo masculino anormalmente inferior ao do feminino, até aos anos 20, devido à emigração. Este desequilíbrio atenuou, na década de 30, em virtude da menor emigração da população⁵⁸.

⁵⁴ Pereira, 1970: 105

⁵⁵ Rocha, 1997: 247

⁵⁶ Idem, 1989: 224

⁵⁷ Ver em anexo, fig.7.

⁵⁸ Rocha, 2008: 271

ANOS	% JOVENS (< 20 anos)		% ACTIVOS (20-59 anos)		% VELHOS (> 60 anos)	
	P	A	P	A	P	A
1900	43,2	41,3	47,2	45,4	9,6	13,3
1911	43,9	42,8	46,6	43,0	9,5	14,2
1920	43,0	42,7	47,6	43,5	9,4	13,8
1930	41,9	42,7	48,5	45,7	9,6	11,6

Fig. 3 - Estrutura Etária da População Portuguesa e da População Residente nos Açores
 Rocha, 1996: 137

Ao fazermos a análise destes dados, verificamos que estamos perante populações jovens, verificando-se um ligeiro declínio ao longo das gerações, sendo mais acentuado nos Açores. Como se pode verificar, em 1930 destacou-se o aumento da população activa que se distancia das outras faixas etárias da população nacional e regional, encontrando-se justificação, como já anteriormente referido, no facto de neste período ter havido entraves à emigração por parte dos países receptores. No envelhecimento, a desigualdade parece mais intensa, destacando-se, porém, a maior percentagem de idosos açorianos em proporção com a realidade nacional.

Em relação ao movimento natural, observam-se algumas alterações relativas à natalidade e à mortalidade, que podem ser justificadas por modificações sociais.

ANOS	TAXA BRUTA DE NATALIDADE %		TAXA BRUTA DE MORTALIDADE %	
	P	A	P	A
1900-1910	31,8	33,2	20,1	23,9
1911-1920	31,5	32,6	23,7	24,8
1920-1930	31,8	32,1	19,4	23,0
1930-1940	27,7	28,0	16,3	16,8

Fig. 4 - Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade em Portugal e nos Açores
 Rocha, 1996: 140

As taxas de mortalidade apresentaram valores similares aos de Portugal Continental, havendo uma tendência para um decréscimo dos valores, face à melhoria das condições medico-sanitárias, com excepção dos anos compreendidos entre 1911-1920 devido à “Primeira Guerra Mundial e às graves epidemias que assolaram o país e a região”⁵⁹. Até 1930, a esperança de vida à nascença situava-se abaixo dos 50 anos.

⁵⁹ Rocha, 1996: 141 e Monteiro, 2005: 512-513 explica que a Gripe Pneumónica entrou em Ponta Delgada através do porto, isto é, da entrada de barcos japoneses e americanos com soldados contaminados pela doença e que receberam tratamento no Hospital de Isolamento e no Hospital da Base Naval Norte-Americana situados na freguesia de S. José, tendo-se depois propagado ao resto da Ilha.

Apesar dos dados estatísticos darem pouca informação para o início do século XX, tudo indica que a mortalidade infantil se situava por volta dos 150%⁶⁰.

Por outro lado, a taxa de natalidade foi começando a registar um declínio na última década em análise. A taxa de fecundidade apresentou valores elevados, pelo que se supõe que não sofreu qualquer controlo com vista ao seu planeamento e que as variações que existiam dependiam de outras variáveis⁶¹. A natalidade nos Açores, como na generalidade do país, estava intimamente associada à nupcialidade, pois era no interior da família, formalmente constituída através do casamento, que ocorriam os nascimentos. Sendo a população jovem, era normal que os valores da taxa de nupcialidade fossem elevados.

Em relação ao celibato, factor que também interferia com a natalidade nos inícios do século XX, no caso das mulheres açorianas chegava a ultrapassar os 40% e, no dos homens, oscilava entre os 12% e os 25%⁶². Assim, muito antes de haver planeamento familiar e recurso à contraceção para o controlo da natalidade, nos Açores, no início do século XX, o controlo era feito pelas características da nupcialidade, decorrentes dos desequilíbrios estruturais com origem nos movimentos migratórios. Assim, nos Açores, o saldo do movimento natural, dos anos iniciais do século XX, não era muito significativo, pois estávamos em fase de pré-transição, com as duas variáveis a registarem valores elevados⁶³.

Na dimensão regional, a emigração assumiu um peso incontornável, considerada como *“uma variável demográfica de enorme importância não só em termos de dinâmica populacional”*⁶⁴ como nos restantes aspectos do todo societal. Como afirmam Gilberta Rocha e Rolando Laland: *“L’importance de l’émigration pour la compréhension du système sociétal açoréen a été un des thèmes les plus étudiés dans ses multiples aspects, soit par approches quantitatives et qualitatives soit en mettant en évidence les rapports existant entre ce phénomène et des domaines qui vont de la linguistique à l’économie”*⁶⁵. Este fenómeno era, aliás, reconhecido na própria época. Em 1919, num artigo dedicado aos Açores, a revista *National Geographic* referia que

⁶⁰ Cf. Rocha, 2008: 279.

⁶¹ Idem: 282.

⁶² Idem: 287.

⁶³ Idem: 278.

⁶⁴ Rocha, 1999: 91

⁶⁵ Idem, 1981: 519

“there is perhaps no country in the world that has such a heavy tide of emigration, in proportion to the member of its inhabitants”⁶⁶.

ANOS	Portugal %	Açores %
1900-1910	6,1	21,1
1911-1920	5,6	22,0
1920-1930	5,0	7,2
1930-1940	1,5	1,1

Fig. 5 - Taxa Bruta de Emigração
 Rocha, 1996: 141

Entre 1900 e 1920, a diferença entre a realidade emigratória no país e no arquipélago era muito acentuada, como mostra a Fig 5⁶⁷. Neste período, a emigração na região gera, muitas vezes, escassez de mão-de-obra e conseqüente elevação dos salários e, desta forma, *“as autoridades e várias entidades públicas solicitam repetidas vezes ao Governo para serem tomadas medidas que dissuadam, ou mesmo reprimam a emigração”⁶⁸.*

A passagem do regime monárquico para o republicano não teve conseqüências significativas na emigração, pois a mobilidade era entendida como opção individual e familiar, explicada num desejo de ascensão social. Todavia, o poder central tentava evitar esta hemorragia de gente. Em 1913, um ofício do Governo Civil dava a conhecer a posição do Governo, alertando *“que em lugares onde o público se reúne, aparecem indivíduos que aconselham e excitam o povo a que emigre do país, lançando mão para conseguir tal fim, de afirmações dolosas e falsas”⁶⁹.* Por isto mesmo, existiam ordens de prisão e entrega em juízo daqueles que usassem de tal meio para instigarem alguém a abandonar o país. Num outro ofício, o Governo Civil, através de circular da Direcção Geral da Administração Política e Civil, chamava a atenção para o facto de exercerem funções de agentes de emigração alguns indivíduos sem habilitação legal, como os empregados da administração do concelho, incentivados pelo facto das companhias de navegação oferecerem prémios de exportação por cada emigrante. De igual modo, alertava para o facto de existirem empregados nas Administrações dos Concelhos que organizavam processos de passaportes de emigrantes e recebiam, indevidamente, um

⁶⁶ *National Geographic* de Dezembro de 1919.

⁶⁷ Cf. Rocha, 2005: 123-124 refere que os anos de 1911, 1912, 1920 registaram dos pontos mais altos, do 1º quartel do séc. XX, da emigração açoriana para os Estados Unidos; Cf. Costa, 2008: 121 refere que em 1920 já havia cerca de 30.000 açorianos no estado americano de Massachusetts.

⁶⁸ João, 1991: 193

⁶⁹ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º418, 1913, Junho, 26, fl.243.

valor junto com os emolumentos pagos para organizar o processo, quando apenas deviam fazer o que a lei lhes exigia, ou seja, a organização do processo na secretaria e o exame dos documentos apresentados pelos interessados⁷⁰.

Apesar destas advertências, a atracção pela emigração continuava acentuada. De acordo com os Censos de 1920, os indivíduos saídos do nosso país representavam uma média de 8,13‰ enquanto o valor médio da imigração atingia 4,43‰, sendo um *deficit* de 3,7‰ anual. Destacando o caso das Ilhas Adjacentes, o Censo referia que “*a população continua decrescendo*”⁷¹.

No período entre 1920 e 1930 deu-se um acentuado declínio da mobilidade, atingindo de modo muito significativo a região⁷². “*É ao nível da mobilidade, nomeadamente da emigração, que os Açores se distinguem visivelmente da globalidade do país*”⁷³. A maior consequência resultante deste declínio foi a diminuição da população açoriana, pois a forte natalidade não conseguiu compensar as saídas populacionais provenientes em conjunto da mortalidade e da emigração.

Os principais destinos da emigração açoriana eram o Brasil, pelo facto deste país pretender substituir a mão-de-obra escrava por população assalariada, e os Estados Unidos da América (Califórnia, Boston ou Ilhas Havai⁷⁴), devido à sua afirmação como potência económica, muito alimentada pelo seu progresso industrial. Como afirma Armando Cândido num aviso efectuado na Assembleia Nacional relativamente aos emigrantes açorianos: “*Ajudaram a criar novos países, constituíram núcleos de populações que deram prosperidade a novas regiões. E, tanto na América do Norte como na do Sul, principalmente no Brasil, será imperecível e sempre lembrada a sua actuação na vida daquelas duas grandes nações americanas*”⁷⁵.

As principais ocupações dos açorianos nos Estados Unidos eram essencialmente agrícolas, como vaqueiros ou agricultores ou então na pesca à baleia, devido à sua afinidade com este tipo de actividades⁷⁶. Por sua vez, as actividades industriais eram

⁷⁰ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º418, 1913, Julho, 4, fl.251-252.

⁷¹ Censos de 1920, Relatório: 22 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

⁷² Cf. Nazareth, 2007: 347 refere que “*com a crise económica de 1929, quase todos os países fecharam as suas portas à entrada de estrangeiros*”.

⁷³ Rocha, 1996: 142

⁷⁴ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º411, 1910, Novembro, 2, fl.9 refere que o Governo Civil envia aos Administradores dos Concelhos um ofício do Ministério do Interior para constar aos emigrantes que se habilitarem a tirar passaporte para as Ilhas de Sandwich.

⁷⁵ Cândido, 1952: 10.

⁷⁶ Cf. Mendonça & Ávila, 2002: 175.

preenchidas por emigrantes de outros países europeus que estavam tecnicamente melhor preparados. Já no Brasil, os portugueses que emigravam ocupavam os trabalhos mais grosseiros, de maior desgaste físico e menos renumerados⁷⁷.

Em 1911, a comissão de emigração dos Estados Unidos apresentou um projecto de lei sobre Emigração mais rigoroso, sendo vedada “a entrada aos analfabetos, aos asiáticos e aos indivíduos solteiros que não tivessem ofício certo”⁷⁸, devendo o emigrante levar um atestado de bom comportamento passado pelas autoridades do seu país. Em 1912, organizou-se o serviço de estatística da emigração do distrito de forma a torná-lo mais preciso e concreto⁷⁹. Num dos boletins de estatística mensal que era enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil, este devolveu-o para rectificações e referiu, a respeito de profissões, que “o emigrante, salvo raras excepções, vai empregar-se nas fábricas e, na maioria dos casos, vai apenas levado pelo desejo de melhorar de fortuna, sem ter ainda estabelecido, no momento em que se ausenta, o género de trabalho a que se vai dedicar”⁸⁰.

Assim, nas primeiras duas décadas do século XX, a emigração insular conheceu um dos momentos de maior intensidade. “A crise económica então associada ao encerramento das fábricas de destilação de álcool e conseqüente abandono da cultura da batata-doce”⁸¹ explicava a situação⁸². Só nos anos de 1917 e 1918 se deu um abrandamento da corrente migratória relacionada com o envolvimento de Portugal e dos Estados Unidos da América na I Guerra Mundial. A este respeito, por decreto de 30 de Março de 1916, determinava-se que, “enquanto durasse o estado de guerra não poderia ser concedida licença a nenhum cidadão português com mais de 16 anos e menos de 45 para sair do território nacional e seus domínios para o estrangeiro, a não ser que fosse reconhecida a sua incapacidade física para todo o serviço militar”⁸³. Se algum cidadão fosse encontrado a sair do Continente ou das Ilhas Adjacentes, seria julgado pelos tribunais militares e condenado a prisão correcional e multa.

⁷⁷ Idem: 194.

⁷⁸ Idem: 214.

⁷⁹ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º418, 1912, Novembro, 9, fl.20.

⁸⁰ Idem, 1913, Maio, 23, fl.199.

⁸¹ Mendonça & Ávila, 2002: 174

⁸² Cf. Rocha & Ferreira, 2009: 201 refere que “os fluxos de saída eram vistos como constituindo uma das melhores soluções para os problemas que a sociedade açoriana vinha a experimentar desde os primeiros anos do século XX”.

⁸³ Mendonça & Ávila, 2002: 214

Terminada a guerra, a emigração do Arquipélago voltou ao seu percurso normal. Os Estados Unidos, após a guerra, controlaram a entrada de emigrantes no país, justificando tal acção com a crise comercial e industrial, com o decréscimo do consumo, a redução da produção industrial e o aumento do desemprego.

Anos	Nº de Emigrantes	Anos	Nº de Emigrantes	Anos	Nº de Emigrantes
1908	1715	1917	1295	1926	629
1909	3070	1918	200	1927	513
1910	2580	1919	704	1928	623
1911	2790	1920	3825	1929	932
1912	5055	1921	689	1930	618
1913	4129	1922	s/ inf. estatística	1931	172
1914	1982	1923	779	1932	52
1915	2268	1924	449	1933	97
1916	3560	1925	263		

Fig. 6 - Emigração do Distrito de Ponta Delgada entre 1908-1933
 Mendonça, 2002: 166, 167, 225

Sendo maior o número daqueles que pretendiam emigrar do que aqueles que a lei americana permitia, houve a necessidade de fazer uma selecção para estabelecer uma ordem de prioridades. Assim, seriam primeiro escolhidos os homens maiores de 14 anos e que já tivessem família no local sendo necessário o seu amparo como chefes da família. Em relação às mulheres, preferiam as casadas, com filhas menores de 14 anos ou filhos menores de 18 anos ou sem filhos, se fossem chamadas pelos maridos. Por fim, menores de 14 anos se fossem rapazes ou raparigas menores de 18 anos cujos pais estivessem na América e se fossem órfãos que fossem chamados por qualquer elemento da família⁸⁴. A concessão de passaportes para a América não podia ser feita sem a prévia autorização do Ministro do Interior e não poderia ser vendido bilhete de passagem sem que o emigrante provasse que estava autorizado a emigrar.

Por causa destas restrições do governo americano, a emigração para o Brasil ganhou novo impulso, como destino principal dos insulares. Porém, a crise económica mundial que se sentiu de forma intensa na América Latina e a Revolução Brasileira de 1930 causou novo decréscimo na emigração.

Como consequência da restrição à emigração, a população açoriana aumentou a partir dos anos 20. Mas, aumentaram também problemas como o excesso de população, a falta de divisas dos emigrantes, a crise económica, o agravamento das condições de

⁸⁴ Idem: 216.

vida da população rural devido à contenção salarial, passando a haver um desequilíbrio entre a população e as disponibilidades alimentares.

3.3. A Dimensão Lagoense

3.3.1. Os Censos de 1911, 1920 e 1930

A contagem da população teve a sua origem antes da Era de Cristo com objectivos essencialmente militares e de cobrança de impostos. As populações, nessa época, deslocavam-se aos seus locais de origem e apresentavam-se às autoridades locais para o seu registo de pessoas e/ou o dos seus bens. Os vestígios mais antigos para este tipo de contagem remontam à Civilização Suméria mas, em todas as civilizações antigas existem formas próprias de recensear a população.

O primeiro Censo Populacional respeitante ao território a que hoje se chama Portugal (região de entre o Douro e o Guadiana, compreendida na província da Lusitânia) foi realizado no ano do nascimento de Cristo, por ordem do Imperador César Augusto. Após a fundação da nacionalidade foram feitas várias contagens com fins essencialmente militares, destacando-se o Rol dos Besteiros do Conto de D. Afonso III (1260-79) ou o Recenseamento Geral de 1801 ou do Conde de Linhares.

Em 1864, realizou-se o I Censo Geral da População Portuguesa a reger-se pelas orientações Internacionais do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas, em 1853, e de Paris, em 1855, dando origem ao início dos recenseamentos da época moderna. Neste primeiro censo, os indivíduos foram recenseados através de boletins de família, cuja distribuição assentou na lista dos fogos, com recurso ao método directo e nominal. Embora já houvesse indicação da sua periodicidade por cada década, o censo seguinte ocorreu em 1878 e o posterior em 1890. Salvo raras excepções, desde então têm vindo a realizar-se regularmente em intervalos de 10 anos⁸⁵.

No nosso quadro de análise vão ser abordados os Recenseamentos Gerais da População Portuguesa ocorridos em 1911, 1920 e 1930, visto serem correspondentes ao período deste estudo.

No decreto e instruções do 5º Recenseamento Geral da População do 1 de Dezembro de 1911 começou-se por justificar o porquê de não se ter realizado no ano de

⁸⁵ Cf. Censos 2001: 8 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

1910, como estipulado na Carta de Lei de 25 de Agosto de 1887. Enumeraram-se, como causas, o facto da extinta Direcção Geral não ter procedido aos trabalhos preliminares indispensáveis e por ter “*sido materialmente impossível ao novo regime, cujo advento se deu na época em que tais trabalhos deveriam já estar em adiantada laboração*”⁸⁶. Assim, o Governo Provisório da República decretou, através do Decreto de 17 de Junho de 1911, que se procedesse ao Recenseamento Geral da População, no Continente da República e nas Ilhas Adjacentes, devendo ser nominal, abrangendo toda a população existente no dia 1 de Dezembro de 1911 e a que temporariamente se ausentasse. Seria da competência dos Governadores Civis, Administradores do Concelho ou Bairro, Presidentes das Juntas Paroquiais dirigir, inspecionar e fazer executar as operações parciais dos Censos⁸⁷.

Na Lagoa, todo o processo de contagem da população foi, naturalmente, determinado pelo Governo Civil, obedecendo às metodologias impostas pelo poder central, que delegava nas entidades concelhias as responsabilidades logísticas dos recenseamentos. Assim, o Governador Civil Caetano Moniz de Vasconcelos enviou um ofício ao Administrador do Concelho da Lagoa dizendo que, segundo o decreto de 17 Junho 1911, no dia 1 de Dezembro tinha de se proceder ao recenseamento geral da população do continente da República e Ilhas adjacentes, sendo uma operação de máxima importância e que tinha por objectivo “*determinar os índices de vitalidade da nação e o estado da actividade nacional nos seus diversos ramos*”⁸⁸. Acrescentou que seriam incumbidas importantes funções às Comissões Concelhias e Recenseadoras, sendo marcado o limite de 31 Agosto para as instalações, mas tendo havido atraso no correio tal deveria proceder-se sem perda de tempo. O Administrador do Concelho deveria ler as instruções que seguiam em anexo, para depois expor à “*comissão concelhia e às comissões recenseadoras os deveres que lhes incumbem nas operações do censo da população. Convém radicar bem no ânimo público que o censo não tem por fim descobrir como lançar novos impostos ou aumentar os existentes, devendo de antemão a cada habitante a convicção de que as suas respostas às perguntas feitas nos boletins apenas terão o fim indicado e de que as suas declarações não o prejudicarão absolutamente nada, antes poderão ser de grande utilidade geral*”⁸⁹. O mesmo

⁸⁶ Censos de 1911, Decreto e Instruções: 3 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Livro n.º 414, 1911, Setembro, 2, fls.46-48.

⁸⁹ Idem.

Governador Civil chamava ainda a atenção que “*nos serviços do recenseamento geral da população os recenseados desempenham um papel de importância capital e da forma como desempenharem as suas funções depende a boa execução de tão importante serviço*”⁹⁰. Solicitava que fossem feitas as nomeações provisoriamente até que se reconhecessem provas da idoneidade dos indivíduos para o desempenho dos referidos lugares e, posteriormente, solicitou o envio da relação dos recenseadores para que fossem enviados os impostos necessários para a comunicação aos interessados das nomeações provisórias que acabou de receber da Direcção Geral da Estatística⁹¹. Enviou também a “*relação nominal dos prédios urbanos do concelho obstinados a habitação, organizada por determinação da Direcção Geral da estatística para o recenseamento*”⁹² e exemplares do modelo A para o recenseamento geral da população, solicitando o envio de ofício a acusar a sua recepção⁹³.

Em Janeiro de 1912, o Governador Civil Caetano Moniz de Vasconcelos enviou um comunicado dizendo que “*determinando a 2ª parte do artº8 das instruções para execução do recenseamento geral da população que os administradores dos concelhos deverão remeter até dia 20 Janeiro, ao Governador Civil todo o processo censuário acompanhado do mapa modelo F do recenseamento do concelho e de um relatório sobre o modo como correram as operações dos recenseamentos*”⁹⁴. O Director Geral da Estatística enviou um ofício à Câmara Municipal da Lagoa lembrando a inclusão no orçamento ordinário do município, para aquele ano, da verba extraordinária de 127\$180 com que deveria contribuir para o recenseamento geral da população⁹⁵. O Governador Civil enviou dois exemplares do modelo II das operações do censo da população relativos a freguesias para Água de Pau e Santa Cruz a fim de serem devidamente preenchidos. Acrescentou que, se os recenseadores ou comissões paroquiais não tivessem ficado com elementos que lhes permitissem o preenchimento completo do modelo, deveriam preenchê-lo na parte possível, não devendo nunca de deixar de o fazer na coluna relativa às subdivisões da freguesia⁹⁶. O Governador Civil solicitou que

⁹⁰ Idem, 1911, Setembro, 11, fl.55.

⁹¹ Idem, 1911, Setembro, 25, fl.60.

⁹² Idem, 1911, Setembro, 25, fl.61.

⁹³ Idem, 1911, Outubro, 2, fl.66.

⁹⁴ Idem, 1912, Janeiro, 8, fl.152.

⁹⁵ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1912, Janeiro, 27, fls.186v-188.

⁹⁶ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Livro n.º 414, 1912, Julho, 11, fl.366.

fossem enviados ao Director Geral de Estatística os boletins de recenseamento da população para serem devolvidos para conclusão dos trabalhos⁹⁷.

Os boletins a ser preenchidos eram: modelo A – Boletim de Família ou de Fogo; Modelo B – Rol de Fogos⁹⁸; Modelo C – Rol de Embarcações; Modelo D – Mapa resumo das pessoas recenseadas em cada secção; Modelo E – Relação das pessoas de freguesia que padecem de enfermidades (deficiências) e Modelo E1 – Relação de pessoas da freguesia que professam religião diferente do catolicismo.

Os resultados deste Censo foram publicados em quatro volumes. A introdução foi bastante desenvolvida, seguindo-se comparações com os resultados obtidos anteriormente, possuindo informação detalhada sobre os estrangeiros, com indicação das profissões a nível de concelho juntando a variável da idade e da religião. Na IV parte acresceu a informação sobre a longevidade ao nível de freguesia. O Censo de 1911 contou com 5.960.056 habitantes de facto, 1.411.327 fogos e as famílias tinham em média 4,2 indivíduos⁹⁹.

O 6º Recenseamento Geral da População ocorreu em 1 de Dezembro de 1920. Seguiu a Carta de Lei do censo anterior, mas foi regulamentado pelo Decreto nº6.434, de 2 de Março de 1920, que veio repor a periodicidade decenal. Pelo Poder Executivo foi decretado que o recenseamento seria nominal e abrangeria toda “a população existente no continente e ilhas adjacentes, no dia 30 de Novembro de 1920 e a que temporariamente se achar ausente”¹⁰⁰. Para esclarecimento geral “todos os jornais do país fizeram referências ao recenseamento da população, elucidando o espírito público e dizendo quais os fins que se tinha em vista com a execução de tal serviço”¹⁰¹.

O Governador Civil enviou, a 2 de Março, ao Administrador do Concelho da Lagoa exemplares do decreto e instruções sobre o recenseamento geral da população que a realizar-se a 1 Dezembro. Acrescentou uma chamada de atenção a “V. Exa. para este importante assunto, convindo que V. Exa. nomeie imediatamente as Comissões concelhias e recenseadoras para membros das quais pode V. Exa. fazer acerbadíssima escolha nos membros das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, juizes,

⁹⁷ Idem, 1913, Outubro, 31, fl.309.

⁹⁸ Ver em anexo, figs.8-11; Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Livro n.º 414, 1911, Outubro, 13, fl.70 refere que Director Geral de Estatística solicita o envio das relações dos recenseadores das diferentes freguesias. Diz ser provável que tenham sido entregues as respectivas instruções, os impressos B e B-A para a organização do Rol de fogos, as Relações dos prédios urbanos das freguesias e solicita que haja algum cuidado na escolha dos agentes recenseadores.

⁹⁹ Cf. Censo 1911, Relatório: 9 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

¹⁰⁰ Censos de 1920, Decreto e Instruções: 3 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

¹⁰¹ Censos de 1920, Relatório: 16 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

professores, etc”¹⁰². Acrescentou ainda que se deveria “*fazer notar que às Comissões recenseadoras que da escolha dos agentes depende a maior ou menor exactidão das informações que se exigem porque a eles incumbe em muitos casos não só a correcção das faltas que puderem apreciar quando recolherem os boletins de família, mas também o preenchimento dos mesmos quando os chefes de família o não possam fazer*”¹⁰³. Solicitou ainda que deveria ser feita publicidade que o recenseamento não preparava opressão aos povos, mas sim melhoramentos na administração pública.

A superintendência de todo o serviço competia à Direcção Geral de Estatística, continuando a inspecção e execução da responsabilidade do poder local. A este propósito, no relatório apresentado ao Ministro das Finanças, justificou-se o atraso na publicação dos resultados, que só ocorreram em Março de 1924, pelo facto de ter havido deficiências de meios e de falta de pessoal mas principalmente “*pela falta de compreensão e de interesse por parte de alguns organismos locais incumbidos de colher os necessários elementos estatísticos*”¹⁰⁴, tendo sido necessário esperar por rectificações e até repetir-se a primeira operação de recenseamentos em determinadas localidades. Assim, justificou-se o facto de não terem sido considerados válidos os elementos correspondentes às profissões. Os resultados foram publicados em dois volumes e apresentavam as características dos censos anteriores, exceptuando a não inclusão de dados sobre as profissões¹⁰⁵. O Censo de 1920 contou com 6.032.991 habitantes de facto e as famílias apresentavam um número médio de 4,2 indivíduos.

O 7º Recenseamento da População ocorreu em 1 de Dezembro de 1930. Seguindo as orientações da Carta de Lei anterior e foi executado com base no regulamentado pelo Decreto nº18.338, de 16 de Maio de 1930. Sob proposta dos Ministros de todas as Repartições, foi decretado que se procedesse ao Recenseamento Geral da População do Continente da República e das Ilhas Adjacentes, sendo nominal, abrangendo a população existente às 0 horas do dia 1 de Dezembro de 1930 e a que temporariamente se achasse ausente. A importância atribuída aos Censos era de tal ordem que nas instruções para a sua execução referiu-se no art.º3º: “*Os governadores*

¹⁰² BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro n.º 424, 1920, Agosto, 6, fl.56.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Censos de 1920, Relatório: 7 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012; Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro n.º 79, 1920, Novembro, 13, fl.79 refere que houve atraso na chegada dos impressos.

¹⁰⁵ Cf. <http://www.ine.pt> - CENSOS - Antecedentes, metodologias e conceitos – 2001: 9 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

civis, administradores de concelho e conservadores e oficiais de registo civil, comandantes de unidades militares, professores de ensino público, membros das juntas de freguesia e de um modo geral as autoridades civis e militares deverão empregar todos os meios de publicidade e persuasão que estiverem ao seu alcance a fim de que os cidadãos se convençam da grande importância do recenseamento e da conveniência de todos cooperarem para que seja a expressão da verdade.”¹⁰⁶ A este propósito, o Governador Civil enviou ao Administrador do Concelho da Lagoa cem exemplares de um cartão de propaganda do recenseamento geral da população para que fosse feita a sua distribuição no concelho até 30 Novembro¹⁰⁷. No Ofício nº16, de 30 Maio, o Governador Civil lembrou que, no orçamento ordinário da receita e despesa da Câmara Municipal da Lagoa para o seguinte ano económico, deveria ser incluída a verba de 1.235\$00, em moeda forte, para as “despesas com o sétimo recenseamento geral da população”¹⁰⁸. Por outro lado, devido à turbulência da execução dos Censos de 1920, no final das instruções foi feita uma calendarização das etapas a seguir. Assim, no relatório elaborado pela Comissão Distrital de Ponta Delgada, pode ler-se que os trabalhos correram com regularidade, tanto no cumprimento dos prazos como da forma de execução contudo “algumas deficiências se verificaram na forma como foram preenchidos os boletins, deficiências inevitáveis em atenção à categoria dos recenseados e à dos recenseadores dos concelhos rurais”¹⁰⁹. Porém, salvaguarda que os números da população de facto deveriam corresponder à verdade. Os resultados deste recenseamento foram publicados em três volumes. Apresentou as mesmas características dos anteriores, dando destaque às profissões no terceiro volume, tendo sido criada uma nova classificação de grupos profissionais, de forma que todas as pessoas que trabalhassem numa empresa ou oficina fossem agrupadas independentemente das funções que exercessem, a fim de se obterem resultados por actividade económica. Foram considerados activos os desempregados, os presos e os hospitalizados, para seguirem as normas estrangeiras, bem como os aposentados ou os que vivessem dos rendimentos por sustentarem as suas famílias. As mulheres casadas ocupando-se do lar foram consideradas população activa e na classificação de serviços domésticos, todas aquelas que fossem consideradas chefes de família. O Censo de 1930

¹⁰⁶ Censos de 1930, Decreto e Instruções: 11 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

¹⁰⁷ Cf. BPARPD, FGCPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro n.º 957, 1930, Novembro, 25, fl.71.

¹⁰⁸ AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Junho, 7, fls.10-12.

¹⁰⁹ Censos de 1930, Decreto e Instruções: 8 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

apresentou como população de facto 6.825.883 indivíduos e o número médio por família era de 4,1 indivíduos.

3.3.2. A População Lagoense nos Censos de 1911, 1920 e 1930

No período analisado, a população da Lagoa distribuía-se por três freguesias: Água de Pau, Nossa Senhora do Rosário e Santa Cruz.

A população residente, tal como se pode observar na figura abaixo, foi sempre superior na freguesia do Rosário, seguindo-se da freguesia de Água de Pau sendo sempre a menos populosa a freguesia de Santa Cruz.

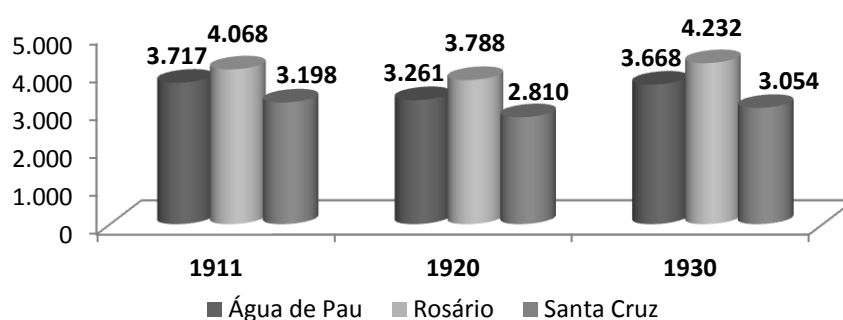


Fig. 7 - População de Residência Habitual do Concelho da Lagoa
 Censos de 1911, 1920, 1930

Ao analisar mais atentamente os dados disponíveis nos censos, verifica-se que houve sempre uma discrepância entre os valores da população residente¹¹⁰ e a população presente¹¹¹.

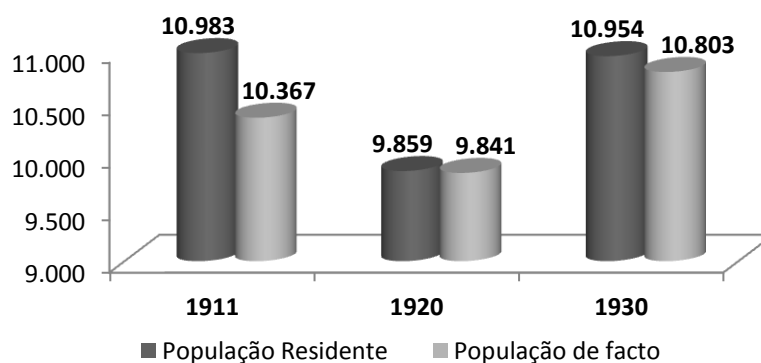


Fig. 8 - População Residente e População de Facto do Concelho da Lagoa
 Censos de 1911, 1920, 1930

¹¹⁰ População Residente é o conjunto das pessoas que tinham a sua residência habitual em cada área considerada. In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

¹¹¹ População Presente é o conjunto das pessoas que se encontravam presentes em cada localidade na hora/ dia do censo. In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Em 1911, constatou-se uma diferença de 616 indivíduos na população de facto, em 1920 apenas 18 indivíduos não estavam na sua área de residência aquando da realização do censo e, em 1930, estavam 151 lagoenses ausentes do concelho. Pode-se concluir que a mobilidade era maior aquando da realização do primeiro censo em estudo.

Em relação às características demográficas¹¹², em 1911, na variante da população segundo o sexo, decompôs-se a população de Portugal (continente e ilhas) apurada neste recenseamento em 2.828.691 homens e 3.231.365 mulheres, o que mostra ter havido um excedente feminino bastante notável com tendências para aumentar, tal como aconteceu em geral em toda a Europa. A justificação para este fenómeno poderá estar na emigração. Em 1920, registou-se a existência de 2.855.818 varões e 3.177.173 fêmeas. Continuando a manter-se o predomínio do sexo feminino agravando-se com a idade pois a mortalidade e a emigração era superior no sexo masculino. Por sua vez, em 1930 foram apurados 3.255.876 homens e 3.570.007 mulheres. Registando-se 109 mulheres por cada 100 homens. No caso lagoense, como se pode verificar no gráfico abaixo, o número de mulheres foi sempre superior ao número de homens em cada uma das freguesias do concelho, não sendo, por isso, diferente da realidade nacional.

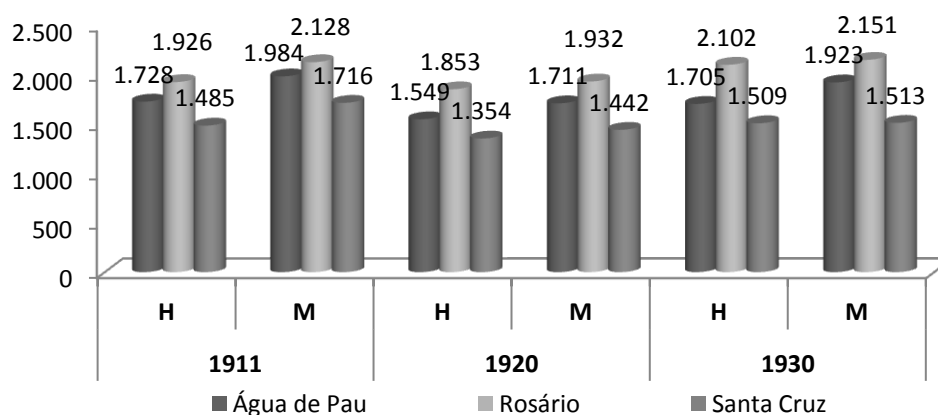


Fig. 9 - Variação da População Lagoense, segundo o sexo
 Censos de 1911, 1920, 1930

Na apresentação dos resultados relativos à classificação da população por idades¹¹³, foi feito o agrupamento por períodos quinquenais, com excepção dos três primeiros em que o apuramento foi feito ano a ano, justificando-se que, nestas idades, as variações são de maior sensibilidade e de grande importância. Este foi considerado um

¹¹² Ver em anexo, figs. 16-18.

¹¹³ Idem.

dos trabalhos “*de maior importância quer económica, quer social, quer política*”¹¹⁴, pois permitiu fazer uma análise mais detalhada da população.

Fazendo uma análise dos censos, verificou-se que, em 1911, a nível nacional, na faixa etária dos menores de 14 anos, havia mais indivíduos do sexo masculino (34,6%) do que do sexo feminino (30,2%). Pelo contrário, no grupo dos 14 aos 60 anos, era maior a percentagem de mulheres (59,4%) do que de homens (56,5%), se neste grupo separarmos os homens entre os 20 e os 45 anos de idade, faixa etária de cumprimento do serviço militar, havia cerca de 32,3% de indivíduos nestas condições. Os indivíduos com mais de 60 anos eram 9,5% da população, destacando-se aqueles que eram maiores de 80 anos, correspondendo a 0,9% da população total. Em 1920, quando comparado com o censo anterior, a composição da população segundo a idade era de valor superior nos indivíduos entre os 15 e os 60 anos (58,02%). Esta é chamada população activa, “*aqueles que trabalham, que produzem, que dão à vida do Estado a sua actividade própria*”¹¹⁵ sendo os restantes grupos dependentes dos adultos. A população jovem era constituída por 32,62% enquanto a população idosa era de 9,36% sendo ambos os valores inferiores em comparação com os registados anteriormente. O valor inferior de população jovem, resultante da diminuição do número de nascimentos, é de ter em conta já que de futuro representará uma diminuição da população activa. Por sua vez, em 1930 o número de indivíduos entre os 15 e os 60 anos equivaleu a 58,33% do total de recenseados, a população jovem correspondeu a 31,9% e a faixa da população idosa era de 9,77% da população total. Assim, aumentou o número de indivíduos considerados população activa, bem como os maiores de 60 anos. Por sua vez, a percentagem de menores de 15 anos continuava a diminuir.

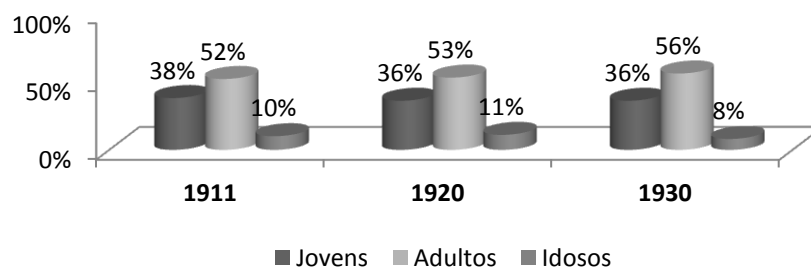


Fig. 10 - Variação da População Lagoense, segundo a classificação por grupos etários
 Censos de 1911, 1920, 1930

¹¹⁴ Censos de 1920, Relatório: 7 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012 acrescenta-se ainda “*A força eleitoral da Nação, o número de varões que constituem ou podem constituir a força armada, o grau de analfabetismo, a frequência escolar, são outros tantos assuntos que se relacionam directamente com a distribuição da população segundo a idade.*”

¹¹⁵ Censos de 1920, Relatório: 8 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Como se pode observar nos gráficos sobre a classificação da população lagoense por grupos etários, em cada um dos censos a faixa etária da população activa ou adulta apresentava sempre um valor superior a 50% da população total, tendo ao longo dos anos vindo sempre a aumentar o número de indivíduos. Os jovens correspondiam a mais de 35% da população, tendo diminuído o seu valor efectivo quando comparamos os censos de 1911 (38%) e de 1920 (36%), chegando a estagnar nos censos de 1930 (36%). Os idosos representavam a menor percentagem populacional deste período, sendo de 10% em 1911, aumentando ligeiramente em 1920 (11%), e sofrendo uma quebra em 1930, representando 8% da população lagoense.

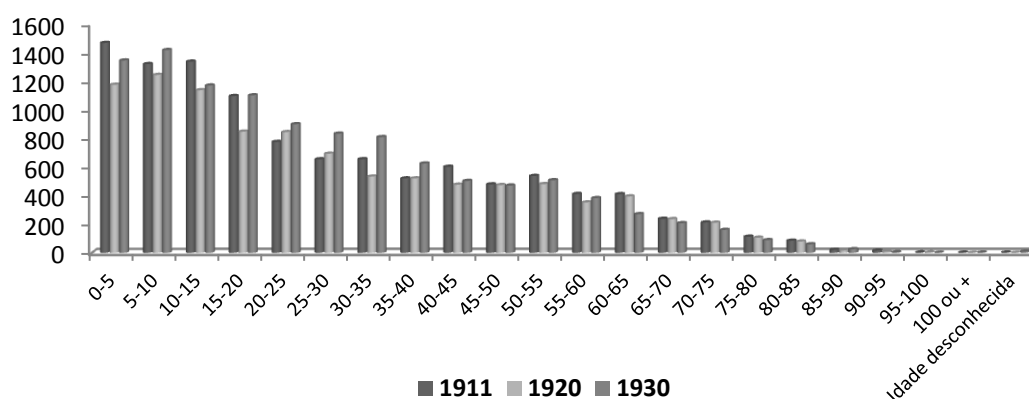


Fig. 11 - Variação da População Lagoense, segundo a idade
 Censos de 1911, 1920, 1930

Quanto à longevidade, o Censo de 1911 foi o único que dedicou um capítulo a esta temática, resolvemos elaborar uma tabela¹¹⁶ com os dados indicados. Para a Lagoa, a Fig. 13 apresenta uma análise comparativa, verificando-se que o número de idosos com mais de 80 anos de idade tendeu a diminuir ao longo dos anos em análise neste estudo.

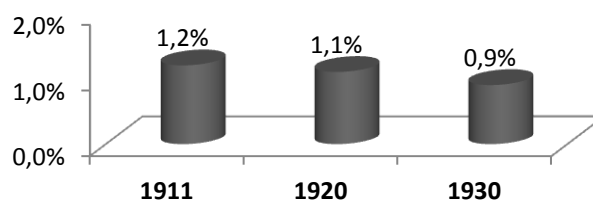


Fig. 12 - Longevidade da População Lagoense (> 80anos)
 Censos de 1911, 1920, 1930

Há ainda a destacar que ainda havia uma fatia considerável da população nacional com idade desconhecida: 14.424 indivíduos em 1911, que aumentaram para

¹¹⁶ Ver em anexo, fig.19.

27.610 pessoas em 1920 e reduziram substancialmente, em 1930, para 12.717 indivíduos. Curiosamente, no concelho da Lagoa estes registos são praticamente insignificantes, tendo sido recenseados com idade desconhecida 2 indivíduos em 1911, 0 em 1920 e 9 indivíduos em 1930.

Em relação ao estado civil, no censo de 1911, Portugal encontrava-se na média europeia com 60,7% de solteiros, 33,1% de casados, 0,1% de separados judicialmente e divorciados e 6,1% de viúvos. Em 1920, o estado civil da população do Continente e Ilhas era composta por 60,31% de solteiros, 33,32% de casados, 0,16% separados judicialmente e divorciados e 6,21% de viúvos. Observou-se que diminuiu o número de solteiros e aumentou o número de casados, separados e viúvos.

No distrito de Ponta Delgada, o número de mulheres viúvas foi elevado atingindo 10,1% da população. Por sua vez, em 1930, 58,85% da população foi composta por solteiros, 34,72% de casados, 0,24% de separados judicialmente e divorciados e 6,19% de viúvos. Verificou-se que o número de solteiros diminuiu, os restantes estados civis aumentaram e o número de viúvos diminuiu ligeiramente. Na variante por sexo, verificou-se que o número de homens em cada estado civil era superior ao das mulheres, com excepção do estado civil de viúvo em que o valor da diferença quase triplicou em favor do número de mulheres.

Analisando a população lagoense, verificou-se que, quanto ao estado civil, o maior número era o da população solteira. Em 1911, na variante por sexo, eram mais as mulheres neste estado civil embora, nos seguintes, o maior peso coube aos homens. No estado civil de casados, também se observa maior peso das mulheres, embora com uma diferença pouco significativa. De igual modo, o número de viúvas era bastante superior quanto comparado com o número de homens com o mesmo estado civil. Em relação aos separados judicialmente ou divorciados, a sua percentagem no total da população foi insignificante.

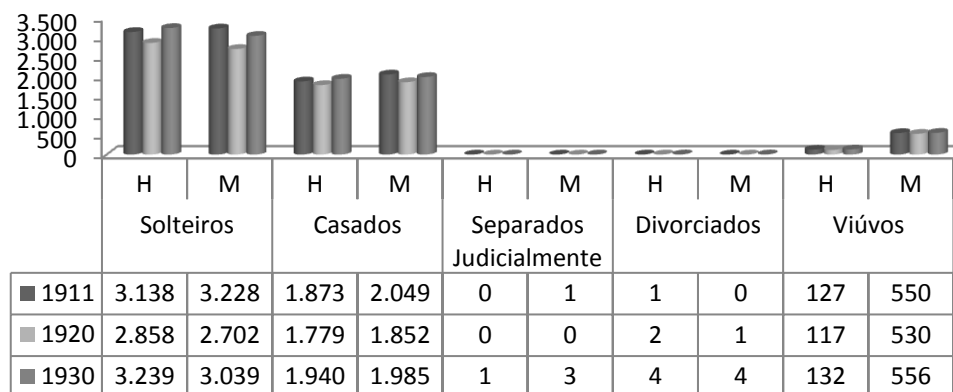


Fig. 13 - Variação da População Lagoense, segundo o estado civil
 Censos de 1911, 1920, 1930

Nos Censos de 1911, analisando o gráfico correspondente em relação à distribuição da população segundo a naturalidade e a nacionalidade¹¹⁷, verificou-se que 85% da população nacional eram naturais do próprio concelho de residência e menos de 1% eram estrangeiros a habitar o nosso país. Nas Ilhas, o número daqueles que habitavam o concelho natal elevou-se para os 94%. Por sua vez, nos Censos de 1920, 85,24% dos indivíduos habitavam no concelho onde nasceram e 0,49% eram estrangeiros e verificou-se que a maioria das deslocções era em benefício da população urbana. Nas Ilhas, o número daqueles que habitavam o concelho onde nasceram elevou-se para 93,99%, correspondendo a 2,14% aqueles que habitavam fora do distrito natal. Em relação aos estrangeiros deu-se uma diminuição, quando comparado com o último censo, com uma diferença de 2.991 indivíduos justificando-se “*com a diminuição do número de americanos e ingleses que ali residiam*”¹¹⁸. No Censo de 1930, 86,73% dos indivíduos habitavam o concelho onde nasceram, 4,16% habitavam o mesmo distrito mas num concelho diferente e 8,68% estavam deslocados do distrito natal.

No caso do concelho da Lagoa, a distribuição da população correspondia à média das Ilhas Adjacentes pois cerca de 95% da população habitava o concelho onde nasceu, como se observa na Fig. 15¹¹⁹.

¹¹⁷ Ver em anexo, figs.20-22.

¹¹⁸ Censos de 1920, Relatório: 27 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

¹¹⁹ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Livro n.º 418, 1912, Novembro, 1, fl.3 Aqui, o Governador Civil solicita informação sobre quantos e quais cidadãos estrangeiros residem no concelho que legitimaram a sua residência nos termos do decreto de 17 Julho 1871 e quais fizeram declaração de desistência da respectiva nacionalidade.

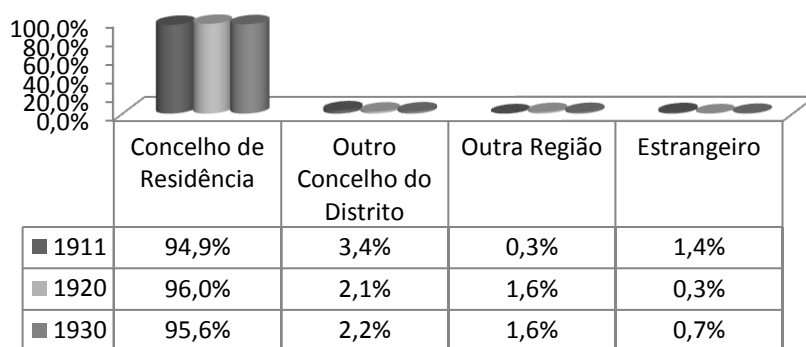


Fig. 14 - Variação da População Lagoense, segundo a naturalidade e nacionalidade
 Censos de 1911, 1920, 1930

No Censo de 1920, diminuiu significativamente a percentagem de estrangeiros na Lagoa, decerto em consequência da conjuntura internacional que também aqui se faria sentir.

Especificamente sobre as nacionalidades estrangeiras, no concelho em estudo, verificou-se que o seu número era bastante considerável, variando essencialmente entre americanos e brasileiros.

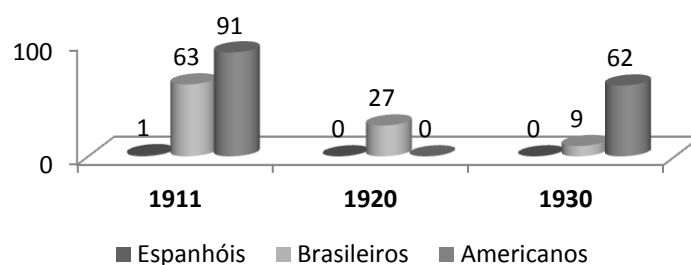


Fig. 15 - Nacionalidades estrangeiras presentes no Concelho da Lagoa
 Censos de 1911, 1920, 1930

No censo de 1920, apenas se recensearam uma pequena percentagem de brasileiros e, em 1930, o seu número era menor ainda, tendo, no mesmo período, aumentado a quantidade de americanos na região.

Analisando as características educativas¹²⁰, no censo de 1911 a instrução, embora tenha melhorado em relação aos anos anteriores, “*encontra-se ainda em condições de grande inferioridade em relação a outros países da Europa*”¹²¹, pois a percentagem total de analfabetos é de 75,1%, sendo maior o número de varões analfabetos nas Ilhas, contrariando os valores continentais. Assim, no distrito de Ponta

¹²⁰ Ver em anexo, figs. 16-18.

¹²¹ Censo 1911, Relatório: 22 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Delgada o número de analfabetos varões maiores de 7 anos era de 33.428 e o número de fêmeas era de 35.910. No concelho da Lagoa, numa razão de 5.139 varões apenas 864 sabiam ler e, num total de 5.828 fêmeas, 1.700 tinham instrução. Para melhorar estes resultados, de acordo com o relatório do censo em questão afirmou-se que se havia decretado com vista à *“criação de novas escolas primárias, cujo número é actualmente de 6.402”*¹²², tendo sido criadas 938 depois da implantação do novo regime. Por isso, no relatório correspondente ao censo de 1920, afirmava-se que *“uma democracia será tanto mais perfeita quanto mais desenvolvida for a instrução e a cultura geral do povo, o analfabetismo em Portugal é ainda o inimigo mais terrível da nossa democracia”*¹²³. Até então calculava-se o índice de analfabetos em relação à totalidade da população, mas tal não fazia sentido pois deveria ser excluída a faixa etária até aos 7 anos, que era a idade escolar legal. Assim, considerou-se 70,89% a percentagem total de analfabetos sem distinção de sexo. O analfabetismo masculino era de 64,37%, na média nacional, e do distrito de Ponta Delgada atingiu 75,94%.

Nas ilhas, o analfabetismo feminino era inferior ao do Continente 8,71%. Assim, o número de varões analfabetos maiores de 7 anos era de 31.505, enquanto o número de fêmeas era de 30.908. Relativamente ao concelho da Lagoa, apenas 1.067 dos 4.756 varões sabiam ler e, num total de 5.085 fêmeas, sabiam ler 1.961. Quando comparado com países europeus, Portugal apresentava uma diferença muito considerável, ficando aquém no número de escolas e de professores em relação ao número médio de habitantes por cada escola. Como preocupação política, nos censos de 1920 referiu-se que *“não podendo o analfabeto, em face da lei, fazer parte do corpo eleitoral urge acudir ao analfabetismo”*¹²⁴.

No censo de 1930, eram 2.197.895 os indivíduos que sabiam ler, distribuídos em 1.281.428 varões e 916.467 fêmeas. A taxa de analfabetismo era de 67,8% na população total e de 43,9% se se considerar os maiores de 7 anos de idade. É de destacar que a percentagem de homens e mulheres alfabetizados aumentou consideravelmente.

¹²² Censo 1911, Relatório: 23 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

¹²³ Censos de 1920, Relatório: 12 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012 acrescenta que *“se o poder legislativo e os governos não tomarem sérias medidas para debelar mais prontamente a crise do analfabetismo, e se, pelo contrário, for mantido o pequeno incremento da percentagem que acusam os números acima indicados, por eles também podemos concluir, com certa aproximação, que o analfabetismo só virá a desaparecer no decénio 2030 a 2040, e que no ano 2000 a percentagem dos que sabem ler não irá além de 78,5.”*

¹²⁴ Censos de 1920, Relatório: 9 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

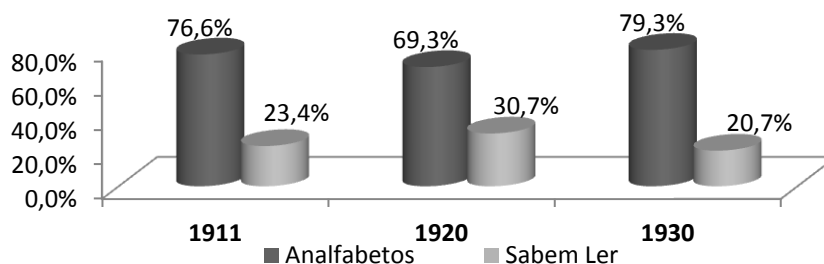


Fig. 16 - Variação da População Lagoense, em percentagem, segundo a instrução
 Censos de 1911, 1920, 1930

Em relação às características educativas da população lagoense, verificou-se que a tendência geral correspondia à média nacional, pois 76,6% dos indivíduos eram analfabetos de acordo com o censo de 1911. Por sua vez, no censo da década seguinte, deu-se um aumento substancial do número daqueles que sabiam ler¹²⁵. Porém, no censo de 1930, o valor dos analfabetos voltou a ultrapassar os dados de 1911.

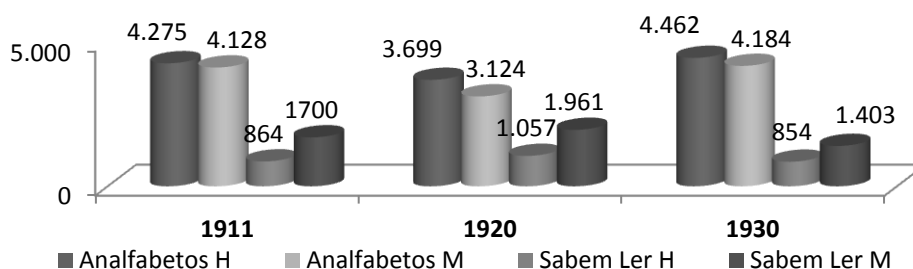


Fig. 17 - Variação da População Lagoense, segundo a instrução e segundo o sexo
 Censos de 1911, 1920, 1930

Quando analisada a variação por sexo, verificou-se que o concelho da Lagoa seguia a norma insular, observando-se que, em todos os censos analisados, o número de mulheres letradas era superior ao dos homens.

Relativamente às características económicas dos indivíduos, foi apenas feita uma análise das profissões nos censos de 1911 e de 1930. Devido às dificuldades de apuramento dos censos de 1920, considerou-se que os resultados obtidos nesta área não eram fidedignos. Assim, as categorias profissionais em 1911 distinguiram-se apenas entre doze classes, destacando-se os trabalhos agrícolas como sendo aqueles que empregavam o maior número de população activa, seguindo-se a indústria. No caso da Lagoa, como se pode ver na figura em anexo¹²⁶, as ocupações que empregavam a maior

¹²⁵ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro nº414, 1912, Junho, 27, fl.339. Indica-se aqui que para se fazer a estatística dos emigrantes é necessário escrever nos processos de passaportes se sabem ler ou não.

¹²⁶ Ver em anexo, fig.26.

parte da classe trabalhadora correspondiam à média nacional, isto é, a região era essencialmente rural com algum desenvolvimento industrial. Nos censos de 1930¹²⁷, de acordo com a profissão, dos 3.255.876 homens recenseados, 2.026.064 exerciam uma profissão lucrativa e das 3.507.007 mulheres recenseadas, 751.731 auferiam ganhos do seu trabalho. A exercer uma profissão por conta de outrem eram 1.628.173 indivíduos e à sua própria custa viviam 1.330.413. Foram classificadas como chefes de família 228.835 mulheres. Neste censo a informação era muito mais completa, apresentando 58 categorias profissionais classificadas por sexo, distinguindo se pertenciam à população activa ou não activa e se era por conta do Estado, de empresa, por conta própria ou de auxílio a familiar. No caso do concelho da Lagoa, apenas se registaram 41 grupos profissionais recenseados neste período. Destacaram-se os trabalhos agrícolas que empregam 7.004 indivíduos recenseados, seguindo-se dos trabalhos domésticos com 1.004 e as diferentes actividades industriais com 656 dos recenseados empregados nesta área.

Eram também fixados nos Censos os indivíduos portadores de deficiências. De acordo com os censos de 1911, 9.061 indivíduos eram portadores de deficiências em todo o Continente e Ilhas, distinguindo-se as deficiências em cegos de um ou dos dois olhos, surdos-mudos, idiotas e alienados¹²⁸. Em 1920 foram recenseados 38.062 indivíduos deficientes e em 1930 o número elevou-se para um total de 55.667 tendo sido contabilizados 6.241 indivíduos cegos (sem distinção se de um ou dos dois olhos), 3.560 surdos-mudos e 7.804 alienados (esta classificação junta os idiotas devido às dificuldades de distinção).

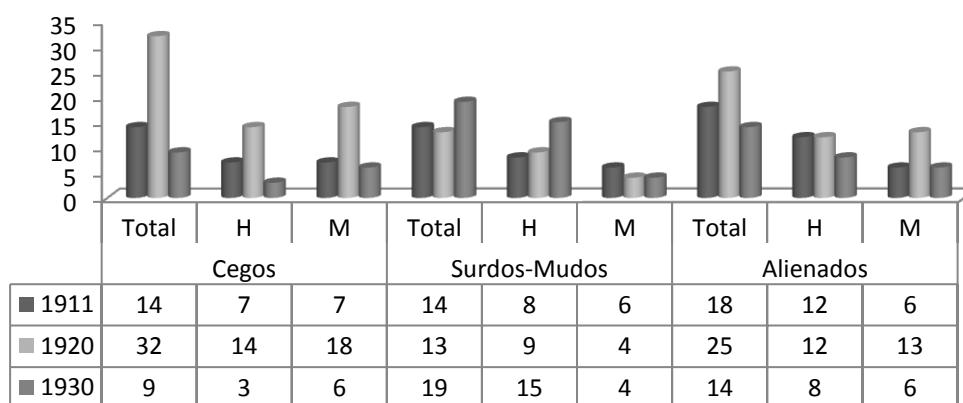


Fig. 18 - Deficiências na População Lagoense
 Censos de 1911, 1920, 1930

¹²⁷ Ver em anexo, fig.27.

¹²⁸ De acordo com os conceitos enumerados nos censos, entenda-se por idiota, aquele que “*padece de insuficiência mental*” e por alienado aquele que “*perdeu o uso da razão*”. In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Esta estatística foi apenas feita segundo o sexo, logo não se sabe se é deficiência de nascença, profissional ou degenerativa. Assim, verifica-se que, no Concelho da Lagoa¹²⁹, o número de cegos e de alienados aumentou no censo de 1920 em ambos os sexos, diminuindo significativamente no censo seguinte. Por sua vez, o número de surdos-mudos foi mais constante, verificando-se apenas uma ligeira subida nos recenseados em 1930.

3.3.2.1. As Características dos Fogos

Ao analisar os censos, verificou-se que, a nível nacional, o número de fogos cresceu em comparação com os anos, mas não acompanhando o aumento da população. Por isso, compreende-se que tenha aumentado o número de habitantes por fogo e diminuído as habitações de uma só pessoa. Em 1911, registaram-se 1.411.327 fogos, em 1920 registaram-se 1.426.242 e, em 1930, recensearam-se 1.663.776 famílias (deixando de existir a designação de fogos) e não se fez a contabilização do número de elementos de cada agregado familiar.

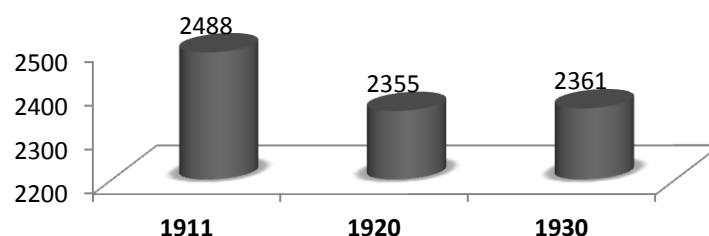


Fig. 19 - Número de Fogos ou Famílias, no Concelho da Lagoa
Censos de 1911, 1920, 1930

No caso do concelho da Lagoa¹³⁰, verificou-se que o número de famílias diminuiu, resultado do decréscimo geral da população no mesmo período. Contabilizaram-se menos 133 fogos entre os dois primeiros censos deste estudo e em 1930 foram apenas contabilizadas mais seis famílias do que em 1920.

¹²⁹ Ver em anexo, figs.13-25.

¹³⁰ Ver em anexo, figs.28-30.

	Freguesia de Água de Pau	Água de Pau	Pisão	Ribeira Chã	Pop. Dispersa	Freguesia do Rosário	Rosário	Atalhada	Cabouco	Rocha Quebrada	Socas	Pop. Dispersa	Freguesia de Santa Cruz	Santa Cruz	Eira dos Ferreiros	Remédios	Pop. Dispersa
Fogos	854	731	4	117	2	932	594	130	171	13	18	6	702	660	3	34	5
População de Facto	3.712	3.181	19	504	8	4.054	2.630	500	736	60	88	40	3.201	3.018	10	143	30

Fig. 20 - Os Fogos e a População de Facto, no Concelho da Lagoa, em 1911
 Censos de 1911

Apenas no Censo de 1911 foi feita uma contagem dos fogos e da população de facto dos lugares de cada freguesia. Pudemos verificar que os lugares centrais de cada freguesia eram os mais populosos. Observou-se que a freguesia do Rosário tinha mais fogos e estes distribuía-se no centro, no Cabouco e na Atalhada. Destacou-se, na freguesia de Água de Pau, o lugar da Ribeira Chã, que contava com 504 indivíduos considerados população de facto, correspondendo a 117 fogos. De notar também que em todas as freguesias havia alguma população isolada que foi contabilizada como dispersa.

3.4. A População Lagoense nas Estatísticas Demográficas

Pela reforma regulamentar de 24 de Dezembro de 1901, a estatística da demografia dinâmica, na parte fisiológica, passou para a incumbência dos serviços de saúde. Os serviços de coordenação e publicação melhoraram com a reforma de 25 de Maio de 1911, que confinou a estatística médico-sanitária ao Instituto Central de Higiene. Assim, foram organizados róis demográficos correspondentes a 1901-1910 mas, apenas com dados correspondentes a distritos¹³¹.

A partir da implantação da República, determinou-se a obrigatoriedade do registo civil, retirando-se aos assentos paroquiais os efeitos civis que até então tinham tido. A entrada em vigor da lei do Registo Civil, a 1 Abril de 1911 foi divulgada pelos poderes republicanos, de modo a que a sua vigência não despertasse estranheza. De facto, o Governador Civil afirmava “*que a referida lei não choca com as crenças e*

¹³¹ Cf. Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal, 1913 pode ler-se: “*Inicia-se com o ano de 1913 a estatística do nosso movimento fisiológico da população*” e ainda “*é a primeira vez que a tabelação estatística é levada até aos concelhos e, que tanto, na nupcialidade e natalidade, como na mortalidade, os dados numerais abrangem todas as espécies requisitadas*”.

sentimentos religiosos dos cidadãos, sendo tão-somente um cadastro destinado a fixar de um modo concreto as mudanças no estado civil do indivíduo”¹³².

Com a instauração do registo civil, no seguimento dos países modelares, adoptou-se o sistema dos boletins individuais, preenchidos no acto do registo. Mas surgiram dificuldades monetárias por parte do Ministério das Finanças para financiar a documentação necessária, enquanto, por parte do Ministério da Justiça, alegava-se falta de tempo e de capacidade da maioria dos funcionários, sendo abandonado este sistema e substituído por boletins colectivos¹³³. De salientar que, nos anos de 1926-1928, não houve registos das estatísticas demográficas, provavelmente devido à instabilidade da política nacional de então, por isso, os gráficos que se seguem não apresentam dados para os referidos anos.

Com base, pois nas estatísticas demográficas, verificamos que, no município de Lagoa, o número de casamentos registados variou de acordo com a conjuntura nacional e internacional¹³⁴.

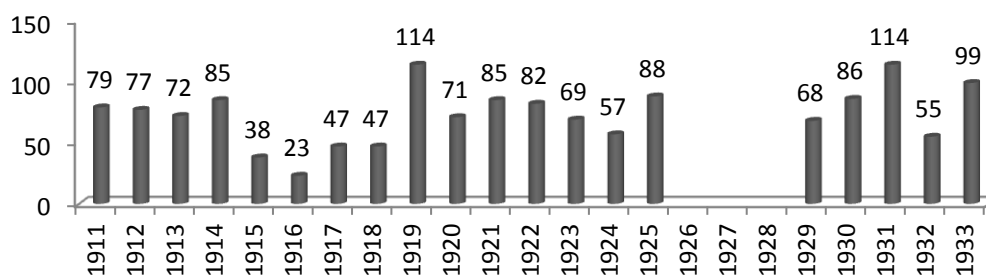


Fig. 21 - Número de Casamentos, no Concelho da Lagoa, entre 1911-1933
 Estatísticas Demográficas 1911-1933

Observou-se uma quebra com o início da I Guerra Mundial que se acentuou em 1916, com a entrada de Portugal no conflito. No ano seguinte ao armistício registou-se uma subida bastante acentuada. Nos anos posteriores, os valores foram-se mantendo equiparados aos primeiros anos registados. Em pleno regime de ditadura e com o equilíbrio financeiro nacional, vimos no início da década de 1930 um novo aumento do

¹³² BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º411, 1911, Março, 21, fl.24v. Idem, Junho, 8, fl.31v e Idem, Junho, 10, fls.31v-32. Nestas cartas refere-se o envio de um circular de execução da Lei de Separação com instruções e esclarecimentos para ser posta em prática, embora devam ser aguardadas ordens do Ministro da Justiça, uma vez que vai começar a ser aplicada primeiro em Lisboa.

¹³³ Cf. Estatísticas Demográficas 1901-1910.

¹³⁴ Ver em anexo, fig.31.

número de casamentos lagoenses. Destacou-se o facto de estar contemplada a variável do divórcio, mas não foi registado nenhum caso no Concelho da Lagoa.

O índice de natalidade era bastante animador, perante as circunstâncias, pois apresentava sempre valores acima dos 360 indivíduos nascidos com vida, em cada ano registado, com excepção dos anos que se seguiram a uma quebra nos casamentos, como após a entrada de Portugal da I Guerra Mundial e o ano do seu término. A partir de 1917, surgiu a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos mas, no concelho lagoense, o primeiro registo a contemplar a ilegitimidade ocorreu apenas em 1929.

Por seu lado, os valores da mortalidade afastaram-se consideravelmente dos países com mais adiantado grau de cultura sendo “*mais perfeitos os serviços de assistência e onde as condições gerais de vida das classes menos favorecidas são incontestavelmente melhores*”¹³⁵, agravados pelos efeitos da guerra e da gripe pneumónica¹³⁶. A nível da mortalidade, também foram contabilizados os nados-mortos apesar do seu peso ser pouco significativo, pois representavam um valor abaixo de 1% em relação aos nados-vivos.

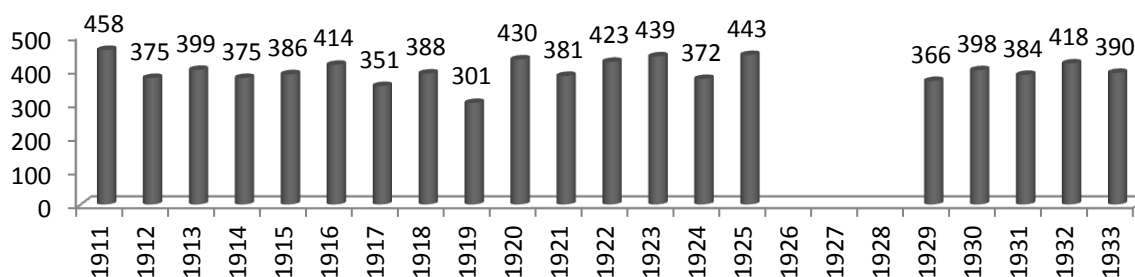


Fig. 22 - Número de Nados-Vivos, no Concelho da Lagoa, entre 1911-1933
 Estatísticas Demográficas 1911-1933

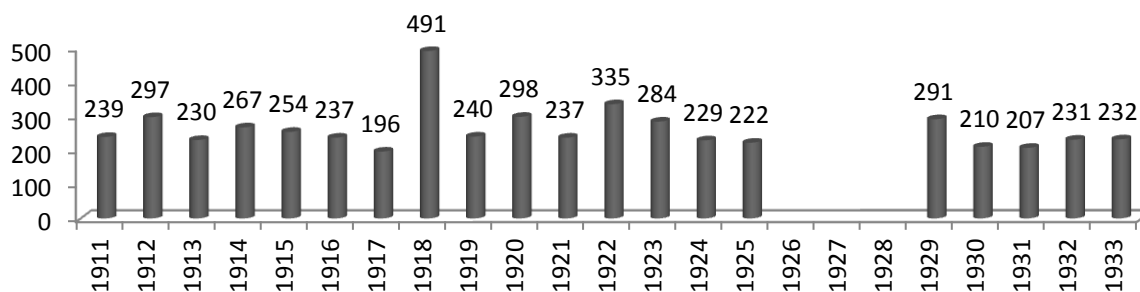


Fig. 23 - Número de Óbitos, no Concelho da Lagoa, entre 1911-1933
 Estatísticas Demográficas 1911-1933

¹³⁵ Censos de 1920, Relatório: 8 In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

¹³⁶ Cf. Monteiro, 2005: 510 explica “a doença transmite-se através das gotículas salivares expelidas pelo doente quando fala, tosse ou espirra e tem um período de incubação muito rápido (1 ou 2 dias)”, daí a sua rápida propagação e elevada morbidade desta pandemia.

Analisando o caso lagoense, verificou-se que o crescimento natural¹³⁷ apresentava sempre valores positivos com variações ao longo dos anos possíveis de análise. Destacou-se a exceção do ano de 1918, em que a gripe pneumónica também deflagrou por estas paragens, provocando um aumento considerável de óbitos que excedeu o número de nascimento, logo o crescimento natural ficou com saldo negativo.

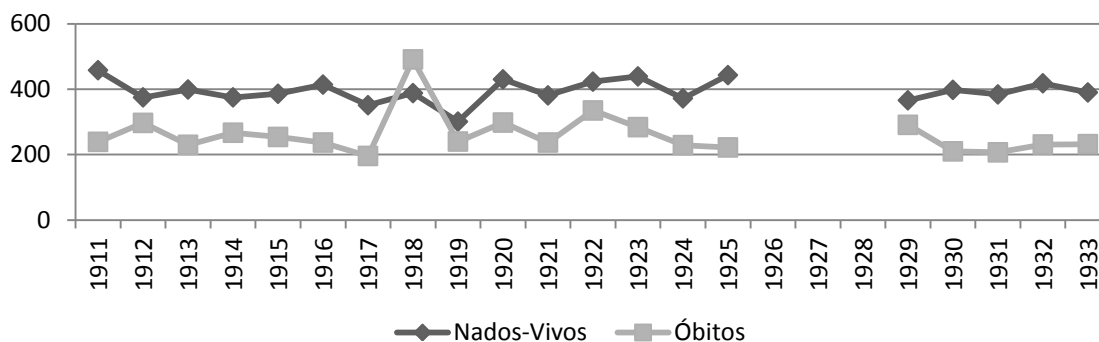


Fig. 24 - Crescimento Natural, no Concelho da Lagoa, entre 1911-1933
Estatísticas Demográficas 1911-1933

Nos dados das estatísticas demográficas de 1913, a informação obituária apresentava informações por ano, distrito e concelho de acordo com a idade, o sexo e a causa de morte. Estas estavam organizadas em 38 rubricas CID, isto é, segundo a Classificação Internacional de Doenças, tendo havido um reajuste da distribuição e a introdução de uma nova rubrica com o número 26, correspondente a apendicite e tiflite. Em 1929 surgiram 43 rubricas devido à supressão de algumas ou da integração de títulos existentes em novas nomenclaturas.

Analisando o ano de 1920 no continente português, a causa da morte que teve maior visibilidade era a “rubrica 38, ou seja, o registo de óbitos de doenças ignoradas ou mal definidas”¹³⁸, bem como “a rubrica 37, ou seja, outras doenças”¹³⁹. O predomínio de doenças indefinidas é esclarecedor dos fracos meios de diagnóstico, da ausência de estruturas sanitárias adequadas e, talvez, ainda, do número de mortes ocorridas no domicílio com certificação duvidosa ou sem cuidado e rigor no preenchimento do certificado de óbito. Com os elementos disponíveis, o valor mais elevado correspondia à “rubrica 25, ou seja, diarreia e enterite (antes dos dois anos)”¹⁴⁰ sendo reflexo de uma elevada taxa de mortalidade infantil.

¹³⁷ Ver em anexo, fig.31.

¹³⁸ Morais, 2002: 172

¹³⁹ Idem, 172

¹⁴⁰ Idem, 174

Além de doenças do foro do aparelho digestivo, também se destacam as causas da morte por doenças relacionadas com o aparelho respiratório e com lesões orgânicas do coração. Nesta mesma década, nas actas camarárias, o subinspector de saúde pediu autorização para adquirir “*impressos referentes à determinação e verificação de óbitos para serem preenchidos pelos regedores de freguesia e pelos funcionários do registo civil*”¹⁴¹, verificando-se, assim, uma preocupação com o registo dos óbitos. Por sua vez, em 1930, mantiveram-se as mesmas doenças como indicadores de causa de morte. Destacando-se as doenças ignoradas ou mal definidas e outras doenças e naquelas que apresentaram definição mantiveram-se a diarreia e enterite, secundariamente a rubrica 13 “*tuberculose do aparelho respiratório*”¹⁴² e outras doenças do aparelho respiratório, bem como a rubrica 19 “*lesões orgânicas do coração*”¹⁴³. Foram então registados os óbitos de enfermidades relacionados com o aparelho digestivo e secundariamente de doenças do aparelho respiratório, sendo os problemas de natureza cardíaca a terceira causa da morte.

Ao analisarmos o caso lagoense, seleccionamos os casos que registaram valores acima de cinquenta vítimas e, para uma análise mais completa, encontram-se tabelas em anexo¹⁴⁴. Verificamos que, na sua maioria, encontravam-se os casos da rubrica 38, doenças ignoradas ou mal definidas, contabilizando, no total dos anos definidos, 2.725 casos. Daqueles que são diagnosticados, a rubrica 28, que correspondia a cirrose do fígado, era a que comportava um maior número de indivíduos, mas eram as doenças do foro respiratório, nomeadamente a gripe e a tuberculose pulmonar, que apresentavam mais casos no seu conjunto. Também as doenças do estômago e as lesões orgânicas do coração apresentavam um número significativo de vítimas mortais.

Quanto às principais causas da mortalidade infantil, eram notórias a diarreia e a enterite, como acontecia em todas as demais regiões. Em análise geral, tal como no resto do país, as principais causas de morte entre 1913-1933, no concelho da Lagoa, eram do foro cardio-respiratório e digestivo.

¹⁴¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Junho, 23, fls.102v-104 pode ler-se que o subinspector de saúde pede autorização para adquirir “*impressos referentes à determinação e verificação de óbitos para serem preenchidos pelos regedores de freguesia e pelos funcionários do registo civil*”¹⁴¹. Verifica-se assim, uma preocupação com o registo dos óbitos.

¹⁴² Morais, 2002: 175

¹⁴³ Idem, 175

¹⁴⁴ Ver em anexo, figs.32-33.

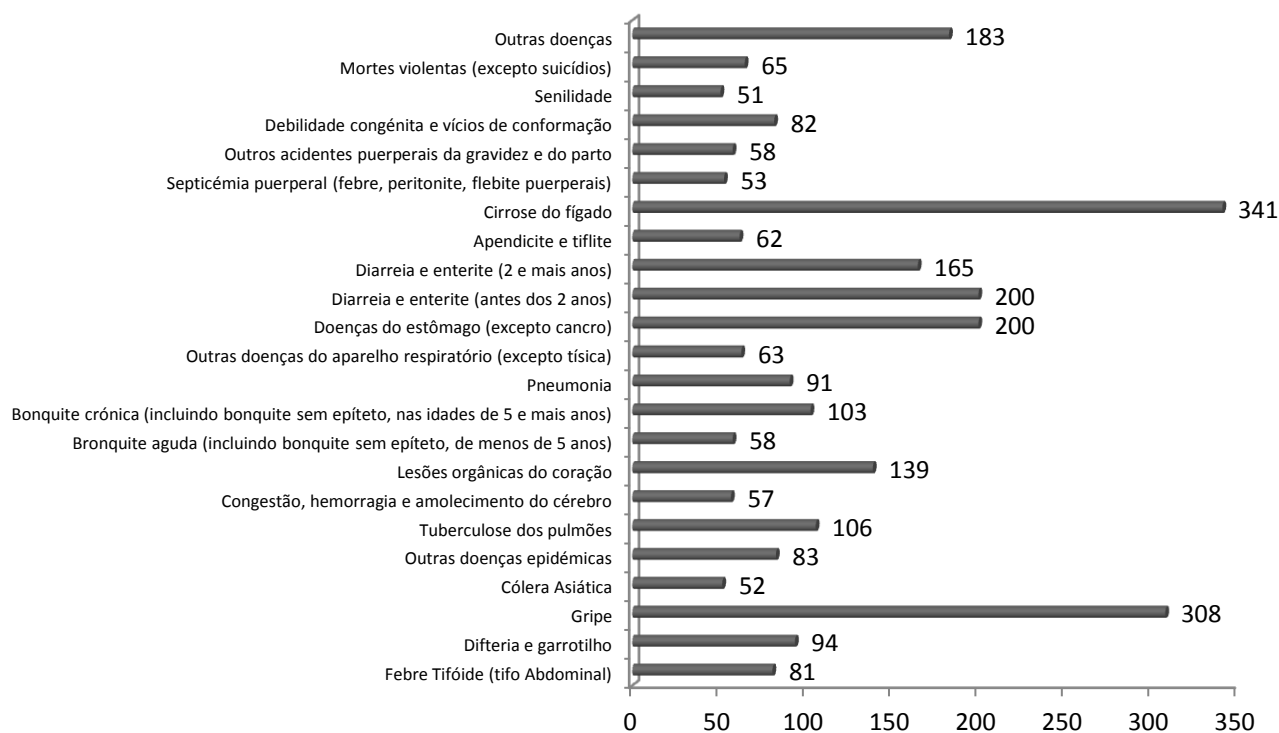


Fig. 25 - Causas da morte, no concelho da Lagoa, entre 1913-1930
 Estatísticas Demográficas 1910-1921

Relativamente à emigração¹⁴⁵ salientou-se o facto de os dados existentes sobre o concelho da Lagoa não abrangerem a totalidade dos anos em estudo, mas apenas entre 1910 e 1921. Para a totalidade dos anos, consulte-se a figura 8, em cuja tabela está enumerado o número total de emigrantes correspondentes ao distrito de Ponta Delgada.

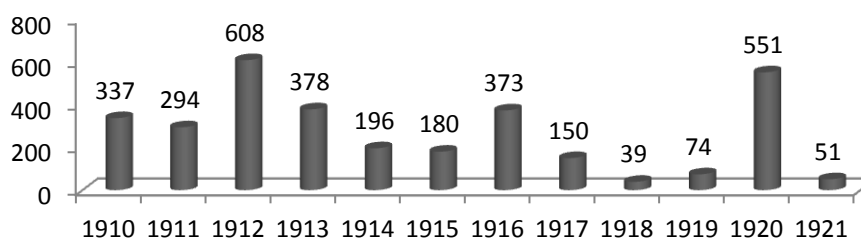


Fig. 26 - Emigração Total, no Concelho da Lagoa, entre 1910-1921
 Estatísticas Demográficas 1910-1921

Assim, verificou-se que os anos de 1912 e 1920 foram os que apresentaram um maior volume de saída de população lagoense, respectivamente 608 e 551 indivíduos¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Ver em anexo, figs.34-37.

¹⁴⁶ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º414, 1912, Fevereiro, 9, fl.179, onde se pode ler que o Governador Civil envia a relação dos emigrantes do concelho em Janeiro feita de acordo com os “processos que para concessão de passaportes já deram entrada nesta secretaria, podendo ser que outros tenham sido organizados e que ainda não tenham sido apresentados”. Idem, Abril, 22, fl.239, quando o Governador Civil envia um edital “acerca da situação

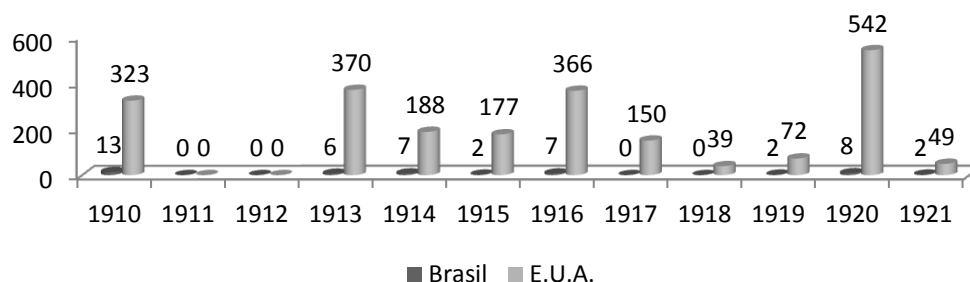


Fig. 27 - Destinos da Emigração do Concelho da Lagoa, entre 1910-1921
 Estatísticas Demográficas 1913-1930

No que diz respeito aos destinos da emigração lagoense, estes convergiam apenas para duas regiões, ambas no continente americano: Estados Unidos da América do Norte e Brasil. Destacou-se, largamente, o destino mais a norte com a entrada de 2.276 lagoenses, enquanto para o Brasil apenas partiram 47 indivíduos. As poucas informações dos anos de 1911 e 1912 não permitiram analisar a emigração por destino¹⁴⁷. Observando a tabela correspondente em anexo¹⁴⁸, verificou-se que emigraram mais mulheres¹⁴⁹ do que homens e, quanto ao estado civil, eram mais os solteiros que partiam, seguindo-se os casados e, em menor número, os viúvos. Em relação à idade, emigraram 1728 indivíduos maiores de 14 anos¹⁵⁰, enquanto as crianças representavam um número bastante inferior de 621 indivíduos.

Os processos de passaporte eram muitas vezes preparados com muitas irregularidades por parte dos funcionários da Administração do Concelho. Assim, o Governador Civil enviou um regulamento para facilitar a sua organização: “1º- sempre que uma mulher casada, com marido residente nesta Ilha, se apresentar nessa administração a solicitar organização de processo de passaporte para emigrar sozinha, prestando o marido o indispensável consentimento, deverá ser-lhe exigido um atestado

em que se encontram em S. Francisco da Califórnia, os indivíduos que para lá emigraram” para que seja afixado.

¹⁴⁷ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Abril, 19, fls.59v-60v, na qual se pode ler que num ofício circular de 25 Fevereiro, do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Abrantes, é enviada uma cópia da proposta apresentada pelos vogais da comissão tendente a evitar quanto possível a emigração no nosso país, reprimindo severamente a acção dos engajadores julgando ser um dos factores que mais tem contribuído para o aumento da emigração.

¹⁴⁸ Ver em anexo, fig.34.

¹⁴⁹ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Livro n.º 407, 1913, Maio, 14, fl.42, pode ler-se que as “mulheres casadas que pretendem emigrar e que têm os maridos ausentes, justificam que estas as mandam ir para a sua companhia”.

¹⁵⁰ Idem, Livro n.º 414, 1912, Junho, 22, fls.329-330 refere a questão de fiança feita a mancebos que querem ausentar-se para o estrangeiro, chamando a atenção para não haver abusos nas disposições legais, isto é, o fiador “deverá ser proprietário, negociante ou estabelecido com loja importante na localidade de residência do requerente”.

passado pelo Regedor da freguesia da residência, em que este declare que a dita mulher vai efectivamente emigrar desacompanhada do marido, isto é, ficando o marido nesta Ilha. 2º-Sempre que uma mulher casada, com marido residente nesta Ilha, se apresente a solicitar organização de processo de passaporte colectivo, levando filhos em sua companhia prestando-lhes o marido e pai o indispensável consentimento para tanto, deverá ser exigido um atestado do Regedor da freguesia da residência, em que este declare que a mulher e os filhos vão efectivamente emigrar sozinhos, ficando o marido e pai nesta Ilha. 3º-Sempre que um menor, com pais residentes nesta Ilha se apresente nessa Administração a solicitar organização de processo de passaporte para emigrar sozinho, prestando-lhe o pai (ou quem legalmente suas vezes fizer) o indispensável consentimento, deverá ser-lhe exigido um atestado passado pela mesma autoridade administrativa, em que esta declara que o menor vai efectivamente emigrar sozinho”¹⁵¹. Esta medida tendia a evitar que emigrassem, em passaporte individual, pessoas que compunham uma família que emigrava na mesma ocasião, devendo ser organizado um único passaporte. Na organização de processos colectivos deveria ter-se sempre em vista que um impetrante só podia levar em sua companhia mulher, filhos solteiros, enteados solteiros e criados.

Em conformidade com a portaria de 8 Setembro 1913, passou a ser obrigatório para todos os emigrantes ou requerentes de passaporte a apresentação de “dois modelos do seu retrato, em duplicado, um completamente de frente, o outro completamente de perfil, medindo 0,032X0,035, impressos em papel que dê provas nítidas e indeléveis”¹⁵². Foi resolvido que só fossem aceites fotografias tiradas por profissionais, a fim de proteger os interessados contra possíveis explorações por parte de amadores. O Governador Civil pediu que fosse enviada uma relação dos ateliers fotográficos existentes no concelho, devendo apenas ser considerados aqueles cujos proprietários pagassem a respectiva contribuição industrial, sendo proibido aos funcionários municipais o encaminhamento para qualquer operador fotográfico. Num outro ofício, a mesma entidade pediu que fossem “avisados os emigrantes sujeitos ao serviço militar, dos 21 aos 40 anos, de que se deverão fazer acompanhar, sempre que venham solicitar passaporte a este Governo Civil e no acto de embarque, da sua ressalva ou caderneta militar, sem o qual serão impedidos de embarcar”¹⁵³.

¹⁵¹ Idem, Livro nº407, 1913, Outubro, 23, fls.61-63.

¹⁵² Idem, 1914, Janeiro, 23, fl.65.

¹⁵³ Idem, 1914, Abril, 19, fl.70.

Outra questão que denota rigor era a recolha da impressão digital para identificação da *“identidade dos emigrantes do sexo masculino, maiores de 10 anos e menores de 50 deverá ficar a impressão digital de um dedo, que será em regra o indicador da mão direita. Quando o emigrante não tenha esse dedo ou nele apresente defeito que possa prejudicar a nitidez da impressão digital, qualquer outro dedo poderá servir, devendo neste caso indicar-se o dedo que serviu”*¹⁵⁴. No que diz respeito ao preenchimento dos termos de abonação do processo, deveria ser ponderado que raramente um emigrante não possuía um *“sinal característico (cicatriz, sinais de cor ou cabelo, falta de dentes, etc.), qualquer sinal que apresente deve ser sempre mencionado na respectiva casa, porque essa circunstância constitui um importante elemento de identificação”*¹⁵⁵.

Assim, concluindo a análise da população lagoense na Primeira República, observa-se que a realidade local acompanhava de perto o verificável em outras zonas do país.

¹⁵⁴ Idem, Fevereiro, 16, fls.74-76.

¹⁵⁵ Idem.

4. A LAGOA REPUBLICANA: As Questões Sociais e Urbanísticas

O termo sociedade (*societas*, em latim, significa "associação amistosa com outros") refere-se a um conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, ideias e costumes e que interagem entre si, constituindo uma comunidade organizada¹⁵⁶. A sociedade é uma condição universal da vida humana. Em termos antropológicos, o estudo dos agrupamentos humanos considera as origens, o desenvolvimento e a construção das relações internas e externas, bem como a estruturação das relações entre os grupos humanos que dela fazem parte e que com elas se relacionam, seja na sua relação com o meio, seja na sua constituição cultural.

Em Portugal, nos primeiros anos do século XX, continuava a ser dominante uma classe de burgueses ricos, banqueiros e capitalistas, aliada a uma nobreza terratenente que continuava a existir. Para estes, os principais opositores eram os membros da classe média das cidades (pequenos burgueses ligados ao comércio ou à indústria, membros das profissões liberais, pequeno e médio funcionalismo público, baixas patentes do exército, estudantes universitários, proprietários rurais, marinha de guerra) pois os operários e os camponeses eram pouco evoluídos e analfabetos¹⁵⁷.

Nos Açores, “*mais do que uma organização tripartida, a sociedade açoriana foi, até meados do século XX, uma sociedade dualista*”¹⁵⁸. No caso de S. Miguel, a maioria das terras pertencia a uma pequena parte da população, o que lhes permitia um bem-estar financeiro e alimentava uma profunda desigualdade social.

O mundo rural dos camponeses e dos pescadores formava uma massa que vivia frugalmente, quando não miseravelmente. Não possuíam terras suficientes para produzir e grande parte da propriedade rural era explorada por arrendamento. Tal como sucedia a nível nacional¹⁵⁹, as famílias rurais, sem dinheiro nem moeda, não compravam quase nada ao comércio e, por conseguinte, as indústrias e manufacturas pouco se desenvolviam. Como a maior classe era pobre e indigente não podia pagar impostos,

¹⁵⁶ Cf. Correia, 1935-2003, “Sociedade” In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: 456-482 é “*todo um grupo de pessoas que viveram e trabalharam juntos o tempo suficiente para se organizarem e se considerarem como uma unidade social, com limites bem definidos*”.

¹⁵⁷ Cf. Marques, 1988: 16-17 e Cf. Guinote, 1990: 198

¹⁵⁸ Costa, 2008: 113

¹⁵⁹ Cf. Guinote, 1990: 195 refere que tanto em 1910 como em 1926, a população portuguesa ainda vivia no campo, num ambiente rural, ocupando-se de actividades ligadas à agricultura e à pecuária.

logo se o Tesouro tinha dinheiro, não podia proceder às obras públicas. Nos meios rurais açorianos, prevalecia um ideal de subsistência, pois produzia-se para viver ou recebiam-se salários medíocres, vendo-se a população, por isso, “*na obrigação de levar uma vida austera, prescindindo de comodismos e renunciando aos bens que indiciassem a menor extravagância*”¹⁶⁰.

Ao longo da Primeira República aumentou o fosso entre o proletariado e os assalariados fabris, as massas trabalhadoras urbanas e rurais e os estratos intermédios. Arruinou-se muito do funcionalismo público e da administração do Estado. Por outro lado, o clero perdeu muito do seu poder com a Lei da Separação de 1911, pois os seus privilégios foram cortados, os bens das Ordens Religiosas nacionalizados, foram restringidas as manifestações religiosas públicas (procissões, romarias) e deu-se a expulsão da sua actividade educativa. A obrigatoriedade do registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos e a supressão de feriados religiosos fizeram abalar o poder clerical que até então se fazia sentir. Também nos Açores existia um “*forte contraste entre ricos e pobres, coexistindo ricos proprietários com trabalhadores miseráveis*”¹⁶¹.

A preocupação com as questões sociais, durante o período em estudo, levou a que, na época, fossem realizados alguns inquéritos sobre as condições de vida do operariado fabril¹⁶². As condições de alojamento e as características da alimentação do operário não obedeciam aos padrões que a ciência da época apontava como necessários para um bem-estar geral e um rendimento de trabalho conveniente. Nas cidades havia também uma parte da população, sem profissão, vivendo de forma marginal e em condições de indigência, “*carecendo de depender da assistência pública para subsistir*”¹⁶³. O número de pobres aumentou durante a Primeira República devido à guerra e à carestia de vida, agravado pela população rural que vinha viver para as cidades.

O crescimento das cidades, o aumento demográfico e as mudanças necessárias trouxeram vários problemas, designadamente a necessidade de “*infraestruturas, equipamentos, habitação, novas exigências espaciais*”¹⁶⁴, abastecimento, escoamento, circulação, subsistência, administração, segurança, para os quais foram procuradas soluções pelos governantes. As cidades foram analisadas de acordo com as necessidades

¹⁶⁰ Mendonça, 1996: 179

¹⁶¹ Mendonça, 1996: 178

¹⁶² Cf. Marques, 1991: 214

¹⁶³ Marques, 1991b: 216

¹⁶⁴ Lamas, 1993: 203.

humanas universais: “*habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito*”¹⁶⁵.

No que diz respeito ao abastecimento, as necessidades dos habitantes eram uma inquietação dos poderes políticos. Numa publicação de Francisco Tavares, a propósito de uma conferência realizada no Ateneu Comercial em 1910, concluía-se que, depois de se fazer uma análise do municipalismo estrangeiro, não podia “*haver municípios inermes e indiferentes, arrastando burocraticamente uma vida administrativa, anémica e rotineira*”¹⁶⁶, devendo ser iniciada uma política económica e reformas sociais. Deveria criar-se uma “*densa rede de canalizações e constroem-se aquedutos para ir buscar água a grandes distâncias*”¹⁶⁷. Ainda nos dias de hoje, um dos problemas das cidades consiste na ameaça da falta de água para consumo doméstico e industrial, sendo muitas vezes, necessários racionamentos. Segundo Françoise Choay “*o ar, a luz e a água devem ser igualmente distribuídos a todos*”¹⁶⁸ sendo este considerado um sinal de progresso. A administração de uma cidade deve ter a competência da organização e da criação de regras para espaços como: “*os matadouros, os serviços da fabricação de farinhas e de pão, o serviço de águas, os armazéns*”¹⁶⁹, mas também os esgotos, a regulação da água, o fornecimento de luz e a construção de habitações.

Assim, neste capítulo debruçamo-nos sobre temáticas como a higiene e a saúde pública, o abastecimento de água, a iluminação pública, as obras privadas de construção e reparação, as instituições sociais de apoio aos mais carenciados e negligenciados e a educação, preocupações republicanas com vista a ser alcançado o progresso num país em sincera mudança, fruto da conjuntura nacional e internacional do período em estudo.

4.1. A Higiene e a Saúde Pública

Os serviços de saúde dividiam-se em centrais (Inspeção Geral dos Serviços Sanitários, Repartição de Saúde e Conselho Superior de Higiene Pública) e externos (as chamadas autoridades sanitárias). No conceito de autoridades sanitárias incluía-se também o Governador Civil e o Administrador de Concelho, uma disposição que já

¹⁶⁵ Choay, 1965: 21.

¹⁶⁶ Tavares, 1910: 36.

¹⁶⁷ Choay, 1965: 231.

¹⁶⁸ Idem, 9.

¹⁶⁹ Idem, 169.

vinha do Código Administrativo de 1844 e da reforma sanitária de 1868. Assim, ao Governador Civil competia conceder licenças para a laboração dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos, além de determinar a sua cessação; e ao Administrador do Concelho cabia intervir nos processos relativos aos estabelecimentos, concedendo as licenças e obrigando ao cumprimento das condições sanitárias. Ao delegado de saúde, que era um médico com formação em saúde pública, competia-lhe a direcção técnica dos serviços sanitários do distrito, gerir os processos de licenciamento dos estabelecimentos insalubres, incómodos ou perigosos, fiscalizar a higiene industrial e do trabalho operário e avaliar o estado da higiene infantil, as condições sanitárias da população agrícola e das classes desvalidas. A nível concelhio, havia o subdelegado de saúde, cargo desempenhado pelo facultativo municipal, sob nomeação do Governo, e deveria existir um facultativo de partido, a quem competia a assistência médico-cirúrgica da respectiva população¹⁷⁰, o cumprimento das instruções que pelo concelho lhes fossem transmitidas sobre a Higiene Pública e Polícia Médica, bem como o atendimento às requisições e exigências dos delegados do concelho. Também era da sua competência conhecer a legitimidade dos facultativos de medicina ou cirurgia, bem como dos boticários, farmacêuticos, dentistas, parteiras, vigiar e inspecionar a venda pública de comestíveis, líquidos, drogas, remédios, e remeter ao concelho as contas relativas ao rendimento e despesa das suas subdelegações nas épocas que por ele forem determinadas. Devia, portanto, superintender tudo o que dissesse respeito à manutenção da Saúde Pública no seu concelho¹⁷¹. Em cada Paróquia deveria haver um cabeça de saúde, cargo exercido pelo Regedor da Paróquia.

Por decreto do Ministro do Interior, António José de Almeida, em Fevereiro de 1911, foi extinta a Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública e criada a Direcção-Geral de Saúde, que passava a tratar do expediente dos serviços de saúde pública, sendo os serviços de beneficência integrados na Direcção-Geral de Administração Política e Civil¹⁷².

Na década de 1920, a população acorria às cidades em busca de melhores condições de vida desencadeando graves problemas higiénicos e sanitários. Havia lixeiras, águas conspurcadas, lamas e resíduos na via pública que exalavam odores

¹⁷⁰ Cf. <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos16.html> Último acesso em 10/03/2012.

¹⁷¹ Cf. Viegas, 2006: 12; Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º418, 1913, Março, 12, fl.127 refere que os administradores do concelho devem “proceder contra os facultativos, farmacêuticos, dentistas e parteiras que exerçam as respectivas profissões sem disporem dos únicos títulos legítimos que a Lei reconhece”.

¹⁷² Cf. Viegas, 2006: 26

nauseabundos, conspurcando tudo e todos que viviam nestes antros. As águas facilmente ficavam contaminadas e o sistema de esgotos era insuficiente. Os serviços de transportes de lixo eram mal concebidos e o pessoal, mal preparado, espalhava mais resíduos insalubres do que recolhia. Os governos legislavam para solucionar uma epidemia temporária, mas não investiam a nível económico e técnico para melhorar a situação, limitando-se a implementar soluções pontuais¹⁷³. Nos Açores, chamava-se a atenção para a necessidade de medidas concertadas e atempadas, como se lê numa crónica científica da *Revista Micaelense* publicada em 1921, onde se refere que “*da profilaxia depende a alimentação, a higiene e a moral; a terapêutica abrange os meios científicos de combater as epidemias e os recursos médicos de dominar os morbus*”¹⁷⁴.

Todavia, os Açores tinham o mesmo diagnóstico do país. As condições de higiene e sanidade eram péssimas e a falta de socorros eficazes, em caso de emergência, faziam com que a taxa de mortalidade fosse muito elevada, destacando-se a taxa de mortalidade infantil. Durante o período em estudo, Portugal foi assolado por várias pragas, como gripe, tifo (exantemático e sob a forma de febre), varíola e pneumonia. Mesmo que existisse melhor rede hospitalar, não havia meios para exterminar estas epidemias. Os casos de mortalidade infantil eram causados por diarreias e enterites, mas também por surtos periódicos de sarampo. Doenças do foro cerebral e cardíaco, bem como ao nível do sistema respiratório, eram outras das causas que afectavam, em grande número, a mortalidade nacional. Contudo, na maioria dos casos, não se sabia o nome ou a razão da moléstia de que o falecido padecera. A rede hospitalar era muito parca em comparação com a área e os habitantes que cobria.

A higiene do corpo dependia muito das condições habitacionais. A maioria das casas não dispunha de casa de banho. As pessoas lavavam-se parcialmente em lavatórios e somente ocasionalmente (normalmente em dias festivos) tomavam banho em alguidares e selhas. “*Os odores corporais eram, portanto, mais intensos e generalizados do que hoje, sobretudo entre as classes mais baixas*”¹⁷⁵.

Todavia, na época já existiam muitos produtos de higiene, como sabões e sabonetes, pós dentífricos e pastas de dentes, loções e tónicos, pós-de-talco e águas-de-colónia, sais de banho e cremes, perfumes de fabrico nacional e estrangeiro. Utensílios como pentes, escovas, esponjas, limas e tesouras para unhas eram inovações para a

¹⁷³ Cf. Alves, 2010: 113-114

¹⁷⁴ *Revista Micaelense* de Setembro de 1921: 1305.

¹⁷⁵ Serrão (coord), 1991b: 644

maioria da população. Nos jornais e revistas abundavam anúncios de uma grande variedade de produtos¹⁷⁶.

De igual modo, os avanços em matérias farmacêuticas permitiram a entrada de princípios activos na terapêutica. Vários medicamentos foram industrializados, surgiram novos modelos de investigação sustentados no trabalho laboratorial como as vacinas, a descoberta de várias substâncias capazes de formular medicamentos ou isolar vitaminas¹⁷⁷, como a penicilina, o ácido acetilsalicílico e as vitaminas A, B e C, respectivamente. Aperfeiçoaram-se as formas farmacêuticas “*como as cápsulas, surgem os comprimidos e os injectáveis, a que podemos adicionar pós efervescentes, drageias, granulados*”¹⁷⁸. O processo em torno dos medicamentos ocasionou problemas de ordem jurídica, regular e ética, começando-se também a regular a importação e exportação de medicamentos. Foram criados vários laboratórios de indústria farmacêutica nas maiores cidades do país e, em 1927, realizou-se o 1º Congresso Nacional de Farmácia, em Lisboa. Durante a Primeira República, sentiu-se necessidade de uma melhor organização nesta área, a bem da saúde pública, mas as modificações não aconteceram como a classe farmacêutica aspirava.

As elevadas taxas de mortalidade e morbilidade infantil, no início do século XX, fizeram com que se atribuisse uma crescente importância à saúde discente, “*como garantia da divulgação das práticas de higiene no recinto escolar*”¹⁷⁹. A escola era vista como espaço para educar novos cidadãos saudáveis e para protecção da saúde. Os alvos distintos da higiene escolar foram “*para o aluno, no reforço do desenvolvimento físico e intelectual das crianças e no ensino da higiene, com o intuito de se adoptarem novas práticas e hábitos de conduta no recinto escolar*”¹⁸⁰. Em relação ao edifício escolar, procurou-se melhorar as condições físicas e sanitárias de forma a proteger o aluno de doenças infectocontagiosas visando a melhoria da sua saúde. Promoveram-se acções de sensibilização dos professores e dos alunos de que a saúde individual e pública dependia da higiene de cada um. Valorizava-se a importância da prática de exercício físico, com benefícios físicos e mentais para o aluno, bem como a promoção

¹⁷⁶ Ver em anexo, fig.38.

¹⁷⁷ Ver em anexo, fig.39. A este propósito, no Catálogo da Exposição *O Fútil e o Útil. Apelos da Publicidade na I República*:37 refere-se que a publicidade de medicamentos na imprensa açoriana era uma constante, bem como dos próprios médicos. “*Os cuidados com a saúde eram, sem dúvida alguma, uma preocupação dos micalenses com algum poder de compra e a publicidade soube jogar com o estado psicológico de quem padece ou julga padecer de enfermidades.*”

¹⁷⁸ Pita, 2010: 86

¹⁷⁹ Alegre, 2010: 97

¹⁸⁰ Idem: 98

de práticas de limpeza como o banho acompanhado de uma alimentação saudável, de descanso e vestuário adequado. O Estado começava a intervir no sentido de se educarem homens saudáveis, atléticos e disciplinados. Em relação aos edifícios escolares, exigia-se que os terrenos fossem orientados segundo a ordem higiénica e moral, privilegiando-se os “terrenos em locais elevados e secos, bem arejados e com boas condições de orientação solar, evitando-se terrenos húmidos, sombrios e não arejados”¹⁸¹. Exigia-se que o edifício escolar se situasse longe de tabernas, hospitais, cemitérios, prisões, casas de jogo, bordeis, fábricas, por serem consideradas zonas insalubres e perigosas.

“A Primeira República emerge numa altura em que a medicina experimental ajudava a reconfigurar a tradicional saúde pública”¹⁸² pela demonstração microbiana e o seu papel patogénico na emergência de epidemias. Às doenças infecciosas tradicionais, como a cólera, o tifo, a varíola ou a tuberculose¹⁸³, juntava-se o desequilíbrio alimentar por escassez de comida ou excesso de álcool. A nível de saúde pública, aumentou a necessidade de pessoal especializado, de fiscalização, de execução de regras que passaram a ter força de lei, quando consagrada pelo poder político. A burguesia e a aristocracia fazia-se tratar em casa, excepto em casos de necessidade de uma cirurgia, pois era impensável internarem-se numa casa de saúde ou num hospital, pois estes espaços eram quase exclusivos para as classes populares. Mesmo estas, o hospital apenas era solução quando não resultava um remédio caseiro ou em casos de grande pobreza¹⁸⁴.

Com a criação da Direcção Geral do Trabalho e Previdência Social e o Instituto dos Seguros Sociais, em 1919, surgiu uma maior atenção aos acidentes de trabalho, tendo sido alvo de numerosa legislação regulamentadora. Surgiram seguros sociais obrigatórios em caso de invalidez, velhice ou sobrevivência. Por outro lado, as indústrias eram fiscalizadas por serem consideradas insalubres, perigosas, tóxicas ou incómodas pondo em risco a saúde pública. Em 1925, o Ministério do Trabalho foi extinto e os serviços de saúde pública foram integrados no Ministério da Instrução Pública¹⁸⁵. *Podemos, assim, equacionar a saúde pública durante a Primeira República essencialmente como um discurso, onde sobreleva a legislação em detrimento da acção,*

¹⁸¹ Idem: 99

¹⁸² Alves, 2010: 111

¹⁸³ Idem: 118 refere que em 1922, nos Açores surge um surto de tuberculose que exigiu medidas sanitárias no arquipélago.

¹⁸⁴ Cf. Serrão (coord), 1991b: 649

¹⁸⁵ Cf. Alves, 2010: 125.

onde a preocupação pelo global, pela vida se restringe a uma pequena elite sanitarista.”¹⁸⁶

Na Lagoa, em 1910, surgiram “serviços de enfermagem a todos que deles careçam”¹⁸⁷ durante os dias úteis, sob fiscalização e direcção do subdelegado de saúde do concelho. Este era convidado a indicar se achava necessária a criação de um dispensário na subdelegacia de saúde para serem ministrados serviços de enfermagem¹⁸⁸. Em 1913, fez-se sentir a “falta de serviços de enfermagem gratuitos nos domicílios dos doentes indigentes”¹⁸⁹ e então foi proposto, para o orçamento do ano seguinte, um subsídio para um indivíduo com habilitações para fazer os ansiados serviços. Em Outubro foi proposta a criação do partido de enfermeiro para prestar serviços no Rosário e Santa Cruz, sendo estes gratuitos para os pobres, isto é, para os que pagassem menos de 1\$00 ao Estado.

Foi também proposta a criação de um lugar de parteira diplomada e habilitada, por ser esta uma necessidade urgente, pois “os serviços de partos que enormes perigos correm estão confiados a criaturas incompetentíssimas e por isso as lamentáveis consequências que, periodicamente daí resultam”¹⁹⁰.

Em relação ao farmacêutico¹⁹¹ e sendo este subsidiado pela Câmara, também ele deveria solicitar uma licença quando necessitasse de se ausentar, pois era a “farmácia única”¹⁹² que existia no concelho. Porém, na época em apreço, surgiram queixas de “graves irregularidades no serviço interno da farmácia, pois (...) só muito raramente, se rotulam e lacram as garrafas que saem da farmácia com medicamentos pedidos pelo público, que o farmacêutico receita, como se fora pessoa devidamente autorizada a exercer profissão de médico, tanto dentro da sua farmácia como indo aos domicílios e isto com a agravante de ser ele quem fornece os respectivos medicamentos”¹⁹³. Em resposta, a Câmara alegou que “não poderá haver ordem e disciplina, havendo como há, grave lesão para os interesses do público enfermo”¹⁹⁴.

¹⁸⁶ Idem:129.

¹⁸⁷ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Novembro, 5, fls.108-109v.

¹⁸⁸ Idem, Acta da sessão ordinária de 1910, Dezembro, 3, fls.112v-113v.

¹⁸⁹ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Setembro, 13, fls.86-88v.

¹⁹⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Outubro, 4, fls.90v-91v.

¹⁹¹ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Livro n.º 418, 1913, Outubro, 25, fl.305 refere que o Governador Civil pretende saber o número de farmácias existentes no concelho, sua sede e nome dos regentes.

¹⁹² AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1914, Novembro, 14, fls.166v-172v.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Idem.

Por outro lado, as debilidades financeiras da Câmara de Lagoa também se faziam sentir nos serviços farmacêuticos, particularmente quando se comparava a situação lagoense com o caso de Ponta Delgada. No concelho de Ponta Delgada, cuja “população é de cerca de 54.500 habitantes, existe sem qualquer subsídio onze farmácias, além de drogarias. Considerando que este concelho da Lagoa com uma população de cerca de 10.500 habitantes tem obrigação de garantir e remunerar devidamente pelo menos uma farmácia sem subsídio”¹⁹⁵. Em consequência, e considerando que a avultada verba que a Câmara despendia com medicamentos destinados aos pobres já representava um importante auxílio para a farmácia local, decidiu-se deixar de pagar o valor que até então havia sido entregue ao farmacêutico Francisco Furtado Castanheira Lobo.

Além das questões financeiras, o município também tinha que lidar com as carências dos recursos humanos médicos. Em 1915, por exemplo, o vereador José Aires Gouveia informava que a prolongada doença do facultativo municipal havia dado lugar a queixas por parte daqueles que tinham estado doentes em casa, e não tinham obtido a assistência médica a que tinham direito. Em resultado, o concelho propôs que, enquanto não se fazia a substituição do médico, fosse atribuído “um subsídio de 5\$00 por uma só família que tenha necessidade de médico”¹⁹⁶.

Em 1920, numa representação assinada por dezoito cidadãos moradores da Ribeira Chã, foi pedido que o facultativo municipal visitasse aquele lugar pelo menos uma vez por semana mas, caso não pudesse por excesso de serviço, que se dirigisse àquele lugar um hábil enfermeiro. Ficou então deliberado nomear um enfermeiro que prestasse serviços na Ribeira Chã, três dias por semana e sempre que extraordinariamente fosse chamado, “sendo gratuitos tais serviços para os pobres”¹⁹⁷. Em 1920, o facultativo municipal informou à Câmara que as suas despesas ultrapassavam muito as receitas, vivendo numa situação insustentável. Mas, por saber que aquela também não tinha verba, pediu apenas que lhe fosse “alterada a tabela das consultas e das visitas”¹⁹⁸ em justas proporções, pois por si só já seriam um benefício. A Câmara, atendendo ao aumento do custo de vida e ao facto de tal tabela estar em vigor há 16 anos, resolveu fazer um aumento de 50% sobre os referidos preços.

¹⁹⁵ Idem, Livro n.º 76, Acta da sessão ordinária de 1933, Dezembro, 26, fls.20v-21v.

¹⁹⁶ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1915, Julho, 10, fls.2-3.

¹⁹⁷ AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da sessão ordinária de 1920, Janeiro, 2, fls.100-103.

¹⁹⁸ Idem, Acta da sessão reaberta de 1920, Janeiro, 10, fls.103-104; Idem, Acta da sessão extraordinária de 1920, Outubro, 4, fls.112-112v.

Também o Dr. António de Melo, médico da segunda área do concelho, dirigia-se, duas vezes por semana, a Água de Pau. Aqui, não auferia “nas suas visitas e consultas médicas o suficiente para transporte, em vista de extrema pobreza da maioria dos doentes a quem presta gratuitamente os seus serviços”¹⁹⁹, o que reduzia muito o seu vencimento. Em consequência, a Câmara decidiu atribuir-lhe um subsídio mensal para tal fim, de forma a equilibrar o rendimento pessoal do médico.

Apesar de todos os esforços, os problemas higiénicos e sanitários da Lagoa eram imensos. Em 1911, foram realçadas preocupações com a necessidade de tratar da limpeza dos espaços, como o local onde eram abatidos animais para consumo público. Estas tarefas dependiam principalmente do subdelegado de saúde (porque este concelho não tinha veterinário) a quem a Câmara ordenava, em 1911, que examinasse “as rezes destinadas ao consumo público antes e depois de abatidas”²⁰⁰, visto que tal acção havia caído em desuso. Em ofício posterior, o subdelegado referia que tais fiscalizações eram muito importantes e, se não as tinha feito, era por causa de outros afazeres. Acrescentou que tinha tido muito trabalho clínico num concelho que possuía 10 mil habitantes. Sugeriu que, para que se pudesse conciliar tarefas de acordo com a ciência, “as rezes devem ter 24h de descanso antes de serem abatidas”²⁰¹ e que, por isso, deveriam ser vistas quando o subdelegado conseguisse dirigir-se ao local, podendo este ser o curral do gado que a Câmara possuía na Canada Velha. Como, muitas vezes, se abatia num dia para vender noutro, a fiscalização das carnes, nesse caso, seria no local da venda, no dia do abate.

Apesar destes esforços, em 1914, o subdelegado de saúde queixava-se que tinha sido abatido gado no matadouro municipal sem a revisão médica e solicitava a intervenção municipal, lembrando que “a revisão do gado para consumo público é feita às 9h no próprio edifício do matadouro”²⁰². A intervenção deste agente era, com efeito, fundamental para garantir a qualidade da carne e os resultados dos seus exames sobre a sanidade dos animais para abate ficavam patentes ao público, em lugar bem visível no açougue, enquanto durasse a venda da carne do respectivo animal abatido e admitido a talho²⁰³.

¹⁹⁹ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Fevereiro, 2, fls.52v-54v.

²⁰⁰ Idem, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Janeiro, 7, fls.120-121.

²⁰¹ Idem, Janeiro, 14, fls.121v-122v.

²⁰² AML, Vereações, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1914, Abril, 18, fls.142-145v.

²⁰³ Idem, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 26, fls.55-100.

Todavia, o consumo de gado com qualidade enfermava de outro problema, que era o matadouro. Em 1915, o marchante João Brum afirmava que o *“matadouro municipal desta vila se encontra em mau estado de conservação e com falta de água, porque a do poço que ali existe, além de pouco limpa, com muito custo e dificuldade é tirada, principalmente com a maré vazia”*²⁰⁴. Dizia também que *“se devia desprezar aquele edifício por outro em sítio mais acessível, pela dificuldade com que é transportada a carne devido ao péssimo caminho, a Ladeira, único por onde se servem e de isso provem a relutância de ali irem abater os animais para o consumo público”*²⁰⁵.

A Câmara Municipal estava atenta a este problema, principalmente em relação à falta de água potável e à sua localização *“entre o povoado o que é contra as regras e leis de higiene”*²⁰⁶. Em 1919, a Câmara ponderou a *“necessidade de ser substituído por outro edifício, o actual matadouro municipal desta vila que se encontra em péssimas condições higiénicas além dos maus acessos devido à íngreme ladeira custosa de subir ou descer”*²⁰⁷ e, de acordo com a proposta do vereador Quental, será construído outro matadouro, tendo sido adquirido o prédio de António Jacinto Borges, situado na Rua do Vigário, na freguesia do Rosário.

Em 1929, o Intendente da Pecuária no distrito mandou publicar, no sentido de *“defender as boas práticas de zootecnia da higiene e da sanidade pecuária”*²⁰⁸, uma lei sobre a fiscalização de produtos animais. O delegado de saúde do concelho, no ano de 1932, enviou um ofício pedindo que fossem *“prevenidos os mordomos do Espírito Santo, de que no interesse da saúde pública, a carne destinada aos irmãos dos Impérios, deve por ele ser examinada, antes de distribuída”*²⁰⁹. A Comissão mandou então afixar editais e pedir aos párocos que os lessem por ocasião da missa a fim de informar a população.

A preocupação com o extermínio dos ratos desenvolveu-se quando ocorreu um surto de peste na Terceira, em 1909, tendo como consequência a criação de um serviço

²⁰⁴ Idem, Livro n.º 83, Acta da 7ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1915, Janeiro, 23, fls.186-187v.

²⁰⁵ Idem, Acta da 7ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1915, Janeiro, 23, fls.186-187v.

²⁰⁶ Idem, Livro n.º 83, Acta da 7ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1915, Janeiro, 23, fls.186-187v.

²⁰⁷ Idem, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 26, fls.55-100.

²⁰⁸ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1929, Junho, 15, fls.157-158.

²⁰⁹ Idem, Livro n.º 88, “Acta da sessão ordinária de 1932, Maio, 7, fls.146v-147v.

de análises a ratos no Gabinete Bacteriológico de Ponta Delgada²¹⁰ tendo como fim “reconhecer a hipizootia nos murinos logo que ela aparecesse”²¹¹.

Para um combate colectivo, a edilidade lagoense participou em reuniões de delegados municipais para se “elaborar uma postura para a desratização”²¹². Em 1914, a preocupação persistiu e o presidente da Câmara de então expôs as “vantagens económicas e de salubridade”²¹³ de uma campanha activa de extermínio dos ratos numa acção comum das Corporações Municipais. Para que a caçada fosse eficiente, deveria ser feito o pagamento por cada rato capturado e aplicada uma multa aos contribuintes que não pagassem os ratos a que eram obrigados. Na Junta Geral também se discutia o assunto pois todos tinham noção “que além dos estragos materiais que fazem, são animais muito perigosos porque são transmissores de várias doenças e muito especialmente da peste; considerando que estamos em eminente perigo de sermos invadidos pela peste, pois que temos relações livres com nada menos que cinco portos onde existe esta doença; considerando que este perigo tem aumentado nos últimos tempos pois que a peste tem aumentado de um modo extraordinário num desses portos (na Terceira)”²¹⁴ e tendo em conta que a peste é uma doença do rato²¹⁵ e deste se pode transmitir ao homem²¹⁶. Decidiu-se que o único meio preventivo contra tal doença era a exterminação daqueles roedores. Surgiu então a proposta para a elaboração de uma postura sobre desratização para ser submetida a todas as Câmaras do distrito²¹⁷.

De forma a evitar e prevenir um surto de peste na ilha, em 1916 foram estabelecidas medidas para o extermínio dos ratos, por serem “veículo de tal moléstia e causadores de graves prejuízos económicos”²¹⁸. Foi então elaborado um regulamento pormenorizado sobre as obrigações da entrega de caudas de rato, sendo maior o número consoante o tamanho da propriedade que o indivíduo possuísse. Também os varões válidos residentes deveriam fazer a sua entrega de caudas anual. Seguiam-se as disposições penais para aqueles que não cumprissem as cláusulas contempladas no

²¹⁰ Ver em anexo, fig.40.

²¹¹ *Revista Micaelense*, Setembro de 1921: 1311.

²¹² AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Janeiro, 14, fls.121-122v

²¹³ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1914, Janeiro, 19, fls.124-127.

²¹⁴ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º15, “Acta da sessão ordinária de 1914, Janeiro, 22, fls.117-124.

²¹⁵ Ver em anexo, fig.41.

²¹⁶ Ver em anexo, fig.42.

²¹⁷ Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º15, Acta da sessão ordinária de 1914, Fevereiro, 2, fls.143v-159v.

²¹⁸ AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da 3ª reunião da 2ª sessão ordinária de 1916, Abril, 12, fls.25v-27v.

regulamento e as disposições gerais salvaguardavam a entrega de prémios aos que maior número de caudas entregasse. Na acta de 2 de Abril de 1917, foi dado a conhecer a aprovação do projecto do regulamento para a extinção dos ratos pela Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito. A Comissão Executiva da Câmara Municipal da Lagoa referiu que também possuía um regulamento similar, mas que não o havia posto em prática por saber que uma actuação isolada seria inútil em tal extermínio. Acrescentou ainda que era necessário pôr tal regulamento em prática, pois “*os enormes prejuízos que a raça murina causa à agricultura e os perigos do alastramento e propagação da peste bubónica*”²¹⁹ poderiam ser desastrosos para a Ilha.

Numa reunião de edilidades, em 1920, foi novamente estabelecida “*uma campanha uniforme em toda a Ilha, de extermínio de todos os animais daninhos (roedores e pássaros*”²²⁰. O presidente da Lagoa disse que era “*muito grave o perigo de ser este concelho invadido pela terrível epidemia da peste bubónica que já assola duas das freguesias de Ponta Delgada e como sem demora e com toda a energia e prudência se devem adoptar medidas para combater esse terrível flagelo*”²²¹. Para tal, convocou uma reunião extraordinária da Câmara com os cidadãos mais categorizados do concelho para se combater e eliminar todos os elementos favoráveis à disseminação de tal terrível moléstia²²². Considerou-se então da maior necessidade “*estabelecer medidas para o extermínio dos ratos que a ciência considera como o fim principal veículo daquela terrível moléstia e tendo também em consideração os prejuízos económicos causados por aqueles roedores*”²²³. Criou-se uma postura com vista ao extermínio da referida espécie e organizaram-se duas Comissões para superintenderem sobre os “*serviços de desratização, de higiene, salubridade, desinfecção e limpeza que a ciência aconselha e manda pôr em prática como medidas preventivas contra a peste*”²²⁴ sendo para tal necessário criar e aumentar receitas da Câmara, através da contração de um empréstimo uma vez que este assunto era muito grave para a saúde pública pois “*alguns ratos analisados no ratatório acusaram ter peste bubónica*”²²⁵. Foram, inclusive, aumentados os salários dos profissionais de saúde do concelho para que pudessem auxiliar na

²¹⁹ Idem, Acta da 1ª sessão ordinária de 1917, Abril, 2, fls.38v-40.

²²⁰ Idem, Acta da sessão extraordinária de 1920, Fevereiro, 11, fls.104-105; Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Novembro, 15, fls.40v-42.

²²¹ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1920, Outubro, 6, fls.112v-114v.

²²² Ver em anexo, fig.43.

²²³ AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1920, Outubro, 6, fls.112v-114v.

²²⁴ Idem, Acta da sessão extraordinária de 1920, Outubro, 6, fls.112-114v.

²²⁵ Idem, Acta da sessão extraordinária de 1921, Fevereiro, 21, fls.121-122v.

emergência muito possível de invasão pela “*epidemia de peste bubónica prestando os serviços que este funcionário de saúde lhe ordenar em qualquer ponto do concelho que for atacado pelo terrível morbo*”²²⁶. Contudo, o contributo pecuniário não foi muito elevado porque, “*as circunstâncias do município não permitem compensá-lo de harmonia com a carestia da vida e com o perigo da saúde a que se expõe o pessoal ocupado num tão arriscado serviço*”²²⁷.

Em 1931, o presidente informou que “*o número de ratos que ultimamente tem aparecido nos campos deste concelho é, infelizmente, espantosamente grande, sendo importantes os prejuízos por eles causados à agricultura*”²²⁸. Pediu que se pensassem em medidas de combate para a extinção completa dos ratos, que seria o ideal, ou pelo menos, para uma redução sensível no seu número. Decidiu-se então convidar as pessoas de maior destaque no concelho para darem o seu parecer sobre este assunto e foi elaborada uma postura para haver um maior controlo da situação. Em Setembro do mesmo ano, o delegado de saúde do concelho comunicou que “*no sítio do Cabo da Vila da freguesia de Santa Cruz deste concelho, houve, a partir do dia 2 deste mês uma epidemia a que convém empregar todos os meios para debelar, não convindo deixar essa luta à iniciativa somente particular*”²²⁹. Todavia, a Comissão lamentou não poder seguir o conselho deste funcionário de saúde pública para fazer obras capazes de pôr os edifícios urbanos à prova de rato, por ter falta de receita.

No ano seguinte, o delegado de saúde do concelho disse que “*seria conveniente esta Câmara comprar alguns ratos vivos para serem enviados ao Ratório e ali analisados a fim de se tomarem as devidas e necessárias providências se da referida análise resultar que os mesmos animais estão atacados pela doença da peste*”²³⁰. Deste modo, o Presidente mandou anunciar e oficiar aos párocos para que anunciassem, na missa, que todos os ratos que fossem apanhados vivos e entregues na Delegação de Saúde do concelho, com a indicação do sítio em que foram encontrados, seriam pagos na Tesouraria da Câmara, a razão de 1\$00 forte por cada um.

Outras doenças contagiosas e epidémicas grassavam a população lagoense, preocupando as autoridades políticas locais e obrigando-as a tomar medidas. O Governador Civil informou que o Regulamento Policial tolerado em Ponta Delgada

²²⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1922, Janeiro, 3, fls.155-156.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Fevereiro, 2, fls.52v-54v.

²²⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Setembro, 17, fls.173-174.

²³⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1932, Abril, 23, fls.144v-145v”

“determina tudo o que há a fazer a bem da higiene pública no que respeita à repressão e à regulamentação da prostituição”²³¹ e que o Código Administrativo dispunha de regras de como deveria ser organizado o registo e a matrícula das toleradas, “visto que nesse concelho há, com prejuízo da saúde pública, mulheres que fazem vida pela prostituição”²³². Em 1929 o Governador Civil enviou ao Administrador um “questionário sobre a prostituição”²³³ no concelho.

Destacamos alguns casos mais prementes, quando em reunião da Junta Geral foi chamada a atenção para “as condições precárias da saúde pública do distrito e nalgumas estações do ano, em que as febres tifoides grassam com intensidade e atribui esse facto à inquinação das águas em alguns encanamentos”²³⁴, sendo portanto indispensável que nos chafarizes se aplicassem filtros pequenos, derivando deles a água pura para depósitos devidamente estabelecidos, onde daí seria recolhida, pois os encanamentos deveriam ser reconstruídos e alguns encontravam-se abertos recebendo dejectos. Foi, então, atribuído um subsídio para reconstruir o encanamento de água potável denominado *Moinhos*, visto o seu péssimo estado e por ter dali derivado uma larga e intensa epidemia de febres tifóides que atacou a zona da vila que era abastecida pelo encanamento deteriorado e que, “procedendo o senhor médico director dos serviços bacteriológicos à análise das águas, encontrou de facto o bacilo da febre tifoide”²³⁵.

O Governo Civil enviou, ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara, um ofício dizendo que, na luta “contra a disseminação variólica que nos ameaça”²³⁶, a vacinação intensiva era recomendada. Para execução do regulamento de 23 Agosto 1911 “sobre a aquisição da vacina animal e sobre o custeamento das despesas impostas pelos serviços médicos de vacinação”²³⁷, era necessário a organização dos recenseamentos vacinais, preceituados pelo mesmo regulamento. Sobre a epidemia da influenza pneumónica, que alastrava na ilha, foi publicado um artigo onde se referia que

²³¹ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º411, 1911, Junho, 27, fl.32v.

²³² Idem.

²³³ Idem, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro n.º 409, 1929, Janeiro, 15, fl.435.

²³⁴ Idem, *Vereações*, Livro n.º15, Acta da sessão ordinária de 1914, Janeiro, 26, fls.124v-134. Ver em anexo, fig.44.

²³⁵ Idem, *Vereações*, Livro n.º16, Acta da sessão ordinária de 1914, Novembro, 7, fls.38v-48.

²³⁶ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro n.º 422, 1918, Junho, 19, fl.283.

²³⁷ Idem.

“na Lagoa a epidemia grassa também numa forma assustadora”²³⁸ tendo sido resolvido estabelecer um hospital provisório no Convento dos Frades. Para haver maior controlo sobre a epidemia, foram publicadas, várias normas de higiene, de acordo com instruções do Delegado de Saúde²³⁹. A epidemia assumiu maiores proporções nas freguesias de Santa Cruz e Água de Pau tendo sido criada uma comissão local “constituída pelos seguintes cavalheiros: Dr. José Pereira Riley, Dr. Martim Machado, Dr. Pacheco Vieira, padres João Tavares Canário e João Furtado Pacheco”²⁴⁰ e, na Lagoa, ficou “montado um posto hospitalar, no edifício do Teatro”²⁴¹. A farmácia de Vila Franca do Campo, que já tinha numerosos casos de epidemia, teve “um trabalho colossal para aviar numerosas receitas, não só para aquele concelho, como para a Lagoa e Água de Pau”²⁴². Sobre esta última freguesia surgiu a notícia da falta de apoio à população, pois lamentou-se que “ainda nada chegara, nem medicamentos, nem socorros em roupa ou dinheiro”²⁴³.

Em 1923, foi convocada uma reunião extraordinária da edilidade lagoense para serem “tomadas com urgência as possíveis medidas de prevenção sobre a terrível epidemia da peste que assola este Concelho de uma maneira pavorosa tendo, como é do conhecimento de todos, já feito algumas vítimas”²⁴⁴. Dada a gravidade da situação, a reunião não contou apenas com a participação da edilidade mas, “pela importância do assunto que ia ser tratado e pelo interesse que a toda a gente deve despertar, pediu também para esta reunião, a comparência das autoridades, corporações administrativas, funcionalismo público, eclesiástico e cidadãos de todas as classes e forças vivas deste concelho, visto entender que, (...) todos se devem unir e prestar o seu concurso para a combater e debelar numa acção eficaz e de benefícios e práticos resultados.”²⁴⁵ A comissão agradeceu tanta adesão a tal reunião louvando os presentes pela compreensão clara dos seus deveres cívicos, num momento tão crítico e de tanto perigo para a saúde e para a vida. Como medidas tomadas, salientou-se que o presidente da comissão executiva procurasse “uma casa nas possíveis condições para nela serem internados e isolados os doentes pestosos e as pessoas que com estes estiveram em

²³⁸ A República de 30 de Outubro de 1918.

²³⁹ Idem. Ver em anexo, fig.45.

²⁴⁰ Idem de 1 de Novembro de 1918.

²⁴¹ Idem de 5 de Novembro de 1918.

²⁴² Idem 6 de Novembro de 1918.

²⁴³ Idem de 8 de Novembro de 1918.

²⁴⁴ AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1923, Fevereiro, 5, fls.173v-175.

²⁴⁵ Idem.

contacto”²⁴⁶, atribuindo amplas liberdades, ao subdelegado de saúde, para montar a assistência, tratamentos e outros serviços com vigilância muito apertada. Para conseguir fazer face a tais despesas, decidiu-se o aumento de taxas e impostos municipais.

Mais de uma vez, este Concelho foi visitado pela peste pneumónica, terrível flagelo que não poupava as vítimas que atacava e feria, também de morte, aqueles que descuidadamente se aproximavam dos doentes. Em reunião municipal afirmou-se que estava “*comprovado que o único meio de se combater esta perigosíssima epidemia e de impedir o seu alastramento é isolar os pestosos. Não há muito ainda que dois focos de peste apareceram no Cabo da Vila e viu-se o terror e o medo que causou a trágica sorte das suas cinco vítimas*”²⁴⁷.

Como a conta Hospital de Isolamento de Ponta Delgada, pelo tratamento de doentes, foi considerada exorbitante (pois todo o distrito contribuía para a manutenção do Hospital), nunca mais foi enviado para lá nenhum enfermo. Foi então considerado urgente que a Câmara procurasse montar “*uma casa para o isolamento e tratamento das pessoas atacadas de doença suspeita ou para observação*”²⁴⁸ sob a administração e fiscalização do subdelegado de saúde, sendo-lhe entregue o mobiliário e utensílios por meio de inventário.

O Governador Civil enviou ao Administrador umas instruções sobre medidas sanitárias e higiénicas para serem tomadas em caso de doenças epidémicas, a fim de serem afixadas em locais públicos. Tais medidas deveriam ser rigorosas “*a fim de se debelarem quanto possível as causas prováveis, que tem originado o recrudescimento de doenças infecciosas e epidémicas, nomeadamente tifoídes e peste*”²⁴⁹. A mosca era um dos agentes de propagação daquelas doenças, desenvolvendo-se em lugares com falta de limpeza. A Câmara recomendou que “*se removam para sítios o mais afastado possível das habitações as estrumeiras ou montureiras e bem assim, os currais dos porcos, devendo aquelas, seja em que sítios estiverem, ser devidamente tapadas*”²⁵⁰. Pediu que tais comunicados fossem dados aos padres para lerem na hora da missa e afixarem nas igrejas.

O saneamento e escoamento de águas pluviais podia ser veículo propagador de doenças, pelo que, na Ribeira Chã, na rua fronteira à Igreja, surgiu a necessidade de

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem, Acta da sessão extraordinária de 1924, Dezembro, 17, fls.192-193v.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro n.º 957, 1931, Novembro, 16, fl.138.

²⁵⁰ Idem.

fazer “um cano de esgoto para a condução das águas estagnadas nos pátios e quintais das casas”²⁵¹ para que as águas se pudessem sumir. Já em 1912, deliberou-se mandar construir, no extinto convento de Santo António, em local apropriado, “retretes em condições de limpeza e higiene”²⁵² para o uso dos empregados de cada uma das repartições instaladas no convento. Em 1914 decidiu-se retirar, de onde estavam colocados, “dois urinóis de ferro por serem impróprios para a higiene moral pública, os sítios onde estão”²⁵³ decidindo-se escolher outro local para esse fim. Sobre este assunto, o subdelegado de saúde remeteu uma cópia do ofício recebido do delegado de saúde do distrito, acompanhado de um exemplar do Jornal *A República*, do ano de 1914 onde vinha uma notícia sobre os urinóis lagoenses na qual “o seu autor protesta contra o acto da Câmara que mandou arrancar dos seus lugares os urinóis que se achavam colocados no Largo Doutor Teófilo Braga e o outro no Largo 5 de Outubro”²⁵⁴. Para que o subdelegado de saúde pudesse responder a tal ofício, pediu que lhe fossem comunicadas as razões pelas quais foram inutilizados os referidos urinóis que existiam em condições satisfatórias. A principal razão apresentada foi o facto de passarem, por baixo dos mesmos urinóis, encanamentos de água de fontes públicas, “feitos de barro ordinário sujeitos a infiltrações que adulteram e prejudicam a pureza das águas que são o principal elemento para a vida e para a limpeza e higiene”²⁵⁵. O subdelegado foi então convidado a examinar e verificar pessoalmente o espaço, tendo concluído que “em tais condições não podiam continuar os urinóis nos locais em que estavam colocados achando o mesmo muito prudente e justa a aludida deliberação”²⁵⁶.

A Câmara, ainda em 1914, para atender às necessidades do público e da higiene, mandou construir duas retretes e um urinol, na entrada para a Grota do Porto, com água suficiente para a sua limpeza e asseio, também decidiu canalizar a água e fazer “o esgoto no urinol do claustro do extinto Convento de Santo António”²⁵⁷. Deliberou ainda que, da Junta de Paróquia Civil do Rosário, fosse solicitada uma “licença para se

²⁵¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Fevereiro, 4, fls.125-126.

²⁵² Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Setembro, 14, fls.23-24v.

²⁵³ Idem, Acta da sessão ordinária de 1914, Janeiro, 19, fls.124-127.

²⁵⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1914, Março, 7, fls.137v-140; *A República* de 3 de Março de 1914 pode ler-se: “No Largo Teófilo Braga, onde se acha situada a Igreja do Rosário (...) era tanta a quantidade de urina que não tendo sumidouro, corria livremente pelo adro” e “no Largo Cinco de Outubro, onde se acham edificadas os Paços Municipais” comentam que os actuais governantes colocaram os urinóis à sombra para não se estragarem! Ora, tais urinóis foram edificadas por António d’Amaral Almeida e o autor deste artigo é, seu irmão Francisco d’Amaral Almeida.

²⁵⁵ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1914, Março, 7, fls.137v-140.

²⁵⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1914, Março, 7, fls.137v-140.

²⁵⁷ Idem, Abril, 18, fls.142-145v.

colocar o urinol de ferro”²⁵⁸ no adro da Igreja, junto da torre, na face do nascente. Em 1915, decidiu-se colocar, no passeio próximo da entrada principal para o jardim público, o urinol que por “conveniência da salubridade das águas potáveis das fontes públicas e particulares e da higiene pública”²⁵⁹ foi retirado do Largo Visconde de Almeida Garrett. No mesmo ano, o Juiz Municipal do Julgado deu conhecimento “do mau estado de conservação e limpeza das retretes das cadeias”²⁶⁰ da vila que exalavam um cheiro pestilencial. A Câmara mandou então proceder aos reparos, à desobstrução dos seus esgotos e à canalização da água para a limpeza. Em 1916, o Vereador João Caetano Martins propôs que, junto da torre da Igreja do Cabouco, se “mandasse colocar um urinol de ferro”²⁶¹, dentro do mesmo sistema que a Câmara havida adquirido.

Decidiu-se, em 1926 que fosse retirado da Praça de Água de Pau “o urinol que está em péssimo e repugnante estado de limpeza e conservação, construindo-se um outro naquele sítio mas em condições de se poder facilmente cuidar da sua limpeza e de se obstar aos actos de vandalismo que, gente de má educação e mal intencionada pratica”²⁶². No mesmo ano, foi solicitada uma licença à Junta Geral para abrir uma vala de esgoto, na estrada nacional que atravessava Santa Cruz²⁶³ e, no ano seguinte, para a construção de um urinol na Praça de Água de Pau²⁶⁴. Em 1930, o Inspector de Saúde do distrito pediu para ser informado se no concelho existia uma “rede de esgotos e se esta Câmara tem a seu cargo a remoção de lixos e no caso afirmativo como é ela feita e qual o rendimento médio anual”²⁶⁵. O presidente disse que não havia sistema de esgotos nem de remoção de lixos. No ano seguinte, António Botelho da Câmara Melo Cabral concedeu, de bom grado, a autorização para o pedido da Câmara para “canalizarem as águas pluviais, no sítio da Canada Velha, para uma cova de biscoito existente no seu prédio, ao Pombal da freguesia de Nossa Senhora do Rosário”²⁶⁶. Assim, verificava-se uma preocupação intemporal, com a questão do saneamento e da higiene pública, em espaços de maior frequência da população lagoense.

²⁵⁸ Idem, Agosto, 8, fls.155-156.

²⁵⁹ Idem, Livro n.º 83, Acta da 7ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1915, Janeiro, 23, fls.186-187v.

²⁶⁰ Idem, Acta da 10ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1915, Março, 13, fls.191-192.

²⁶¹ Idem, Livro n.º 97, Acta da 3ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1916, Janeiro, 8, fls.17-17v.

²⁶² Idem, Livro n.º 67, Acta da sessão ordinária de 1926, Abril, 10, fls.7-8v.

²⁶³ Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º22, Acta da sessão ordinária de 1926, Setembro, 10, fls.156-160v.

²⁶⁴ Idem, Livro n.º24, Acta da sessão ordinária de 1927, Novembro, 11, fls.35-39.

²⁶⁵ AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Maio, 31, fls.9v-10.

²⁶⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Janeiro, 10, fls.50-50v.

Competia também ao município a limpeza dos espaços públicos. Em 1913, um dos vogais chamou a atenção para a limpeza que havia sido feita na parte da estrada a começar na ponta da Grota do Porto pois aquele espaço encontrava-se imundo, em pleno coração da vila. Solicitou, também, a remoção de *“dois montes de entulho que foram depositados em frente à Rua Dr. Afonso Costa e outro próximo do Teatro Amaral”*²⁶⁷. Em 1919 foram elaboradas novas medidas sobre a higiene local como a *“construção do matadouro e açougue”*²⁶⁸, a *“aquisição de duas carroças com os respectivos depósitos ou pipas para aguar as ruas”*²⁶⁹ e a construção de *“convenientes canos de esgoto”*²⁷⁰. No ano seguinte, o Governador Civil solicitou que fosse ordenado, aos delegados nas freguesias, para procederem *“a visitas domiciliárias, mandando remover estrumes, limpar pátios”*²⁷¹ e comunicando, depois, o estado sanitário do concelho. Em 1924, tendo sido ponderada a necessidade de se abrir, sob a Travessa e a Rua António José de Almeida, da freguesia de Santa Cruz, um aqueduto para recolher e conduzir as águas pluviais das Ruas de Cima e do Machado e *“as dos esgotos das casas e oficinas em que são exercidas as indústrias de salsicharia, destilação e serralharia”*²⁷² deliberou-se que na primeira oportunidade se mandasse, a Comissão Executiva da Câmara, proceder aos respectivos serviços a bem do asseio e limpeza de uma das principais ruas, bem como da higiene e salubridade públicas. No Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral existia uma casa em ruínas, que muito desfejava aquele largo. Então deliberou-se que fosse expropriada por utilidade pública aos seus possuidores, para serem demolidas e removidas as referidas ruínas, contribuindo assim para *“o embelezamento, higiene e salubridade da vila porque aquelas ruínas como estão são também um perigosíssimo covil, onde se abrigam e se propagam os ratos, esses imundos e daninhos animais que espalham o terrível flagelo da peste”*²⁷³.

O vereador Padre João Furtado Pacheco, em 1925, disse ter havido reclamações, do público e da Junta Geral, contra o péssimo estado em que se encontrava o Largo da Fonte, do sítio das Alminhas, do Lugar da Atalhada, por estar todo coberto e encharcado alastrando e *“escorrendo para a valeta da estrada distrital, devido às águas esgotadas*

²⁶⁷ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Junho, 14, fls.68v-70.

²⁶⁸ Idem, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência* expedida Administradores do Concelho, Livro n.º407, 1920, Outubro, 16, fl.383.

²⁷² AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1924, Julho, 29, fls.188v-189v.

²⁷³ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão ordinária de 1924, Novembro, 25, fls.189v-190.

da dita fonte e dos tanques de lavagem da roupa e de bebedouro de animais, e não havendo modo de obstar a esse mal senão removendo para outro local onde não seja tão prejudicial à higiene, asseio e limpeza os referidos tanques”²⁷⁴. Conseguiu então a cedência de uma parte do dito prédio para nele serem colocados os ditos tanques e a licença para conduzir a água do aqueduto.

A Direcção Geral de Saúde enviou um ofício à Junta de Higiene do Concelho recomendando que se promovesse a criação de melhoramentos para a saúde pública, de acordo com a lei, e “*chamando a atenção para a alta mortalidade e pesada morbilidade de doenças que mais facilmente se subjugariam com os preceitos da higiene*”²⁷⁵. Indicou que competia às Câmaras Municipais aprovisionar o abastecimento de águas e proceder à canalização de esgotos, bem como ao apetrechamento profilático contra a eclosão de moléstias epidémicas arranjando-se, para tal, uma casa para isolamento, uma câmara de sulfuração e provisão de creolina, visto que da colaboração das Câmaras Municipais, das Juntas de Higiene e dos Serviços da Direcção Geral de Saúde deveria resultar “*a defesa da vida e da saúde dos habitantes e o aperfeiçoamento das condições de higiene e salubridade das povoações*”²⁷⁶.

O Capitão do Porto de Ponta Delgada, em 1929, comunicou as providências tomadas, pelo delegado marítimo de Vila Franca do Campo, sobre uma baleia encalhada, em estado de decomposição, na praia de Água de Pau, no Portinho dos Lobos, pedindo que pela Câmara fossem tomadas medidas “*a bem da saúde pública as providências convenientes para o desaparecimento ou destruição daquele cetáceo visto ter cessado a intervenção oficial da repartição a cargo daquela autoridade marítima*”²⁷⁷.

No ano seguinte, tendo sido ponderado que o encanamento geral das “*águas que abastecem esta vila, na extensão dos Matos da Flor da Rosa ao Pau Pique se encontra em péssimas condições higiénicas devido a uma porção de bebedouros de animais que estão juntos ao referido encanamento constituindo por tal motivo um grande perigo para a saúde pública além da enorme perda de água que pelas mesmas pias se escoam*”²⁷⁸ resolveu-se oficiar, o subdelegado de saúde, para fazer vistoria com o fim de indicar à Câmara quais as providências a tomar para pôr o encanamento nas devidas

²⁷⁴ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1925, Julho, 30, fls.196-198.

²⁷⁵ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Outubro, 22, fls.52v-53v.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ AML, Vereações, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1929, Janeiro, 12, fls.137-138.

²⁷⁸ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Junho, 7, fls.10-12.

condições. Posteriormente, a referida entidade sanitária procedeu à vistoria verificando que as condições higiénicas eram péssimas, podendo haver infiltrações na água, sendo então necessário evitar o contacto entre a água, a pia e as vigias do varejo²⁷⁹.

No mesmo ano, o Chefe da Secção Civil da Delegação Especial do Governo da República nos Açores solicitou, para ulterior remessa à Direcção Geral de Saúde, “*plantas e memórias descritivas do abastecimento e distribuição de águas da rede e sistema de esgotos, da remoção e tratamento de lixos, de canos, dos matadouros, dos lavadouros e lavandarias dos postos de desinfecções, dos balneários e da iluminação, tanto da sede como das outras povoações deste concelho*”²⁸⁰ e todas as que tivessem carácter sanitário seja qual fosse a sua natureza, lembrando que os projectos de ampliações e modificações ou de novas instalações deviam ser presentes à Junta de Higiene concelhia e enviadas à Direcção Geral de Saúde, para se pronunciar o Concelho Supremo de Higiene.

No ano seguinte, em ofício do facultativo municipal da segunda área do concelho, foi manifestada a “*conveniência de uma análise bacteriológica das águas que abastecem a freguesia de Água de Pau, pelo motivo de naquela freguesia terem neste e no verão no ano passado, aparecido febres tifoides*”²⁸¹.

O presidente da Comissão Executiva da Câmara da Lagoa, em 1932, oficiou o Delegado de Saúde do Concelho para ordenar “*a desinfecção de uma das celas do edifício do extinto convento de Santo António onde faleceu uma pessoa indigente e que semanalmente mande o fiscal sanitário em visita sanitária às celas do dito edifício ocupadas pelas pessoas indigentes que nelas moram*”²⁸².

Como forma de controlo sanitário, a Comissão Administrativa da Junta Geral questionou se o município possuía “*seringas apropriadas para aplicação do soro antidiftérico*”²⁸³ ou se os médicos municipais se encontravam providos destes aparelhos, já que tal se encontrava à disposição no gabinete de bacteriologia. Posteriormente, enviou um ofício para que tal requisição fosse feita através de uma farmácia depositária²⁸⁴. Pelo subdelegado de saúde foram adquiridos tubos para

²⁷⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Junho, 21, fls.12v-14.

²⁸⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 16, fls.21-21v.

²⁸¹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Setembro, 17, fls.173-174.

²⁸² AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Junho, 18, fls.154-155v.

²⁸³ Idem, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Março, 25, fls.133-134.

²⁸⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Junho, 10, fls.150v-151.

“vacinação e revacinação de crianças e adultos”²⁸⁵, visto ser aquela a época própria para tais serviços. Em Janeiro de 1914, o facultativo da Câmara solicitou a “vacina anti-variólica e os soros anti-diftéricos e a seringa de cristal com a capacidade de 20gr”²⁸⁶ para a sua aplicação, sendo a Câmara incumbida da sua aquisição, conservação e resguardo. Num ofício de 20 de Novembro do mesmo ano, o subdelegado de saúde comunicou que continuava a desenvolver-se a epidemia de febres tifóides, devendo ser acrescidos todos os esforços por todas as entidades competentes. O mesmo médico lavrou o seu protesto contra a ordem da Câmara de apenas permitir que só em Ponta Delgada pudessem ser, gratuitamente, aviadas as receitas destinadas aos tíficos pobres, podendo ser esta medida nociva, pela demora, no socorro dos doentes. Solicitou ainda, por essa razão, que tais receitas fossem aviadas na farmácia do concelho. A Câmara respondeu que “como sempre se tem feito, estava pronta a cooperar em tudo que dentro dos recursos financeiros deste município seja necessário para a extinção da epidemia e que se ordenou que fossem fornecidos pela farmácia Vieira e Botelho de Ponta Delgada”²⁸⁷ se devia apenas à confiança no estabelecimento por ser o mais creditado. Desta mesma farmácia, foi mandado buscar um “indispensável stock dos soros antitetânicos”²⁸⁸. Ressalve-se que as questões da saúde eram um cuidado das elites locais que, tal como foi referido, se preocupavam com os indigentes pois, em caso de contágio, uma doença não seleccionava entre rico ou pobre.

O subdelegado de saúde, Dr. Francisco Pacheco Vieira, publicou um artigo no jornal contra o Padre Cura da Atalhada, por este possuir avença com a população local. Em virtude disso, por não possuir habilitação, considerava-o responsável, por negligência, da morte de Francisca Tomásia, daquela localidade, que se esvaiu em sangue após ter dado à luz e não ter sido socorrida, atempadamente, para expelir a última fase do parto. Quando foi chamado o profissional de saúde em questão apenas teve tempo de ouvir a moribunda a lamentar-se, dizendo “eu morro, mataram-me”²⁸⁹.

Uma questão peculiar chegou à edilidade lagoense no ano de 1928. Tratou-se de uma queixa contra o médico municipal, Dr. Francisco Pacheco Vieira da parte de duas

²⁸⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Abril, 8, fls.141-142. Sobre a questão da vacinação e revacinação, nota-se que havia uma periodicidade de tal acção de saúde pública, já que existem mais referências, a saber: AML, Vereações, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1929, Abril, 6, fls.148-149.

²⁸⁶ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1914, Janeiro, 19, fls.124-127.

²⁸⁷ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1914, Novembro, 21, fls.171v-173v.

²⁸⁸ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão ordinária de 1924, Abril, 1, fls.186v-187v.

²⁸⁹ A República de 7 de Agosto de 1917.

mulheres, do lugar do Cabouco, comunicando que foram chamá-lo para que fosse a casa de Maria da Estrela Pacheco Penquinha, solteira e indigente que se achava gravemente doente com um parto laborioso, havia três dias. Após a insistência das referidas mulheres, o médico, sem vontade de se deslocar, disse que iria mais tarde mas, como não havia comparecido, estas foram pedir à comissão que fossem tomadas medidas para que aquela doente não morresse abandonada e sem assistência médica. A Comissão enviou então um ofício, ao facultativo, a solicitar o tratamento da referida doente ao qual ele respondeu que, tal pedido não lhe havia sido feito anteriormente mas, que mesmo assim, não o pode satisfazer por se encontrar com falta de saúde. Assim, pelo telefone, foi mandado chamar o Dr. Raul Benevides, de Ponta Delgada, sendo dada autorização para levar a parturiente para o Hospital de Ponta Delgada, por ser mais económico ou fazer o parto em casa da doente se, clinicamente, se achasse mais conveniente²⁹⁰. Em ofício posterior, este último médico, comunicou que a saúde da doente não estava em perigo e que a criança havia nascido morta. Acrescentou que tentou produzir o parto, excitando as contracções do útero, caído em inércia e não dando resultado fez a extracção a fórceps. Acrescentou que *“era urgente a intervenção por se encontrar a parturiente exausta e por se ter dado a ruptura das membranas há mais de 24h encontrando-se a criança morta era preciso evitar o perigo futuro de infecção”*²⁹¹.

No mesmo ano, o Dr. Augusto Botelho Simas enviou um ofício à edilidade lagoense, dizendo que havia seis anos que assumia a responsabilidade da clínica de Água de Pau, verificando então que *“pelos hábitos e pelo número de habitantes é de grande necessidade a criação de um posto de socorros e de um consultório convenientemente montado, assim como de uma maior assiduidade clínica”*²⁹². Com a avença que possuía com a população, deslocava-se uma vez por semana à freguesia mas, sugeriu ser conveniente ir mais vezes. Propôs-se então a abrir um consultório para observação de doentes e para todos os serviços de pequena cirurgia, se a Câmara o habilitasse com local e subsídio para as despesas. A Comissão apresentou algumas condições e tais funções foram aprovadas para que se iniciassem a 1 de Janeiro de 1929, no edifício que a Câmara possuía na Praça daquela freguesia, sendo lá montado o consultório e o posto médico.

²⁹⁰ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Julho, 28, fls.109v-111.

²⁹¹ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Agosto, 18, fls.112v-113.

²⁹² AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Novembro, 24, fls.128-129v.

Em 1930, o município considerou que, atendendo ao número de habitantes de cada freguesia e dos povoados que delas faziam parte, (no Rosário, a Atalhada e o Cabouco; em Santa Cruz, os Remédios e em Água de Pau, a Ribeira Chã) e as distâncias a que estas ficavam das sedes das respectivas freguesias, a Comissão Administrativa deveria promover a instalação de dois partidos médicos municipais, pois a sede da subinspecção da saúde, por lei, era fixada na freguesia principal do concelho e atendendo aos registos sanitários do mesmo. Assim, ficaria cada uma das áreas com igual número de povoados *“e deste modo resultará a melhor assistência médica de cada uma das mesmas áreas, não sendo possível igualar a população de ambas sem prejudicar a respectiva divisão e até os próprios serviços clínicos”*²⁹³. A Comissão resolve fazer a divisão da seguinte forma: *“a primeira compreendendo toda a freguesia de Nossa Senhora do Rosário e a parte da freguesia de Santa Cruz compreendida pela Ruas da Caloura e da Canada das Vinhas. E a segunda constituída pela parte restante da freguesia de Santa Cruz e pela freguesia de Água de Pau”*²⁹⁴. Ficou, na primeira área, o facultativo municipal, por naquela zona possuir a sua moradia, por ser aquela a área mais pequena, por isso menos trabalhosa, e ser necessário diminuir o serviço a um funcionário que contava 31 anos de exercício e cerca de 60 anos de idade, e ainda acumulando as suas obrigações como subinspector de saúde. Foi então aberto concurso para o segundo facultativo municipal, tendo sido a vaga preenchida pelo Dr. António de Melo.

O trabalho desta Comissão Administrativa Municipal na área da saúde foi, aliás, bem reconhecido pelo pelouro camarário seguinte. O Presidente da Câmara Francisco d’Amaral Almeida, após a sua tomada de posse em 1931, fez rasgados elogios aos seus antecessores, destacando que, *“quando por muitos povoados desta Ilha lavra, com pavorosa intensidade a terrível e mortífera epidemia de tifos, deve-se, sem dúvida, o excelente estado sanitário desta vila aos importantíssimos serviços feitos nas águas potáveis, das fontes públicas, que foram, em grande parte canalizadas de novo em tubos de cimento armado, e resguardadas das imundícies e repugnantes nojências que por actos de malvadez e selvajaria, criminosamente, se praticavam dantes em vigias mal tapadas e em bebedouros de nível para animais que, nas pastagens abundavam junto ao encanamento, numa grande extensão”*²⁹⁵.

²⁹³ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Janeiro, 18, fls.186-188v.

²⁹⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Janeiro, 18, fls.186-188v.

²⁹⁵ AML, Vereações, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Setembro, 12, fls.92v-95.

Também nas escolas, a preocupação com o contágio e propagação de doenças era constante. Assim, em 1931, o Inspector do Circulo Escolar do Distrito de Ponta Delgada chamou a atenção que naquele período calamitoso de doenças infecciosas, seriam tomadas “*medidas preventivas nas nossas escolas, aumentando-se, para tanto, aos respectivos professores a verba de expediente e limpeza e fornecendo-se-lhes creolina*”²⁹⁶. Na continuidade deste mesmo assunto, o presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral Autónoma do Distrito de Ponta Delgada comunicou que “*em virtude de por quase toda a Ilha aparecerem casos de peste humana*”²⁹⁷, desejava proporcionar aos indigentes o medicamento necessário para o tratamento daquela doença – o soro antipestoso e a vacina própria como elemento preventivo. Os materiais a requisitar encontravam-se depositados no Gabinete Bacteriológico e esperava que houvesse o maior escrúpulo na sua gratuita distribuição, feita pelas municipalidades, que deviam enviar, mensalmente, uma nota à Junta Geral dos indigentes do seu concelho a quem tivessem sido fornecidos os aludidos produtos. O presidente lagoense requisitou 48 tubos de vacina e soro anti-pestoso e pretendia saber qual o preço para que a Câmara pudesse fornecer àqueles que pudessem pagar. Por sua vez, Francisco Furtado Castanheira Lobo, proprietário da farmácia estabelecida na vila, alegando a lei que regulava os medicamentos manipulados, comprometeu-se a prestar assistência aos indigentes, fazendo o desconto de 20% e no que respeitava a especialidades de uso comum, atendendo à epidemia, vendia também “*Biolantina, Lactosibiosina e Hexatropina respectivamente a 11\$25, 8\$75 e a 6\$25*”²⁹⁸.

Em relação à farmácia de Água de Pau resolveu-se chamar a atenção para o fornecimento dos seus medicamentos que, às vezes, não correspondiam em quantidade ao que estava prescrito no receituário e, também para os elevados preços das especialidades fornecidas por conta da Câmara às pessoas indigentes, avisando que apenas seriam pagos os preços devidos e que estavam marcados nos invólucros. O presidente comunicou que, em reunião da Junta de Higiene do concelho, foi mostrada a necessidade urgente de restabelecer em Água de Pau o lugar de fiscal sanitário para que houvesse informação e fiscalização permanente “*sobre o estado de saúde naquela localidade e cumpra as medidas de profilaxia ali precisas, mormente nesta ocasião em*

²⁹⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Novembro, 28, fls.111v-113v.

²⁹⁷ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Dezembro, 12, fls.115v-117v; Cf. BPARPD, FJGDPD, Vereações, Livro n.º31, Acta da sessão ordinária de 1931, Dezembro, 4, fls.16v-23; Idem, Livro n.º31, Acta da sessão ordinária de 1931, Dezembro, 18, fls.28v-34v, o Presidente da Comissão Administrativa da Lagoa mandou que se agradecesse à Junta Geral e apresenta a referida requisição.

²⁹⁸ AML, Vereações, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Dezembro, 12, fls.115v-117v.

que ali grassa uma epidemia de febres tifoides, com persistência”²⁹⁹. Decidiram que ficaria com o cargo, Leopoldo Brée de Almeida Tavares de Medeiros, encarregado do posto de Registo Civil, em Água de Pau, pois já havia sido quem exercera tais funções. O Dr. Francisco Pacheco Vieira, Delegado de Saúde do Concelho pediu que a comissão adquirisse “*quatro casacos e duas máscaras que se necessitarão caso apareçam pessoas infectadas ou atacadas de peste, pois tão terrível moléstia tem aparecido nalguns pontos desta Ilha e infelizmente na freguesia de Água de Pau, numa pessoa que, segundo consta, para ali veio, contaminada de Ponta Delgada*”³⁰⁰.

Em Abril de 1932, o Delegado de Saúde do Concelho enviou um ofício “*comunicando que considera extinta a epidemia de febres tifoides que desde Setembro passado vinha grassando na freguesia de Água de Pau*”³⁰¹. E, no ano seguinte, o Presidente da Comissão Administrativa Municipal da Lagoa, enviou um pedido à Junta Geral para que “*fossem cedidas 50 ampolas de soro anti-pestoso de 20cm³, requisitados pelo Delegado de Saúde do Concelho*”³⁰².

Para auxiliar a actividade médica e acompanhar a evolução dos tempos, o Município adquiriu “*um aparelho gerador de alta frequência Ixu pela grande utilidade que prestam estes aparelhos aos doentes que deles necessitam na diminuição de dores e na aplicação de vários tratamentos de que se têm obtido excelentes resultados*”³⁰³ que foi entregue aos dois facultativos. As aplicações seriam pagas pelas pessoas que o utilizassem, de acordo com uma tabela posteriormente organizada.

Pelo facto do concelho não possuir hospital, muitos doentes eram internados em Ponta Delgada, na Misericórdia ou no Hospital de Isolamento, anteriormente referido, sendo feito o pagamento, *a posteriori*, pela edilidade lagoense³⁰⁴. A este propósito, em 1927, o presidente da comissão administrativa da Santa Casa Misericórdia de Ponta Delgada enviou um ofício comunicando que de apenas seriam “*admitidos a tratamento no seu Hospital os doentes dos outros concelhos deste distrito, embora trazendo o atestado de indigência, quando venham acompanhados com a guia de remessa do subinspector de saúde e a declaração assinada pelo presidente da comissão da câmara que se responsabiliza pelo pagamento das despesas de hospitalização de 8\$00 diários*”

²⁹⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Dezembro, 12, fls.115v-117v.

³⁰⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Dezembro, 12, fls.115v-117v.

³⁰¹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1932, Abril, 2, fls.139v-142.

³⁰² BPARPD, FJGDPD, Vereações, Livro n.º33, Acta da sessão ordinária de 1933, Maio, 19, fls.105v-115.

³⁰³ AML, Vereações, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Junho, 25, fls.155v-158.

³⁰⁴ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1924, Março, 22, fls.186-186v.

por cada”³⁰⁵. Um ofício semelhante foi enviado pelo vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo³⁰⁶. Face às grandes despesas da Câmara da Lagoa, o dinheiro disponível era sempre bastante controlado e assim deliberou-se propor à Santa Casa da Misericórdia que fosse pago, trimestralmente, um subsídio anual de 4.800\$00 “a fim de serem hospitalizados os doentes pobres deste concelho até ao limite máximo de 730 diárias anuais”³⁰⁷ e caso ultrapassasse, a Câmara pagaria o excesso pela tabela estabelecida pela Santa Casa.

Em 1928, o subinspector de saúde do concelho enviou um ofício à Câmara comunicando que não poderia continuar a ter, na sua casa, a subinspecção de saúde e, para tal, a comissão pôs à sua disposição “uma sala no extinto Convento de Santo António que serviu de gabinete particular do administrador do concelho e antes de subdelegacia de saúde”³⁰⁸. Além dos espaços hospitalares referidos, a municipalidade contribuía também com auxílios monetários para entidades ligadas à saúde como o Instituto de Radiologia de Ponta Delgada³⁰⁹.

Para melhor se organizar a higiene e a saúde pública no concelho lagoense, foram elaboradas posturas enumerando várias regras sobre o saneamento, limpeza, recolha de lixo, recolha e depósito de estrumes, bem como escoamento de águas³¹⁰. Em 1931, o Governador Civil enviou ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara um questionário com intuito de se melhorarem as condições de salubridade da ilha sendo estabelecido um plano cujo programa incluía diferentes obras “tais como construções de casas, captação e canalizações de água potável, construção de redes de esgoto e de fossas sépticas nos locais onde o esgotamento não possa ser feito por canalizações, fixação de verbas para desratação”³¹¹. O abastecimento de água era, com efeito, um problema que necessitava de soluções urgentes.

³⁰⁵ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Março, 12, fls.20-22.

³⁰⁶ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Abril, 16, fls.27-28.

³⁰⁷ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 2, fls.18-19v.

³⁰⁸ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Maio, 26, fls.99v-100v.

³⁰⁹ Cf. AML, Vereações, Livro n.º 97, “Acta da 2ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1924, Abril, 26, fls.187v-18.

³¹⁰ Ver em anexo, figs.46-47. Cf. AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 26, fls.55-100; Cf. AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da sessão reaberta de 1921, Novembro, 26, fls.127v-154v.

³¹¹ Ver em anexo, fig.48. BPARPD, FGCDPD, Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro n.º 957, 1931, Dezembro, 24, fls.154-156.

4.2. O Abastecimento de Água

As povoações fixaram-se sempre junto a cursos de água ou próximas de nascentes de água potável. As grandes civilizações, as cidades mais importantes, as grandes capitais nasceram nas margens de mares ou rios numa dependência do mundo natural, dos seus ciclos e dos seus recursos fundamentais para a produção e reprodução do seu modo de vida.

Devido à sua utilização transversal a todas as actividades produtivas e por ser um recurso natural de significativo valor económico e social, a água é um bem precioso. Ora numa região insular, a protecção e valorização dos recursos hídricos é ainda mais importante dada a vulnerabilidade dos ecossistemas aquáticos e a exiguidade de alternativas. A água permite fazer uma análise do ponto de vista económico, social e antropológico de um povo, nos aspectos mais significativos do seu sistema de alimentação, higiene e limpeza ao nível rural, urbano e habitacional. *“Indispensável à vida doméstica (alimentação e higiene), a água era obtida directamente na natureza, em nascentes, poços de ribeiras, lagoas e lagoeiros, ou recorrendo a construções de captação, recolha, armazenamento e distribuição, tanto públicas como privadas.”*³¹²

A água era pertença do Estado, muitas vezes, designada por *“Água Real”*³¹³, correspondendo à nascente ou ribeiro até ao povoado e o local onde ela nascia era chamado de *“Mãe d’água”*³¹⁴. Os aquíferos de altitude alimentavam nascentes de água potável que, *“por iniciativa municipal, foi captada, conduzida, armazenada em reservatórios e distribuída para consumo geral, em fontanários e chafarizes, normalmente com bebedouros anexos, e também em lavadouros públicos”*³¹⁵.

No início do século XX, as *“águas de consumo eram facilmente fonte de disseminação de doenças, não só porque raramente eram analisadas, face à parca acção dos poucos laboratórios de análises bacteriológicas do País, como porque os sistemas de canalizações, envelhecidos, fendidos e defeituosos, lado a lado com colectores de esgotos a descoberto”*³¹⁶, constituíam a triste realidade de muitas cidades e vilas portuguesas.

³¹² Martins, 2011: 114

³¹³ Dias, 1944: 171

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ http://siaram.azores.gov.pt/energia-recursos-hidricos/antropologia-agua-doce/_intro.html Último acesso em 09/05/2012

³¹⁶ Viegas, 2006: 27

No período estudado, as preocupações com a saúde pública, salubridade, abastecimento de água pública e particular, limpeza e encanamento eram também recorrentes no Município da Lagoa. Ora, o sistema de abastecimento público era controlado pelo poder municipal, sendo este responsável pela sua manutenção e limpeza. Por outro lado, ocupava-se da concessão de água às freguesias, às casas particulares, aos estabelecimentos comerciais, industriais e hospitalares.

Num ofício do Governador Civil do Distrito, de 21 Junho de 1911, a Câmara da Lagoa recebeu informação que a sua congénere de Ponta Delgada pretendia aproveitar a nascente de água potável existente na margem direita da Grotta da Passagem, na Ribeira Chã, para aumentar o abastecimento da cidade mas, para impetrar o decreto de expropriação das nascentes, necessitava de uma declaração do município dizendo que podiam “*ser dispensadas do abastecimento das freguesias do concelho sem prejuízo dos interesses da sua população*”³¹⁷. A Câmara da Lagoa prescindiu, então, das referidas nascentes. Denota-se que a população de Ponta Delgada já era em número mais significativo, precisando, por isso, de mais água a fim de satisfazer as necessidades locais.

O Padre João José Tavares³¹⁸ fez referência ao abastecimento de água, dando destaque às nascentes que abasteciam a Lagoa, bem como às fontes que existiam no concelho. Para o abastecimento de água existiam aquedutos e canalizações que traziam as águas das nascentes e fontes³¹⁹ que forneciam a água aos munícipes. Em Água de Pau existiam ribeiras onde era feita a lavagem de roupa³²⁰ e graças às quais muitos moinhos laboravam, como se pode observar.

³¹⁷ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Junho, 24, fls.151v-153.

³¹⁸ Cf. Tavares, 1979: 275-279.

³¹⁹ Cf Costa, 1991: 815 onde afirma que as fontes além do valor da sua presença do ponto de vista social e económico constituem um elemento estético de reconhecido apreço.

³²⁰ Ver em anexo, fig.51.



Fig. 28 - Moinho dos Barrancos, Água de Pau, 1920 e Ribeira de Santiago, Lavadeiras de Água de Pau, 1939
Arquivo Particular de Roberto Medeiros

Desde sempre foram elaboradas posturas para “assegurar a salubridade das mesmas canalizações, das vigias, dos tanques e dos chafarizes”³²¹. As arquinhas eram em pedra e cobertas com uma tampa ou porta de madeira, provida de uma fechadura, que a vedava do acesso de pessoas e animais. A partir da base da caixa de água saía o encanamento de barro, que a ligava aos fontanários nas freguesias ou derivavam para penas requeridas pelos particulares junto da Câmara Municipal³²². “Ao longo de todo o seu percurso, de 100 em 100 m, colocavam-se estruturas semelhantes às caixas de água empregues nas captações, para poder proceder à sua limpeza periódica e simultaneamente impedir o aparecimento de uma pressão demasiado elevada, susceptível de produzir a sua ruptura.”³²³

A carestia de água sempre foi uma das questões mais importantes ao longo dos tempos e sobre este assunto, o vereador Artur de Quental Tavares do Canto considerou que, havendo a falta quase absoluta de água na vila por os encanamentos estarem em péssimo estado de conservação, era da opinião que “da falta deste elemento essencial à vida pode resultar uma verdadeira calamidade para os povos desta vila”³²⁴. Neste período, a maioria da população dirigia-se aos chafarizes e fontanários públicos para obterem água para consumo doméstico³²⁵.

A questão do abastecimento de água na Lagoa encontrava-se fortemente relacionada com a preocupação com a higiene e saúde pública, como vimos no capítulo

³²¹ Costa, 1991: 809

³²² Ver em anexo, fig.52.

³²³ Lobo, 1994. “Água” In <http://www.culturacores.azores.gov.pt/> Último acesso em 08/05/2012

³²⁴ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da 2ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Janeiro, 7, fls.119v-122v.

³²⁵ Ver em anexo, fig.53.

anterior, já que a propagação de doenças e a falta de cuidados médicos agravavam a situação da época. Na questão da salubridade, desta vez através de um ofício do governador civil do distrito, foi chamada a atenção para o regulamento geral de saúde, no que diz respeito à *“limpeza e abastecimento de águas, remoção de imundices e instalação de serviços municipais de desinfecção”*³²⁶ pois o país encontrava-se ameaçado pela epidemia colérica que, em 1910, já havia invadido a Itália e alguns pontos da Europa Central. Em 1914, o Vereador Luís Eugénio Soares de Macedo propôs que fosse encanada para o matadouro municipal da vila, a água necessária para as limpezas e lavagens e para uso agrícola das duas glebas de terreno que a Câmara possuía, naquele lugar, podendo a mesma água ser tomada na fonte do Largo do Teatro³²⁷.

Como a água para o gado trazia implicações na economia e na saúde pública, as preocupações com os bebedouros eram comuns. O subdelegado de saúde chamava a atenção para a existência *“ao longo do encanamento das águas que abastecem as fontes públicas pias de nível descobertas destinadas para os animais beberem”*³²⁸, e em comunicação com as águas dos referidos encanamentos. Sugeriu que fossem tomadas as necessárias providências fazendo-as desaparecer ou vedando, para elas, as águas dos ditos encanamentos.

Em várias sessões camarárias, os vogais, representantes dos respectivos lugares do concelho, davam conhecimento das respectivas necessidades. Destacáramos o exemplo do edil responsável pela freguesia de Água de Pau, que *“deu conhecimento de que precisa de urgentes reparos o encanamento que conduz a água à fonte da Igreja Paroquial”*³²⁹. Outro exemplo foi o da sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 1911, em que o mesmo vogal solicitou uma vistoria para ser feita a reconstrução do *“encanamento geral que conduz a água das nascentes da Mãe d’Água”*,³³⁰ bem como a utilização de outras nascentes, para que pudesse receber mais água a fim de satisfazer todas as necessidades de consumo público e concessões particulares. Ou ainda, sobre o Rosário, o vogal Sr. Frazão *“dando conhecimento do mau estado em que encontra o encanamento que conduz a água à fonte do Largo Teófilo Braga pediu que esta Comissão mandasse proceder aos necessários estudos para reparação do referido*

³²⁶ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Outubro, 8, fls.102v-103.

³²⁷ Idem, Livro n.º 83, Acta da 6ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Janeiro, 21, fls.127v-129.

³²⁸ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da 8ª reunião da 2ª sessão ordinária de 1914, Abril, 29, fls.146v-149v.

³²⁹ Idem, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Novembro, 19, fls.110-111.

³³⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Fevereiro, 25, fls.128-129v.

encanamento que atravessa uma parte da Rua João Chagas”³³¹. Numa outra situação, foi o próprio Presidente da Câmara que propôs os arranjos, “*no sítio da Fonte Velha para que fosse reconstruída a fonte que ali existe*”³³², bem como o encanamento da água que abastece as fontes públicas do Cabouco já que era insuficiente para as necessidades locais. No ano seguinte, verificou-se que o abastecimento continuava insuficiente para consumo público, pois a água era derivada de uma nascente existente ali perto e a Câmara não tendo água própria para abastecer aquela fonte, resolveu então solicitar à Câmara de Ponta Delgada, duas penas da sua água da que por ali passava³³³, sendo a cedência autorizada e comunicada em Dezembro do mesmo ano.

Em 1912, deliberou-se mandar encanar a água para o quintal do extinto Convento de Santo António, a fim de ser feita a lavagem de roupa e outros objectos que se faziam no claustro³³⁴. O Vogal Macedo propôs fazerem-se os serviços necessários junto do tanque de bebida de animais, no mesmo local, a fim de serem “*conduzidas as águas que esgotam do referido tanque*”³³⁵ e evitar o lamaçal que produziam. O Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral comunicou ainda que foi concedida licença para abrir uma vala na Estrada Nacional a fim de canalizar água potável para o edifício do extinto Convento de Santo António na parte ocupada pelas repartições públicas³³⁶. No Cabouco, deliberou-se a “*substituição da bica de água perene por uma torneira de fechar*”³³⁷ no chafariz fronteiro à igreja.

No ano de 1914, foi feita a apresentação do boletim das águas das duas fontes do Cabo da Vila elaborado no Gabinete de Bacteriologia da Junta Geral, pelo Dr. Jacinto Botelho Arruda. Chegou-se à conclusão de que em nenhuma das amostras da água se podia identificar o bacilo tífico, sendo a água boa na sua origem, mas devendo ser considerada “*imprópria para o consumo pelo seu grau de inquinação*”³³⁸ impondo-se, por isso, a substituição do seu encanamento. Considerou-se que as canalizações gerais estavam em péssimo estado de conservação e mal captadas as nascentes, do que resultava um grande desperdício que afectava o regular abastecimento de água, mas também a sua impureza e inquinação, tornando-se um grave perigo para a saúde

³³¹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1910, Dezembro, 10, fls.113v-114v.

³³² Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Abril, 22, fls.143-143v.

³³³ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Julho, 12, fls.12-13v.

³³⁴ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Setembro, 14, fls.23-24v.

³³⁵ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Maio, 17, fls.64v-65v.

³³⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Julho, 26, fls.77v-78v.

³³⁷ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1913, Agosto, 16, fls.81v-82v.

³³⁸ Idem, Livro n.º 83, Acta da 2ª reunião da 4ª sessão ordinária de 1914, Novembro, 7, fls.164v-165v.

pública. As finanças do município não podiam arcar com despesas de uma reparação geral mas, como era um assunto muito urgente, resolveu-se comunicar à Junta Geral, esperando que esta enviasse o seu pessoal técnico para fazer uma vistoria aos encanamentos e se verificasse, com exactidão, os pontos que mais necessitassem de urgentes reparos, bem como o seu custo aproximado. Na mesma reunião deliberou-se adquirir *“17 torneiras automáticas para serem colocadas nas pias de nível para bebedouro de animais que se encontram junto ao encanamento geral das águas das fontes públicas desta vila, a fim de impedirem a permanente comunicação da água daquelas pias com a que corre no dito encanamento”*³³⁹.

Em 1924, o vereador Padre João Furtado Pacheco disse que *“atendendo ao péssimo estado de conservação em que se encontra o aqueduto das águas das fontes do Lugar da Atalhada deu começo às obras para a nova canalização das ditas águas”*³⁴⁰. No mesmo ano, deliberou-se sobre *“o destino que deve ser dado ao antigo aqueduto das águas da fonte do cruzeiro do Lugar da Atalhada uma vez que está a concluir-se o novo encanamento para o substituir”*³⁴¹. O dono de um dos prédios por onde passava um e outro encanamento entrou num acordo amigável sobre a distribuição das despesas com a remoção das paredes que serviam de suporte ao antigo encanamento. O mesmo vereador disse *“que dos acréscimos da água da fonte da Guia, uma pequena parte está canalizada para alguns prédios de estufas situados na Pedreira da Canada Velha e que outra se some junto à dita fonte quando podia ser aproveitada”*³⁴². E assim, numa pequena despesa, se podia aumentar o caudal que presentemente mal chegava para o consumo.

No ano seguinte, o vereador António Guilherme de Almeida apresentou uma ideia que foi aprovada de *“obras para a construção de um forno de captação das águas que abastecem as fontes da sede da freguesia de Água de Pau nas suas nascentes do Paul e para a mudança de uma fonte pública na Rua do Valverde da dita freguesia”*³⁴³.

Em 1927, foi apresentada uma reclamação à Câmara de Ponta Delgada alegando que esta havia cortado a água que abastecia a referida fonte. O presidente daquela Comissão Administrativa respondeu que apenas foi *“reduzida por se verificar que a*

³³⁹ Idem, Acta da 2ª reunião da 4ª sessão ordinária de 1914, Novembro, 7, fls.164v-165v.

³⁴⁰ AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1924, Janeiro, 26, fls.184v-185v.

³⁴¹ Idem, Acta da sessão extraordinária de 1924, Fevereiro, 27, fls.185v-186.

³⁴² Idem, Acta da sessão extraordinária de 1924, Julho, 29, fls.188v-189v.

³⁴³ Idem, Acta da sessão extraordinária de 1925, Julho, 30, fls.196-198; BPARPD, FJGDPD, Vereações, Livro n.º21, Acta da sessão ordinária de 1925, Maio, 11, fls.166v-184v refere o reforço de verba para os serviços de canalização de água em Água de Pau.

água corria com pressão superior à necessária para o abastecimento da referida fonte”³⁴⁴. No mesmo ano, foi apresentado um pedido, à Junta Geral, para a abertura de uma vala na Rua João Chagas, no Rosário (estrada nacional nº8) para se fazerem “reparações num aqueduto de águas das fontes públicas”³⁴⁵ e, no ano seguinte, o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal da Lagoa pediu “licença para a abertura de duas pequenas valas na estrada nacional, a fim de ser reparado o encanamento das águas das fontes da Praça e de S. Pedro da freguesia de Água de Pau”³⁴⁶. A Junta de Freguesia de Água de Pau rogou que a Junta Geral “mandasse completar a construção de um fontenário da estrada nacional nº8, à Grotta Funda”³⁴⁷. A Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Lagoa solicitou uma licença para “abrir uma vala pelo lado norte da Estrada Distrital, na Atalhada, para assentamento de uma canalização de água potável destinada ao abastecimento daquele lugar”³⁴⁸ e para a “abertura de uma vala na Estrada Nacional, para ser feita reparação do aqueduto que alimenta a fonte pública da Rua de S. Pedro, da freguesia de Água de Pau”³⁴⁹. O presidente informou que tinha encarregado o fiscal das obras da Câmara, José Marques Botelho, de proceder a um estudo e respectiva estimativa do custo de todas as pias novas de distribuição de água a construir na Vila e nos lugares da Atalhada e Cabouco, por se verificar que estavam em péssimas condições higiénicas, ocasionarem grandes desperdícios de água e darem lugar a grandes abusos por parte dos concessionários. Assim, num relatório minucioso, aquele funcionário fez uma descrição de todas as condições em que se encontravam as arquinhas e das carências mais prementes para que se pudesse fazer um abastecimento de água com quantidade e qualidade de forma a satisfazer as necessidades dos lagoenses³⁵⁰.

Em 1932, o pedido foi feito para a obtenção de uma “licença para mandar abrir uma vala na Rua Dr. Afonso Costa da freguesia do Rosário daquela Vila, destinada ao assentamento de uma canalização de água, e bem assim para fazer uma arquinha no muro de vedação do prédio de António Lúcio Soares, na indicada rua”³⁵¹. O

³⁴⁴ AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Agosto, 20, fls.43-45v.

³⁴⁵ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º24, Acta da sessão ordinária de 1927, Novembro, 11, fls.35-39.

³⁴⁶ Idem, *Vereações*, Livro n.º25, Acta da sessão ordinária de 1928, Junho, 29, fls.15-24.

³⁴⁷ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º27, “Acta da sessão ordinária de 1929, Julho, 5, fls.3-10v; BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º28, “Acta da sessão ordinária de 1930, Julho, 4, fls.164v-169.

³⁴⁸ Idem, *Vereações*, Livro n.º28, Acta da sessão ordinária de 1930, Julho, 15, fls.177v-182.

³⁴⁹ Idem, *Vereações*, Livro n.º29, Acta da sessão ordinária de 1930, Novembro, 21, fls.89-92v.

³⁵⁰ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 30, fls.22-29.

³⁵¹ Idem, *Vereações*, Livro n.º31, Acta da sessão ordinária de 1932, Fevereiro, 12, fls.83v-92v.

Engenheiro Director das Obras Públicas e dos Serviços Hidráulicos e Industriais do distrito enviou uma “licença para abertura de uma vala na Rua Dr. Afonso Costa da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, a fim de assentar uma canalização de água e fazer uma arquinha”³⁵² no muro de vedação do prédio de António Lúcio Soares. Expôs-se a necessidade de se proceder a alguns “serviços urgentes e inadiáveis das ruas e aquedutos de água potável do Lugar da Ribeira Chã, assim como, na sede da freguesia de Água de Pau”³⁵³.

Os municípios vizinhos estabeleciam, entre si, acordos de abastecimento de água. Verificámos anteriormente o lugar do Cabouco, que recebia água de Ponta Delgada e, em 1928, a Câmara da Ribeira Grande pedia que fosse permitida a passagem pelos Matos da Marcela, de logradouro comum do aqueduto das águas, para abastecimento da freguesia do Pico da Pedra³⁵⁴. Porém, em Setembro, surgiu um problema pois, face à variante do aqueduto das águas das nascentes da Tufeira, construída por conta da Câmara da Ribeira Grande para abastecer a citada freguesia, deixaram de ser abastecidas as pastagens do Pico Agudo, por onde passava o primitivo encanamento, o que trouxe um grave prejuízo. A Junta Geral prestou auxílio pecuniário para as obras da nova canalização e resolveu-se pedir que ficasse, para abastecimento da região, cinco penas de águas que deveriam correr num fontenário e gamelão que se encontravam construídos por conta do município lagoense³⁵⁵.

Analisando a interferência do poder central nas decisões de carácter local, em plena sessão camarária, um dos vogais alegou que, embora fosse necessário proceder a empréstimos para se fazer uma geral e completa canalização das águas que abasteciam as fontes da Vila e Atalhada e a captação das nascentes, tal deveria ser adiado para quando fosse “publicada a reforma administrativa em que esperam profundas remodelações nos serviços municipais em atribuições mais amplas”³⁵⁶. Num ofício do Governador Civil foi feito o pedido para que se lhe fosse enviada uma estimativa das instalações a fazer, na sede do concelho, para captação de águas, devendo ser elaborada tendo em conta as mais essenciais necessidades reduzindo-se, ao mínimo, as obras de arte e diligenciando-se para que a água adquirisse a pressão suficiente para uso corrente

³⁵² AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Fevereiro, 20, fls.132-133.

³⁵³ Idem, Acta da sessão ordinária de 1932, Setembro, 3, fls.171-171v.

³⁵⁴ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Junho, 30, fls.104v-105.

³⁵⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1928, Setembro, 8, fls.115-115v; BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º25, Acta da sessão ordinária de 1928, Setembro, 14, fls.71v-73v.

³⁵⁶ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, “Acta da sessão ordinária de 1910, Dezembro, 24, fls.116v-117v.

nas habitações³⁵⁷. Deliberou-se pedir à Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito “*licença para abrir uma vala na estrada municipal no Lugar da Atalhada a fim de se poder canalizar a água que abastece as fontes do dito lugar*”³⁵⁸, tendo sido dada a respectiva autorização. Num ofício do Governador Civil foi devolvida a factura dos trabalhos executados “*na construção de 327m lineares de encanamento e 4 caixas de distribuição de água*”³⁵⁹ para efeito de entrega de subsídio do Ministério do Comércio. Num outro ofício, a mesma entidade foi comunicado ser necessário efectuar-se novo requerimento ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações para ser concedido o subsídio, “*que o Governo concedeu para obras de canalização de água entre a Rua Nossa Senhora do Cabo e o prédio dos herdeiros de Germano da Costa*”³⁶⁰, subsídio aquele pedido pela Câmara e, por lapso, concedido à Junta de Freguesia do Rosário.

O presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Lagoa, Artur de Quental Tavares do Canto, a 20 de Novembro de 1919, proferiu um discurso no qual apresentou uma nova postura, com um programa mínimo de serviços sobre o abastecimento das águas no concelho. Afirmou que sendo necessário a “*aplicação do máximo de verbas em reconstrução de tubagens, construção de depósitos em cada fonte (...) e medição de todos os encanamentos que são do município*”³⁶¹, bem como a elaboração de um “*cadastro dos concessionários de água por cada freguesia e lugar*”³⁶². Outra medida consistia em pedir, à Câmara de Ponta Delgada, que cedesse “*umas vinte penas de água da Fonte do Pópulo, construindo-se depois uma fonte com respectivo depósito no Alto da Rocha Quebrada*”³⁶³. Acrescentou ainda que se houvesse dificuldades com a Câmara de Ponta Delgada, talvez se conseguisse negociar parte da água da Fonte do Termo pois essa água corria em abundância e era usada por poucos. Pensava então “*em canalizar uma parte dessa água para dentro da vila*”³⁶⁴ e construir uma fonte e um tanque de lavagem junto ao mercado do gado. Para regularizar o estado financeiro da Câmara Municipal, entre as várias medidas tomadas, uniformizou

³⁵⁷ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1929, Janeiro, 12, fls.137-138.

³⁵⁸ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Julho, 19, fls.17-17v.

³⁵⁹ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Julho, 23, fls.196v-197v.

³⁶⁰ AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Dezembro, 13, fls.161v-163v; BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º33, Acta da sessão ordinária de 1933, Março, 10, fls.50v-53v refere que o Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos da publicação desta obra em Diário do Governo e solicita à Junta Geral a fiscalização da execução da mesma; BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 430, 1932, Setembro, 24, fl.473.

³⁶¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

³⁶² Idem, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

³⁶³ Idem, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

³⁶⁴ Idem, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

o preço das concessões de água potável aos particulares sendo para todo o concelho a taxa de cada pena de água por 2\$50³⁶⁵, tendo sido o seu valor, constantemente, actualizado ao longo do período em estudo. No capítulo segundo, das posturas camarárias, designado *Das estradas, aquedutos, chafarizes, cais, varadouros, praias, e lugares públicos ou particulares*, surgem várias referências a coimas atribuídas a quem “nos aquedutos das águas, desde a sua origem até às fontes por onde correm”³⁶⁶ mexesse, destapando ou entupindo e, por isso, obstruísse o curso das águas. Seria igualmente punida “toda a pessoa que por qualquer modo ou título, fizer uso de algum dos aquedutos actualmente a cargo da Câmara, sem licença escrita desta”³⁶⁷. Danificar ou alterar aquedutos, arrombar ou abrir arquinhas³⁶⁸, quebrar, arrancar ou abrir bicas dos chafarizes, mexer, destapar ou entupir fontes e saídas de água, mesmo que o encanamento passasse em prédio rústico ou urbano particular. A preocupação com a higiene e salubridade nos cursos de água também foram destacados, sendo proibido “apascentar nas nascentes de água ou dar de beber aos animais nos regos descobertos que conduzem águas às fontes públicas”³⁶⁹, lavar nas taças das fontes e tanques dos chafarizes, roupas ou quaisquer outros objectos, como couros, solas ou peixe, colocar aves a flutuar, tomar banho ou tirar água para encher vasilhames de grande capacidade.

Casos em que a iniciativa privada colaborava no abastecimento de água, sucedeu, a título de exemplo, no requerimento apresentado pelo Barão de Fonte Bela em que “pede licença para atravessar a estrada municipal do Lugar das Socas com um encanamento de água para a fonte que pretende colocar ao público naquele povoado”³⁷⁰. Outro caso particular foi o exemplo de um alerta sobre os sobejos de águas que esgotavam para a estrada, estando a causar prejuízos³⁷¹. As iniciais C e P inscritas nos fontenários públicos provam que esta temática era uma preocupação conjunta entre o Povo e a Câmara querendo “lembrar que a obra levada a cabo à custa não só das receitas municipais mas ainda e simultaneamente – do produto de subscrições

³⁶⁵ Idem, Acta da sessão reaberta de 1921, Novembro, 26, fls.127v-154v foi elaborado um novo Código de Posturas tendo sido a taxa de cada pena de água elevada para 5\$00. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1929, Dezembro, 14, fls.175v-179 refere que em 1929 o valor da referida taxa era de 17\$50 tendo aumentado para 30\$00, em 1930.

³⁶⁶ Idem, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

³⁶⁷ AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

³⁶⁸ Competia apenas ao agueiro abrir ou arrombar as arquinhas.

³⁶⁹ AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

³⁷⁰ Idem, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Julho, 23, fls.93v-94.

³⁷¹ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Setembro, 30, fls.165v-166v pode ler-se: “Requeriu António Inácio de Amaral, casado, proprietário, de Água de Pau, a esta Comissão as providências necessárias para serem evitados os prejuízos que estão causando à Estrada da Grota Funda, os sobejos das águas da fonte das Três Cruzes que esgotam para a dita estrada.”

públicas”³⁷². Tal acção traduz a interacção entre município e munícipes na realização de empreendimentos e o reconhecimento de que nem sempre as Câmaras Municipais podiam fazer tudo aquilo que era necessário para o bem comum dos habitantes do seu município.

Em 1925, foi apresentado um requerimento verbal de António de Medeiros Martins Mota, em seu nome e no das pessoas que possuíam prédios, no lugar das Socas, para “*a canalização de água potável para uma fonte que naquele lugar existiu*”³⁷³, já que o lugar estava privado, havia muitos anos, de tal benefício o que a todos os proprietários e moradores daquele lugar, constituía uma grande falta porque as fontes de onde se serviam ficavam a uma enorme distância. Lembrou que a água podia ser requerida à Câmara de Ponta Delgada pois passava a pequena distância e ofereciam um auxílio pecuniário para as despesas de canalização. Assim, divididos os sacrifícios realizava-se um importante e necessário melhoramento muito reclamado e de reconhecida utilidade, valorizando aquele lugar para que voltasse, como antigamente, a ser um povoado de certa importância que foi sendo abandonado pelos seus habitantes, tendo para tal contribuído a falta de água, principal elemento à vida. Em 1927, o mesmo requerente informou que devolveu o dinheiro aos proprietários que auxiliavam a dita construção porque o Barão de Fonte Bela prometeu prestar o referido benefício³⁷⁴.

Também os particulares, quando lesados por causa do encanamento, solicitavam a intervenção da Câmara para as necessárias reparações. Assim, José Liberato da Costa Rego, carpinteiro, morador na Rua António José de Almeida, na freguesia de Santa Cruz, pediu que fossem mandadas fazer obras necessárias nas águas que abasteciam a fonte situada junto ao quintal da casa de sua residência e algumas casas particulares porque “*os serviços que até agora se tem feito são prejudiciais para o público e para ele reclamante que devido a isso tem o seu prédio inundado e devassado*”³⁷⁵ e ofereceu uma quantia de dinheiro para auxiliar as obras. Surgiram também novas construções e, quando havia interferência com propriedades privadas, os seus donos eram indemnizados pelas suas perdas. Destacou-se o caso em que se deliberou expropriar

³⁷² Costa, 1991: 804

³⁷³ AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1925, Agosto, 13, fls.198-199; BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º22, Acta da sessão ordinária de 1925, Novembro, 26, fls.18v-29 refere a iniciativa dos habitantes do lugar das Socas aguardando o pedido oficial para votar verba de apoio; BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º22, Acta da sessão ordinária de 1925, Dezembro, 12, fls.29v-45v após descrição dos acontecimentos e da avaliação da importância da água no referido local, sem qualquer discussão foi cedida a verba por votação unânime.

³⁷⁴ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Fevereiro, 12, fls.14-16.

³⁷⁵ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Janeiro, 8, fls.8v-10.

uma pequena parte com a superfície de 16m² do prédio que o Dr. João Luís Botelho da Câmara possuía na Rua da Pedreira, freguesia do Rosário “*para ali ser construída uma fonte pública e um tanque para lavagem de roupa*”³⁷⁶. Para tal, foi oficiado o proprietário para saber o preço pelo qual cedeu a parte do prédio onde a Câmara pretendia edificar esse melhoramento de utilidade pública.

No ano de 1928 surgiu um voto de louvor pela patriótica doação tendo “*Nicolau de Sousa Lima, Júlio Tavares de Melo e António de Medeiros Fragoso cedido gratuitamente a esta Câmara o seu aqueduto para ser conduzida a água à nova fonte que a expensas deste município foi construída para utilidade pública*”³⁷⁷ que foi construída no sítio da Pedreira, tendo assim resultado uma importante economia para o município. Em 1931 surgiu novo agradecimento, desta vez a António da Câmara Velho de Melo Cabral, proprietário de Ponta Delgada, pela cedência gratuita do terreno de seu prédio, denominado Pombal, ocupado por três pias de divisão e do encanamento da água que abastecia a Atalhada e que foram de novo construídas, cedendo-se-lhe em troca da referida concessão, todo o encanamento velho, pias, depósitos de derivação, autorizando-o ainda a demolir ou fazer o que entendesse conveniente³⁷⁸. Alguns proprietários de prédios urbanos e rústicos situados das Ruas Formosa e do Espírito Santo, da freguesia do Rosário, pretendiam tomar, para uso dos ditos prédios, água potável se a Câmara mandasse “*construir um aqueduto de água pelos prédios referidos e, com isto traria para este município um aumento da receita*”³⁷⁹ dando um auxílio pecuniário a fim de ser aplicado às respectivas obras. Um grupo de residentes na Atalhada comprometeu-se a auxiliar, monetariamente, para “*as obras de canalização de água potável de sorte a ficar ao alcance de poderem tomar a dita água para as casas que ali possuem*”³⁸⁰. Apesar da verba dada ser pouca para a totalidade da despesa, a Câmara resolveu fazer a canalização porque depois iria usufruir com as concessões da referida água.

A União de Fábricas Açorianas de Álcool – Fábrica da Lagoa, possuía nascentes próprias e requereu licença para abrir uma vala que atravessasse a rua em frente da

³⁷⁶ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Dezembro, 3, fls.68-68v.

³⁷⁷ AML, *Vereações*, Livro n.º 99, “Acta da sessão ordinária de 1928, Março, 10, fls.85v-86.

³⁷⁸ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Fevereiro, 21, fls.57-58v.

³⁷⁹ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Outubro, 10, fls.99v-100v; BPARPD, *FGCDPD, Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 957, 1931, Novembro, 9, fl.136.

³⁸⁰ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Outubro, 25, fls.178v-180.

mesma para a “*colocação de encanamento condutor de água salobra*”³⁸¹ de um poço que gozava, próximo do cais do Portinho de S. Pedro. Cerca de um mês depois, voltava a fazer novo requerimento para abrir um bocado da vala por onde se achava canalizada a água desde a Canada de S. Pedro ao Cais da mesma fábrica para ser reparado o encanamento³⁸². Em 1931, surgiu um novo requerimento para ser dada licença, por 30 dias, para na “*Canada de S. Pedro e na Rua Formosa da freguesia de Nossa Senhora do Rosário deste concelho, poder abrir a vala em que assenta o encanamento de ferro*”³⁸³ que conduzia a água necessária à fábrica, a fim de ser reparado ou beneficiado o mesmo encanamento e à Junta Geral solicitava uma licença para “*substituir um encanamento que atravessa a Estrada Nacional n.º8, na extensão de 256m, no sítio da Rua do Outeiro*”³⁸⁴. Para tal, a Junta Geral apresentou as seguintes condições: “*ficar o encanamento à profundidade mínima de 60cm; não abrir a vala em extensão superior aa 10m e colocar os materiais provenientes da escavação em sítio que não embarquem o trânsito; encher novamente a vala por camadas não superiores a 20cm, devidamente regadas e batidas a pilão; colocar antes e depois da escavação enquanto durar a obra, os sinais de “Afrouxar”, fornecidos por esta direcção e colocados de acordo com o pessoal de polícia de estrada; observar todas as demais instruções que lhe forem dadas pelo pessoal de polícia e conservação*”³⁸⁵. Em 1932, a referida unidade industrial solicitou uma autorização para reconstruir a empena que confinava com a Canada da Pedreira³⁸⁶. Mas, por vezes, também a Câmara necessitava da água desta entidade particular, como no Estio de 1929 em que se enviou um ofício ao Administrador da Fábrica de Destilação de Álcool da Lagoa de forma a “*ser cedida uma parte da água que abastece aquele estabelecimento fabril a fim de aumentar o caudal da água que esta Câmara tem para seu consumo público*”³⁸⁷ pois era insuficiente devido ao calor e ao maior consumo. Dias depois, o pedido foi satisfeito tendo sido dadas as ordens

³⁸¹ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Agosto, 9, fls.79v-81v.

³⁸² Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Setembro, 13, fls.86-88v.

³⁸³ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Julho, 25, fls.83-85.

³⁸⁴ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º30, “Acta da sessão ordinária de 1931, Julho, 31, fls.118-127.

³⁸⁵ Idem, Livro n.º30, Acta da sessão ordinária de 1931, Julho, 31, fls.118-127.

³⁸⁶ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Novembro, 15, fls.182-185.

³⁸⁷ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1929, Agosto, 24, fls.163v-164. AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 23, fls.21v-22 e AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1933, Agosto, 15 fls.245-246 é novamente feito o mesmo pedido.

necessárias ao agueiro daquela fábrica para dar toda a água que fosse possível ceder e dispensar durante o tempo da estiagem³⁸⁸.

Os particulares, possuidores de abastecimento de água cedido pela edilidade, sempre que houvesse necessidade de intervenção nos encanamentos³⁸⁹ tinham de apresentar uma requisição. A título de exemplo, Francisco Pereira de Almeida, proprietário da Ribeira Chã apresentou um requerimento para *“abrir uma vala na estrada confinante com a casa de sua residência a fim de encanar a água pluvial estagnada no quintal da referida casa e conduzi-la a um agueiro”*³⁹⁰ existente nas proximidades, obrigando-se a deixar a estrada em bom estado para trânsito. Também Manuel José Tavares, proprietário, morador na Rua Feio Terenas em Santa Cruz, solicitou para, na Rua Formosa, freguesia do Rosário, *“abrir uma vala por onde está canalizada a água para uma casa que possui”*³⁹¹ na Rua 16 Outubro a fim de reparar parte do encanamento que se encontrava deteriorado. Por sua vez, João Caetano Martins, proprietário, morador no Cabouco, solicitou para, junto ao encanamento que atravessava as suas pastagens na Marcela, *“colocar uma pia de nível para bebida de animais”*³⁹² próximo ao encanamento que conduzia as águas ao lugar do Cabouco. Em 1928, foi apresentado um requerimento de Bento Luís Pacheco, proprietário, morador na Rua da Igreja, lugar da Ribeira Chã, freguesia de Água de Pau para obter uma licença *“para abrir na rua uma vala a fim de canalizar a água potável para a casa da sua residência”*³⁹³ e outro de João da Costa Roia, proprietário, morador na Rua do Paul, freguesia de Água de Pau para lhe ser permitido abrir uma vala para reparar o aqueduto da água potável que utilizava na casa da sua residência³⁹⁴. Outro pedido em 1930, apresentado pelo Dr. Martim Machado de Faria e Maia, oficial do Registo Civil, morador na freguesia do Rosário, às Alminhas, para obter uma licença de dias dias para abrir, na Canada de Santa Bárbara da mencionada freguesia, uma vala para canalização de água³⁹⁵. Carlos de Sousa Varão, campónio, morador na Rua do Machado, em Santa Cruz apresentou um pedido, em 1931, para obter licença para abrir, na mesma rua, a vala em que assentava o encanamento que conduzia a água para a casa de sua

³⁸⁸ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1929, Setembro, 7, fls.164-164v.

³⁸⁹ Ver em anexo, fig.54.

³⁹⁰ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Setembro, 13, fls.86-88v.

³⁹¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Outubro, 11, fls.94-95.

³⁹² Idem, Acta da 9ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Fevereiro, 14, fls.131-134.

³⁹³ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Setembro, 15, fls.116-116v.

³⁹⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1928, Dezembro, 8, fls.132-132v.

³⁹⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Janeiro, 2, fls.182v-184.

residência³⁹⁶. No mesmo ano, Francisco Parreira Espada Callapez, casado, proprietário, morador na Rua da Cadeia Velha, em Santa Cruz, solicitou uma licença para abrir uma vala do encanamento que conduzia a pena de água para a casa de sua residência e depositar os materiais necessários à substituição de parte do encanamento que se achava deteriorado³⁹⁷.

As penas de água eram peças fundamentais para o abastecimento de água³⁹⁸. Na Lagoa, eram produzidas nas Cerâmica Vieira, “na roda de oleiro, com barro normal de louça que vinha do continente e misturado com barro de Santa Maria”³⁹⁹. A peça era cozida após a secagem, posteriormente era vidrada e levada novamente a cozer. O vidrado era feito de zarcão oxidado importado do continente e que lhe conferia uma cor avermelhada⁴⁰⁰. Quanto aos potes, jarras e talhões⁴⁰¹ eram produzidos em Vila Franca do Campo, servindo para transporte e armazenamento de água para fins domésticos.

No período que estudamos, observamos que cada vez mais havia particulares a pedir licenças para usar as penas de água, como podemos comprovar no anexo⁴⁰². É importante referir que no dia 4 de Janeiro de 1902⁴⁰³ foi elaborado um regulamento sobre este tipo de pedidos, sendo destacadas as condições e as taxas a serem cobradas.

No período em análise, foram contabilizados 355 pedidos de penas de água distribuídos pelas localidades existentes, a saber: Santa Cruz, Remédios, Rosário, Atalhada, Cabouco, Água de Pau e Ribeira Chã. Saliente-se que, entre 1915 e 1926, não houve qualquer registo a solicitações, desta natureza, proferidas à edilidade lagoense.

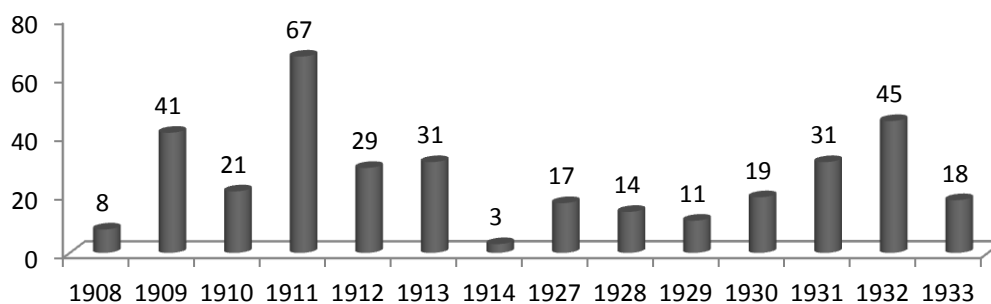


Fig. 29 - Número de penas de água solicitadas, por particulares, à Câmara Municipal da Lagoa AML, Vereações 1908-1933

³⁹⁶ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Agosto, 1, fls.85-86.

³⁹⁷ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Novembro, 7, fls.105-106v.

³⁹⁸ Ver em anexo, fig.55.

³⁹⁹ António Vieira, 31/05/2011.

⁴⁰⁰ Cf. Monteiro, 2011a: 19

⁴⁰¹ Ver em anexo, fig.56.

⁴⁰² Ver em anexo, fig.57.

⁴⁰³ Ver em anexo, fig.58.

Ao analisar o gráfico apresentado acima, verifica-se que o ano seguinte à Implantação da República foi o que registou um número mais elevado de pedidos de penas de água, 67 no total. No início da década de 30 verificou-se um crescendo dessa melhoria urbanística, sinónimo do desenvolvimento social e económico desse período, uma vez que o número de requerimento se encontrava em franca ascensão, embora tenha decaído em 1933.

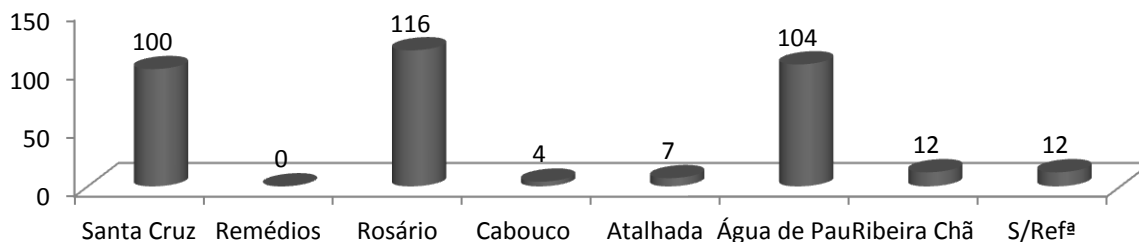


Fig. 30 - Número de penas de água solicitadas, por localidade, à Câmara Municipal da Lagoa
AML, Vereações 1908-1933

Como se pode observar, a maior parte dos requerimentos eram efectuados por habitantes do Rosário (116 no total), seguindo-se de Água de Pau (104 no total) e de Santa Cruz (100 no total).

Conforme consta na tabela em anexo, os requerentes eram maioritariamente do sexo masculino e casados. As mulheres quando solicitavam, um pedido desta natureza, encontravam-se no estado civil de viúvas pois, mesmo ausente no estrangeiro, o pedido era sempre feito pelo marido. Quando a requisição era impetrada por algum emigrante, ele fazia-se representar por um procurador, junto da Câmara Municipal. As profissões dos habitantes lagoenses que apresentavam os requerimentos para penas de água eram diversificadas e embora, muitos não tivessem qualquer indicação, de entre os casos revistos, na sua maioria eram proprietários e camponeses. Quanto à finalidade do consumo de água cerca de 72% alegava que era para uso doméstico e 14% para uso agrícola. Porém, uma percentagem bastante significativa não apresentava indicação para o fim a que se destinava e pontualmente havia alguns casos de pedidos para estabelecimentos comerciais, industriais e culturais. Em relação à quantidade de penas solicitadas, a maioria requeria apenas uma pena de água e quando solicitava em número maior, destina-se maioritariamente para fins agrícolas.

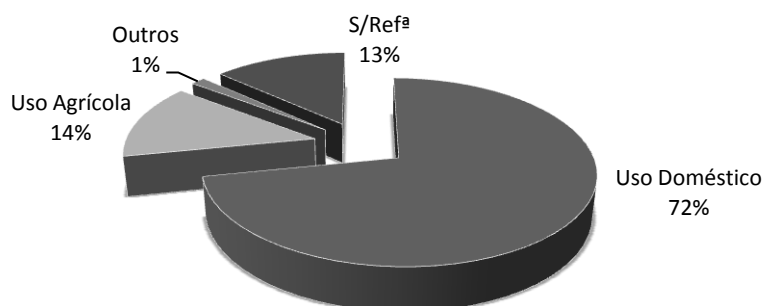


Fig. 31 - Finalidade do consumo da água
AML, Vereações 1908-1933

Uma descrição particular de uma arrelia entre Júlio de Sousa Eleutério e a Câmara surgiu, em 1915, a propósito da eliminação de quatro penas de água retiradas do seu prédio sito às Terras de Dentro, sem justo motivo, pois eram utilizadas há mais de 35 anos. Sobre o caso, o vereador António Jacinto da Câmara e Silva disse que tinha conhecimento que o requerente se servia de quatro penas de água sem a elas ter direito, mas apenas a duas, pertencendo as outras duas a seu irmão Francisco de Sousa Eleutério, dono e possuidor de uma parte do dito prédio, sendo privado e impedido do gozo da água a que tinha direito por divisão requerida e permitida por acórdão da Comissão Administrativa da Câmara de 22 Novembro de 1913. E que “*no respectivo encanamento se praticavam vários abusos como o de se servirem outros indivíduos da água que só para aquela propriedade e para a do senhor Bernardo Machado de Faria e Maia foi concedida, sem autorização desta Câmara mandou como encarregado do pelouro das águas potáveis, tapar o registo em que era tomada a água para os mesmos prédios*”⁴⁰⁴. A Câmara achou justa a ordem do vereador, deixando tapado o registo até cessarem os abusos e o requerente respeitar o referido acórdão.

Em conclusão, a água poderia ter diferentes finalidades e destinos. A nível doméstico era usada para as actividades ligadas à confecção dos alimentos, à lavagem das pessoas e das habitações⁴⁰⁵, mesmo para actividades de lazer como testemunham a entrevista realizada e as fotos cedidas da família de Eleonor Mota Botelho⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ AML, Vereações, Livro n.º 83, Acta da 8ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1915, Janeiro, 30, fls.187v-190v.

⁴⁰⁵ Algumas habitações mais abastadas possuíam pequenas fontes, tanques de água para animais ou para lazer das crianças que neles brincavam em pequenos barcos.

⁴⁰⁶ Eleonor Botelho, 17/02/2012



Fig. 32 - Propriedade da família Fisher, na Lagoa, anos 30
Arquivo Particular de Eleonor Mota Botelho

Mas, a água era também usada com vista ao desenvolvimento de actividades agrícolas e à criação de animais domésticos e de gado, destacando-se bebedouros que existiam nos montes onde o gado pastava, junto de fontenários e tanques nas estufas existentes. Por outro lado, a nível industrial a água era utilizada na produção e fabrico dos respectivos produtos, desde a produção de álcool, à moagem, ao fabrico de louças, entre tantas outras actividades.

4.3. A Iluminação Pública

A iluminação pública é essencial para o bem-estar das populações e garantia de qualidade de vida, permitindo o desfrutar de um espaço em período nocturno,

prevenindo a criminalidade, embelezando áreas e monumentos, valorizando prédios e paisagens, orientando percursos e permitindo o melhor aproveitamento de áreas de lazer. Por outro lado, favorece o comércio, o turismo, a actividade cultural, bem como o desenvolvimento social e económico da população. *“A luz eléctrica é incontestavelmente a mais deslumbrante de todas as luzes artificiais até hoje produzidas e a que, pelo seu poder iluminante, mais se presta a substituir a luz solar.”*⁴⁰⁷ Por isso, deve-se utilizá-la em aplicações industriais, científicas e militares mas também em benefício da população para iluminação pública de praças e ruas das grandes cidades, em construções, nos faróis, nos edifícios públicos e nos navios. Chega mesmo a ser considerada *“a potência soberana que transformará o mundo”*⁴⁰⁸.

No século XX, a gestão directa dos serviços básicos, por parte das autarquias, começava a ser equacionada como a solução capaz de oferecer garantias de continuidade e qualidade dos serviços, além de ser uma fonte de receitas de forma adicional para os magros orçamentos camarários⁴⁰⁹. A política de reforma das condições de vida das populações alterou-se em capacidade de decisão e surgimento de riscos *“quando confrontada com as quebras constantes no fornecimento de energia e os atrasos no cumprimento dos prazos por parte das firmas concessionárias”*⁴¹⁰. Com a Ditadura Militar, o objectivo era consolidar as promessas não concretizadas pela República, estando entre elas o fornecimento de energia barata à indústria⁴¹¹. Para tal, procurou-se obter outras fontes energéticas como o estudo sobre os carvões que foi elaborado, em 1926, tendo em vista apurar a sua eficiência na produção de energia. *“A passagem da noite natural à noite técnica trouxe inúmeros benefícios às populações, tanto ao nível dos seus afazeres quotidianos, como nas actividades industriais e comerciais, nos momentos de lazer e de cultura, passando pela segurança de pessoas e de bens.”*⁴¹²

A iluminação pública era uma das competências da Câmara Municipal da Lagoa. Na Acta da Sessão Ordinária da Câmara, de 4 de Março de 1911, o Presidente informou que o contrato da iluminação pública, celebrado em 1904 entre a Câmara e o concessionário, abrangia um total de 150 lâmpadas para a Vila e Água de Pau. Quando se procedeu à sua distribuição, verificou-se que eram insuficientes. Em sessão de 15

⁴⁰⁷ Sousa, 1886: 3

⁴⁰⁸ Idem: 3

⁴⁰⁹ Cf. Madureira, 2005: 49

⁴¹⁰ Idem: 49

⁴¹¹ Idem: 53

⁴¹² Machado, 2007: 114

Outubro de 1904, a câmara deliberou aumentar mais lâmpadas, dois focos e procedeu-se à sua instalação. Porém, “foi suprimido aquele aumento por denegação dada à respectiva verba orçamental pela estação tutelar, resultando dessa alteração ficar a iluminação que devia ser excelente, imperfeita e insuficiente”⁴¹³. Assim, pediu-se um aumento de mais quinze lâmpadas para o concelho. Verificou-se, a par das obras públicas que destacaremos posteriormente, que com a Implantação da República Portuguesa, a vila foi renovada e arranjada. Mas, provavelmente devido à falta de verbas e ao custo mais elevado da iluminação eléctrica, curiosamente, em Abril de 1911 foi aberto concurso para adjudicação de “25 candeeiros de iluminação pública a luz de petróleo”⁴¹⁴ e tal fornecimento foi feito pelo município do Nordeste, “compreendendo braços, aranhas e caixas”⁴¹⁵. Deram-se alterações legais na empresa que fornecia electricidade ao concelho e o gerente da Empresa de Electricidade e Gás, enviou um ofício pedindo que à Comissão fosse certificada “a necessidade de que à dita empresa se concedam os direitos e as prerrogativas inerentes às concessões dadas com a declaração de utilidade pública, a concessão do fornecimento da iluminação pública deste concelho a luz eléctrica”⁴¹⁶ sendo de salientar que foram feitas as respectivas rectificações por parte da edilidade lagoense.

O progresso chegou ao Concelho da Lagoa, iluminando-se as ruas com electricidade quando havia verba e acordo com a estação tutelar. “A concessão é feita através de uma empresa particular, bem diferente dos dias de hoje, cuja concessão é feita pelo Estado.”⁴¹⁷ Testemunho da eletrificação das ruas, a empresa de Electricidade e Gás de Ponta Delgada pediu licença à Câmara para depositar, no mercado de gado desta vila, “quatro postos para suporte dos fios condutores de electricidade”⁴¹⁸ requerida pelo seu representante, Francisco d’Amaral Almeida. O reforço na iluminação era solicitado várias vezes, destacando-se, em 1912, um pedido feito pelo presidente que pediu para ser aumentada com mais cinco lâmpadas eléctricas da força de 16 velas, a iluminação pública da vila distribuídas da seguinte forma: “duas nos Forais do Amorim, uma na Rua João Chagas, uma na Rua do Poço, uma no Edifício do Extinto Convento

⁴¹³ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Março, 4, fls.129v-131.

⁴¹⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Abril, 15, fls.142-143.

⁴¹⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Abril, 22, fls.143-143v.

⁴¹⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Dezembro, 2, fls.176v-178v.

⁴¹⁷ Monteiro, 2011c: 11

⁴¹⁸ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Outubro, 12, fls.33-34.

de Sto. António”⁴¹⁹, tendo sido incluído o valor da despesa no orçamento ordinário seguinte.

A questão da segurança foi ressalvada pelo vereador Frazão, que sugeriu a iluminação eléctrica no Cabouco, por ocorrerem factos lamentáveis naquele lugar devido à escuridão, aconselhando *“nove ou doze lâmpadas ou candeeiros para iluminar os pontos principais e mais frequentados”*⁴²⁰.

Em 1914, surgiu uma grande discussão numa reunião extraordinária sobre a importância da iluminação pública a luz eléctrica. Referiu-se que a Câmara deveria dar o seu parecer se consideraria ou não de utilidade pública as instalações eléctricas existentes e, depois de discutido o assunto, foi decidido que era de grande proveito para o Concelho, pois a luz eléctrica era o melhor dos sistemas de iluminação, em vez da deficiente, perigosa e excessivamente incómoda luz de petróleo. A Câmara acrescentou que a empresa fornecedora podia e devia dispor, para o público, de luz mais barata estendendo assim, este melhoramento aos menos favorecidos e porque *“sendo todos os mecanismos da empresa movidos a água”*⁴²¹, e considerou que a luz era cara, achando que as tarifas máximas em vigor eram inaceitáveis. Avaliou-se o fornecimento e concluiu-se que as instalações eléctricas, no concelho, satisfaziam as exigências do fornecimento de energia, tanto para a iluminação pública, como para a particular. No entanto, destacaram-se os problemas pontuais como o mau tempo e os fortes vendavais frequentes na ilha, dando-se interrupções de corrente por os fios se tocarem ou por postes derrubados pela violência dos temporais. Contudo, como a empresa fazia todo o possível para evitar tais interrupções, estas eram cada vez mais raras. Não se devia culpar a empresa por ter *“uma rede aérea constantemente sujeita a interrupções, e não subterrânea como mais convinha aos interesses e segurança do público em tempo competente que se tivesse obstado a este estado de coisas”*⁴²².

Nesta mesma reunião, observou-se os benefícios da electricidade para a actividade industrial do concelho, apensar do queixume dos industriais sobre o preço excessivo desta energia. De igual modo, o comércio lucrara com o estabelecimento da luz eléctrica, ficando ao abrigo do perigo de incêndios e de explosões que oferecia o petróleo e o gás, como igualmente lucrou a higiene pública pois o fumo repugnante do petróleo e o cheiro nauseabundo do gás era prejudicial à saúde.

⁴¹⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1912, Dezembro, 7, fls.42v-44.

⁴²⁰ Idem, Acta da 10ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Fevereiro, 21, fls.134-135v.

⁴²¹ Idem, Acta da reunião extraordinária de 1914, Setembro, 26, fls.159v-161.

⁴²² AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da reunião extraordinária de 1914, Setembro, 26, fls.159v-161.

Todavia, a electricidade ainda gerava alguns descontentamentos. Um deles era a questão da segurança, pois as linhas não se encontravam devidamente resguardadas e faltando-lhes protecção, no crescimento de ruas e no atravessamento de quintais e casas. Assim, a edilidade pedia que a Empresa devia “ *ser compelida a fazer redes circulares e não semicirculares, como irrisoriamente ela tem em volta de fios de alta tensão* ”⁴²³, pois as redes existentes, além de mal feitas, não resguardava, de forma alguma, o público de um possível perigo de morte. O outro problema, frequentemente apresentado, era o preço da electricidade. Em 1921, o Chefe da Secção Electrotécnica de Ponta Delgada pediu que fosse nomeado um representante da Câmara para apreciar o pedido feito pela “ *empresa de electricidade e gás de Ponta Delgada para aumentar o preço da venda de energia eléctrica nas redes que a mesma empresa explora* ”⁴²⁴.

António Cordeiro, gerente da Empresa de Electricidade e Gás de Ponta Delgada, concessionário do fornecimento da iluminação pública a luz eléctrica do concelho, compareceu para se acordar no preço da iluminação pública que tinha de ser elevado de acordo com a lei. Tomando-se por base o preço mensal de 5\$34 porque era fornecida a particulares, cada lâmpada eléctrica de 16 velas, preço este já actualizado, sendo de 170 o número de lâmpadas eléctricas de 16 velas da iluminação pública do concelho, este tinha de pagar anualmente, à dita empresa 5.574\$96, a começar a 1 Janeiro 1928, isto é, 50% a menos do que era vendida a particulares. “ *Também se fixou o preço de venda a particulares de energia eléctrica, destinada à iluminação para lâmpadas de 10 velas e as industriais sendo de 4\$00 cada lâmpada e de \$12 cada HWH.* ”⁴²⁵

Em 1930, o mesmo gerente compareceu na Câmara da Lagoa e disse que, tendo terminado o prazo estabelecido para o fornecimento da iluminação pública do concelho a luz eléctrica, propunha uma renovação do mesmo contrato por mais 15 anos, tornando-o extensivo ao fornecimento de energia aos particulares, para iluminação, força motriz e aquecimento. Apresentou várias condições, entre elas que o número de lâmpadas a empregar na iluminação pública fosse de 242 lâmpadas de 16 velas, 7 lâmpadas de 25 velas, 4 lâmpadas de 50 velas, 1 lâmpadas com 100 velas que seriam colocados nos sítios que fossem fixados pela Câmara. No contrato estabelecido, competia à Empresa a aquisição e conservação de todos os aparelhos e o fornecimento

⁴²³ Idem, Acta da reunião extraordinária de 1914, Setembro, 26, fls.159v-161.

⁴²⁴ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão reaberta de 1921, Abril, 28, fls.124-125v; AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1923, Junho, 6, fls.178-179; AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Janeiro, 21, fls.77-78.

⁴²⁵ AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Fevereiro, 4, fls.79v-81.

do material para a produção de energia eléctrica, bem assim como a montagem da rede de distribuição, ficando a cargo da Câmara apenas a substituição das lâmpadas empregadas na iluminação pública, anilhas, suportes e *abat-jours*, ficando entendido que as lâmpadas de intensidade de 50 velas ou superior seriam de meio vatis, as de 16 velas de 1 vatis e 25 velas por vela⁴²⁶.

Um caso particular sobre a iluminação pública foi referido, em actas de 1916, devido a um possível ataque por parte dos alemães. Como se sabe, a I Guerra Mundial teve o seu início em 1914 e, desde esse período, “*as colónias nacionais foram atacadas mas, a declaração de guerra oficial por parte da Alemanha a Portugal ocorreu a 9 de Março de 1916, obrigando o nosso país a entrar no conflito*”⁴²⁷. A esse propósito, na acta camarária de 18 de Março do referido ano, foi lido um ofício do Governador Civil recomendando que a Câmara atenuasse “*tanto quanto possível a iluminação pública em alguns locais da beira-mar, medida esta aconselhada pelos comandantes militar e marítimo*”⁴²⁸ a fim de evitar ataques alemães. Como resposta, a Câmara pretendeu dar a conhecer tal medida ao concessionário do fornecimento da iluminação pública a luz eléctrica. Um ofício de 17 de Abril, da empresa de Electricidade e Gás, afirmou que aceitava as condições da Câmara para suspender “*a iluminação pública neste concelho*”⁴²⁹ e que só voltaria a fornecer quando fosse feita requisição com antecipação de pelo menos três dias. Sobre este acontecimento, o Jornal *O Lagoense* publicou uma análise mordaz, pois sobre a questão de atenuar a iluminação à beira-mar referiu que, se fosse a seguir literalmente o aviso dos comandos militar e marítimo, apenas seria interrompida a luz “*em quatro míseras lâmpadas na Rua do Porto e Calhau da Areia*”⁴³⁰ e a não interrupção daria o mesmo nulo resultado. Mas, se a Câmara apenas apagasse quatro lâmpadas ainda seria acusada de simpatizante para com os alemães e entendida pelos capitães dos inimigos. A 11 de Junho voltou a mesma questão à discussão da edilidade. O Governador Civil decidiu que, não seria por causa da iluminação pública à beira mar apagada que os barcos corsários não se orientariam, pelo que, devido às inconveniências deveria iluminar-se totalmente a vila, já que ao pé do mar existiam apenas três ou quatro lâmpadas. Acrescentou que outro inconveniente seria o de pagar ao concessionário a totalidade de um serviço que não era prestado.

⁴²⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 30, fls.22-29.

⁴²⁷ Monteiro, 2011b: 23

⁴²⁸ AML, *Vereações*, Livro n.º 97 Acta da 10ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1916, Março, 18, fls.22v-23v.

⁴²⁹ Idem, Acta da 5ª reunião da 2ª sessão ordinária de 1916, Abril, 19, fls.27v-28v.

⁴³⁰ *O Lagoense* de 10 Junho 1916.

Acrescentou ainda que, desde a data que se diminuiu a luz, passou a haver policiamento nocturno e não se registou nenhum facto criminoso. Assim, entendeu a entidade superior que, se restabelecesse a totalidade da iluminação pois a que era mantida permitia, na mesma, que a vila fosse avistada do mar. A este propósito a Câmara decidiu: *“Primeiro – restabelecer imediatamente e completamente a sua iluminação dando-se parte da resolução tomada a Empresa Concessionária para que a cumpra. Segundo – Afirmar a sua Excelência o Governador Civil e aos comandos militar e marítimo, o propósito em que a Câmara está de satisfazer quanto lhe seja pedido pelas mesmas excelentíssimas autoridades e que sobretudo se relaciona com a defesa da Pátria e da República”*⁴³¹. Contudo, devido aos bombardeamentos de um submarino alemão no Funchal, em Dezembro do mesmo ano, voltou a questão à discussão das forças políticas locais. O Governador Civil enviou um telegrama com o seguinte conteúdo: *“Em virtude acontecimentos do Funchal e necessidade de prevenir hipótese bombardeamento, queira V. Ex^a Providenciar sentido ser provisoriamente extinta iluminação pública ou particular que possa oferecer visibilidade lado do mar. Convém preparar serviços socorros incêndios e feridos e aconselhar população aguardar possível serenidade acontecimentos e tomar precauções quanto a iluminação, aposentos e instalação andares inferiores”*⁴³². Como resposta, a Câmara resolveu suspender toda a iluminação pública do concelho até as entidades competentes considerarem necessário. No que diz respeito ao resto do telegrama, considerou que iria ser estudado o estado financeiro para atender aos serviços de extinção de incêndios e de socorros aos feridos, sentindo que por falta de recursos monetários não poderia, de forma imediata, dar o impulso necessário.

A iluminação eléctrica chegou também ao interior dos edifícios, sendo feita a referência às escolas de Instrução Primária aquelas que mais surgem nas actas das sessões camarárias, através dos ofícios enviados pelos professores, para que fosse paga a despesa da iluminação, dos cursos nocturnos, tão importantes para alfabetizar a população lagoense. Com a República e devido ao facto do combate ao analfabetismo ser uma das metas a atingir pelos dirigentes políticos, as solicitações feitas pelos professores das escolas oficiais de Instrução Primária, para que a Câmara suportasse o custo da iluminação dos cursos nocturnos era vista de outra forma, já que em todos os casos que eram descritos, nas actas das suas sessões, o facto de que *“resolveu a Câmara*

⁴³¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1916, Junho, 11, fls.30v-32v.

⁴³² Idem, Acta da sessão extraordinária de 1916, Dezembro, 7, fls.37-37v. Ver em anexo, fig.59.

pagar a despesa”⁴³³. A título de exemplo, a professora oficial da escola do sexo feminino de Água de Pau, D. Beatriz Augusta da Costa, pediu que lhe fosse dispensada a luz necessária para continuar a leccionar, até Julho, seis alunos que propunha para exame do primeiro grau⁴³⁴. Outro caso foi o da professora oficial da escola mista de Instrução Primária da Ribeira Chã, Francelina Olímpia de Medeiros Paiva, que remeteu a conta da despesa com a iluminação do curso nocturno, a seu cargo, durante o ano lectivo que havia findado⁴³⁵.

Além dos estabelecimentos de ensino público, o Governador Civil pretendeu saber quais eram as instalações eléctricas de pequeno ou grande valor existentes no concelho e respectivos proprietários que possuíam licenças⁴³⁶. Destaque-se que “a maior fábrica de louça, na vila da Lagoa, já era movida a electricidade nos anos 20”⁴³⁷.

A manutenção da iluminação eléctrica era constante, pelo que, em 1919, foi organizada uma nova postura da Câmara, salientando-se que a iluminação era deficiente, por falta de lâmpadas, e que era necessário alargar a rede até ao Cabouco, sendo para tal necessário entrar em novas negociações com o concessionário. Destacou-se, em relação à ordem pública, que todo aquele que quebrasse os vidros dos candeeiros ou lâmpadas eléctricas de iluminação pública ou por qualquer modo danificasse os mesmos candeeiros ou lâmpadas eléctricas, incorria numa multa, tal como aquele que apagasse qualquer candeeiro ou lâmpada eléctrica da iluminação pública ou qualquer outra luz que indicasse lugares ocupados por materiais de construção⁴³⁸. Em 1924, a Empresa de Electricidade e Gás de Ponta Delgada agradeceu o pagamento das lâmpadas para a iluminação pública do concelho e pediu a indicação do número de lâmpadas que o Município desejava, bem como a forma como tencionava pagá-las. A Câmara deliberou que “as lâmpadas da iluminação pública deste Concelho que naquele ano fossem colocadas nos respectivos postes para substituírem as que estivessem estragadas, inutilizadas ou partidas e que as lâmpadas fossem fornecidas por aquela

⁴³³ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Dezembro, 3, fls.112v-113v; AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Abril, 8, fls.141-142; AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Novembro, 4, fls.172-173v.

⁴³⁴ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Maio, 24, fls.65v-66v.

⁴³⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Agosto, 23, fls.82v-83v.

⁴³⁶ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida Administradores do Concelho*, Livro nº414, 1912, Junho, 25, fl.334.

⁴³⁷ João, s/d. “Indústria e Industrialização” In <http://www.culturacores.azores.gov.pt/> Último acesso em 08/05/2012

⁴³⁸ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.50-100.

empresa e que para evitar o uso estranho das lâmpadas se marcassem com as iniciais CML”⁴³⁹. Também se deliberou comunicar à Empresa que deveriam ser efectuadas as reparações necessárias nos fios, postos e acessórios da iluminação pública para assim se obter uma iluminação regular, bem como fazer a requisição de 250 lâmpadas e pagar o débito do Município respeitante ao fornecimento da iluminação pública. Por uma questão de prevenção para o Inverno, fez-se uma nova requisição de lâmpadas para que se pudesse obter uma boa iluminação pública⁴⁴⁰.

Além das lâmpadas, as estruturas e suportes eram necessárias para a iluminação. Deliberou-se que se colocasse, no largo público da Igreja do lugar da Ribeira Chã, um braço e uma aranha de ferro que a Câmara tinha, em depósito, para o suporte de um candeeiro destinado à iluminação daquele largo, ficando por “*conta dos seus habitantes, como desejam, a conservação e limpeza e o combustível para a respectiva luz*”⁴⁴¹. Artur de Quental Tavares do Canto informou que possuía “*um grande candeeiro com o poder iluminante de 500 velas com o seu competente lampião de seis faces, peças verdadeiramente ricas e ornamentais*”⁴⁴² e que desejava ofertar ao povo da Ribeira Chã. Pediu então licença para o fazer e para transformar, à sua conta, quatro ou seis das aranhas de ferro, que estavam nos depósitos da Câmara, numa que seria necessária para resguardo ou anteparo do lampião.

Pontualmente fizeram-se alguns reforços na iluminação, tendo-se deliberado que “*a iluminação pública do concelho a luz eléctrica fosse aumentada com mais uma lâmpada que deverá ser colocada na parte exterior dos Paços do Concelho, acima da entrada principal para este edificio*”⁴⁴³. Resolveu-se também aumentar “*com mais uma lâmpada a iluminação pública deste concelho a luz eléctrica para ser colocada na esquina da torre da Igreja de Nossa Senhora do Rosário*”⁴⁴⁴. Em 1932 fez-se um novo aumento da iluminação pública a luz eléctrica com “*mais cinco lâmpadas de dezasseis velas, sendo uma na Rua do Boqueirão, outra na Rua da Carreira, outra na Rua do Pico, outra na Rua do Paul e outra na Rua da Ribeira da freguesia de Água de Pau*”⁴⁴⁵.

A energia aos particulares, de acordo com o contrato estabelecido, seria fornecida pelos seguintes preços máximos, expressos em moeda insulana: para

Idem, Acta da sessão extraordinária de 1924, Janeiro, 26, fls.184v-185v.

⁴⁴⁰ Idem, Acta da sessão extraordinária de 1925, Julho, 30, fls.196-198.

⁴⁴¹ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Janeiro, 15, fls.10-11.

⁴⁴² Idem, Acta da sessão ordinária de 1927, Fevereiro, 12, fls.14-16.

⁴⁴³ AML, Vereações, Livro n.º 99, “Acta da sessão ordinária de 1928, Setembro, 1, fls.114-115.

⁴⁴⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1929, Fevereiro, 16, fls.142v-144.

⁴⁴⁵ Idem, Livro n.º 88, “Acta da sessão ordinária de 1932, Outubro, 8, fls.175v-176v.

iluminação, por avença, lâmpadas de 10 velas 48\$00 anuais; lâmpadas de 16 velas, 64\$00 anuais; lâmpadas de 25 velas, 96\$00 anuais; lâmpadas de 50 velas, 144\$00 anuais; lâmpadas de 100 velas, 244\$00 anuais. Por contador, 1\$20 por quilovátio-hora. Para força motriz, por avença: meio HP 210\$00 anuais; 1 a 5 HP, 300\$00 anuais; 6 a 20 HP, 240\$00 anuais por HP. Por contador, \$60 por quilovátio-hora. A empresa só era obrigada a fornecer energia por contador, pela força motriz, quando o respectivo consumidor lhe garantisse um consumo mínimo anual de 1.600 horas e se prontificasse a pagar, adiantadamente, a importância correspondente a esse mínimo. Todo o consumidor ficava obrigado ao pagamento, mínimo mensal, correspondente a 40 HWH excepção feita às repartições públicas, igrejas e casas de moradia, quando desabitadas⁴⁴⁶.

Na questão de fornecimento a privados, em 1931 o gerente de Empresa de Electricidade e Gás de Ponta Delgada disse que se encontravam isentas, do pagamento de um mínimo mensal de 40HW, todas as casas desabitadas que estivessem por arrendar, mas não podia considerar “*desabitadas as casas que conservando debaixo dos seus tectos, móveis e utensílios para uso doméstico de pessoas que não as habitam todo o ano, todavia as têm por sua conta para passarem nelas algum tempo*”⁴⁴⁷. Acrescentou ainda que, por um grande lapso do empregado da mesma Empresa, teve conhecimento de haverem sido cobradas importâncias de consumos mínimos, nas igrejas da vila, que seriam, posteriormente, restituídas.

Em 1933 deliberou-se abrir concurso para adjudicação de obras públicas, como dos serviços e respectivos materiais de instalação da iluminação do jardim público, na Avenida Infante D. Henrique, no Rosário. A respectiva instalação seria subterrânea e em fio de chumbo de três fios sendo composta por 26 lâmpadas de 100 velas, de 4 tomadas de corrente para 4 lâmpadas de 500 velas e 3 lâmpadas de 16 velas. A instalação das 26 lâmpadas de 100 velas seria feita no jardim propriamente dito, subterraneamente e em fio de chumbo. A Câmara forneceria, para esta instalação, canos de barro para conduzir o referido fio e ficaria ligada, directamente, à corrente de iluminação pública. Na casa do jardim haveria 3 lâmpadas de 16 velas, sendo a do quarto norte ligada à luz do jardim que era de avença e as outras duas ligadas a um contador. Estas duas lâmpadas teriam o seu interruptor e todas três, um prato de ferro esmaltado. As quatro tomadas de corrente seriam colocadas, a meio de cada lado do

⁴⁴⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 30, fls.22-29.

⁴⁴⁷ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Julho, 25, fls.83-85.

ténis, pelo lado de dentro, e seriam próprias para exterior, servindo cada uma destas tomadas de corrente, para uma lâmpada de 500 velas que seriam, igualmente, ligadas ao mesmo contador que ficaria no quarto do meio. A Câmara fornecia também os blocos de cimento, os globos e as prisões para os mesmos⁴⁴⁸. Esta obra foi adjudicada a João Tavares Leitão, porque apresentou melhores vantagens nos preços.

Noutra obra de interesse público foi inaugurada a iluminação a luz eléctrica com o aumento de 24 lâmpadas de 25 velas e 11 de 50 velas, no edifício escolar denominado Escola Marquês Jacome Correia, situados na Avenida Infante D. Henrique. E foram iluminadas, na aludida avenida, 5 lâmpadas, de 25 velas, da referida iluminação⁴⁴⁹. Foi também comunicado que se efectuou “*a ligação para o aumento da iluminação pública deste concelho com mais 4 lâmpadas de 50 velas cada, na freguesia de Água de Pau e uma de 16 velas no Jardim Público, na Avenida Infante D. Henrique da freguesia de Nossa Senhora do Rosário*”⁴⁵⁰.

Em defesa da produção nacional, a firma Ayres T. Silva & Filho, de Ponta Delgada, comunicou na qualidade de representantes e depositários da Empresa Nacional de Aparelhagem Eléctrica de Lisboa, na Ilha, que o Governo considerou a lâmpada lumiar, de indústria nacional, prioritária nas encomendas feitas pelas “*repartições do Estado, as administrações autónomas e as empresas ou sociedades particulares, que usufruam concessão do Estado ou dos Corpos Administrativos*”⁴⁵¹, sendo por isso obrigados a preferirem produtos nacionais, sempre que o preço destes fosse igual ou inferior ao dos produtos estrangeiros similares. O Almanaque Micaelense, anos antes, apresentava publicidade às lâmpadas osram⁴⁵² informando que se encontravam à venda em Ponta Delgada.

Em conclusão, verificava-se, então, que o concelho da Lagoa procurava acompanhar a evolução dos tempos levando os novos ventos de mudança a espaços públicos e privados, de circulação pública e privada, onde se desenvolviam actividades domésticas, educativas, comerciais, industriais e administrativas.

⁴⁴⁸ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1933, Abril, 17, fls.221v-225.

⁴⁴⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1933, Junho, 27, fls.237-241.

⁴⁵⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1933, Setembro, 5, fls.248-250.

⁴⁵¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 76, Acta da sessão ordinária de 1933, Novembro, 14, fls.10v-13.

⁴⁵² Ver em anexo, fig.60.

4.4. As Obras Privadas

A vitalidade da iniciativa privada emana da comunidade, representando um sentido de responsabilidade, de desenvolvimento e de expansão. Um pouco por todo país e em especial destaque nas cidades por serem mais populosas, as obras privadas intensificaram-se no sentido da melhoria das condições de habitabilidade, pois a população continuou na senda do progresso material, cada vez mais se coadunando com os progressos públicos ao nível das infraestruturas. Foram feitas alterações, reconstruções, edificações, bem como alinhamentos dos muros em função dos novos arruamentos.

No início do século XX, as actas deixavam transparecer que o Concelho da Lagoa não era indiferente à expansão e ao desenvolvimento. As obras privadas eram constantes sendo, para tal necessário pedir licença ou apresentar requerimento para obter autorização da Câmara Municipal. Esta, principalmente após a Implantação da República Portuguesa, desenvolveu um conjunto de infraestruturas que dinamizaram o Concelho aproximando-o da evolução que se fazia sentir um pouco por todo o país, no sentido de o tornar mais moderno. Quando ocorreu a proclamação da República Portuguesa, foi feita uma alteração do elenco camarário e, na sessão ordinária seguinte, foi “*permitido a esta Comissão dividir as funções (...) pelos seis vogais*”⁴⁵³ de forma a haver maior controlo e eficiência na vida municipal. Contudo, competia ao Director das Obras Públicas proceder às respectivas autorizações das licenças camarárias para a execução de construções civis⁴⁵⁴.

Segundo informações do Director Geral da Administração Política e Civil, acerca o regulamento de 21 Outubro 1863, sobre estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos, foi dada competência à autoridade policial do concelho para conceder licença aos estabelecimentos de terceira classe, cabendo aos Governadores Cívicos a concessão das licenças que respeitassem aos de primeira e segunda classes. A lei de 7 Agosto de 1913 declarava, ser da competência das Comissões Executivas das Câmaras, a concessão de licenças como autoridade policial do Concelho. Apenas foi

⁴⁵³ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Outubro, 20, fls.106-106v.

⁴⁵⁴ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1912, Abril, 13, fls.196-197v pode ler-se “*Director das Obras Públicas deste distrito (...) pedindo que lhe sejam participadas as licenças por esta corporação concedidas para construções civis*”.

alterado o facto da competência dos Administradores do Concelho passar para as Comissões Executivas das Câmaras⁴⁵⁵.

Segundo solicitação da Comissão Distrital de Melhoramentos Sanitários deveriam ser tomadas as providências necessárias para que fossem cumpridas as disposições legais relativas aos serviços de higiene e salubridade. Como no distrito não se havia preceituado diversas leis sanitárias solicitava, com brevidade, que fosse elaborado um Regulamento de Salubridade e que fossem expedidas licenças para construções de edifícios ou abastecimentos de águas sem que os respectivos planos fossem, previamente, submetidos à apreciação e aprovação da Comissão Sanitária como a lei exigia⁴⁵⁶.

Alguns casos referiam a apropriação de parcelas de terreno público, pela compra ou em troca de favores prestados às entidades públicas. Assim, em 1921, Francisco do Rego Lopes pediu à Junta Geral para lhe ser cedida uma pequena porção de terreno com a medida de ^{36m}2, pertencente às obras públicas da Junta, que julgava ser desnecessário ao serviço público, situada na Rua da Caloura da freguesia de Santa Cruz, o qual confrontava com a propriedade que ali possuía. Resolveu-se então pôr-se em praça a citada berma de estrada⁴⁵⁷. No ano seguinte, Manuel de Sousa Azevedo, morador no Cabouco, possuindo um prédio onde foi extraído pedra para a Avenida da Lagoa que se encontrava em reparação, queixou-se que o quintal onde se retirou a dita pedra tinha ficado bastante danificado. A fim de melhorar o mesmo quintal, desejava adquirir uma pequena faixa de terreno no prolongamento do referido quintal até à estrada, terreno esse que pertencia à Junta Geral e que o suplicante julgava ser desnecessário ao serviço público. A Junta considerou não haver mal de ficar com tal terreno cuja *“medição é de 10m pelo sul, 11m pelo leste e 7,8m pelo oeste, dando a superfície de 85,8m², dá a importância de 429\$00”*⁴⁵⁸.

Em 1930 foi elaborado, pela Câmara Municipal, um Código de Posturas respeitante a obras de construção ou reconstrução pois careciam de ser alteradas e compiladas de forma a dar cumprimento à legislação reguladora. No primeiro capítulo referia-se que, sem prévia licença da Câmara, não poderiam efectuar-se obras de

⁴⁵⁵ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida às Câmaras Municipais*, Livro n.º416, 1914, Julho, 11, fl.349; Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho*, Livro n.º 418, 1914, Julho, 11, fl.445.

⁴⁵⁶ Idem, 1916, Dezembro, 23, fl.487.

⁴⁵⁷ Idem, *Vereações*, Livro n.º19, Acta da sessão extraordinária de 1921, Janeiro, 29, fls.143-150.

⁴⁵⁸ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º20, Acta da sessão ordinária de 1922, Novembro, 29, fls.152-157v.

construção e reconstrução ou transformação, interna como externa, de casas para habitação, para guarda de animais ou armazéns confrontantes ou não com a via pública e bem assim, obras de construção, reconstrução ou modificação de muros, grades ou vedações confinantes com a via pública. A licença deveria ser pedida em requerimento dirigido ao Presidente da Comissão Administrativa ou Executiva, sendo acompanhado de uma minuciosa descrição da obra a realizar. Para a execução da obra seria paga uma taxa e, em caso de construção ou reconstrução de prédio urbano, logo que a *“obra esteja concluída não poderá o prédio ser habitado sem que o respectivo proprietário tenha obtido o certificado de habitabilidade”*⁴⁵⁹. Quanto aos alinhamentos e cotas de nível, seriam sempre determinados pela Câmara⁴⁶⁰. Surgiu a indicação de ser necessária a existência de uma licença sanitária para edificação ou reparação de edifícios privados ou componentes destes, por parte do subinspector de saúde do concelho, como exemplo, *“para proceder às obras de reparações na casa da sua residência, de harmonia com o parecer do subinspector de saúde do concelho e com as condições por ele estabelecidas”*⁴⁶¹.

Em anexo, apresentamos tabelas que constituem uma listagem de todos os requerimentos e pedidos de licença dos lagoenses à Câmara Municipal⁴⁶². Na análise feita, através dos gráficos apresentados, chegamos à conclusão que a freguesia onde decorreram mais obras privadas ao longo do tempo estudado foi Santa Cruz (52 licenças), sendo logo seguida o Rosário (49 autorizações). No entanto, é de destacar o crescimento de Água de Pau e o Cabouco, já que usufruíam, respetivamente, de cerca de 12% dos requerimentos efectuados. Convém salientar que, tal como ocorreu com as penas de água, entre 1915 e 1926, as actas camarárias não apresentaram qualquer tipo de pedido de licença feito por particulares.

⁴⁵⁹ AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 9, fls.19v-21 e AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Setembro, 6, fls.29-31v volta-se a falar no mesmo assunto.

⁴⁶⁰ Ver em anexo, fig.61.

⁴⁶¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Novembro, 1, fls.38v-39v.

⁴⁶² Ver em anexo, fig.62.

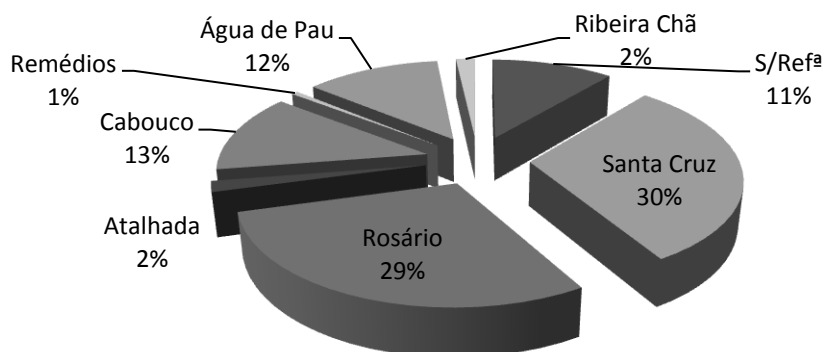


Fig. 33 - Pedidos de licenças por particulares dirigidos à Câmara Municipal da Lagoa
 AML, Vereações 1908-1933

O estado civil da maioria dos requerentes era casado, mas uma grande parte não apresentava qualquer referência, sendo os restantes estados civis menos significativos. A nível profissional, na sua grande maioria, os requerentes eram proprietários e camponeses. As restantes profissões eram muito diversificadas e pouco significativas a nível percentual para este estudo. Contudo, convém salientar que numa parte significativa dos pedidos de licenças não era feita qualquer referência à profissão do requerente.

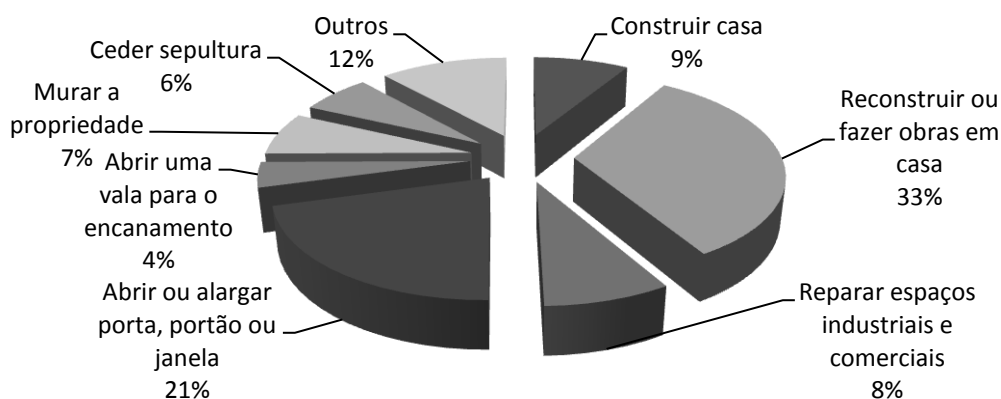


Fig. 34 - Finalidade das licenças pedidas à Câmara Municipal da Lagoa
 AML, Vereações 1908-1933

Em relação à tipologia⁴⁶³ da obra sobre a qual recaia a solicitação, na sua grande maioria estava relacionada com a habitação⁴⁶⁴, a saber: reconstruir ou fazer obras em habitações 33%, alargar ou abrir portas, portões ou janelas 20% e construir casa 9%. As restantes solicitações recaíam na reparação de espaços industriais e comerciais,

⁴⁶³ Ver em anexo, fig.63.

⁴⁶⁴ Ver em anexo, figs.64-66.

construção de muros, abertura de valas para encanamentos, cedência perpétua de terra sobre sepultura no cemitério, entre outras.

Concluindo, rapidamente se percebe que a Lagoa, no início do século XX, estava em franca ascensão económica, já que a sua população solicitava vários melhoramentos e novas construções privadas mas, também a Câmara Municipal, reflexo dos ventos republicanos, procurava dinamizar a região proporcionando uma vida mais digna às suas gentes, dotando o concelho de infraestruturas mais modernas que pudessem servir as suas gentes.

4.5. *As Instituições Sociais*

Antes da Implantação da República, não havia legislação geral para os serviços de assistência aos necessitados, sendo o Estado apenas protector dos estabelecimentos de caridade e fiscalizador das suas contas, dependendo a maioria de fundos próprios ou de iniciativa de particulares, com subsídios do Governo. Havia, em 1909, no Continente e Ilhas Adjacentes, 241 hospitais de todos os tipos⁴⁶⁵. A Constituição de 1911 consagrava no artº3º o direito à assistência pública, mas os resultados eram insuficientes.

Havia três formas principais de protecção social: a assistência social, o mutualismo e os seguros sociais. A primeira existia desde a fundação da nacionalidade. A segunda desenvolveu-se no século XIX, com a criação das associações de socorros mútuos e, face a esta insuficiência para dar resposta às necessidades existentes, no século XX surgiram os seguros sociais que abrangiam algumas empresas e organismos públicos prestando apoio em caso de doença, acidentes de trabalho, invalidez, velhice, sobrevivência. O Estado Novo herdou um sistema social incipiente onde a intervenção do Estado era essencialmente a coordenação das instituições privadas⁴⁶⁶ mas, contemplou, na Constituição de 1933, que “*o Estado promove e favorece as instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade*”⁴⁶⁷.

A rede das Misericórdias ajudava à concessão de assistência, gratuita ou quase, a vastas massas da população. Entre 1909-1910 funcionaram no Continente e Ilhas

⁴⁶⁵ Cf. Marques & Rodrigues, 1991: 234

⁴⁶⁶ Cf. Rodrigues, 1996a: 71

⁴⁶⁷ Rodrigues, 1996b: 797

Adjacentes, 286 Misericórdias com principal incidência em Lisboa. “*A cargo das misericórdias contavam-se também diversos hospitais, recolhimentos e asilos.*”⁴⁶⁸ Os asilos destinavam-se ao apoio à infância, a inválidos, a mendigos (cozinhas económicas), a velhos, a entrevados, a cegos, a aleijados, a surdos-mudos, entre outros, e além destes espaços sociais havia também as Casas Pias. A nível da infância o país estava mal servido pois não havia nenhuma maternidade e havia apenas oito creches no continente. Em 1912, em virtude da Lei de Separação da Igreja do Estado, as Misericórdias reformaram os seus estatutos⁴⁶⁹. A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada era considerada, de acordo com a revista Os Açores, a “*mais importante instituição de beneficência que existe hoje em terra açoriana*”⁴⁷⁰, considerada monumento da piedade cristã “*dando agasalho a expostos, assistência e educação a órfãos, dotes a donzelas pobres, hospitalização a enfermos, esmola a necessitados, pousada a peregrinos, resgate a cativos, amparo a presos e condenados, e sepultura a defuntos*”⁴⁷¹. Para esta Instituição foram feitas várias dádivas, principalmente aquelas que foram deixadas em testamento. Uma das ofertas mais interessantes destacou-se em 1911 quando o “*Dr. Raúl Bensaúde, médico pela Faculdade de Paris, (...) ofereceu ao Hospital o produto de todas as consultas médicas que deu nesta Ilha (...) com aplicação a completar a instalação de radiografia e radiosopia do Hospital*”⁴⁷². Também o Dr. Emery que acompanhou o médico referido anteriormente, “*ofereceu ampolas e o aparelho para a injeção intervenenosa do 606*”⁴⁷³. Alguns testamentos apresentavam cláusulas como o tratamento, hospitalização ou fornecimento de medicamentos a algum familiar ou empregado, destacando-se neste caso, D. Maria Madalena Machado que além dos pontos referidos anteriormente, obrigava a que fosse construída uma enfermaria para tuberculosos, com um prazo estipulado para a sua conclusão após a sua morte, caso contrário, a herança deixada ficaria sem efeito⁴⁷⁴.

Apesar de ser muito difícil calcular o número de indigentes na população portuguesa, muitos eram aqueles que viviam destituídos de qualquer fonte de rendimentos ou de meios para os obter, por si próprios, vivendo da caridade pública e

⁴⁶⁸ Marques & Rodrigues, 1991: 234

⁴⁶⁹ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida Administradores do Concelho*, Livro n.º418, 1912, Dezembro, 14, fls.69-70.

⁴⁷⁰ Revista Ilustrada *Os Açores* de Novembro de 1922: 20

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² Dias, 1940: 155

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ Cf. Dias, 1940: 156

dos serviços de algumas instituições que forneciam alimento diário. Na Constituição de 1911, reconhecia-se o direito à assistência pública. No mesmo ano, António José de Almeida, Ministro do Interior, fez publicar um decreto para evitar a mendicidade e socorrer os indigentes⁴⁷⁵. Em 1916 foi criado o Ministério do Trabalho e Previdência Social, permitindo um alargamento dos serviços de assistência dispensados pelo Estado, passando a funcionar uma Direcção-Geral de Previdência Social e Subsistências, uma Inspeção de Previdência Social e um Conselho Superior de Previdência Social, capazes de fornecer assistência (socorros mútuos, seguros, caixas de pensão, cooperativas). Em 1925 extinguiu-se o Ministério do Trabalho e os serviços de assistência passaram novamente para o Ministério do Interior, ficando no Ministério das Finanças, o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios, enquanto a Direcção Geral de Saúde ficava à salvaguarda do Ministério da Instrução Pública. Até 1930, o número de hospitais em funcionamento aumentou a nível nacional, tendo sido criados mais sanatórios e dispensários para tuberculosos. Criaram-se mais creches e a maior inovação foi a inauguração das primeiras maternidades, em 1911 em Coimbra, em 1926 em Angra do Heroísmo e, em 1927 em Lisboa⁴⁷⁶. Em todo o país proliferavam associações de socorros mútuos, cooperativas agrícolas e cooperativas de consumo. Apesar das melhorias registadas e sentidas na vida dos munícipes, a estrutura social continuava bastante debilitada, pelo que, o concelho reclamava, da edilidade, uma constante e permanente intervenção social. Face às crises cíclicas, as escassezes de abastecimento, as subidas dos preços e os casos epidémicos a situação de pobreza agravava-se e fomentava a busca da sorte noutras paragens estrangeiras. Na área social competia ao município *“o pagamento dos subsídios para expostos e crianças abandonadas e desvalidas”*⁴⁷⁷.

Começamos por analisar os casos de auxílio por parte de particulares. O fundador do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, de Lisboa, pede a inserção no orçamento camarário lagoense, de uma verba a favor da instituição pondo à disposição da Câmara um lugar para uma criança cega, do sexo masculino, do concelho, entre 6-12 anos à qual daria sustento, vestuário e educação até à sua maioridade. Mas a Câmara não pôde satisfazer o pedido por já estar aprovado o seu orçamento⁴⁷⁸. Meses mais

⁴⁷⁵ Cf. Guinote, 1990: 208 e Marques & Rodrigues, 1991: 235 afirma que se iniciava uma experiência de um *“sistema de assistência pública capaz de tornar desnecessária a quem quer que seja a esmola”*.

⁴⁷⁶ Cf. Marques & Rodrigues, 1991: 237

⁴⁷⁷ Machado, 2007: 127

⁴⁷⁸ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1912, Fevereiro, 17, fls.190-191.

tarde, novo ofício acrescentava, além do sustento, a garantia de ensino intelectual e profissional, pedindo novamente auxílio pecuniário para manutenção do estabelecimento de ensino e a Câmara, desta vez, enviou o subsídio de 6\$000 anuais⁴⁷⁹. A 13 Janeiro, num outro ofício, foi pedido para entregar à cobrança postal o recibo do subsídio que a Câmara atribuiu. Em relação à disposição de um lugar para uma criança cega do concelho, a Câmara fez saber que não possuía nenhuma que preenchesse os requisitos⁴⁸⁰. E, em 1928, deliberou-se que fosse eliminado do orçamento do município, “a verba com aplicação a subsidiar o Instituto de Cegos Branco Rodrigues”⁴⁸¹.

O Instituto João do Rego Borges surgiu na vila da Lagoa em 1883, particularmente vocacionado para apoio aos pobres⁴⁸². De acordo com os seus estatutos, o seu fim seria “socorrer com prestações pecuniárias as pessoas mais desvalidas de ambos os sexos, residentes nas paróquias de Santa Cruz e Rosário, inclusive o Cabouco e Atalhada, do Concelho da dita Vila”⁴⁸³. A ajuda pecuniária era satisfeita a cada pessoa desvalida em três períodos, no fim dos meses de Abril, Agosto e Dezembro. Em 1913, o Governador Civil enviou o orçamento aprovado para aquele ano económico⁴⁸⁴; em 1929 surgiu a indicação da aprovação do seu orçamento ordinário por parte da Junta Geral do Distrito⁴⁸⁵ e, no ano seguinte, foi enviada uma cópia de uma acta de sessão daquele Instituto, da qual constava o pedido de um subsídio da Junta Geral, tendo deliberado “a Comissão que se solicitassem informações acerca da espécie de assistência prestada por aquele instituto ficando de deliberar sobre o seu pedido depois de obtidas aquelas informações”⁴⁸⁶. Em resposta, o presidente do referido Instituto informou que o serviço de assistência consistia em “socorros pecuniários de 2\$50 e 5\$00 a desvalidos das freguesias de Santa Cruz e Rosário, três vezes no ano, em Abril Agosto e Dezembro, numa importância média de 300\$00 em cada uma dessas épocas”⁴⁸⁷. O Governo Civil solicitou uma relação de todas as Confrarias e Irmandades que existiam no concelho e pediu informações sobre a aprovação legal dos seus

⁴⁷⁹ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Novembro, 9, fls.37-39.

⁴⁸⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1914, Janeiro, 25, fls.129-130.

⁴⁸¹ Idem, Livro n.º 99, “Acta da sessão reaberta de 1928, Julho, 7, fls.105,105v-106v.

⁴⁸² Cf. Dias, 1940: 284

⁴⁸³ Dias, 1940: 285

⁴⁸⁴ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho*, Livro n.º 407, 1913, Outubro, 16, fl.60.

⁴⁸⁵ Idem, *Vereações*, Livro n.º26, Acta da sessão ordinária de 1929, Maio, 17, fls.133-141; Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º29, Acta da sessão ordinária de 1930, Novembro, 21, fls.89-92v; BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º32, Acta da sessão ordinária de 1932, Novembro, 25, fls.169v-176v.

⁴⁸⁶ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º28, Acta da sessão ordinária de 1930, Março, 14, fls.36-43v.

⁴⁸⁷ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Abril, 4, fls.60v-68.

estatutos e sobre as contas prestadas⁴⁸⁸ e, em 1930, a Junta Geral mandou saber quais as Instituições existentes no concelho, ao qual respondeu o Administrador dizendo “*que no concelho da Lagoa não existem confrarias nem irmandades, mas só o Instituto de Beneficência denominado João do Rego Borges*”⁴⁸⁹.

Outra referência à assistência por parte de privados foi prestada por António Carvalho Braga, militar de carreira, oriundo de Santa Maria, mas que morreu em Água de Pau, apresentando na sua vertente social a escrita de textos publicados em defesa dos mais desfavorecidos e a criação do Albergue Nocturno, em 1921, e a Instituição de Beneficência Açoriana, em 1923. Defendia que “*a caridade não conhece políticas nem religiões, só trata de averiguar onde existe a miséria e auxilia os desgraçados*”⁴⁹⁰.

A partir de 1927 surgiram referências à hospitalização de pobres e indigentes lagoenses na Santa Casa de Misericórdia de Ponta Delgada. O presidente desta instituição remeteu o valor da despesa referente à “*hospitalização da indigente de Maria Pacheco dos Santos*”⁴⁹¹. Porém, a comissão lagoense não compreendia a exigência do pagamento, visto ser o hospital de Ponta Delgada o que mais próximo ficava do concelho, logo era aquele que deveria ter sido mais contemplado com donativos e doações, bem como com parte das propriedades da Lagoa que lhe estavam oneradas com foros e rendas que foram doadas ao hospital, por neste concelho não existirem estabelecimento de tal natureza. No entanto, nos meses seguintes, foram remetidas notas de despesa referentes à “*hospitalização dos indigentes deste concelho, Augusto Vieira e António Baganha*”⁴⁹², da indigente Ermelinda de Sousa Pata⁴⁹³, do indigente Augusto Vieira⁴⁹⁴, do menor indigente Luís Ferreira Diogo⁴⁹⁵ e da indigente Maria da Estrela⁴⁹⁶. O Mordomo do Hospital da Santa Casa da Misericórdia apelou para que a Câmara continuasse a satisfazer “*as despesas de hospitalização da menor Maria da Conceição, filha de José de Andrade Silva que ainda carece de dois meses de tratamento*”⁴⁹⁷. Contudo, a edilidade respondeu que, se era aflitiva a vida financeira da

⁴⁸⁸ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida Administradores do Concelho*, Livro n.º411, 1910, Dezembro, 14, fl.14v; Idem, Livro n.º414, 1912, Maio, 20, fl.278.

⁴⁸⁹ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º29, Acta da sessão ordinária de 1930, Outubro, 24, fls.49v-60.

⁴⁹⁰ Enes, 2010a: 4

⁴⁹¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Junho, 25, fls.36v-37v.

⁴⁹² AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Julho, 16, fls.38v-39v.

⁴⁹³ Idem, Acta da sessão ordinária de 1927, Agosto, 6, fls.41-41v.

⁴⁹⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1927, Setembro, 17, fls.48v-49.

⁴⁹⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1927, Outubro, 1, fls.50-51.

⁴⁹⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1927, Novembro, 5, fls.61v-63.

⁴⁹⁷ Idem, Acta da sessão ordinária de 1927, Agosto, 13, fls.41v-43.

Santa Casa da Misericórdia, também não era muito mais desafogada a do município, que teria de ser administrado com rigorosa economia e a verba destinada a providências sanitárias, por onde eram pagas as despesas de hospitalização de indigentes, encontrava-se quase esgotada. A Comissão queria valer à criança mas, como a despesa era grande, entendia que poderia ser repartida entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia. Em 1928, o presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia comunicou que, de futuro, só seria permitida a admissão de doentes, pelas Câmaras, se fossem considerados indigentes⁴⁹⁸. Posteriormente comunicou que os indigentes deste concelho só poderiam ser admitidos naquele hospital mediante a quantia de 15\$00 diários por cada doente, pago adiantadamente, e que depois de recebida a percentagem relativa ao concelho a cota diária teria uma especial redução⁴⁹⁹. Contudo, em 1932, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada comunicou ser impossível manter as condições do preço estabelecido para a hospitalização de doentes pobres do concelho, sendo elevado o valor de 4.600\$00 para 7.300\$00. O município ficou de propor um aumento de 500\$00 fortes mensais sob a condição da Câmara internar no hospital, mensal e diariamente, até cinco doentes⁵⁰⁰. A 5 de Abril, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada respondeu que não podia aceitar a contra proposta da Câmara pelo facto de a sua instituição se encontrar em difíceis condições económicas. Assim, apresentou uma nova proposta de a taxa de hospitalização diária passar para 8\$50, para doentes pobres do concelho internados no hospital, por conta do município, sem limitação de número e autorizar o tratamento gratuito aos doentes que necessitassem desde que não ficassem hospitalizados. Mediante esta proposta, a Comissão concordou⁵⁰¹. A título de exemplo de iniciativa particular, para com esta instituição, o Dr. Martim Machado Faria e Maia ofereceu o auxílio pecuniário de 100\$00 para a hospitalização de uma doente pobre, na Santa Casa da Misericórdia.⁵⁰²

O Governador Civil enviou um ofício de 21 Abril de 1921, anexando uma cópia do alvará de criação do cofre de caridade do distrito, para que fossem nomeados os membros da Comissão Municipal de Assistência⁵⁰³. Em 1922, o Governador Civil

⁴⁹⁸ Idem, Acta da sessão ordinária de 1928, Abril, 28, fls.92v-93v.

⁴⁹⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1928, Agosto, 25, fls.113-114.

⁵⁰⁰ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Março, 19, fls.136v-138v.

⁵⁰¹ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Abril, 9, fls.142-143v.

⁵⁰² Idem, Acta da sessão ordinária de 1932, Dezembro, 13, fls.196v-197v.

⁵⁰³ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão reaberta de 1921, Abril, 28, fls.124-125v; BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 426, 1926, Dezembro, 28, fl.416 refere um pedido da listagem dos cidadãos nomeados em 1921 para tal fim.

enviou ao Presidente da Comissão Executiva um comunicado do Administrador Geral do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, informando que no orçamento foi inscrita uma verba a ser distribuída pelas Câmaras Municipais dos Concelhos à razão de 200\$00 por concelho, para fazer face a despesas com os expostos e menores desvalidos e abandonados⁵⁰⁴. A nível concelhio, a comissão deliberou ceder gratuitamente à Comissão Municipal de Assistência os baixos da casa da escola da Praça de Água de Pau, para ali ser montado um posto de socorros clínicos e medicamentos, sendo feitas as obras de adaptação indispensáveis. Posteriormente, foi atribuída a quantia de 5.000\$00 insulanos, já que deixariam de ser subsidiados, à parte, os subsídios de lactação e a hospitalização de doentes indigentes do concelho, pelo facto de passar a ser este um dever da comissão, bem como o de fornecimento de medicamentos a indigentes⁵⁰⁵. Foi enviado, ao Presidente da Comissão Administrativa, um pedido de comunicação, pois tendo sido extintas as comissões municipais de assistência, o saldo que possa existir deveria dar entrada no Governo Civil⁵⁰⁶. Em 1930, deliberou a Câmara que tinham direito aos remédios gratuitos e ao subsídio de hospitalização, os pobres do concelho que fossem mendigos, inválidos, viúvas com menores impúberes, mulheres casadas com maridos presos, meretrizes e expostos e abandonados menores de 14 anos. Solicitou-se para tal que fossem sempre prescritos medicamentos de origem portuguesa⁵⁰⁷. Posteriormente foi atribuído um valor que se encontrava na Tesouraria da Fazenda Pública para a Corporação de Assistência aos Pobres e Desvalidos do Concelho⁵⁰⁸. No ano seguinte, deliberou-se proceder à *“remodelação do cadastro dos doentes pobres que têm direito à assistência médica e receituário gratuitos, dispensando-se a nota do visto por outra entidade que não seja o facultativo municipal, que tiver passado a receita”*⁵⁰⁹. O recenseamento dos desempregados nas Ilhas Adjacentes, da responsabilidade dos regedores, deveria ser feito para que *“nas regedorias compareçam todos os desempregados das freguesias, a prestar as indicações necessárias para o preenchimento dos boletins de*

⁵⁰⁴ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 424, 1922, Setembro, 28, fl.348.

⁵⁰⁵ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Setembro, 24, fls.49-50.

⁵⁰⁶ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 428, 1929, Dezembro, 18, fl.420.

⁵⁰⁷ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Julho, 12, fls.15v-17.

⁵⁰⁸ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 2, fls.18-19v.

⁵⁰⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Novembro, 28, fls.111v-113v.

*recenseamento*⁵¹⁰, devendo ser indicado o número de desempregados e as suas profissões.

Alguns casos pontuais de assistência particular ou colectiva, por parte das entidades governamentais, merecem destaque. Assim, o Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral enviou um ofício comunicando ter deliberado que o presidente da Comissão deveria recorrer, ao Governador Civil, sobre a alienada Maria da Glória, solteira, de 32 anos, filha de Vitorino da Arruda Subica, conforme preceituava a lei de 11 Maio 1911, a fim de ser admitida no manicómio ou ser atribuído um subsídio de assistência familiar⁵¹¹. O Governador Civil solicitou ao Administrador da Lagoa informações sobre os lesados com o temporal de 9 de Agosto de 1919, pretendendo saber nomes, estados, profissões e moradas das pessoas que constituíam as comissões especiais. Disse que tinha, para assistência às vítimas do temporal, 15 sacas de milho, oferecidas pela população de S. Jorge, para que a comissão concelhia fizesse a distribuição pela forma mais equitativa e que também seriam entregues os donativos do Banco Nacional Ultramarino, do Banco Pinto e Sotto Mayor, de Lisboa e da Câmara de Angra do Heroísmo⁵¹². Posteriormente, indicou que achava conveniente que fosse organizada uma comissão de assistência às vítimas do temporal e que possuía 600\$00 doados por particulares que pretendia enviar e que a referida comissão deveria estudar, pensando naqueles que mais de pronto precisariam de assistência, qual a forma de o fazer, se entregando dinheiro ou mandando por empreitada para a reconstrução e reparação dos prejuízos, sendo pagos pela Comissão⁵¹³.

Um caso particular correspondeu ao facto do presidente da edilidade lagoense ter informado que, a 3 Dezembro de 1925, havia falecido José Soares Piloto, de peste pneumónica, por contágio, quando fazia serviço de um foco da doença que naquela época houve no Cabo da Vila. Ora, a sua mulher Maria da Estrela e uma filha menor de nome Maria Júlia, ficaram em precárias circunstâncias. Como aquele faleceu ao serviço da Câmara, decidiu-se atribuir a pensão mensal de 50\$00, mas se a respectiva família melhorasse de situação, seria perdido o direito a esta pensão⁵¹⁴. Outra situação temporária correspondeu ao fornecimento de dois litros de leite e dos medicamentos

⁵¹⁰ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 430, 1932, Março, 2, fl.352.

⁵¹¹ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Setembro, 2, fls.161v-162v.

⁵¹² Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 422, 1919, Setembro, 3, fls.425-427.

⁵¹³ Idem, 1919, Setembro, 22, fl.443.

⁵¹⁴ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Abril, 14, fls.89v-92.

necessários, à filha da viúva Maria Francelina, visto a criança se encontrar doente e a sua mãe ser indigente, no entanto, tal atribuição seria apenas enquanto durasse o seu precário estado de saúde. Esta solução substituiu o internamento no Hospital, à conta do município, uma vez que saía mais caro⁵¹⁵. O Governador Civil do distrito enviou um ofício esclarecendo que, à Junta Geral só competia a concessão de subsídios a expostos e menores desvalidos ou abandonados de 10 a 18 anos⁵¹⁶, e informou que a Direcção Geral de Contribuições e Impostos comunicou que se encontravam isentos do imposto de selo, os atestados de indigência e as certidões de idade e falecimento sendo passadas gratuitamente face à nova lei do Registo Civil⁵¹⁷. Outro caso particular ocorreu em 1932, através do envio de um ofício do Inspector Chefe dos Serviços de Sanidade Marítima do distrito, informando que a automaca lhe havia sido requisitada para transportar um sinistrado que tinha sido vítima de um acidente na Fábrica da Lagoa, não tendo indagado se o acidentado, quando foi colocado na automaca, se encontrava vivo e se faleceu durante o transporte. Ficou, porém, surpreendido que um agente de funerais ou proprietário de berlindas ou carros funerários se tivesse dirigido à Comissão fazendo apreciações sobre transportes de doentes ou cadáveres, quando o seu papel deveria ser apenas o fornecimento desses meios de transporte àqueles que os requisitassem. A Comissão Administrativa da Junta Geral informou que apenas os clínicos podiam requisitar a automaca e apenas para o transporte para o Hospital de Isolamento, de doentes atacados de doenças infecto-contagiosas⁵¹⁸. Do Presidente da Comissão Administrativa Municipal da Lagoa foi feito um pedido para que, da conta da Junta Geral fosse internada, no Hospital da cidade, para tratamento a alienada, “*Maria Rosalina, cuja família é muito pobre e que causa perturbações de ordem, atacando pessoas na via pública e proferindo obscenidades*”⁵¹⁹.

Beneficiavam do erário público municipal lagoense aqueles que eram considerados pobres indigentes em situação de orfandade⁵²⁰. Assim, analisando o gráfico seguinte verificamos que, nos primeiros anos deste estudo, os casos de subsídios

⁵¹⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1928, Novembro, 17, fls.126v-128.

⁵¹⁶ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Abril, 19, fls.4-4v.

⁵¹⁷ Idem, Livro n.º 76, Acta da sessão ordinária de 1933, Setembro, 19, fls.1v-2.

⁵¹⁸ Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º32, Acta da sessão ordinária de 1932, Dezembro, 9, fls.180-184v.

⁵¹⁹ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º33, Acta da sessão ordinária de 1933, Junho, 30, fls.160-168v.

⁵²⁰ Ver em anexo, fig.67.

de lactação eram pontuais. O seu registo passou a ser mais acentuado com o início da Ditadura Militar e a sua variação estava relacionada com a mortalidade paterna.

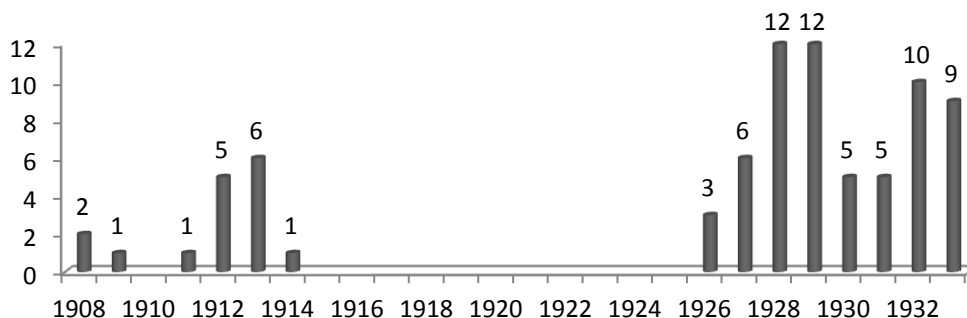


Fig. 35 - Subsídios de lactação atribuídos, anualmente, pela Câmara Municipal da Lagoa
 Arquivo Municipal da Lagoa, Vereações, 1908-1933

Observando o gráfico abaixo, concluiu-se que a freguesia do Rosário apresentava um maior número de pedidos de subsídio de lactação, seguindo-se da freguesia de Santa Cruz.

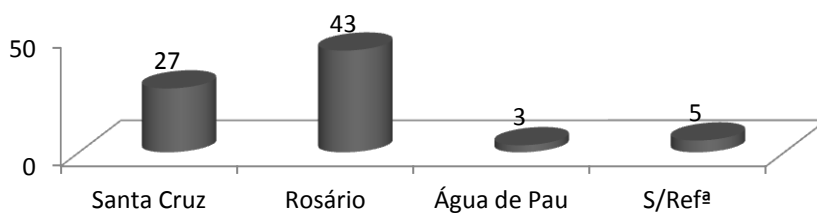


Fig. 36 - Subsídios de lactação atribuídos, por freguesia, pela Câmara Municipal da Lagoa
 Arquivo Municipal da Lagoa, Vereações, 1908-1933

Nos primeiros anos da República o subsídio iniciava normalmente no dia do falecimento do pai e terminava quando a criança completasse 7 anos de idade. Ao encargo da Câmara estavam os expostos se fossem crianças desvalidas, abandonadas ou desamparadas, embora vivessem com os pais, mas em condições miseráveis. O art.º 284º do Código Civil garantia a assistência até aos 7 anos e, não havendo parentes que legalmente tivessem de receber e alimentar as crianças abandonadas (expostos), o apoio ia até aos 10 anos, de acordo com a Lei de 7 Agosto 1913. Se fossem inválidos, havia sempre obrigação de os assistir antes ou depois dos 18 anos, educando-os ou dando-lhes trabalho, hospitalizando-os ou corrigindo-os disciplinarmente. Estas funções, em relação aos inválidos, eram da competência da Câmara e quanto aos que entravam no

sistema geral de assistência educativa e correcional, continuava o Governo a subsidiar os expostos maiores⁵²¹.

Em relação às petições de amparo cuja tabela se encontra em anexo⁵²², consistia no apoio prestado ao agregado familiar quando o jovem soldado partia para cumprir o serviço militar, deixando a família sem o fruto do seu trabalho. Regra geral, era a mãe viúva que recebia tal auxílio por parte da Câmara Municipal mas, em casos pontuais, podiam ser irmãos menores. Durante o período da I Guerra Mundial, o Governador Civil pediu que fossem enviado à Secretaria da Guerra, à repartição de abonos e assistência aos mobilizados, todas as informações sobre as famílias dos praças mobilizados⁵²³. Em Maio de 1917, a Comissão de Assistência do Distrito resolveu subsidiar com 1\$25 mensais, cada uma das famílias indigentes indicadas no ofício do administrador, sendo pagos de Maio a Dezembro, ficando a cargo do secretário da administração tal pagamento, sendo então enviado o dinheiro pelo Governo Civil⁵²⁴. Em 1918, o Administrador do Concelho recebeu 45\$00 para o pagamento de subsídios mensais, ao longo do ano de 1918, concedidos pela Comissão Distrital da Assistência às famílias pobres, devendo ser auxiliada uma família por freguesia⁵²⁵.

Conclui-se então que, a edilidade lagoense, procurou estar atenta às necessidades reais dos mais carenciados do concelho, atribuindo-lhes parte do seu parco erário destinado às despesas a considerar nos diferentes anos de governação, analisados no período em estudo.

4.6. A Educação

A educação encontra-se presente em todos os aspectos de uma sociedade, reflectindo-a e sendo um dos seus elementos constitutivos, já que “*nenhum pensamento sociológico lhe pode permanecer indiferente*”⁵²⁶. Oliveira Marques afirma que os

⁵²¹ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida às Câmaras Municipais*, Livro n.º416, 1914, Julho, 10, fl.345.

⁵²² Ver em anexo, fig.68.

⁵²³ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 422, 1917, Março, 2, fl.39.

⁵²⁴ Idem, Maio, 8, fl.60; Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia*, Livro n.º 422, 1919, Abril, 30, fl.359 faz a mesma referência com uma listagem dos subsidiados.

⁵²⁵ Idem, 1918, Maio, 25, fl.273”.

⁵²⁶ Isambert-Jamati, 1965: 245

governos monárquicos tinham-se “ocupado mais de caminhos-de-ferro, de comércio ou de finanças, de que da educação”⁵²⁷, e davam prioridade ao desenvolvimento material, relegando para segundo plano o desenvolvimento cultural e espiritual do País. O programa republicano compreendia estudos e discussões sobre cultura, instrução e pedagogia que interessavam a um grande público e preocupavam a elite. “Os republicanos acreditavam que, se pudessem educar todas as crianças, Portugal acabaria por tornar-se uma República feliz.”⁵²⁸ Surgiram novas ideias para reformar a educação mas, a sua aplicação implicava a construção de novos espaços escolares. “Em regra, os governos republicanos davam o apoio mais entusiástico a iniciativas, mas não davam dinheiro.”⁵²⁹ “As reformas republicanas do ensino primário e o espírito que as animava influenciaram consideravelmente a qualidade da instrução oficial aberta a todos”⁵³⁰, mas poucas foram as mudanças práticas na educação das massas, devido à constante pobreza do Estado. Falava-se em educação republicana, “interessada na criação e consolidação de uma nova maneira de ser português, capaz de expurgar a Nação de quantos males a tinham mantido”⁵³¹. Defendiam que “um cidadão livre era aquele cujo espírito estava aberto ao progresso, cooperando no fortalecimento de uma pátria liberta do obscurantismo”⁵³². O ensino laico foi, por isso, defendido como o melhor caminho para libertar a juventude de influências nefastas. João de Barros achava que, além de aprender a ler e escrever, a criança deveria ter amor à terra, aos produtos, à paisagem, às tradições, à arte, tendo assim, uma educação patriótica. Os modelos dos edifícios escolares deveriam ser sugeridos pelo arquitecto Raúl Lino e o método de ensino da leitura seria o de João de Deus. Um professor deveria aproveitar todas as ocasiões para observações e considerações patrióticas, para que os seus alunos fossem guiados na acção, para a realidade das ideias e não para a contemplação nem para o ócio.

Neste trabalho debruçamo-nos apenas sobre o ensino primário visto ser este nível de escolaridade o único existente, no concelho da Lagoa, no tempo do nosso estudo.

O Decreto n.º 9:223 da Direcção Geral da Instrução Pública de 29 de Março de 1911 estabeleceu duas categorias de ensino: infantil e primário. O ensino primário:

⁵²⁷ Marques, 1986: 343

⁵²⁸ Ramos, 1994: 420

⁵²⁹ Marques, 1986: 344

⁵³⁰ Idem.

⁵³¹ Carvalho, 1986: 651

⁵³² Enes, 2010b: 19

abrangia três graus: - elementar, complementar e superior. “No grau elementar, que durará três anos, nenhuma criança se poderá matricular com menos de sete anos. No grau complementar que durará dois anos, nenhuma criança se poderá matricular com menos de dez anos. No grau superior, que durará três anos, ninguém se poderá matricular com menos de doze anos e sem o exame do curso complementar. O ensino primário elementar (três anos) é obrigatório para todas as crianças, de ambos os sexos, cuja idade esteja compreendida entre os sete e os catorze anos. Esta obrigatoriedade termina com o exame do grau elementar.”⁵³³ O princípio geral da descentralização levou o Governo a confiar, aos municípios, a organização e superintendência da instrução primária até 1918, pois neste ano, havia voltado para a dependência do Governo⁵³⁴. O Decreto n.º 13:619 do Ministério da Instrução Pública de 17 Maio de 1927 considerou o ensino primário dividido em três categorias: “ensino infantil, para ambos os sexos, dos quatro aos sete anos de idade, ensino primário elementar, para ambos os sexos, dos sete aos onze anos de idade e ensino primário complementar, para ambos os sexos, dos onze aos treze anos idade”⁵³⁵. O Decreto n.º 18:140 do Ministério da Instrução Pública de 28 de Março de 1930 promulgou que o ensino primário elementar continuava a manter o regime das classes em vigor, sendo “dividido em dois graus, compreendendo o 1.º grau as matérias das três primeiras classes, e o 2.º grau as que dizem respeito ao programa da 4.ª classe”⁵³⁶. Em Agosto de cada ano, as “Juntas de Paróquia tinham obrigação de efectuar o recenseamento de todas as crianças em idade escolar nas respectivas freguesias”⁵³⁷ e incorriam em multa aqueles que não o fizessem. Uma vez recenseadas, os pais ou responsáveis pela educação, apresentavam as crianças às matrículas. Claro que esta atitude teria, como objectivo, o combate ao analfabetismo. O saber ler, escrever e contar não deveriam ser fins a atingir, mas apenas meios para a conquista da dignificação do Homem.

Em 1911 foram criadas as escolas temporárias móveis⁵³⁸, em especial para o ensino de adultos que, mais tarde, a Ditadura viria a encerrar. A intensão seria que as

⁵³³ Decreto n.º 6:137 do Ministério da Instrução Pública de 29 de Setembro de 1919 e Decreto n.º 9:223 do Ministério da Instrução Pública de 6 de Novembro de 1923 <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012 são regulamentadas as mesmas ideias de forma a reforçar a matrícula; Cf. Silva, 2004: 164

⁵³⁴ Cf. Marques, 1986: 345

⁵³⁵ <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012; Cf. Carvalho, 1986: 669-670 e 729; Cf. Silva, 2004: 169

⁵³⁶ <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012.

⁵³⁷ Carvalho, 1986: 670

⁵³⁸ Ver em anexo, fig.69.

Câmaras Municipais criassem “*cursos nocturnos, missões escolares, cursos dominicais e outros análogos, para extinção do analfabetismo*”⁵³⁹, pois competia a estas e ao Estado o pagamento da despesa com os serviços da instrução primária. Os ordenados dos professores foram aumentados⁵⁴⁰. Aumentaram também o número de escolas em funcionamento⁵⁴¹ e o número de professores⁵⁴². Contudo, a taxa de analfabetismo baixou pouco: “*para os maiores de 7 anos, 69,7% em 1911, 66,2% em 1920, 61,8% em 1930*”⁵⁴³.

A distribuição do analfabetismo não era homogénea, nem quanto ao sexo nem quanto aos locais de residência. Nos distritos insulanos, a partir de 1920, os índices de população alfabetizada diminuíram, principalmente devido à emigração, “*sendo os Açores a única região do País a acusar regressão no número de pessoas sabendo ler*”⁵⁴⁴. O distrito de Ponta Delgada encontrava-se abaixo desta média nacional e, no ano lectivo de 1924-1925 a taxa de aproveitamento da rede escolar foi de 100%⁵⁴⁵.

Para preparação dos professores foram criadas escolas normais⁵⁴⁶, com métodos de ensino e apetrechamento actualizados⁵⁴⁷. Para outros níveis de ensino foram criadas escolas de instrução secundária e institutos superiores. mas em pequena escala. A nível superior, foram criadas as Universidades de Lisboa e Porto. Apesar de sempre existirem imensas ideias para modernizar e reformar o ensino, a falta de meios materiais impediu a efectivação de muitas das medidas, pelo menos com a velocidade que os governantes e a opinião pública desejavam, barrando a abertura de escolas, dificultando o

⁵³⁹ Carvalho, 1986: 672

⁵⁴⁰ Cf. Vieira, 1999a: 216 indica que o professor primário, em 1910, ganhava 20\$00 e em 1920 o ordenado era de 30\$00; Cf. Vieira, 1999b: 214b refere que em 1930 o aumento foi significativo pois o professor já ganhava 663\$00; Cf. Serrão (coord), 1991a: 528-529 faz referência ao aumento dos ordenados dos professores; Cf. Carvalho, 1986: 675

⁵⁴¹ Cf. Vieira, 1999a: 216 refere que em 1910 havia 5.552 escolas primárias oficiais, em 1920 eram 6.515; Cf. Vieira, 1999b: 214 indica que em 1930 eram 7.729.

⁵⁴² Cf. Vieira, 1999a: 216 contabiliza em 1910, 5.808 professores primários e em 1920, 7.940; Cf. Vieira, 1999b: 214 em 1930, eram 9.488.

⁵⁴³ Marques, 1986: 346; Serrão (coord), 1991a: 519-520.

⁵⁴⁴ Serrão (coord), 1991a: 521

⁵⁴⁵ Cf. Guinote, 1990: 217

⁵⁴⁶ Cf. Dias, 1928: 103 refere que a Escola distrital de habilitação ao magistério primário de Ponta Delgada foi suprimida em 1919; Santos, 1984: 396 pode ler-se “*criação de três Escolas Normais (Lisboa, Porto, Coimbra)*”.

⁵⁴⁷ Ver em anexo, fig.70. Cf. Serrão (coord), 1991a: 527 afirma que “*A República libertou a criança portuguesa, subtraindo-a à influência jesuítica, mas precisa agora de a emancipar definitivamente de todos os falsos dogmas, sejam os de moral ou os de ciência, para que o seu espírito floresça na autonomia regrada, que é a força das civilizações.*” Cf. Carvalho, 1986: 676 refere que às Escolas Normais seriam anexadas várias instituições como escola infantil, escola primária masculina, escola primária feminina, escolas de cegos e de surdos-mudos, de deficientes e instáveis, ginásio, parque de jogos, oficinas de trabalhos manuais e domésticos, tipografia, museu, biblioteca, laboratórios diversos, campos experimentais agrícolas, caixa económica, cantina.

recrutamento de professores e o apetrechamento de bibliotecas, laboratórios e outros centros de pesquisa.

O Director Geral de Estatística⁵⁴⁸, no seu relatório sobre o ensino primário oficial de 1910 a 1915, afirmou que tal publicação era da “*mais alta importância, pois contribuirá decerto para o desenvolvimento da nossa instrução elementar*”⁵⁴⁹. Para a elaboração deste estudo foram enviados, aos Inspectores de todos os círculos escolares, questionários para serem preenchidos nas diferentes escolas primárias de ensino oficial mas, as respostas chegaram com muitas deficiências tendo sido devolvidas várias vezes. Observou-se que foram criadas, em todo o país, 1.309 escolas, sendo 489 femininas (aumentou 27%), 93 masculinas (aumentou 3%) e 727 mistas correspondendo a um aumento de 112%, no período entre 1910 e 1915. Em 1910 deixaram de funcionar 376 escolas e em 1915, o seu número, elevou-se para 623. O número de professores passou de 5.808 (2.777 professores e 3.031 professoras) para 7.350 (3.053 professores e 4.297 professoras) entre 1910 e 1915. Por sua vez, o número de alunos matriculados em 1910 era de 271.830 e em 1915 já era de 342.763.

Na Estatística do Ensino Primário Oficial, referente aos anos lectivos 1909-1910 a 1914-1915, “*os dados publicados acerca do recenseamento escolar foram os que o professorado e as inspecções escolares forneceram*”⁵⁵⁰ e, como este serviço estava deficientemente organizado, abundam de erros e de lacunas lamentáveis sendo, por isso apenas apresentados dados aproximados. Para melhor compreensão e análise foram construídos gráficos que se encontram em anexo⁵⁵¹. A frequência escolar entre 1916 e 1919 diminuiu, sendo apresentada como justificações a “*falta de uma eficaz e bem distribuída assistência escolar*”⁵⁵² e a obrigatoriedade do ensino. A relação entre os alunos recenseados e matriculados, isto é, com frequência regular é de cerca de 30%, logo muitos alunos abandonaram a escola antes do ano lectivo findar. Verificou-se que o número de alunos examinados no 1º e 2º graus teve sempre uma tendência a diminuir. O ritmo do início da Primeira República abrandou, pois, durante os dezasseis anos de

⁵⁴⁸ Este assunto encontra-se desenvolvido no capítulo sobre a demografia.

⁵⁴⁹ BPARPD, *Ensino Primário Oficial*, 1910-1915: 1

⁵⁵⁰ Idem, 1915-1916 a 1918-1919: 4

⁵⁵¹ Ver em anexo, figs.71-74.

⁵⁵² BPARPD, *Ensino Primário Oficial*, 1915-1916 a 1918-1919: 5

governança, criaram-se menos escolas do que as que apareceram em 1911 e, além disso, muitas fecharam. O “*problema foi puramente financeiro*”⁵⁵³.

As taxas de alfabetização aumentaram circunstancialmente à custa de adultos que aprendiam a ler, depois da idade escolar. Há publicações da época sobre a importância do ensino, “*embora nem sempre com todo o discernimento que se exigiria para melhor actuação*”⁵⁵⁴. Defendia-se que a educação deveria ser para o homem apenas pela facto dele existir e não pelo fruto que possa vir a produzir. Os problemas do ensino chegaram à Ditadura. Através de uma revista da especialidade, um professor escreveu um artigo sobre os problemas do analfabetismo nacional enumerando as suas causas como “*a deficiência das nossas escolas do magistério primário; a falta de um inspector escolar com amplas com amplas funções pedagógicas; e uma justa remuneração ao trabalho dos professores*”.⁵⁵⁵

Após 1926, a educação passou por um misto de autoritarismo e nacionalismo, por forma a difundir os novos valores ideológicos, sobrepondo a Nação à Humanidade, enaltecendo-se as virtudes humildes da sociedade agrária e analfabeta, podendo assim ser divulgada a propaganda político-ideológica do novo regime⁵⁵⁶. Os governos da Ditadura Militar extinguiram o ensino primário superior de duas classes complementares e instituíram um pequeno corpo de inspectores, espalhados pelo país, para impor as novas directrizes. Posteriormente, foram abolidas as escolas primárias mistas e as escolas móveis de alfabetização⁵⁵⁷ e impuseram-se novos programas ao ensino primário. Reforçou-se a ideia de que “*o sistema de ensino deve preparar cada um para exercer a sua função, isto é, para ocupar um determinado lugar na estrutura do emprego*”⁵⁵⁸. Em 1931, foram mandadas encerrar as escolas que não tivessem um mínimo de 40-50 alunos e abertos postos escolares chefiados por regentes sem qualificação, mas com registo de idoneidade passado pelo pároco⁵⁵⁹.

Com tudo isto, o Governo poupava em despesas e reduzia a influência ideológica dos professores. Instaurou-se o livro único e moldaram-se as mentalidades com ideias de obediência, ao pai como chefe de família, na escola ao mestre e no Estado

⁵⁵³ Ramos, 1994: 613; Cf. Carvalho, 1986: 656 refere que o problema esteve relacionado com o número insuficiente de escolas primárias, a deficiente preparação pedagógica e científica dos professores e a mísera situação económica.

⁵⁵⁴ Dias, 2004: 212

⁵⁵⁵ Revista *A Escola Primária* de 5 de Outubro de 1932: 133

⁵⁵⁶ Cf. Proença, 1996: 46; Cf. Nóvoa, 1996a: 286

⁵⁵⁷ Cf. Mónica, 1973: 484; Cf. Serrão (coord), 1991a: 530

⁵⁵⁸ Nóvoa, 1996b: 303

⁵⁵⁹ Cf. Reis, 1990: 272

ao Governo. Retrocedeu-se na democratização do ensino que a República procurou encetar, fazendo-se um controlo ideológico e difundindo-se valores autoritários. O Estado Novo tinha ideias claras no que respeita aos objectivos da escola primária, considerando que a educação deveria tornar a grande massa de indivíduos normais, ou quase normais, em unidades úteis ao convívio social de forma a “evitar que degenerassem em causas de entorpecimento ou embaraço para o progresso geral”⁵⁶⁰. O destaque dado pelos republicanos, às virtudes da cidadania e ao pensamento racional foi substituído, durante o Estado Novo, por uma “preocupação com a preparação da mão-de-obra pouco especializada e com o desenvolvimento do que então se designou como a religiosidade natural dos Portugueses”⁵⁶¹.

A escola salazarista foi usada como meio de fixação da população rural, já que o seu princípio básico assentava no saber ler, escrever e contar. Interessava incutir valores de família, de conhecimento da língua materna, dos ideais nacionais e da História nacional, de comportamento moral e cívico, de preparação para a vida laboral e familiar, seguindo os princípios de uma ideologia religiosa e conservadora. As referências morais realçavam a simplicidade e a humildade, criticando os desejos pessoais e as ambições de mudança⁵⁶². Para os sectores mais progressivos, que “sempre se haviam envergonhado com uma taxa tão alta, o analfabetismo era o principal obstáculo ao desenvolvimento do País. Para os salazaristas, porém, era uma virtude”⁵⁶³. O ensino primário procurou vivificar o lugar que cada um ocupava na ordem social, fomentando a coesão moral e o respeito pelas hierarquias vigentes.

Foi com a Implantação da República Portuguesa, que surgiram, nas actas camarárias lagoenses, um número crescente de referências às escolas, professores, alunos e sua frequência às aulas. Segundo a informação recolhida, conseguiu-se saber que o interesse pelo ensino nocturno era crescente por todo o concelho. Ao Governo da República interessava o combate ao analfabetismo destacando-se que a Câmara recebeu um ofício do Presidente da Liga Micaelense da Instrução Pública pedindo “uma relação numérica de todas as crianças deste concelho sujeitas à obrigatoriedade do ensino de Instrução Primária”⁵⁶⁴. E o mesmo remeteu o recibo da quantia com que a comissão

⁵⁶⁰ Mónica, 1973: 485

⁵⁶¹ Idem, 486

⁵⁶² Cf. Nóvoa, 1996b: 303

⁵⁶³ Mónica, 1977: 321

⁵⁶⁴ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Setembro, 30, fls.165v-166v.

concorreu para a manutenção da Escola Móvel Agrícola⁵⁶⁵. De acordo com a regulamentação da Instrução Primária de 29 Março de 1911, competia às Câmaras Municipais criar cursos nocturnos para extinção do analfabetismo, uma vez que terminaram aqueles que foram criados pela Liga Micaelense de Instrução Pública no Rosário e em Santa Cruz. Reconheceu-se a sua falta porque considerou-se “*enorme e vergonhosa a percentagem de analfabetos*”⁵⁶⁶ e para tal, os professores oficiais de tais escolas prestaram-se a reger estes cursos como faziam em Água de Pau e na Ribeira Chã. Resolveu-se então pedir, ao Ministro do Interior, que autorizasse a sua criação sendo por conta do fundo da instrução pública o pagamento dos professores.

Sobre a remodelação da instrução primária, o Inspector do Círculo Escolar de Ponta Delgada⁵⁶⁷ disse serem insuficientes as nove escolas existentes para o avultado número de crianças recenseadas na idade escolar⁵⁶⁸. Reconhecendo a necessidade do desenvolvimento da instrução, concebeu um programa da mais alta importância social e com vantagens económicas. A Comissão ficou a aguardar a promulgação do Código Administrativo em discussão no Parlamento, “*para se tratar sobre bases seguras da remodelação do serviço de instrução primária, tão atrasada, descurada e improfícua neste concelho apesar da importante soma anualmente despendida*”⁵⁶⁹.

O Governador Civil enviou uma circular onde os Ministros do Interior e do Fomento chamavam a atenção sobre a construção de edifícios para Escolas Primárias, sendo a Corporação ou Edilidade responsável pelo material ou de, pelo menos, de metade do dispêndio orçado aceitando propostas e pedidos para as construções que poderiam ser adjudicadas a qualquer entidade idónea, Câmara, Junta de Paróquia ou Comissão Escolar que se habilitasse e responsabilizasse sob o plano e fiscalização do Governo⁵⁷⁰. Apesar das preocupações no combate ao analfabetismo, construindo-se edifícios escolares e apetrechando-os com mobiliário e material escolar, a dificuldade económica impediu, muitas vezes, a realização de tais projectos. Em 1914, a este

⁵⁶⁵ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Julho, 12, fls.12-13v; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Dezembro, 14, fls.44-45; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da 12ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Março, 7, fls.137v-140.

⁵⁶⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1912, Setembro, 28, fls.25v-27v.

⁵⁶⁷ Ver em anexo, fig.75.

⁵⁶⁸ Ver em anexo, figs.76-77.

⁵⁶⁹ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Junho, 29, fls.10-11v.

⁵⁷⁰ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida às Câmaras Municipais*, Livro n.º416, 1913, Março, 25, fl.197 pode ler-se “*assunto de maior interesse público que poderá contribuir para o desenvolvimento da instrução*”; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Abril, 5, fls.57v-58; Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida às Câmaras Municipais*, Livro n.º416, 1913, Abril, 25, fl.207.

propósito, o vereador Artur de Quental Tavares do Canto salientou que a construção de escolas era um assunto que tinha de ser resolvido pela Câmara, sendo para tal necessário fazer economias. Assim, propôs cortes em ordenados e subsídios pagos pela Câmara, para que a verba pudesse ser canalizada para aquele fim⁵⁷¹. Dias depois, o vereador Macedo alvitrou para a construção de duas escolas centrais no Rosário e em Santa Cruz indicando as propriedades e os seus respectivos donos⁵⁷². O Governador Civil enviou um ofício contendo um inquérito sobre o número de escolas primárias que se fundaram desde a proclamação da República, a data da fundação de cada uma delas, o número dessas escolas que se encontravam a funcionar, bem como o número de escolas existentes no concelho, quantas funcionaram e quais os motivos porque não funcionaram as restantes⁵⁷³. Para auxiliar, o Ministério enviou uma verba para a construção e reparos escolares⁵⁷⁴. Por sua vez, os Inspectores das Escolas Móveis solicitaram uma nota das localidades do concelho que não tivessem escolas fixas e carecessem de cursos nocturnos para adultos declarando que, a Câmara se responsabilizava pela instrução⁵⁷⁵. Quando não se construía, procurava-se outra solução, como a apresentada pelo Presidente da Câmara Lagoense quando referiu que, a sala da Escola Oficial do Sexo Feminino do Rosário era muito acanhada tornando-se imprópria “visto que as respectivas alunas se encontram tão juntas e apertadas que certamente é um grande mal para a saúde das mesmas”⁵⁷⁶ sendo, por isso, necessário tomar outra de arrendamento. Sugeriu, para tal, a casa de Manuel Soares do Rego, no Largo Teófilo Braga, que “além de muita luz que a inunda é bastante arejada e espaçosa podendo assim ser aumentada a frequência”⁵⁷⁷. Quanto às novas construções, cujos projectos foram aprovados pelo Governo Civil, tinham de obedecer a “normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que devem obedecer os novos edifícios escolares”⁵⁷⁸. Em 1919, a Comissão Executiva autorizou o presidente a “requerer ao Governo a cedência

⁵⁷¹ Cf. AML, Vereações, Livro n.º 83, Acta da 2ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Janeiro, 7, fls.119v-122v.

⁵⁷² Idem, Acta da 8ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Janeiro, 28, fls.130-131.

⁵⁷³ Cf. BPARPD, FGCDPD, Correspondência expedida Administradores do Concelho, Livro n.º418, 1914, Janeiro, 27, fl.349. Ver em anexo, fig.78.

⁵⁷⁴ Cf. AML, Vereações, Livro n.º 83, Acta da 9ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Fevereiro, 14, fls.131-134.

⁵⁷⁵ Cf. BPARPD, FGCDPD, Correspondência expedida às Câmaras Municipais, Livro n.º416, 1914, Setembro, 17, fl.357.

⁵⁷⁶ AML, Vereações, Livro n.º 83, Acta da reunião da 2ª sessão ordinária em substituição da 7ª reunião de 1914, Maio, 31, fls.151v-153.

⁵⁷⁷ Idem, Acta da reunião da 2ª sessão ordinária em substituição da 7ª reunião de 1914, Maio, 31, fls.151v-153.

⁵⁷⁸ BPARPD, FGCDPD, Correspondência expedida às Câmaras Municipais, Livro n.º416, 1915, Janeiro, 9, fl.370.

a título definitivo da parte do extinto Convento de Santo António desta vila para se lhe fazerem as obras de adaptação para quatro aulas e de instalações em condições de conforto, de ciência e segurança das diferentes repartições públicas”⁵⁷⁹. Em 1925, surgiu a necessidade de se procurar um edifício onde funcionasse a Escola Oficial Primária da Atalhada em virtude de ter sido, por sentença judicial, obrigado o despejo da casa que servia de escola e moradia à respectiva professora. Foram também aceites os preços das “rendas mensais dos edifícios escolares da sede da freguesia de Nossa Senhora do Rosário e do Lugar do Cabouco exigidos pelos senhorios”⁵⁸⁰ sendo também autorizadas as obras para a divisão do primeiro edifício, em duas salas independentes, para servirem separadamente às duas escolas que nele já funcionavam, ficando por, conta do município, as despesas com as obras e a respectiva conservação.

O Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito deliberou sobre a aplicação a dar ao subsídio de 6.000\$00 para a construção de um edifício escolar no povoado da Ribeira Chã⁵⁸¹. Meio ano depois, deliberou-se que se construísse o edifício escolar onde “a falta de uma casa em condições se tem feito sentir e vem obrigando esta comissão a ocupar-se com muito interesse da efectivação deste importantíssimo melhoramento”⁵⁸². Francisco Ferreira da Silva, comerciante em Água de Pau e procurador de Maria dos Santos Medeiros Cabral, ausente nos EUA, no dito lugar possuía um prédio que media 6,96 ares, situado na Rua Direita, tendo sido aceite a sua venda por 6.000\$00. Em Agosto autorizou-se o presidente a convidar o Eng.º Director das Obras Públicas para “levantar a planta e elaborar o projecto e orçamento das obras do edifício escolar que por conta desta Câmara vai ser construído no lugar da Ribeira Chã”⁵⁸³ no terreno adquirido e pago pela Câmara. Constando que, na Fajã de Baixo foi construído um edifício escolar, cumprindo as regras de estética e higiene, decidiu-se pedir ao benemérito Barão de Fonte Bela, o empréstimo da planta para que se pudesse construir, com os mesmos preceitos, o edifício escolar da Ribeira Chã⁵⁸⁴. Em 1931, foi apresentada pelo Presidente da Câmara “a planta para a construção de um edifício escolar no povoado da Ribeira Chã e disse que o terreno para tal fim já há

⁵⁷⁹ AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 26, fls.55-100.

⁵⁸⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1925, Julho, 30, fls.196-198.

⁵⁸¹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1926, Dezembro, 29, fls.6v-8; Cf. BPARPD FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º23, Acta da sessão ordinária de 1926, Dezembro, 10, fls.15-17.

⁵⁸² AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Junho, 4, fls.33-34v.

⁵⁸³ Idem, Acta da sessão ordinária de 1927, Agosto, 20, fls.43-45v; BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º23, Acta da sessão ordinária de 1927, Agosto, 26, fls.182-185 refere que foi encarregado o Eng.º Director das Obras Públicas para elaborar um projecto para a construção de uma escola na Ribeira Chã.

⁵⁸⁴ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Dezembro, 17, fls.69v-71.

muitos anos se acha comprado”⁵⁸⁵. Acrescentou a Escola Mista do Ensino Primário Elementar que havia funcionado no local em edifícios arrendados, impróprios e insalubres para o fim a que se destinavam, e que a Câmara tinha o dever de proporcionar não só a instrução às crianças, mas muito principalmente em edifícios onde estas não encontrassem ambiente que lhes arruinasse a saúde. No ano seguinte, deliberou-se solicitar um subsídio à Junta Geral Autónoma do Distrito para auxiliar as despesas com a referida construção⁵⁸⁶. Em 1933, do Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, foi enviado um ofício comunicando que “*foi concedida a participação do Estado, na importância de 50.000\$00, para obras de construção do edifício escolar da Ribeira Chã*”⁵⁸⁷, porém, em Outubro, foi enviado novo ofício comunicando que, de acordo com a lei, foi anulada tal dotação⁵⁸⁸.

Em plena Ditadura Militar avaliou-se a necessidade de criação de mais espaços escolares. O presidente do município chamou a atenção para o facto de “*ficarem muitas crianças do sexo masculino privadas de admissão nas escolas oficiais das freguesias de Santa Cruz e Água de Pau porque em cada uma delas fica a funcionar duas do sexo feminino e apenas uma do outro sexo, devido à cessação do regimento de caducação e propõe que seja solucionado este importante problema da instrução*”⁵⁸⁹. Pretendeu, então, oficiar o Inspector para que se criasse mais uma escola do sexo masculino, em cada uma daquelas freguesias, dispondo já de um edifício em Santa Cruz e propondo o arrendamento de outro em Água de Pau, prontificando-se, em momento oportuno, a fornecer o mobiliário e o material didáctico necessários.

Em 1928, deliberou-se que, no terreno adquirido pela Câmara confinante com a Avenida Dr. Pereira Ataíde, na freguesia do Rosário, se construísse “*um edifício escolar de quatro aulas para 200 alunos conforme o respectivo projecto que satisfaz a todos os requisitos pedagógicos e higiénicos*”⁵⁹⁰. A Comissão Executiva da Câmara Municipal da Lagoa comunicou à Junta Geral que “*reconhecendo a necessidade de intensificar em todo o concelho o desenvolvimento da instrução, por forma a torná-la possível a todos*

⁵⁸⁵ AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Setembro, 12, fls.92v-95.

⁵⁸⁶ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Julho, 23, fls.161v-163v; Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º32, Acta da sessão ordinária de 1932, Julho, 29, fls.62v-67.

⁵⁸⁷ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º34, Acta da sessão ordinária de 1933, Agosto, 11, fls.2-6v.

⁵⁸⁸ Idem, Livro n.º34, Acta da sessão ordinária de 1933, Outubro, 20, fls.82-91.

⁵⁸⁹ AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Agosto, 20, fls.43-45v.

⁵⁹⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1928, Abril, 21, fls.92-92v; BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º24, Acta da sessão ordinária de 1928, Abril, 27, fls.161-164v pode ler-se: “*O presidente da Junta Geral considerou que as escolas de instrução primária deste distrito se acham, na sua maior parte, instaladas em casas de renda que carecem das mais elementares condições higiénicas e pedagógicas, e escolas há criadas que não funcionam por falta de casa.*”

os que dela queiram aproveitar”⁵⁹¹, deliberou construir um edifício escolar, tendo devidamente aprovado o projecto da mesma escola, que satisfazia todos os requisitos modernamente exigidos para tais construções e que havia iniciado os alicerces respectivos. Mas, como não dispunha dos recursos precisos para levar a cabo um tal empreendimento e por ser uma obra de largo alcance e da maior vantagem para o concelho, solicitou um auxílio pecuniário. Este pedido foi deferido e, caso houvesse disponibilidade financeira, seria atribuído no próprio ano, caso contrário, seria entregue no seguinte. O presidente do município propôs que, ao referido edifício escolar, fosse atribuído o nome de Escola Central do Ensino Primário Elementar Marquês de Jacome Correia, como justa homenagem àquela individualidade, pelos “*relevantes serviços prestados à Instrução Pública a que se tem votado com amor e dedicação promovendo, fomentando e protegendo o Ensino por meio de escolas e missões agrícolas e industriais mantidas por sua iniciativa*”⁵⁹², devendo ser colocada uma lápide na fachada do edifício, se o marquês desse autorização para isso. Solicitou-se à Junta Geral um subsídio de 50.000\$00 para as obras⁵⁹³ tendo sido enviado 25.000\$00 e o restante encaminhado no decorrer do mesmo ano económico⁵⁹⁴. Numa das salas daquele edifício ficou, como preito de gratidão, o retrato do cidadão Marquês de Jacome Correia, que muito se empenhou e muito tempo tirou aos seus afazeres particulares, para se dedicar, com ardor à construção de tal melhoramento. Em 1930, pelo facto do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara da Lagoa ter apresentado um ofício à Junta Geral indicando que o edifício custou ao município muito mais do que havia sido calculado, e por não dispor de fundos precisos para custear a parte final da mesma construção e como a Junta atendeu àquele pedido⁵⁹⁵, decidiu-se que também ficaria bem, na mesma sala, colocar o retrato do Excelentíssimo Conselheiro Doutor Luís Bettencourt de

⁵⁹¹ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º24, Acta da sessão ordinária de 1928, Abril, 27, fls.161-164v.

⁵⁹² AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Abril, 28, fls.92v-93v. Ver em anexo, figs.79-80.

⁵⁹³ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1929, Abril, 6, fls.148-149.

⁵⁹⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1929, Abril, 20, fls.149v-151.

⁵⁹⁵ Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º27, Acta da sessão ordinária de 1930, Janeiro, 17, fls.181-186; Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º28, Acta da sessão ordinária de 1930, Maio, 16, fls.105v-109v refere que a Câmara tem grande interesse que a escola abra no primeiro dia do ano lectivo seguinte, pelo que, solicita a vistoria para ser posta a concurso com brevidade, tal como em Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º29, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 22, fls.2-5v.

Medeiros e Câmara, presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral⁵⁹⁶. A inauguração da escola ocorreu a 6 de Outubro de 1930⁵⁹⁷.

O Governador Civil comunicou que, havendo passado para as Câmaras a administração dos serviços de instrução primária, ficando assim, a cargo da Direcção Geral da Fazenda Pública, até 31 de Dezembro de 1913, a arrecadação de receitas e o pagamento de despesas em conta das ditas Câmaras, as quantias liquidadas pela contabilidade do Ministério de Instrução Pública relativas a Julho e as seguintes seriam mandadas pagar às Câmaras nas tesourarias dos respectivos concelhos⁵⁹⁸. O Inspector do Círculo Escolar de Ponta Delgada pediu informações sobre a verba no orçamento corrente da Câmara para os encargos do curso nocturno, na Escola Mista do Cabouco, cujo pedido havia sido feito na sessão de 1 Novembro 1913 para ter seguimento o processo de criação do mesmo⁵⁹⁹. Mais cursos nocturnos foram criados, em Água de Pau, resolvendo-se “*que se pedisse ao sábio e patriótico Governo da República Portuguesa a criação de mais este curso nocturno naquela freguesia*”⁶⁰⁰. Com a Ditadura Militar verificou-se um novo interesse pela organização escolar. Em 1928, “*a Comissão resolveu visitar as escolas deste Concelho para de vista se inteirar das suas faltas em matéria de mobiliário e material didáctico e das condições das suas instalações a fim de acordo com os senhores professores das referidas escolas, atender com equidade às necessidades mais urgentes das ditas escolas*”⁶⁰¹. O Inspector do Círculo Escolar de Ponta Delgada recomendou que se mandasse fornecer, ao presidente do júri dos exames de 4ª classe do ensino primário elementar, iniciados a 16 Julho no concelho, o material que indicado no seu ofício⁶⁰². Em 1931, a mesma entidade comunicou serem dezanove, os candidatos do concelho propostos para o exame de instrução primária do 2º grau e que se os exames se realizassem na vila, a despesa a

⁵⁹⁶ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Setembro, 12, fls.92v-95; Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º30 Acta da sessão ordinária de 1931, Outubro, 2, fls.167v-173 refere novamente o agradecimento do auxílio pecuniário e a colocação do retrato do presidente da Comissão.

⁵⁹⁷ Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º29, Acta da sessão ordinária de 1930, Outubro, 10, fls.41v-48.

⁵⁹⁸ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Agosto, 16, fls.81v-82v.

⁵⁹⁹ Idem, Acta da 11ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Fevereiro, 28, fls.135v-137v.

⁶⁰⁰ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da 11ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Fevereiro, 28, fls.135v-137v.

⁶⁰¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Fevereiro, 4, fls.79v-81.

⁶⁰² Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Julho, 7, fls.105-107.

fazer aproximava-se de 400\$00. Decidiu-se então que tais exames realizar-se-iam na vila e que a Câmara suportaria a respectiva despesa⁶⁰³.

A edilidade lagoense informou que foi orçada uma verba para mobiliário e material de ensino e existindo escolas onde havia muita falta de carteiras, deliberou-se a abertura de concurso para o fornecimento de trinta e cinco carteiras de sistema Lenoir⁶⁰⁴ “por ser este o mais próprio, aseado e resistente a fim de se dotarem as escolas que delas mais carecem”⁶⁰⁵. Em 1919, resolveu-se completar o mobiliário de todas as escolas e “comprar para distribuir pelas escolas do Concelho os lindos quadros com a História de Portugal e os mapas de Capitão Vitorino Pereira, chamado o ABC da topografia de Portugal”⁶⁰⁶. Por outro lado, decidiu-se que, além das escolas tipo, no Rosário e Santa Cruz, devia-se construir nas outras freguesias, escolas com habitação para os professores. A Câmara tinha também a ideia de estabelecer uma cátedra agrícola e uma escola móvel de rendas e bordados para ajudar as famílias. Em 1923, deliberou-se pedir ao Ministro da Instrução Pública que fosse transferido do Rosário para Santa Cruz, “o curso móvel que ali deixou há um ano de funcionar e criado um outro curso na Freguesia de Água de Pau, deliberando também tomar o compromisso de fornecer os edifícios escolares e de residência das respectivas professoras e bem assim, a iluminação e mobiliário e material didáctico”⁶⁰⁷.

Para apoio aos alunos mais carenciados foi criada a Caixa Económica Escolar. O Professor Oficial de Santa Cruz pediu a anuência da Corporação para inscrever a escola de sua regência como benemérita da referida Caixa, sendo para isso disponibilizada pela Câmara a verba de 6\$000⁶⁰⁸. Em 1913, a pedido do Inspector do Círculo Escolar de Ponta Delgada, para o disposto no Cap. III do Decreto de Instrução Primária de 29 Março de 1911, procedeu-se à nomeação de quatro cavalheiros para constituir no concelho, o Conselho de Assistência Escolar. Foram então nomeados Marcelino do Rego Borges, Luís Eugénio Soares de Macedo, Guilherme Gouveia Fragoso e Francisco

⁶⁰³ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1931, Julho, 4, fls.79v-80v; Cf. BPARPD, FJGDPD, Vereações, Livro n.º32, Acta da sessão ordinária de 1932, Outubro, 7, fls.123-129 pode ler-se: “para pagamento, as folhas de ajudas de custo e transportes dos serviços de exames do segundo grau”, no Concelho da Lagoa.

⁶⁰⁴ Cf. Mogarro, 2010: 106 pode ler-se “A carteira era composta por duas partes, banco e mesa, ligados num pé comum.”

⁶⁰⁵ AML, Vereações, Livro n.º 83, Acta da 7ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1915, Janeiro, 23, fls.186-187v.

⁶⁰⁶ Idem, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1919, Novembro, 20, fls.55-100.

⁶⁰⁷ AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1923, Junho, 6, fls.178-179.

⁶⁰⁸ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Novembro, 2, fls.36v-37.

d'Amaral Almeida⁶⁰⁹. O vogal Macedo apresentou a proposta, atendendo ao número de crianças recenseadas nas três freguesias do concelho, que os munícipes já se encontravam a pagar 30% sobre as contribuições directas para as despesas de instrução e portanto, tinham direito a terem escolas competentes para educarem os filhos, propôs então que fossem *“convertidas em escolas centrais as escolas do sexo masculino e feminino do Rosário, Santa Cruz e Água de Pau conservando-se as escolas mistas existentes. (...) criada uma escola do sexo masculino no Cabouco não obstante haver neste lugar uma escola mista”*⁶¹⁰. Esta proposta foi enviada ao Ministério de Instrução Pública. Em 1924, a Câmara concedeu um donativo *“para a compra de livros e utensílios escolares para uso dos alunos pobres das escolas primárias gerais desta vila regidas pelos professores Urbano Teles Ferreira e João Ferreira da Silva”*⁶¹¹. E em 1928, o presidente disse que foi informado que por causa das *“dificuldades económicas com que presentemente lutam as classes trabalhadoras havia neste concelho muitos pais que pretendiam retirar os filhos das escolas por não poderem comprar-lhes os diversos artigos escolares de que os mesmos carecem”*⁶¹², lembrou então que a Câmara poderia contribuir para que tal não acontecesse, fornecendo os artigos por 2/3 do seu custo. Mandou então vir, directamente do Continente, materiais escolares como papel, lápis de pedra, papel mata-borrão, tinta e livros, para serem fornecidos aos alunos das escolas oficiais. Seria elaborado um inventário, um funcionário da Câmara faria um recibo de acordo com as requisições apresentadas pelos professores, de acordo com as carências por eles verificadas. Para tal seriam abertas, aos seus alunos, conta correntes nas quais seriam lançados os artigos que lhes fossem entregando, com a indicação do preço por eles pago. A Comissão considerou que esta seria uma ideia patriótica e louvável que muito beneficiaria e concorreria para a *“frequência das escolas e desenvolvimento da instrução”*⁶¹³. Por esta meritória e altruísta acção, o Inspector do Círculo Escolar de Ponta Delgada enviou um ofício felicitando a *“Comissão Administrativa pelo voto de louvor que lhe foi concedido pelo Governo da República, publicado no Diário do Governo de 7 do corrente, pelos serviços que esta corporação tem prestado à instrução primária”*⁶¹⁴.

⁶⁰⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Setembro, 13, fls.86-87v.

⁶¹⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Novembro, 15, fls.100v-102v.

⁶¹¹ Idem, Livro n.º 97, Acta da sessão ordinária de 1924, Abril, 26, fls.187v-188.

⁶¹² Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Novembro, 10, fls.124-126v.

⁶¹³ AML, Vereações, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Novembro, 10, fls.124-126v.

⁶¹⁴ Idem, Acta da sessão ordinária de 1929, Março, 23, fls.146v-147v.

Para facilitar esta ajuda a prestar às famílias dos alunos mais carenciados, deliberou-se pedir à Direcção da Alfândega de Ponta Delgada a “isenção do imposto municipal de 3 caixas com material didáctico destinado às escolas deste concelho”⁶¹⁵ que lá se encontrava a despacho. Em 1932 considerou-se que, no ano lectivo anterior não se havia renovado o stock faltando, por isso, muitos dos principais artigos escolares. Para que tal não voltasse a acontecer, a Comissão apresentou a proposta de criação de caixas escolares em todas as escolas do concelho, fornecendo a Câmara a cada uma, o capital de 1.000\$00, de forma a estarem todas a funcionar no mês Outubro, aquando do arranque do ano escolar. Excluiu-se desta proposta as turmas que funcionavam no edifício escolar denominado Escola Marquês de Jacome Correia, por este mesmo titular ter já fornecido o capital que habilitava os professores respectivos à montagem de uma caixa⁶¹⁶. No ano lectivo seguinte criaram-se as referidas caixas escolares em todos os estabelecimentos de ensino do concelho⁶¹⁷.

O interesse de particulares pelo ensino, além do benemérito, Marquês de Jacome Correia, efectuou-se por António Inácio Vieira, comerciante da freguesia de Água de Pau que “reconhecendo a instante necessidade que há da criação de mais uma escola de ensino primário geral, na referida freguesia pretende como partidário que é do desenvolvimento do ensino primário, e conseqüentemente do seu alargamento, construir ou reconstruir um prédio e oferecê-lo ao Governo para tal fim”⁶¹⁸. Reconhecendo que o prédio que poderia satisfazer todas as condições necessárias seria aquele onde foi a Câmara Municipal do extinto concelho de Água de Pau⁶¹⁹, pediu que fosse cedido, pelo preço que se julgasse conveniente. Este mesmo edifício, em 1931, adquiriu o nome de Escola D. Leonor Octávia Vieira para perpetuar o nome “de quem na vida soube compreender e pôr em prática honestamente, as virtudes do Trabalho, da Bondade e do Ensino”⁶²⁰, sendo esta a Professora Oficial da Escola do Ensino Primário Elementar do Sexo Feminino cuja morte tão prematura e tão inesperada, deixou na maior consternação toda a população daquela importante freguesia, e por este

⁶¹⁵ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Julho, 19, fls.17-17v.

⁶¹⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1932, Novembro, 15, fls.182v-185.

⁶¹⁷ Cf. BPARPD, FJGDPD, Vereações, Livro n.º34, Acta da sessão ordinária de 1933, Dezembro, 2, fls.163-170 pode ler-se: “enviando, para aprovação, um projecto de uns estatutos da Caixa Económica da Escola Oficial do sexo feminino da freguesia do Rosário do concelho da Lagoa, que considerava em condições de serem aprovados”.

⁶¹⁸ AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1922, Março, 11, fls.158-160; Cf. AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da sessão extraordinária de 1922, Agosto, 2, fls.165-167 refere a continuidade do processo de aquisição e remodelação do edifício.

⁶¹⁹ Ver em anexo, fig.81.

⁶²⁰ AML, Vereações, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1931, Novembro, 28, fls.11v-113v.

melhoramento se dever à sua influência pois foi o seu irmão o benemérito cidadão, António Inácio Vieira⁶²¹ que, a pedido dela, comprou à Câmara as ditas ruínas e do seu bolso mandou edificar a escola. Porém, após aprovação da Junta Geral, foi enviado o pedido ao Inspector Escolar que, considerando o disposto no decreto nº20.573 de 27 de Novembro de 1931, reservou para o Governo a faculdade de dar denominações a escolas. Deste modo, não foi atendido o pedido da Junta de Freguesia de Água de Pau⁶²².

Um outro caso de filantropia chegou através de um requerimento dirigido por José Machado Silveira, comerciante de Água de Pau, dizendo que pretendia “*construir um edifício escolar no lugar da Ribeira Chã, da freguesia de Água de Pau deste concelho, para oportunamente o doar à Junta Geral deste distrito*”⁶²³ pedindo licença para a referida construção em terreno da Câmara.

Para o provimento do lugar de professor, por norma, era aberto concurso. A selecção era feita através da classificação de curso atribuído pela Escola Normal que frequentou e a exclusão poderia advir da não apresentação dos documentos solicitados para a referida candidatura⁶²⁴. Posteriormente, os processos eram enviados à Junta Geral para que deles tomasse conhecimento⁶²⁵. Competindo a esta entidade a nomeação da directora da escola, embora nalguns casos a proposta fosse feita, previamente, pela Câmara Municipal da Lagoa⁶²⁶. Por sua vez, o Inspector Escolar do Ponta Delgada dava a conhecer à Junta Geral as nomeações dos professores para provimentos das vagas que iam surgindo e para as quais foram abrindo concurso público⁶²⁷.

⁶²¹ Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º31, Acta da sessão ordinária de 1932, Janeiro, 30, fls.76v-83 refere que tendo sido oferecido ao Governo da República Portuguesa, por António Inácio Vieira, um edifício para o funcionamento da escola do sexo feminino nº2, de Água de Pau, sendo um grande benefício a bem da Instrução Primária, resolveu a corporação, em virtude do falecimento prematuro da professora por ele indicada para a regência da referida escola, dar a devida autorização para que a escola passe a denominar-se Escola Leonor Vieira.

⁶²² Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º31, Acta da sessão ordinária de 1932, Março, 25, fls.128v-132v.

⁶²³ AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1930, Janeiro, 2, fls.182v-184.

⁶²⁴ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Dezembro, 27, fls.110v-112; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da 2ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Janeiro, 7, fls.119v-122v; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão extraordinária de 1915, Junho, 7, fls.197v-199v refere a listagem dos candidatos, documentação apresentada e a selecção feita por escrutínio secreto para o provimento de dois lugares de professores na Escola do Sexo Feminino de Santa Cruz; AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da 2ª sessão ordinária de 1917, Novembro, 3, fls.45v-52.

⁶²⁵ Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º29, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 29, fls.5v-15.

⁶²⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Outubro, 3, fls.31v-41.

⁶²⁷ Idem, Livro n.º34, Acta da sessão ordinária de 1933, Setembro, 22, fls.36v-42v.

A relação da Câmara Municipal da Lagoa com o corpo docente ao seu encargo nem sempre foi das melhores. Em 1911, a edilidade apresentou ao Director do Círculo Escolar de Ponta Delgada elogios ao professorado lagoense alegando que eram *“professoras dignas de elogiosas referências e merecidos louvores pela sua comprovada ilustração e competência aliadas à assiduidade e grande soma de trabalho e amor pelo desenvolvimento dos seus discípulos”*⁶²⁸. Contudo, de entre tanta responsabilidade e profissionalismo, o objectivo de tal destaque recaía na queixa contra aqueles que não cumpriam as suas obrigações pois no seu entender, *“penoso é confessá-lo, não poder atribuir tão apreciáveis qualidades ao professorado em geral”*⁶²⁹. Solicita uma visita às escolas, pois assim a entidade tutelar facilmente descobriria sobre quem eram feitas tais queixumes de incumprimento profissional. Como resposta, o Subinspector do Círculo Escolar de Ponta Delgada disse que não podia visitar as escolas sem autorização do Governo, indo então proceder ao respectivo pedido. *“Contudo, enviou ao respectivo professorado uma circular ordenando-lhe o rigoroso cumprimento dos seus deveres profissionais e fazendo-lhe sentir que, na repetição de quaisquer abusos procederá contra aqueles que delinquirem.”*⁶³⁰ Dias depois, surgiu na Câmara vários ofícios das professoras oficiais das escolas lagoenses a pedir que as informasse de que *“natureza são as faltas dos seus deveres profissionais de que foram acusadas, ao Sr. Inspector do Círculo Escolar de Ponta Delgada por esta mesma Comissão, pois não lhes arguindo a consciência, desejam justificar-se perante aquele seu superior hierárquico”*⁶³¹. Ainda sobre a falta de profissionalismo, a Câmara alegou não ter cooperação por parte de alguns docentes para saber quais os alunos em idade escolar inscritos e não matriculados pois as professoras não davam garantia de confiança, seriedade, respeito, decência, moralidade e competência que os pais das crianças

⁶²⁸ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Janeiro, 7, fls.120-121.

⁶²⁹ *Idem*, Acta da sessão ordinária de 1911, Janeiro, 7, fls.120-121. Onde se pode ler ainda: *“Nutre esta Comissão pela prestimosa classe do professorado (principais e incansáveis obreiros da civilização) todo o respeito e admiração de que é digna; contudo reconhece que nela como em outras, há sempre quem se desvie do caminho do dever e das suas obrigações. Infelizmente existe neste concelho este mal e uma ou mais visitas do senhor Subinspector às escolas bastariam para o pôr claramente ao facto deste e empregar os meios de o remediar, dispensando esta Comissão de nomear as professoras sobre que recaem as queixas que constantemente o público faz.”*

⁶³⁰ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Fevereiro, 4, fls.125-126; Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida aos Administradores do Concelho*, Livro n.º414, 1911, Julho, 14, fl.12 o Governador Civil refere que lhe pareceu que o Inspector procedeu sem parcialidade e convida-o a comparecer no Governo Civil para se certificar da forma correcta como procedeu.

⁶³¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Janeiro, 11, fls.126-127.

exigiam e, por isso, preferiam pagar a professoras particulares ou deixarem essas crianças mergulhadas no analfabetismo⁶³².

Importa salientar que a Câmara controlava o corpo docente do concelho, recebendo notas mensais da sua assiduidade⁶³³. Aliás, quando o professor se encontrava impossibilitado de trabalhar, era obrigado a comunicar o facto e a comprová-lo com atestado médico⁶³⁴. Um caso particular correspondeu ao Professor Oficial da Escola do Sexo Masculino do Rosário, que apresentou licença de 90 dias por estar doente. Por tal motivo, a escola encontrava-se fechada e sendo a única daquele sexo “na mais importante e populosa freguesia do concelho”⁶³⁵ estava causando graves prejuízos na instrução. Como a saúde do docente e a sua avançada idade levavam a crer que, terminada a licença, ainda não estivesse em condições da escola funcionar, a Câmara deliberou nomear interinamente um substituto e que se tratasse da aposentação do referido professor. Outro caso foi apresentado pelo presidente da Junta Delegada de Sanidade Escolar no distrito, “devolvendo o requerimento e documentos apresentados pela professora oficial da escola da freguesia do Rosário, lugar da Atalhada, concelho da Lagoa, D^a Maria de Lurdes Vieira”⁶³⁶, com a confirmação de que aquela professora necessitava efectivamente, por estar doente, de uma licença de 53 dias. Outro foi apresentado pelo Inspector Escolar enviando um requerimento do professor Urbano Teles Ferreira, da freguesia de Sta Cruz pedindo licença de 10 dias, por motivo de doença⁶³⁷. Em 1933, o Inspector Escolar, informou que colocou na “Escola do Sexo Masculino de Água de Pau, a professora do quadro auxiliar, D^a Alexandrina Lopes em

⁶³² Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Novembro, 4, fls.172-173v pode ler-se: “Dessas professoras que tão mal cumprem a sua missão e indecentemente se comportam perante a sociedade, já num inquérito (...) ficaram os seus nomes estampados com o estendal de misérias por elas praticado...”.

⁶³³ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida Administradores do Concelho*, Livro n.º411, 1911, Maio, 29, fls.30v-31 apresenta uma resposta a ofício anteriormente enviado sobre as faltas dos professores de instrução primária e solicita factos concretos para serem analisados porque é que “os professores descoraram o cumprimento dos seus deveres” devendo também ser enviada uma lista de testemunhas; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Agosto, 16, fls.81v-82v.

⁶³⁴ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da 2ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Janeiro, 7, fls.119v-122v pode ler-se: *comunicando que por incómodos de saúde não dá aulas desde aquele dia*”.

⁶³⁵ Idem, Livro n.º 97, Acta da 1ª reunião da 4ª sessão ordinária de 1915, Novembro, 3, fls.10-11v; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da 8ª reunião da 4ª sessão ordinária de 1915, Novembro, 27, fls.15-15v refere um caso semelhante sobre o curso nocturno móvel.

⁶³⁶ BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º28, Acta da sessão ordinária de 1930, Julho, 4, fls.164v-169. Ver em anexo, fig.82.

⁶³⁷ Idem, Livro n.º30, Acta da sessão ordinária de 1931, Março, 27, fls.3-8v.

substituição da professora D^a Maria de Lurdes Medeiros a quem foram concedidos 30 dias de licença”⁶³⁸.

Os ofícios enviados pelos professores eram muito frequentes, principalmente, após a Implantação da República Portuguesa, quando aumentou a frequência escolar⁶³⁹. Os professores solicitavam a abertura de cursos nocturnos, “*se por este município forem subsidiados*”⁶⁴⁰. Mas a frequência às aulas era irregular, pois em locais como Santa Cruz e Atalhada “*não têm correspondido ao fim a que foram criados, visto que, tendo estes iniciado o ensino com uma boa frequência foi ela depois diminuindo de tal sorte que em meio do período escolar estão estes cursos abandonados quase por completo*”⁶⁴¹. Noutros locais, como Água de Pau, a frequência escolar era de cerca de 30 alunos por curso, chegando o sucesso ao ponto de a professora indicar que ia “*propor dois a exame de 1^o grau na próxima época*”⁶⁴². A preocupação com a assiduidade como forma de aumentar a instrução primária da população local verificou-se num ofício do Inspector do Círculo Escolar pedindo que lhe fosse “*enviada uma nota numérica de todas as crianças em idade escolar recenseadas neste concelho, com indicação do sexo, idade e freguesia*”⁶⁴³. Um caso singular ocorreu no Cabouco, onde funcionava uma escola mista que não satisfazia por completo as necessidades de instrução, por a população daquele local ser quase toda analfabeta e em circunstâncias pecuniárias restritas e apertadas, sendo obrigados quotidianamente aos serviços agrícolas, e por isso, só um limitado número de chefes de família enviam os seus filhos à escola oficial. “*Não se pode atribuir esta ausência da referida escola à falta de amor pela instrução, porque funcionando naquele lugar uma escola nocturna, seria sem dúvida utilizada por bom número daqueles que, devido aos seus afazeres, não podem frequentar a escola diurna.*”⁶⁴⁴ A professora local, para contribuir para a solução deste problema, prestou-se a reger o curso nocturno, por igual remuneração às que davam os mesmos cursos em Água de Pau e Ribeira Chã, pois considerava que “*este*

⁶³⁸ Idem, Livro n.º32, Acta da sessão ordinária de 1932, Maio, 5, fls.91-97v.

⁶³⁹ *O Século* de 23 de Agosto de 1932 num artigo sobre a Instrução Primária nos Açores refere que no Concelho da Lagoa, em 1920, havia 357 crianças matriculadas e em 1932, 667.

⁶⁴⁰ AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Dezembro, 17, fls.115-116v.

⁶⁴¹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Abril, 8, fls.141-142.

⁶⁴² Idem, Acta da sessão ordinária de 1911, Maio, 6, fls.145-146v. Ver em anexo, fig.83.

⁶⁴³ BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida às Câmaras Municipais*, Livro n.º416, 1911, Setembro, 22, fls.38 refere o envio de tal listagem indicando que: “*Quando os pais aleguem contra a frequência de uma determinada escola, alguns dos motivos (...) o mais conveniente será V. Ex.ª passar às crianças seguintes as inscrição do recenseamento escolar.*”; AML, *Vereações*, Livro n.º 91, “Acta da sessão ordinária de 1911, Dezembro, 23, fls.182v-183v”.

⁶⁴⁴ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Novembro, 1, fls.97v-98v.

melhoramento no lugar do Cabouco vai ser um poderoso e certo elemento para restringir o analfabetismo que vergonha é confessar, poucos são os que a esse vergonhoso número não pertencem”⁶⁴⁵. Defendia-se a ideia que um povo sem instrução era um povo morto e desacreditado, que não podia progredir nem ter iniciativas. “*Na certeza de que o patriótico e sábio Governo da República cooperará para este benefício de urgente necessidade, espera que ele não demorará a sua aprovação*”⁶⁴⁶. Outro caso foi apresentado pelo Professor Oficial do Sexo Masculino de Santa Cruz, propondo, como meio de estimular e promover a frequência escolar, que “*a comissão fizesse um fornecimento de 50 bibos para uso dos alunos nas horas lectivas e de colecções de 24 livros de cada matéria e para cada classe, assim como, de papel, tinta, giz, lápis, etc a fim de os ceder gratuitamente ou de os vender com desconto de 50% por serem quase todos os seus alunos, filhos de pais pobres que com grande sacrifício os mantêm na escola quando não os desviam para os serviços agrícolas*”⁶⁴⁷. Considerou ainda que este benefício deveria ser extensível a outras escolas pois apresentavam os mesmos problemas.

Ao longo do período em estudo, os professores fizeram ainda outras solicitações à Câmara, como a comparticipação para o pagamento de despesas, “*a instalação e iluminação da sala*”⁶⁴⁸ ou ainda o fornecimento do “*respectivo mobiliário, material de ensino e iluminação*”⁶⁴⁹. Sobre a requisição da iluminação havia inúmeras referências por causa dos referidos cursos nocturnos⁶⁵⁰. Outro tipo de despesa que era pago pela Câmara era os custos com as comemorações dos aniversários da República⁶⁵¹. Os professores comunicavam também relações de alunos, frequência escolar, listas de

⁶⁴⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Novembro, 1, fls.97v-98v.

⁶⁴⁶ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Novembro, 1, fls.97v-98v.

⁶⁴⁷ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1928, Março, 17, fls.85v-86.

⁶⁴⁸ Idem, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Dezembro, 31, fls.117v-118v. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Novembro, 15, fls.100v-102v refere uma requisição de material e mobiliário por aquele que se encontra na escola estar em estado deplorável.

⁶⁴⁹ Idem, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1910, Dezembro, 31, fls.117v-118v; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Junho, 4, fls.33-34v refere a requisição de material didáctico, reparos no mobiliário e nova fechadura para porta da entrada; AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Junho, 25, fls.36v-37v refere o pedido de material didáctico por parte do professor oficial da freguesia do Rosário.

⁶⁵⁰ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Julho, 12, fls.12-13v.

⁶⁵¹ Idem, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Outubro, 21, fls.169-170v pode ler-se: “*remetendo a conta com as despesas feitas com os seus alunos no dia dos festejos da comemoração do primeiro aniversário da República Portuguesa*”; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1911, Dezembro, 30, fls.183v-184v; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da 5ª reunião da 2ª sessão ordinária de 1914, Abril, 18, fls.142-145v refere que a professora solicita que a Câmara pague as despesas dos uniformes para os alunos que participaram nas festas da Proclamação da República.

propostos para exames e lista de alunos que não se matriculavam, de acordo com o recenseamento escolar⁶⁵². Em 1913, o Professor Oficial da Escola do Sexo Masculino de Santa Cruz comunicou que, pelo facto de ter recebido mobiliário novo, punha à disposição da Câmara treze bancos mesas que lhe eram inúteis⁶⁵³. Em 1927, num ofício de 14 Setembro, a Professora da Escola Oficial Feminina do Rosário requisitou “*mapas de Portugal Continental falante, de Portugal Insular, de Portugal Ultramarino, gerais da América, Ásia, África e Oceânia, de pesos e medidas*”⁶⁵⁴. Por sua vez, a Professora Interina da Escola do Ensino Primário Elementar de Santa Cruz enviou uma requisição de material didáctico para o ensino da Geometria e da História⁶⁵⁵. Em 1932, o Professor Director da Escola Oficial do Sexo Masculino do Rosário requisitou “*nove carteiras de dois lugares cada para a referida escola e a colocação de portas na frente dos nichos destinados aos lunchs e ainda mais duas batas para o contínuo daquele edifício escolar*”⁶⁵⁶. Diferentes professores fizeram requisição de diferente mobiliário como bancos mesas, substituição de bancos mesas por outros mais baixos⁶⁵⁷, carteiras de dois lugares e, para satisfação de tais pedidos, foi deliberado pela Comissão “*fornecer a cada uma das escolas oficiais deste concelho, as carteiras que faltarem para perfazerem o total de 21, visto ser este o número suficiente para 42 alunos que já excede a lotação legal de cada escola*”⁶⁵⁸. A Professora do primeiro lugar da Escola do Sexo Feminino de Santa Cruz solicitou autorização para comprar uma pequena bandeira nacional e uma campanha necessárias na escola da sua regência⁶⁵⁹. Através de ofícios chegou a “*requisição do material didáctico e utensílios necessários*”⁶⁶⁰ e solicitação de “*um metro articulado e uma cadeia de agrimensor*”⁶⁶¹.

Também as mais variadas reparações nos edifícios escolares eram da responsabilidade camarária. Os professores enviavam ofícios comunicando o “*mau*

⁶⁵² Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Maio, 24, fls.65v-66v; Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Novembro, 15, fls.100v-102v; Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho*, Livro n.º 414, 1912, Agosto, 9, fl.405 sobre os recenseamentos escolares refere que a sua organização é da competência das Juntas de Paróquia estando à venda os impressos na Papelaria Micaelense.

⁶⁵³ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Junho, 7, fls.67-68v.

⁶⁵⁴ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Setembro, 17, fls.48v-49.

⁶⁵⁵ Idem, Acta da sessão ordinária de 1927, Novembro, 12, fls.63-65.

⁶⁵⁶ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Abril, 30, fls.145v-146v.

⁶⁵⁷ Idem, Acta da sessão ordinária de 1932, Outubro, 1, fls.175-175v.

⁶⁵⁸ AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Outubro, 25, fls.178v-180.

⁶⁵⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1932, Novembro, 8, fls.180v-182v.

⁶⁶⁰ Idem, Livro n.º 76, Acta da sessão ordinária de 1933, Outubro, 31, fls.9-10.

⁶⁶¹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1933, Dezembro, 12, fls.17v-19.

estado de parte do tecto da escola”⁶⁶², a necessidade de reparação das retretes⁶⁶³ ou ainda a preparação de um quarto contíguo da escola para servir na mudança de vestuário dos alunos⁶⁶⁴. A professora oficial da Escola Mista do Cabouco comunicou que se encontrava a leccionar na casa da sua residência, na sala do curso nocturno, porque na escola não podia dar aulas devido ao mau estado de conservação podendo pôr em prejuízo a sua saúde e a dos seus alunos⁶⁶⁵. Outro ofício chegou da Professora Oficial do Ensino Primário Elementar de Santa Cruz comunicando que “*o tecto do quarto adjacente à retrete da escola a seu cargo necessita de ser reparado por estar em ruínas*”⁶⁶⁶. Ou ainda a Professora do Ensino Primário Elementar do Lugar da Atalhada envia ofício instando pelo conserto do relógio que fazia parte do mobiliário da sua escola⁶⁶⁷. Outros ainda pediam que fossem ordenados reparos no mobiliário da escola e em parte do material didáctico⁶⁶⁸, comunicavam que as salas das ditas escolas se encontravam “*carecidas de reparações*”⁶⁶⁹, ou ainda que fosse feita a cedência e a transformação do claustro do edifício do extinto convento de Santo António, onde a escola se achava instalada, “*para, de harmonia com as respectivas leis do ensino, servir de recreio às crianças*”⁶⁷⁰.

Além dos alunos, do edifício escolar e seu recheio, as habitações dos professores eram também da responsabilidade municipal. Deste modo, os professores comunicavam qualquer problema que ocorresse como o facto de a casa em que se encontram estar “*em deplorável estado de conservação*”⁶⁷¹ ou ainda “*faltando condições de higiene*”⁶⁷². Também os senhorios informavam de alguma alteração contratual como a rescisão do contrato⁶⁷³. A título de exemplo, Jacinto Inácio de Sousa Brandão, dono da casa onde

⁶⁶² Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Maio, 25, fls.4-5v.

⁶⁶³ Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Setembro, 14, fls.23-24v; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Abril, 12, fls.58-59v; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Outubro, 29, fls.53v-60v num ofício do subinspector de saúde é comunicado que foi à Escola de Ensino Primário da Atalhada “*para verificar o estado da sua retrete que encontrou em tão más condições que se viu obrigado a encerrar a referida escola*”.

⁶⁶⁴ Idem, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1912, Outubro, 12, fls.33-34.

⁶⁶⁵ Idem, Acta da 10ª reunião da 1ª sessão ordinária de 1914, Fevereiro, 21, fls.134-135v.

⁶⁶⁶ Idem, Livro n.º 99, Acta da sessão ordinária de 1927, Dezembro, 17, fls.69v-71.

⁶⁶⁷ Idem, Acta da sessão ordinária de 1928, Outubro, 13, fls.119-121.

⁶⁶⁸ Idem, Acta da sessão ordinária de 1929, Março, 2, fls.145-145v.

⁶⁶⁹ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Outubro, 11, fls.36-36v.

⁶⁷⁰ Idem, Acta da sessão ordinária de 1931, Setembro, 12, fls.92v-95.

⁶⁷¹ AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Setembro, 13, fls.86-88v.

⁶⁷² Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Outubro, 13, fls.95-96.

⁶⁷³ Idem, Acta da sessão ordinária de 1913, Novembro, 15, fls.100v-102v, Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Novembro, 29, fls.104-106, Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Dezembro, 27, fls.110v-112.

residia o professor oficial da Escola do Sexo Masculino de Santa Cruz, declarou que não mandava fazer os reparos necessários na aludida casa e por não lhe convir, dava por rescindido o contrato⁶⁷⁴. Em 1932, o Professor Laureano Lopes Tavares, em nome do professorado apresentou uma reclamação por “*se não achar actualizada a quantia votada para pagamento do subsídio de residência dos professores, esperando e pedindo que a mesma quantia seja elevada como já alguns municípios do continente o têm feito*”⁶⁷⁵. Ora o Vice-presidente da Câmara reconheceu a justiça da reclamação mas, as condições financeiras não lhe permitiam fazer qualquer aumento.

A falta de professores a leccionar no concelho era outro problema que se destacou ao analisar as actas das vereações da Câmara Municipal da Lagoa. A título de exemplo, a professora oficial da Escola do Sexo Feminino de Santa Cruz, D^a Maria Hortênsia Tavares Rebelo propôs a criação de um segundo lugar da referida escola, de acordo com o art.º1º do decreto regulamentar nº153 de 29 Setembro de 1913 visto a frequência escolar exceder a mais de 40 alunos. Como resposta a edilidade entendeu que “*sendo ponderada por esta Câmara a insuficiência e exiguidade do número de professores neste concelho que acusa uma enorme e vergonhosa percentagem de analfabetos e considerando que não tendo sido possível mandar-se encerrar algumas escolas particulares cujas regentes não estão devidamente habilitadas porque apenas há nesta freguesia uma escola oficial para cada sexo, freguesia que tem uma população de facto superior a três mil almas. Considerando aos sábios e patrióticos Governos do actual regime se tem altamente empenhado no desenvolvimento da Instrução e cumprindo aos municípios acompanhá-lo nesta cruzada a mais importante para o engrandecimento deste país que só poderá progredir e despertar do letargo em que jaz se for aniquilada a sua mais terrível enfermidade, o analfabetismo*”⁶⁷⁶. Assim, foi aprovada tal proposta da professora pelos benefícios prestados aos alunos e por ser uma melhoria de importante utilidade pública para Santa Cruz. Em 1915, surgiram pedidos semelhantes para a Atalhada e Água de Pau⁶⁷⁷. Mas, a edilidade também se encontrava atenta a tal carência pois solicitou à Comissão Administrativa da Junta Geral a criação

⁶⁷⁴ Idem, Acta da 5ª reunião da 2ª sessão ordinária de 1915, Abril, 17, fls.194-195.

⁶⁷⁵ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1932, Janeiro, 30, fls.126v-128.

⁶⁷⁶ AML, Vereações, Livro n.º 83, Acta da 8ª reunião da 2ª sessão ordinária de 1914, Abril, 29, fls.146v-149v; Cf. AML, Vereações, Livro n.º 83, Acta da reunião da 2ª sessão ordinária em substituição da 7ª reunião de 1914, Maio, 31, fls.151v-153 refere a necessidade da criação de mais um lugar de professor em Água de Pau em virtude do crescente número de alunos que pediram a sua admissão.

⁶⁷⁷ Cf. AML, Vereações, Livro n.º 97, Acta da 6ª reunião da 3ª sessão ordinária de 1915, Agosto, 21, fls.6-7.

de um segundo lugar na Escola do Sexo Masculino do Rosário que deveria “*funcionar na segunda sala do edifício escolar que está sendo construído na dita freguesia*”⁶⁷⁸ faltando-lhe apenas parte do mobiliário que se encontrava em construção, visto “*aquela freguesia necessitar demais esse lugar como se prova pela actual frequência e pelo número de crianças recenseadas*”⁶⁷⁹. Posteriormente, em Agosto, o Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral Autónoma do Distrito de Ponta Delgada comunicou a criação do referido lugar após o envio do processo pela Inspeção Escolar⁶⁸⁰.

Cabia também à Câmara contribuir para os níveis de ensino que não existissem no concelho. Destacou-se a despesa com o Liceu Central de Ponta Delgada⁶⁸¹ aquando da sua mudança para o palácio do Barão de Fonte Bela e verba para bolsas de estudo universitário⁶⁸².

A Instrução Primária, como se pode verificar, foi dos assuntos mais discutidos nas reuniões camarárias, uma vez que a tutela reclamou conhecimento e intervenção na organização dos espaços escolares, habitação dos docentes, contratação dos mesmos, assiduidade dos alunos, bem como o sucesso destes como combate ao analfabetismo local e nacional. Valorizava-se o Homem, sobretudo, pela educação que possuía, porque só ela seria capaz de desenvolver de forma harmoniosa as suas faculdades, de maneira a se elevarem ao máximo em proveito dele e dos outros. Contudo, apesar de todo este esforço, os índices de analfabetismo na Lagoa mantiveram-se muito elevados.

⁶⁷⁸ Idem, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Julho, 26, fls.17v-18.

⁶⁷⁹ Idem, Acta da sessão ordinária de 1930, Julho, 26, fls.17v-18.

⁶⁸⁰ Cf. BPARPD, FJGDPD, *Vereações*, Livro n.º29, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 22, fls.2-5v; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 88, Acta da sessão ordinária de 1930, Agosto, 30, fls.22-29.

⁶⁸¹ Cf. BPARPD, FGCDPD, *Correspondência expedida às Câmaras Municipais*, Livro n.º416, 1912, Janeiro, 23, fl.84; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1912, Janeiro, 27, fls.186v-188 pode ler-se “*comunicando que é de 139\$450 reis insulanos (...) proveniente do aumento da despesa que resultou da elevação a Central o Liceu Nacional desta cidade.*”; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 83, Acta da sessão ordinária de 1913, Maio, 24, fls.65v-66v pode ler-se que o Presidente da Academia do Liceu Central de Ponta Delgada pediu um auxílio pecuniário para a instalação de um laboratório para o estudo de química e para o qual a Câmara Municipal da Lagoa contribuiu; Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 97, Acta da sessão ordinária de 1922, Abril, 29, fls.163-164 refere o pedido de apreciação da venda de dependências do Paço dispensáveis para a instalação do Liceu.

⁶⁸² Cf. AML, *Vereações*, Livro n.º 91, Acta da sessão ordinária de 1912, Janeiro, 27, fls.186v-188 pode ler-se “*estudante na Faculdade de Ciências na Universidade de Lisboa fosse concedido pelo cofre deste município uma pensão de estudo, alegando as minhas circunstâncias (...) que são insuficientes para arcar com as respectivas despesas*”.

5. CONCLUSÃO

No período republicano, o concelho da Lagoa conheceu uma franca expansão, fruto de novos ventos e de novos tempos que procuravam contagiar tudo e todos com ideias de progresso, modernização e alfabetização possíveis, numa época de afirmação do republicanismo. Inicialmente verificou-se, tal como era de esperar, que as estruturas funcionais se mantivessem mais tempo pois toda a mudança requer um período de reflexão, de organização e de adaptação às novas regras.

Os ideais republicanos reflectiram-se em acções da edilidade como claros exemplos de desenvolvimentos na melhoria das condições de higiene e na saúde, na criação de infraestruturas para garantir uma vida com mais conforto (abastecimento de água, iluminação pública) bem como na limpeza e construção de estradas, criação de espaços públicos com vista ao lazer, garantia da edificação de escolas suficientes para alfabetização de crianças e adultos e ajardinamento de praças que, neste enquadramento, reflectiam uma estratégia urbana, cujo embelezamento servia para consolidar a centralidade geográfica com qualidade, ordem, organização e afirmação estética da vila. Notou-se ainda uma tentativa de organização de processos e estruturas educativas, sempre com o intuito de alfabetização do povo, de forma a instruí-lo de acordo com a modernização desejada essencialmente pelos governantes centrais e locais.

Apesar de toda a ambição e dinamismo lagoense, muitas foram as dificuldades sentidas e experienciadas, resultantes do reflexo dos ventos nacionais e do poder central. Notou-se profundamente que os primeiros anos de governação republicana foram os mais auspiciosos e enérgicos. Contudo, com o início da Primeira Guerra Mundial e a participação portuguesa no conflito, as verbas começaram a escassear e as receitas disponíveis serviam para garantir as necessidades fundamentais de abastecimento, como a segurança e sobrevivência da população. Finda a contenda, as dívidas públicas, a desvalorização da moeda e a falta de investimento pararam os sonhos iniciais e passou-se a moderar os investimentos públicos, num processo que iria conduzir à Ditadura Militar. Neste sentido, se a Lagoa ficou aquém dos sonhos e das ambições de progresso republicanas, este estudo de caso reflecte, em particular, a situação nacional: a instabilidade política e económica, que limitou em muito os projectos idealizados pela Primeira República portuguesa, que levaria a um outro rumo da história nacional e regional, por via de um regime ditatorial formalizado em 1933, ano em que terminamos esta nossa investigação.

6. FONTES

6.1. Fontes Iconográficas

Arquivo Particular, conjunto de 1 foto fornecida pelo Presidente do Instituto Padre João José Tavares, Sr. Rui Câmara e Silva, em suporte digital.

Arquivo Particular, conjunto de 2 fotos fornecidas pela Dra. Lucinda Sousa, em suporte digital.

Arquivo Particular, conjunto de 8 fotos fornecidas pela Sr. Roberto Medeiros, em suporte digital.

Arquivo Particular, conjunto de 3 fotos fornecidas pela D^a Eleonor Mota Botelho, em suporte papel.

6.2. Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal da Lagoa

Fundo da Câmara Municipal da Lagoa

Vereações, Livro n.º 62, “Actas das sessões ordinárias de 7 de Outubro de 1899 a 8 de Agosto de 1903”.

Vereações, Livro n.º 91, “Actas das sessões ordinárias de 11 de Janeiro de 1908 a 20 de Abril de 1912”.

Vereações, Livro n.º 83, “Actas das sessões ordinárias de 27 de Abril de 1912 a 19 de Junho de 1915”.

Vereações, Livro n.º 97, “Actas das sessões da câmara de 26 de Junho de 1915 a 13 de Agosto de 1925”.

Vereações, Livro n.º 67, “Actas das sessões ordinárias de 18 de Agosto de 1925 a 16 de Junho de 1926”.

Vereações, Livro n.º 99, “Actas das sessões da câmara de 4 de Dezembro de 1926 a 22 de Março de 1930”.

Vereações, Livro n.º 88, “Actas das sessões da câmara de 29 de Março de 1930 a 12 de Setembro de 1933”.

Vereações, Livro n.º 76, “Actas das sessões da câmara de 19 de Setembro de 1933 a 30 de Junho de 1936”.

Código de Posturas da Câmara Municipal do Concelho da Lagoa, 1922.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Livro nº401, “11 de Novembro de 1899 a 10 de Fevereiro de 1913”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Livro nº408, “25 de Julho de 1901 a 5 de Julho de 1910”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Livro nº411, “8 de Julho de 1910 a 4 de Julho de 1911”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Livro nº412, “25 de Janeiro de 1911 a 5 de Julho de 1911”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Livro nº414, “7 de Julho de 1911 a 28 de Outubro de 1912”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Livro nº418, “28 de Outubro de 1912 a 30 de Dezembro de 1914”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Livro nº407, “2 de Janeiro de 1913 a 11 de Dezembro de 1923”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro nº422, “2 de Janeiro de 1917 a 14 de Janeiro de 1920”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro nº424, “14 de Janeiro de 1920 a 9 de Fevereiro de 1924”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro nº409, “19 de Setembro de 1923 a 11 de Dezembro de 1929”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro nº426, “11 de Fevereiro de 1924 a 18 de Agosto de 1927”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro nº428, “20 de Agosto de 1927 a 7 de Maio de 1930”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro nº957, “13 de Dezembro de 1929 a 28 de Outubro de 1936”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro nº430, “7 de Maio de 1930 a 24 de Outubro de 1932”.

Correspondência Expedida aos Administradores do Concelho, Câmaras Municipais, Junta Geral e Comissário de Polícia, Livro nº432, “25 de Outubro de 1932 a 14 de Julho de 1934”.

Correspondência Expedida às Câmaras Municipais, Livro nº284, “27 de Dezembro de 1902 e 18 de Janeiro de 1911”.

Correspondência Expedida às Câmaras Municipais, Livro nº416, “6 de Julho de 1911 a 29 de Dezembro de 1916”.

Fundo da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada

Vereações, Livro n.º15, “Actas das sessões ordinárias de 13 de Novembro de 1909 a 5 de Maio de 1914”.

Vereações, Livro n.º16, “Actas das sessões ordinárias de 11 de Maio de 1914 a 30 de Novembro de 1915”.

Vereações, Livro n.º17, “Actas das sessões ordinárias de 6 de Dezembro de 1915 a 27 de Novembro de 1916”.

Vereações, Livro n.º18, “Actas das sessões ordinárias de 30 de Novembro de 1916 a 5 de Dezembro de 1919”.

Vereações, Livro n.º19, “Actas das sessões ordinárias de 2 de Janeiro de 1920 a 7 de Novembro de 1921”.

Vereações, Livro n.º20, “Actas das sessões ordinárias de 18 de Novembro de 1921 a 30 de Maio de 1923”.

Vereações, Livro n.º21, “Actas das sessões ordinárias de 25 de Julho de 1923 a 31 de Julho de 1925”.

Vereações, Livro n.º22, “Actas das sessões ordinárias de 16 de Setembro de 1925 a 19 de Novembro de 1926”.

Vereações, Livro n.º23, “Actas das sessões ordinárias de 26 de Novembro de 1926 a 23 de Setembro de 1927”.

Vereações, Livro n.º24, “Actas das sessões ordinárias de 30 de Setembro de 1927 a 8 de Junho de 1928”.

Vereações, Livro n.º25, “Actas das sessões ordinárias de 15 de Junho de 1928 a 11 de Janeiro de 1929”.

Vereações, Livro n.º26, “Actas das sessões ordinárias de 18 de Janeiro de 1929 a 28 de Junho de 1929”.

Vereações, Livro n.º27, “Actas das sessões ordinárias de 29 de Junho de 1929 a 1 de Fevereiro de 1930”.

Vereações, Livro n.º28, “Actas das sessões ordinárias de 7 de Fevereiro de 1930 a 15 de Agosto de 1930”.

Vereações, Livro n.º29, “Actas das sessões ordinárias de 22 de Agosto de 1930 a 20 de Março de 1931”.

Vereações, Livro n.º30, “Actas das sessões ordinárias de 27 de Março de 1931 a 13 de Novembro de 1931”.

Vereações, Livro n.º31, “Actas das sessões ordinárias de 20 de Novembro de 1931 a 27 de Maio de 1932”.

Vereações, Livro n.º32, “Actas das sessões ordinárias de 31 de Maio de 1932 a 30 de Dezembro de 1932”.

Vereações, Livro n.º33, “Actas das sessões ordinárias de 31 de Dezembro de 1932 a 4 de Agosto de 1933”.

Vereações, Livro n.º34, “Actas das sessões ordinárias de 11 de Agosto de 1933 a 29 de Dezembro de 1933”.

6.3. Fontes Impressas

Biblioteca Municipal do Porto

Periódicos

O Século, diário, Lisboa, de 23 de Agosto de 1932, suplemento dedicado às Ilhas dos Açores.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Ensino Primário Oficial. Anos lectivos de 1910-1915. Lisboa. Direcção Geral de Estatística.

Ensino Primário Oficial. Anos lectivos de 1915-1916 a 1918-1919. Lisboa. Direcção Geral de Estatística.

Estatística Agrícola. 1914. Fascículo 4. Lisboa. Ministério das Finanças. Imprensa Nacional.

Estatística Agrícola. 1918. Fascículo 1. Lisboa. Ministério das Finanças. Imprensa Nacional.

Lista dos Telefones do Estado nos Açores e na Madeira. 1937

Rede Telefónica do Estado em Ponta Delgada. Lista nº1 dos Subscritores em 5 de Julho de 1925.

Periódicos

A República, diário, Ponta Delgada, de 1 de Março de 1914, nº872, ano 3º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 7 de Agosto de 1917, nº1901, ano 7º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 16 de Julho de 1918, nº2179, ano 8º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 29 de Outubro de 1918, nº2267, ano 8º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 30 de Outubro de 1918, nº2268, ano 8º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 31 de Outubro de 1918, nº2269, ano 8º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 1 de Novembro de 1918, nº2270, ano 8º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 5 de Novembro de 1918, nº2271, ano 8º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 6 de Novembro de 1918, nº2272, ano 8º.

A República, diário, Ponta Delgada, de 10 de Janeiro de 1919, nº2326, ano 8º.

Açoriano Oriental, diário, Ponta Delgada, de 5 de Fevereiro de 1916, nº4212, ano 81.

Açoriano Oriental, diário, Ponta Delgada, de 1 de Março de 2012, nº17829, ano 177.

Correio dos Açores, diário, Ponta Delgada, de 18 de Maio de 1926, nº1754, ano VII.

Correio dos Açores, diário, Ponta Delgada, de 29 de Dezembro de 1926, nº1921, ano VII.

Correio dos Açores, diário, Ponta Delgada, de 25 de Outubro de 1927, nº2147, ano VIII.

Correio dos Açores, diário, Ponta Delgada, de 6 de Novembro de 1927, nº2156, ano VIII.

Correio dos Açores, diário, Ponta Delgada, de 31 de Junho de 1931, nº3202, ano XII.

Correio dos Açores, diário, Ponta Delgada, de 18 de Agosto de 1931, nº3256, ano XII.

Diário dos Açores, diário, Ponta Delgada, de 18 de Janeiro de 1910, nº5574, ano 40.

Revista *A Escola Primária*. Quinzenário Pedagógico e Literário, de 20 de Julho de 1932, nº8, ano IV, 4ª série. Lisboa.

Revista *A Escola Primária*. Quinzenário Pedagógico e Literário, de 5 de Outubro de 1932, nº9, ano IV, 4ª série. Lisboa.

Revista *Almanaque Micaelense*. 1928. Ano 3. Ponta Delgada.

Revista *Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura*. Agosto, Setembro e Outubro de 1918. Lisboa. Direcção da Instrução Agrícola. Imprensa Nacional.

Revista *Cartilhas do Lavrador*. Março de 1929. Nº3. Porto. Edição da Enciclopédia da Vida Rural.

Revista *Cartilhas do Lavrador*. Junho de 1930. Nº13. Porto. Edição da Enciclopédia da Vida Rural.

Revista *Cartilhas do Lavrador*. Outubro de 1930. Nº18 e 19. Porto. Edição da Enciclopédia da Vida Rural.

Revista *Cartilhas do Lavrador*. Dezembro de 1930. Nº21 e 22. Porto. Edição da Enciclopédia da Vida Rural.

Revista Ilustrada *Os Açores*. Outubro de 1922. Ponta Delgada.

Revista Ilustrada *Os Açores*. Novembro de 1922. Ponta Delgada.

Revista Ilustrada *Os Açores*. Dezembro de 1928. Ponta Delgada.

Revista *Insular*. Novembro 1926. Nº2, ano 1º. Lisboa.

Revista *Micaelense*. Fevereiro 1919. Nº1, Ano 2. Ponta Delgada.

Revista *Micaelense*. Julho 1919. Nº3, Ano 2. Ponta Delgada.

Revista *Micaelense*. Maio 1920. Nº1, Ano 3. Ponta Delgada.

Revista *Micaelense*. Setembro 1921. Nº3, Ano 4. Ponta Delgada.

Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira

Periódicos

O Lagoense, semanário, Lagoa, de 24 Julho 1913, nº180, ano VI.

O Lagoense, semanário, Lagoa, de 10 Junho 1916, nº324, ano VI.

6.4. Fontes Orais

BOTELHO, Eleonor Mota, nascida a 11 Outubro 1924 (88 anos), doméstica, filha do aferidor da Câmara Municipal, Manuel Inácio da Mota, moradora na Av. Infante D. Henrique, 40, Rosário-Lagoa, registado em entrevista, 17 de Fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, João Carlos, nascido a 06 Outubro 1940 (72 anos), Encarregado Geral da Câmara Municipal da Lagoa, antigo agueiro, morador na Rua do Saco, 1, Santa Cruz - Lagoa, registado em entrevista, 31 de Maio de 2011.

VIEIRA, António José da Silva Martins, nascido a 17 Julho 1931 (81 anos), industrial, proprietário da Cerâmica Vieira, morador na Rua das Alminhas, 22, Rosário - Lagoa, registado em entrevista, 31 de Maio de 2011.

7. BIBLIOGRAFIA

ALEGRE, Alexandra. 2010. “Saúde, higiene e arquitectura escolar”. In *Corpo: Estado, medicina e sociedade no tempo da I República*. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República: 97-110.

ALVES, Jorge Fernandes. 2010. “Saúde e fraternidade”. In *Corpo: Estado, medicina e sociedade no tempo da I República*. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República: 111-130.

BANDEIRA, Mário Leston. 2004. *Demografia. Objecto, teorias e métodos*. Lisboa. Escolar Editora.

BRITO, Raquel Soeiro de. 2004. *São Miguel a ilha verde. Estudo geográfico (1950-2000)*. Ponta Delgada. Fábrica de Tabaco Micaelense e outros.

CÂNDIDO, Armando. 1952. *O Problema dos Excedentes Demográficos*. Lisboa. Imprensa Nacional.

CARQUEJA, Bento. 1916. *O Povo Português - Aspectos Sociais e Económicos*. Porto. Livraria Lello & Irmão.

CARQUEJA, Bento. 1917. *A Vida Portuguesa. Reconstituição da Conferência feita em 5 de Dezembro de 1916 na Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. Sociedade de Geografia de Lisboa.

CARVALHO, Rómulo de. 1986. *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Catálogo da Exposição *O Fútil e o Útil. Apelos da Públicidade na I República*. 12 Novembro a 12 Maio de 1912. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Geral de Cultura.

CHOAY, Françoise. 1965. *O Urbanismo*. São Paulo. Editora Perspectiva.

CORDEIRO, Carlos. 2011. “A Ditadura Militar e a Autonomia nos Açores” In *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*. Coimbra-Ponta Delgada. Centro Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20: 93-112.

CORDEIRO, Carlos. 2012. “Da Proclamação da República à Instauração do Estado Novo: Regionalismo na imprensa açoriana” In *Das Autonomias à Autonomia e à Independência - O Atlântico político entre os sécs. XV-XXI*. Ponta Delgada. Letras Lavadas Edições: 205-219.

CORREIA, António Mendes et al. 1935-2003 “Emigração” In *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*. Vol.9, Lisboa. Editorial Enciclopédia: 583-585.

CORREIA, António Mendes et al. 1935-2003 “Sociedade” In *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*. Vol.29, Lisboa. Editorial Enciclopédia: 456-482.

COSTA, Carreiro da. 1991. *Etnologia dos Açores*. Vol.2. Lagoa. Câmara Municipal da Lagoa.

COSTA, Susana Goulart. 2008. *Açores nove Ilhas, uma História*. Institute of Governmental Studies Press. University of California, Berkeley.

DIAS, Teixeira. 2004. *Instituições e ideais educativos nos Açores*. s/l. Edição do autor com o apoio da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia.

DIAS, Urbano de Mendonça. 1928. *História da Instrução nos Açores*. Vila Franca do Campo. Empresa Tipográfica, Lda.

DIAS, Urbano de Mendonça. 1940. *A Assistência Pública no Distrito de Ponta Delgada*. Vila Franca do Campo. Empresa Tipográfica, Lda.

DIAS, Urbano de Mendonça. 1944. *A Vida de Nossos Avós. Estudo Etnográfico da Vida Açoreana através das suas leis, usos e costumes*. Vol.1. Vila Franca do Campo. Tipografia A Crença.

ENES, Carlos. 1994. *A Economia Açoriana entre as duas Guerras Mundiais*. Lisboa. Edições Salamandra.

ENES, Carlos. 2010a. “A República: Figuras e Factos” In *Catálogo de Comemoração do Centenário da República*. Presidência do Governo Regional dos Açores/ Direcção Regional de Cultura.

ENES, Carlos. 2010b. “A República: Ideais e Valores” In *Catálogo de Comemoração do Centenário da República*. Presidência do Governo Regional dos Açores/ Direcção Regional de Cultura.

EVANGELISTA, João. 1971. *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*. Lisboa. Publicações do Centro Nacional de Estudos Demográficos. Instituto Nacional de Estatística.

FORJAZ, Víctor-Hugo et al. 2004. *Atlas Básico dos Açores*. OVGA.

GUINOTE, Paulo. 1990. “A sociedade: da agitação ao desencanto” In *Portugal Contemporâneo (1910-1926)*, direcção de António Reis. Vol.3. Lisboa. Publicações Alfa: 171-230.

ISAMBERT-JAMATI, Viviane. 1965. “Educação e Sociedade”. In *Análise Social*, Vol. III, nº11: 445-456.

JOÃO, Maria Isabel. 1991. *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa. Edições Cosmos.

JOÃO, Maria Isabel. 1996. “Identidade e Autonomia”. In *Ler História*. Nº31. Lisboa. Associação de actividades científicas ISCTE: 103-131.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. 1993. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa. FCG/JNICT.

MACHADO, Joaquim. 2007. *O Município de Ponta Delgada nos primórdios da autonomia (1896-1910)*. Ponta Delgada. Gráfica Açoriana.

MACHADO, Margarida Vaz do Rego. 1997. *Os Paços do Concelho da Vila da Lagoa*. Lagoa. Câmara Municipal da Lagoa.

MACHADO, Margarida Vaz do Rego. 2001. “Lagoa de pequeno núcleo habitacional a vila” In *Lagoa*. 1ª edição. Publiçor: 2-10.

MADUREIRA, Nuno Luís (coord). 2005. *A História da Energia. Portugal 1890-1980*. Lisboa. Livros Horizonte.

MARQUES, M. Monteiro e MADEIRA, M. A. Valeriano. 1977. *Aspectos gerais da defesa da paisagem na Ilha de S. Miguel (Açores). 3 – O Maciço do Fogo e o Planalto dos Graminhais*. Separata do vol. XXXVII dos Anais do Instituto Superior de Agronomia. Lisboa. Instituto Superior de Agronomia.

MARQUES, Oliveira A.H. 1986. *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa. Palas Editores.

MARQUES, Oliveira A.H. 1988. *Ensaio de História da I República Portuguesa*. Lisboa. Livros Horizonte.

MARQUES, Oliveira A.H. 1991. *Sínteses da Cultura Portuguesa – História de Portugal*. Lisboa. Comissariado para a Europália 91 - Portugal. INCM.

MARQUES, A.H. Oliveira e RODRIGUES, Luís Nuno. 1991. “A sociedade e as instituições sociais” In *Nova História de Portugal - Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa. Editorial Presença: 187-239.

MARTINS, Rui de Sousa. 2011. “Arquipélago dos Açores. Objectos singulares em casas insulares”, in *Artes da casa. Ambientes singulares*. Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional: 110-123.

MATOS, Paulo e SILVA, Susana Serpa. 2008. “Oscilações Populacionais, Grupos e Comportamentos Sociais”, in *História dos Açores - Do Descobrimento ao século XX*. Vol.2. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura: pp. 83-120.

MENDONÇA, Luís. 1996. *História dos Açores, visão geral (sécs. XV-XIX)*. Ponta Delgada. Centro de Apoio Tecnológico à Educação.

MENDONÇA, Luís e ÁVILA, José. 2002. *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Lito 2.

MOGARRO, Maria João. 2010. “Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX)” In *Educatio Siglo XXI*. Vol.28, nº2: 89-114

MÓNICA, Maria Filomena. 1973. “Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do Salazarismo”. In *Análise Social*, Vol. X (3º), nº39: 478-493.

MÓNICA, Maria Filomena. 1977. “Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-39)”. In *Análise Social*, Vol. XIII (2º), nº50: 321-353.

MONTEIRO, Albertino José Ribeiro. 2005. “Crises da Mortalidade em Ponta Delgada no 1º quartel do século XX”. In *Arquipélago História*. 2ª série, IX: 501-532.

MONTEIRO, Sandra Maria Gonçalves. 2011a. *A distribuição pública de água na vila da Lagoa, São Miguel-Açores*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a unidade curricular de Museologia e Antropologia Cultural do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento.

MONTEIRO, Sandra Maria Gonçalves. 2011b. *A Modernização Urbanística Lagoense no início do séc. XX*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a unidade curricular de Cidade e Património Urbano do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento.

MONTEIRO, Sandra Maria Gonçalves. 2011c. *O Património do Concelho da Lagoa:1908-1912*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a unidade curricular de Património, Identidade e Desenvolvimento do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento.

MORAIS, Maria da Graça David de. 2002. *Causas da morte no século XX. Transição e Estruturas da Mortalidade em Portugal Continental*. Évora. Edições Colibri e CIDEHUS-UE.

NAZARETH, J. Manuel. 2004. *Demografia a Ciência da População*. Lisboa. Editorial Presença.

NAZARETH, J. Manuel. 2007. “O efeito da emigração na estrutura de idades da população portuguesa”. In *Portugal em Análise. Antologia*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

NÓVOA, António. 1996a. “Educação Nacional” In *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa. Círculo de Leitores: 286-288.

NÓVOA, António. 1996b. “Ensino Primário” In *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa. Círculo de Leitores: 303-305.

PAUL-HENRI e LAURE, Marie-José Chombart de. 1965. “A evolução contemporânea das famílias: estruturas, funções, necessidades”. In *Análise Social*, Vol. III, nº12: 475-500.

PEREIRA, Miriam Halpern. 1970. “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX”. In *Revista Análise Social* nºs25 e 26. Lisboa.

PEREIRA, Miriam Halpern. 1981. *A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930*. Lisboa. A Regra do Jogo.

PITA, João Rui. 2010. “A Farmácia na I República”. In *Corpo, Estado, Medicina e Sociedade no Tempo da I República*. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República: 85-96.

PROENÇA, Maria Cândida. 1996. “Analfabetismo” In *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa. Círculo de Leitores: 46-48.

RAMOS, Rui. 1994. *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Direcção de José Mattoso. Vol. VI. Lisboa. Círculo de Leitores.

REIS, António. 1990. A política do ensino: do controlo ideológico às exigências da industrialização. In *Portugal Contemporâneo (1926-1958)*. Direcção de António Reis. Vol.4. Lisboa. Publicações Alfa: 271-278.

RIBEIRO, Luís. 1964. *Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade*. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.

ROCHA, Gilberta e LALANDA, Rolando. 1981. *La famille açoréenne au XX eme siecle une approche demographique*. s/l. INE.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. 1991. *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX. Unidade, Permanência, Diversidade*. Ponta Delgada. Universidade dos Açores.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. 1996. “A população dos Açores no contexto demográfico português na primeira metade do século XX”. In *Ler História* nº31. Lisboa. Associação de actividades científicas ISCTE: 133-155.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. 1997. “População e Desenvolvimento: tendências demográficas nos Açores”. In *Actas do Colóquio Pensar os Açores Hoje*. Ponta Delgada. Fórum Açoriano. Instituto Cultural de Ponta Delgada.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. 1999. “A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX – a necessidade, a solução, a valorização”. In *Portos, Escalas e Ilhéus*. Congresso

Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal. Terceira. Universidade dos Açores e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes e outros. 2005. “O Arquipélago das Açores como região fronteira”. In *Arquipélago História*. 2ª série, IX: 105-140.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. 2008. “O crescimento da população e os novos destinos da emigração”. In *História dos Açores - Do Descobrimento ao século XX*. Vol.2. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura: 265-305.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes e FERREIRA, Eduardo. 2009. “A emigração açoriana na segunda metade do século XX: algumas perspectivas da imprensa micaelense”. In *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores*. Ponta Delgada. Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Carlos Farinha. 1996a. “Assistência Social” In *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa. Círculo de Leitores: 70-73.

RODRIGUES, Carlos Farinha. 1996b. “Previdência Social” In *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II. Lisboa. Círculo de Leitores: 796-798.

ROSAS, Fernando. 1994. *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*. Direção de José Mattoso. Vol. VII. Lisboa. Círculo de Leitores.

MIRANDA, Sacuntala de. 1991. “A base demográfica” In *Nova História de Portugal - Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa. Editorial Presença: 14-36.

SANTOS, António Cristóvão. 1984. “Ensino Técnico Médio” In *Dicionário de História de Portugal*. Vol.II. Porto. Livraria Figueirinhas: 397-402.

SERRÃO, Joel (coord). 1991a. “Escolas e ensino” In *Nova História de Portugal - Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa. Editorial Presença: 519-576.

SERRÃO, Joel (coord). 1991b. “Aspectos da vida quotidiana” In *Nova História de Portugal - Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa. Editorial Presença: 617-677.

SILVA, Miguel. 2004. “A Instrução Primária nos primeiros tempos da República” In *Instituições e Ideais Educativos nos Açores II*. s/l. Nova Gráfica.

SILVA, Susana Serpa. 2002. “Em busca de novos horizontes. Açores, Emigração e Aculturação nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX”. In *Arquipélago História*. 2ª série. VI: 347-360.

SILVA, Susana Serpa. 2011. “No rescaldo da proclamação da República na Ilha de S. Miguel” In *A Ponte*. Ribeira Grande. Revista Cultural da Ribeira Grande. Câmara Municipal da Ribeira Grande: 18-27.

SILVA, Susana Serpa. 2011. “O Sidonismo nas Ilhas dos Açores: uma abordagem à luz da imprensa periódica micalense” In *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*. Coimbra-Ponta Delgada. Centro Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20: 51-74.

SILVA, Susana Serpa. 2012. “A autonomia vista pelas primeiras gerações republicanas nos Açores (1873-1920): breve contributo com base na análise da imprensa” In *Das Autonomias à Autonomia e à Independência – O Atlântico político entre os sécs. XV-XXI*. Ponta Delgada. Letras Lavadas Edições: 221-239.

SILVA, Susana Serpa. 2012. “A Mulher, a criança e a educação no pensamento republicano português” In *Açores: 100 anos de República – Actas do Ciclo de Conferências*”. Ponta Delgada. Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional de Cultura. Coordenação do Palácio da Presidência: 127-161.

SOUSA, Thomaz Salter. 1886. *A Luz Eléctrica*. Biblioteca do Povo e das Escolas. Propaganda de Instrução. 16ª série. N.º122. Lisboa. Daviz Corazzi Editor.

TAVARES, Pe. João José Tavares. 1979. *A Vila da Lagoa e o seu Concelho (subsídios para a sua História)*. Lagoa. Câmara Municipal da Lagoa.

VENTURA, António. “A República e a Questão Social” In *Açores: 100 anos de República – Actas do Ciclo de Conferências*”. Ponta Delgada. Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional de Cultura. Coordenação do Palácio da Presidência: 163-183.

VIEIRA, Joaquim. 1999a. *Portugal, séc. XX, crónica em imagens. 1910-1920*. Lisboa. Círculo de Leitores.

VIEIRA, Joaquim. 1999b. *Portugal, séc. XX, crónica em imagens. 1920-1930*. Lisboa. Círculo de Leitores.

VIEGAS, Valentino e outros. 2006. *A Direcção-Geral da Saúde. Notas Históricas*. Lisboa. INSA.

8. WEBGRAFIA

Caracterização do Concelho da Lagoa In <http://cm-lagoa.azoresdigital.pt> Último acesso em 11/06/2012

Censos - Antecedentes, metodologias e conceitos - 2001 In http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=11067301&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2.Pdf

Censos de 1911. Decreto e Instruções. Estatística Demográfica. In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Censos de 1920. Decreto e Instruções. Estatística Demográfica. In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Censos de 1930. Decreto e Instruções. Estatística Demográfica. In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Estatísticas Demográficas 1901-1910. In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal. In <http://www.ine.pt> Último acesso em 20/03/2012

Decreto n.º 9:223 da Direcção Geral da Instrução Pública de 29 de Março de 1911. In <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012

Decreto n.º 6:137 do Ministério da Instrução Pública de 29 de Setembro de 1919. In <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012

Decreto n.º 9:223 do Ministério da Instrução Pública de 6 de Novembro de 1923. In <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012

Decreto n.º 13:619 do Ministério da Instrução Pública de 17 Maio de 1927. In <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012

Decreto n.º 18:140 do Ministério da Instrução Pública de 28 de Março de 1930. In <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012

Decreto n.º 21:349 do Ministério do Interior de 13 de Junho de 1932. In <http://www.sg.min-edu.pt/> Último acesso em 13/05/2012

<http://siaram.azores.gov.pt/energia-recursos-hidricos/antropologia-agua-doce/intro.html> Último acesso em 09/05/2012

<http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos16.html> Último acesso em 10/03/2012

JOÃO, Maria Isabel. s/d. “Indústria e Industrialização” In <http://www.culturacores.azores.gov.pt/> Último acesso em 08/05/2012

LOBO, Maria Adelaide. 1994. “Água” In <http://www.culturacores.azores.gov.pt/> Último acesso em 08/05/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º178. 19 de Julho de 1909. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º280. 3 de Julho de 1911. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º284. 31 de Julho de 1911. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º298. 6 de Novembro de 1911. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º336. 29 de Julho de 1912. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º384. 30 de Junho de 1913. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º394. 8 de Setembro de 1913. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º410. 29 de Dezembro de 1913. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º418. 23 de Fevereiro de 1914. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do Jornal O Século n.º464. 11 de Janeiro de 1915. Lisboa. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Último acesso em 15/01/2012

Revista *National Geographic*. Dezembro de 1919. Nº6. Vol.35 In http://mail.nysoclib.org/Digital_Archives/periodicals/National_Geographic/index/1910s/1919.html Último acesso em 22 de Maio de 2012